



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: FLORAÇÕES ENTRE
VÍNCULO, DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADE DE CUIDADOS**

Julia Matinatto Salvagni

Brasília, março de 2024



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar

**SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: FLORAÇÕES ENTRE
VÍNCULO, DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADE DE CUIDADOS.**

Julia Matinatto Salvagni

**Tese apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de doutora
em Psicologia do Desenvolvimento e
Escolar.**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA

Brasília, março de 2024.

SS182s Salvagni, Julia
SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: FLORAÇÕES
ENTRE VÍNCULO, DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADE DE CUIDADOS /
Julia Salvagni; orientador Regina Lucia Sucupira Pedroza. --
Brasília, 2024.
237 p.

Tese(Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e
Escolar) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Acolhimento Familiar. 2. vínculo afetivo. 3.
desenvolvimento humano. 4. política pública.. 5. Comunidade
de Cuidados. I. Lucia Sucupira Pedroza, Regina, orient. II.
Título.

**SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: FLORAÇÕES ENTRE
VÍNCULO, DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADE DE CUIDADOS.**

Tese de Doutorado apresentado à banca Examinadora constituída por:

Prof.^a Dr.^a Regina Lúcia Sucupira Pedroza
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Janete Aparecida Giorgetti Valente
Observatório Infância e Adolescência - Universidade de Campinas

Prof.^a Dr.^a Luciana Cassarino-Perez
Instituto de Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino
Instituto de Psicologia - Universidade de Brasília

Brasília, março de 2024

Para tio Carlos (*in memoriam*) e suas três meninas. Que há quase duas décadas me acolhem com colo, afeto, risadas.

Para minhas flores aconchegantes, por serem lar e inspiração.

Para Eduardo, Maitê e Lili por quem eu desejo construir o mundo.

Para meu primeiro bando de andorinhas: pai, mãe, Bia e Louise.

A ausência de debate público e de políticas públicas relacionadas à prática do amor em nossa cultura significa que ainda precisamos nos voltar para os livros como uma fonte primária de sentido e orientação.

bell hooks

AGRADECIMENTOS

Sempre considero essa parte uma tarefa árdua, pois não ando só. E da mesma forma, não escrevo só. Acredito e pratico a caminhada em bando e isso já é motivo de agradecer.

Agradeço com o coração cheio e a cabeça leve a minha orientadora, mais que querida, minha musa brincante, Regina Pedroza. Construir com você é sempre um chamado a acreditar nos verbos.

Agradeço à Universidade de Brasília, ao Instituto de Psicologia e ao PPGDE por me receberem e promoverem um espaço tão fecundo de formação.

Agradeço à Soraya que abriu as portas não só do Aconchego, mas todas as outras que poderia abrir comigo e ainda algumas janelas. Seu castelo é amplo, e seu coração generoso. Eu tenho muita sorte de caminhar com você, as vezes no eixão, as vezes na W3. Mas sempre avante.

Ao Aconchego, e seus aconchegados e aconchegantes.

Às minhas gatas extraordinárias, por tudo e cada uma por seu dom. Luiza por ser minha chefe e Natália por ser minha primeira dupla e às duas pelos anos de carinho e parceria. Sophia pela delicadeza. Leide pela sabedoria. Luciana pela paixão. Sheila pela dedicação. Jeane, por estar disponível. Ju pela cumplicidade. Edi por ser a rainha do apoio moral. Mari por ser presente. Estela pela luta. Shyrlene pela inspiração. E a cada uma que se juntou a mim e a nós nesse último ano por acreditarem no nosso projeto de sociedade (sim, é audacioso).

À Jane Valente, por ser valente e generosa. Mas principalmente por me olhar e me escutar de forma tão amorosa.

À Luciana Cassarino-Perez, pelas trocas, pela abertura e parceria de sempre.

À Adriana Pinheiro por dividir comigo reflexões potentes e risadas doces.

À Silvia Lordello por ser uma profissional que inspira pelas suas posturas e proposições. E por tão gentilmente por aceitar compor minha banca.

À Lucia Pulino por nesse tempo de academia ser uma voz que guia e acolhe.

À Lara que teve grande contribuição nesse trabalho, por ser ao meu lado tantas coisas, que nem sei nomear. Só sei sentir.

É impossível não agradecer às minhas amiguinhas lindas. Parceiras de uma vida, que acreditam em mim, ainda que as vezes meus planos sejam bem improváveis.

À Paula por sempre voltar.

À Claudia e Hélio por presentearem minhas filhas com sua presença amorosa, de forma que eu pudesse estar ausente.

À Katerine por se colocar tão gentilmente em parceria e ofertar seu tempo às minhas palavras.

Às mulheres da Escola Aberta de Psicanálise por tantos momentos de construção e crescimento.

Ao MPDFT, instituição que é florescida por pessoas tão generosas que sempre me acolhem.

À Brígida e Camila por serem afetivamente parceiras.

À Coalizão e ao MNPCF por serem espaços potentes de fortalecimento, ação e pesquisa.

À minha família que sem dúvida alguma foi onde eu comecei a me interessar por essa história de amar e mudar as coisas. E nessa família, ao Eduardo por ser minha escolha cotidiana.

À Iasmyn, por ser rede e ser amorosamente presente.

Às minhas filhas e aos meus afilhados, por serem a razão de eu acreditar.

E um agradecimento especial às famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças que passaram e estão no SFA. Eu conheci um outro mundo com vocês e eu acredito que com vocês posso construir um mundo melhor.

RESUMO

Este estudo mapeou o processo de implementação e execução da política de acolhimento em família acolhedora no Distrito Federal, considerando o impacto da medida protetiva nos diversos envolvidos. Assim, realiza revisão teórica que aborda a infância, destacando o papel dos vínculos afetivos. Em seguida, trata da intervenção estatal em contextos de violação de direitos de crianças e adolescentes e analisa pontos da legislação e execução de políticas públicas, enfocando no direito à convivência familiar e comunitária e no funcionamento da PNAS, ressaltando a particularidades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Para alcançar os objetivos foi utilizada uma metodologia qualitativa, inspirada no método cartográfico. Os procedimentos e instrumentos envolveram entrevistas, análise de diários de campos e da implicação da própria pesquisadora com o campo de pesquisas. A análise dos dados permitiu a construção de um mapa da execução do SFA no Distrito Federal. A representação deste mapa foi feita através de um paralelo com as temporalidades e características das florações das cinco espécies de Ipês existentes no cerrado. A primeira floração, a roxa, refere-se a equipe técnica, nesta sessão discute-se a centralidade dos profissionais na implementação e disseminação do serviço, bem como os impactos dessa execução em suas concepções éticas e profissionais. Em seguida, analisa-se as famílias em um paralelo com os Ipês Rosas, que tem como marca uma florada mais duradoura, tal qual as famílias (de origem e acolhedoras) que atravessam diferentes momentos e etapas de um SFA e do próprio processo das crianças e adolescentes acolhidos. Aqui há uma leitura importante sobre a necessidade de olhar para a possibilidade de discutir-se adultos que cuidam em rede e não de forma segmentada e isolada. Na sessão dos Ipês amarelos, trata-se das crianças e sua potencialidade a partir de trocas que sejam afetivas e respeitosas de sua história. É nesse processo que há a floração de sua exuberância. Os Ipês brancos são as institucionalidades que se conectam com o SFA, em uma relação tensionada pela demanda de mudança de paradigma e adoção de uma postura dialógica e afetiva, ainda que dentro de uma institucionalidade. Por fim, a florada do Ipê verde conta dos atravessamentos da pesquisadora com o campo, devido à sua atuação como coordenadora do SFA no Distrito Federal. O trabalho trata de necessidade de uma articulação qualificada do tema da amorosidade nas políticas públicas, bem como isso pode ser constituidor da consolidação de uma ética de corresponsabilização pelos direitos da infância e da adolescência.

Palavras chaves: Acolhimento Familiar, vínculo afetivo, comunidade de cuidados, política pública.

ABSTRACT

This study mapped out the process of implementation and execution of the foster care policy in the Federal District, considering the impact of the protective measure on the various parties involved. It then carries out a theoretical review of childhood, highlighting the role of affective bonds. It then looks at state intervention in contexts where the rights of children and adolescents are violated and analyzes points of legislation and the implementation of public policies, focusing on the right to family and community life and the functioning of the PNAS, highlighting the particularities of the Foster Family Service. To achieve the objectives, a qualitative methodology was used, inspired by the cartographic method. The procedures and instruments involved interviews, analysis of field diaries and the researcher's own involvement with the research field. The analysis of the data made it possible to construct a map of the implementation of the SFA in the Federal District. This map was represented through a parallel with the flowering times and characteristics of the five species of Ipês found in the cerrado. The first bloom, purple, refers to the technical team. This section discusses the centrality of the professionals in the implementation and dissemination of the service, as well as the impacts of this implementation on their ethical and professional conceptions. Next, the families are analyzed in a parallel with the Rose Ipês, which have a more lasting bloom, just like the families (of origin and foster families) that go through different moments and stages of a CSS and the process of foster children and adolescents themselves. This is an important reading on the need to look at the possibility of discussing adult caregivers in a network and not in a segmented and isolated way. In the Yellow Ipe session, it's about children and their potential through exchanges that are affectionate and respectful of their history. It is in this process that their exuberance blooms. The white Ipês are the institutions that connect with the SFA, in a relationship strained by the demand for a paradigm shift and the adoption of a dialogic and affective stance, albeit within an institution. Finally, the bloom of the green Ipê tells of the researcher's connections with the field, due to her role as SFA coordinator in the Federal District. The work deals with the need for a qualified articulation of the theme of amorousness in public policies, as well as how this can consolidate an ethic of co-responsibility for the rights of children and adolescents.

Keywords: Family foster care, affective bond, care community, public policy.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE SIGLAS.....	xiii
LISTA DE QUADROS	xv
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - OLHARES PARA A INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	21
1.1 A criança e a infância: uma proposta de olhar histórico-cultural.....	21
1.2 Vínculo, cuidado e pertencimento: nós e laços do desenvolvimento.....	28
1.3 Resgate histórico dos dispositivos de cuidado no Brasil.....	37
CAPÍTULO 2 - A CRIANÇA E A FAMÍLIA EM CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E O AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR.....	54
2.1 Famílias e contextos de violação de direitos: ampliando olhares.....	54
2.2 A Política Nacional de Assistência Social: algumas considerações.....	69
2.3 O direito à convivência familiar e comunitária e a medida protetiva de acolhimento.....	77
CAPÍTULO 3 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: POLÍTICA, PARENTALIDADE E CORRESPONSABILIDADE.....	93
3.1 O serviço de acolhimento familiar: considerações conceituais e funcionamento.....	94
3.1.1 Breve histórico da mobilização nacional para implementação do SFA.....	96
3.1.2 Conceitos e Parâmetros de funcionamento do SFA.....	99
3.1.3 A divulgação do serviço, a formação e a mobilização das famílias acolhedoras.....	106
3.2 A criança, o adolescente e a família em SFA: o olhar para o singular.....	111
3.4 Objetivos.....	120
CAPÍTULO 4 – MÉTODO	122
4.1 Pressupostos Metodológicos.....	122
4.2 Contexto e Participantes	125
4.3 Relação da pesquisadora com o campo de pesquisa.....	128
4.4 Instrumentos e Procedimentos:.....	131
4.4.1 Entrevistas com equipe técnica:.....	131
4.4.2 Entrevistas com as famílias de origem:	132
4.4.3 Entrevista semiestruturada com famílias acolhedoras:	132
4.4.5 Relatos de experiência e escritas temáticas de profissionais da equipe técnica:.....	133
4.4.6 Diário de campo da pesquisadora:	133

4.4.7 Dados quantitativos do SFA	133
4.5 Análise do processo e construção do mapa.....	134
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES: UM MAPA DO JARDIM DIÁLOGOS E DEBATES POSSÍVEIS SOBRE CUIDADO, AFETO E DESENVOLVIMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA	137
5.1 Ipê roxo, as flores iniciais e a florada duradoura – A equipe técnica e seu lugar constituinte... 137	
5.1.1 Formação continuada, identidade do serviço e relação com o SGD	138
5.1.2 As muitas facetas da relação da equipe com os acolhedores e as famílias de origem.	144
5.1.3 A equipe e o enfrentamento dos desafios.....	152
5.2 Ipê Rosa – Famílias (ou adultos que cuidam): tempo, transformação e cuidado	155
5.2.1 Famílias acolhedores e famílias de origem: a tensão entre a escolha e a compulsoriedade. 156	
5.2.2 Famílias cuidado, idealização e violência: e quando a flor tem espinhos?.....	159
5.2.3 As famílias e o processo de elaboração de luto: a polissemia das partidas e partilhas.	168
5.3 Ipê Amarelo – Crianças: diversidades, exuberância e densidade.	175
5.3.1 Vínculo, desenvolvimento e histórias de vida.....	177
5.3.2 A criança e a relação na família e na comunidade	183
5.3.3 Identidade e dignidade: ciclos que se iniciam e se fecham	187
5.4 Ipê Branco – As institucionalidades: rigidez, exigências e potencial de reparação.....	189
5.5 Ipê verde – Florescer e se reconhecer enquanto agente de transformação.	199
CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS OU “DESAFIOS DO SFA E A IMPORTÂNCIA DA CONTINUIDADE COMPARTILHAMENTO DE CUIDADOS DA INFÂNCIA E DE QUEM CUIDA DELA”	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
ANEXO A	232
ANEXO B.....	233
ANEXO C.....	234
ANEXO D	235
ANEXO E.....	237

LISTA DE SIGLAS

ABTH	Associação Brasileira Terra dos Homens
CT	Conselho Tutelar
CAS	Conselho de Assistência Social
CDCA	Conselho Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEP	Comitê Ética e Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FA	Família Acolhedora
FEBEM	Fundação de Bem-estar do Menor
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FO	Família de origem
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-estar do Menor
GAF	Guia de Acolhimento em Família Acolhedora
GDF	Governo do Distrito Federal
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPE-DF	Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli Não-binárias e mais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNMMR	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua
MNPCFC	Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária
MP	Ministério Público

MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
OT	Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDH	Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
Rede SAC	Rede de Serviços de Ação Continuada
SAICA	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SAM	Serviço de Atendimento ao Menor
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social
SFA	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SNAA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VIJ	Vara da Infância e Juventude

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participantes da equipe e nomes utilizados.	126
Quadro 2 - Participantes de famílias acolhedoras e de origem e nomes utilizados.	127
Quadro 3 - Falas sobre conceito de família acolhedora.	139
Quadro 4 - Chegadas e partidas para as famílias acolhedoras.	168
Quadro 5 - Chegadas e partidas para as famílias de origem.	169

INTRODUÇÃO

Todo processo de pesquisa acadêmica, em meu entendimento, relaciona-se a um olhar para a própria história do pesquisador e, de certa maneira, a revisitar a trajetória pessoal e profissional. Por isso, nestas páginas iniciais traço a narrativa e compartilho reflexões sobre escolhas e alicerces de minha atuação relacionada ao campo desta tese.

Desde que ingressei na Universidade de Brasília, como graduanda de psicologia em 2005, me sinto convocada a um olhar crítico e sensível aos processos de desenvolvimento humano e as inter-relações que estabelecemos. Realizei na graduação estágio e trabalhos de extensão universitária com crianças e adolescentes institucionalizados devido á medida de afastamento familiar e com mulheres em situação de violência doméstica. Essas experiências intensificaram e consolidaram a necessidade de uma postura de escuta afetiva e respeitosa, de ter o cuidado de estar com o outro e permitir que ele tenha seu espaço de fala e escuta garantido. Além disso, compreendi que o afeto é, entre tantas outras coisas, uma ferramenta de trabalho primordial.

Ao terminar a graduação ingressei no mercado profissional como técnica psicossocial de um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). No qual após dois anos me tornei coordenadora. Estive com aquelas crianças e adolescentes por cinco anos. Por um período atuei concomitantemente em uma instituição parceira a essa, que acolhia adultos com deficiências múltiplas.

Para além dos estudos e leituras, compreendi e testemunhei cotidianamente que a institucionalização provocava aos vários sujeitos envolvidos em seu dia a dia uma condição de invisibilidade social. Tanto os profissionais, como os acolhidos estavam em alguma medida apagados, dando lugar ao imperativo dos processos institucionais. Papéis e procedimentos ganhavam mais espaço que as relações humanas. Precisei olhar para essas questões a partir de outro lugar e ingressei no mestrado do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da UnB e a academia, mais uma vez, me proporcionou esse espaço.

Tive a oportunidade de pensar sobre os meus incômodos, e fazer a defesa da necessidade de uma formação profissional e pessoal dos cuidadores do abrigo para adultos com deficiência, em busca da garantia dos direitos humanos. Ao ofertar minha escuta, realizei com esses profissionais grupos inspirados no método Balint, observando as suas rotinas. Desse modo, pude perceber como a deficiência passava a ser o foco das relações, e como consequência disso as pessoas deixavam de ser vistas em sua integralidade. Notei que isso gerava muita dor e

distanciamento entre os envolvidos, inclusive em mim. Fiz a defesa de que é necessário proporcionar os já mencionados espaços de fala e escuta, bem como de elaboração e de fortalecimento de vínculos entre os cuidadores. Isso pode impactar o cuidado e os vínculos com os acolhidos com os quais atuam.

O mestrado foi um processo que transformou e fortaleceu minha relação com as crianças e adolescentes que estavam na instituição que eu coordenava. Mudou e qualificou minha atuação. Passamos a conviver e nos relacionar de uma forma ainda mais afetiva e aberta ao diálogo. Inauguramos um espaço de construção sobre o cotidiano do acolhimento com o protagonismo dos adolescentes. A equipe técnica se fortaleceu nos posicionamentos em relação à direção da instituição, estabelecendo uma política de acolhimento dos conflitos como parte dos processos de desenvolvimento. A partir disso, consolidei um entendimento que adolescentes não deveriam ser transferidos para outras instituições, em especial devido a questões de comportamento, exceto em casos extremos, como de agressões físicas, por exemplo.

Por defender esse posicionamento fui demitida, a direção me considerou demasiado envolvida com a narrativa dos adolescentes, muito vinculada afetivamente a eles e não fazendo a defesa dos valores institucionais. Nesse momento decidi retornar para a pesquisa acadêmica, mobilizada por questões diversas que me trouxeram até o doutorado. Inicialmente quis estudar as relações entre os sistemas de acolhimento e o sistema socioeducativo do Distrito Federal (DF) e de que maneira os adolescentes eram vistos quando estavam nessa dupla “proteção”.

Posteriormente fui convidada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Aconchego para coordenar a implementação de um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) no DF. O SFA é uma política pública na qual as crianças em medida protetiva de acolhimento são cuidadas nos lares de adultos que foram preparado e são acompanhados pela equipe técnica do serviço. A palavra em questão era desinstitucionalização, e estava sustentada pelo argumento: vínculo afetivo é desenvolvimento. Nesse momento a proposta de pesquisa presente começa, ainda que timidamente, a se (in)escrever.

Até então havia apenas serviços de acolhimento na modalidade institucional, abrigo e casa-lar, no DF. A proposta de ampliar a rede de acolhimento significava romper com essa exclusividade de atendimento. Tornar-se-ia possível receber as crianças em famílias capacitadas e acompanhadas pela OSC executora, respeitando a provisoriedade do acolhimento, a individualidade e o superior interesse da criança. Após esse percurso houve a concretização de uma parceria entre o Aconchego e o Governo do Distrito Federal (GDF). O Serviço de

Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) passou a ser executado no DF em outubro de 2018, recebendo a primeira criança em julho de 2019.

Atuo desde a concepção do SFA no DF enquanto coordenadora técnica. Estar nesse lugar aguçou o meu desejo de aprofundar o entendimento dos possíveis impactos que o acolhimento tem na vida das crianças e de suas famílias. Bem como de que maneira um olhar individualizado, afetivo e de respeito ao indivíduo pode ter papel fundamental e protetivo para a criança.

No DF o SFA atuou durante quase seis anos com um recorte etário, de zero a seis anos, em respeito ao Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Assim, em um momento inicial pensei que o desejo de falar sobre a situação dos adolescentes ficaria para outro momento. Entretanto, consolidei o entendimento que pesquisar e estudar a importância do pertencimento, do afeto, do vínculo para o desenvolvimento infantil e humano é uma importante etapa da defesa daquilo que foi negado aos adolescentes com os quais eu trabalhei.

Nos mais de cinco anos coordenando o SFA, compreendo que a infância é um momento do desenvolvimento humano no qual o sujeito estabelece as primeiras relações com o mundo e as pessoas ao seu redor, o que compõe aspectos importantes do processo de aprendizagem e desenvolvimento. É um período no qual muito se discute sobre a importância do olhar singular para o sujeito e para as necessidades que ele apresenta. A criança traz à tona o potencial do humano e dialoga com o mundo a sua volta a partir da sua condição de sujeito brincante.

Cotidianamente, ao me relacionar com realidades diversas, pude entender a infância e a realidade da criança não são compartilhadas de forma universal. Há uma infinidade de fatores afetivos, familiares, socioeconômicos e interseccionais de raça, classe e gênero que atravessam essas vivências. Isso gera uma inquietação cotidiana, perceber que é preciso lutar para que sejam assegurados a criança todos os seus direitos.

Ao considerar as inquietações apresentadas, somei a elas a seguinte questão: o que acontece quando uma criança está numa situação de violação de direitos? De que maneira é possível atuar nessas situações? Meu dia a dia como coordenadora do serviço de família acolhedora ampliava minhas perguntas e apontava para algumas direções possíveis. Assim este trabalho busca estudar, no contexto do acolhimento familiar, o papel do vínculo afetivo no desenvolvimento infantil, bem como o impacto de se investir em uma cultura de compartilhamento da responsabilidade pelas crianças.

Entendo que o cenário do acolhimento – tanto institucional como familiar- demanda atuações técnicas e conhecimentos científicos comprometidos ética e politicamente com os

direitos da criança. São necessárias reflexões para compreender a maneira como essas práticas são instituídas e quais as possibilidades de atuação que culminem em uma transformação social.

Os números do acolhimento em família acolhedora no Brasil passam por um crescimento consistente, ainda que o percentual de SFA no país seja tímido, chegando a 6,3%, segundo dados do Censo SUAS de 2022 (MDS, 2022). A avaliação da evolução dos serviços de acolhimento entre 2010 e 2021 revela uma notável expansão dos Serviços de Acolhimento Familiar. Em termos numéricos, tanto os SFAs quanto o número de famílias cadastradas mais que triplicaram nesse intervalo, registrando um aumento de 221,5% e 217%, respectivamente (Silva, 2023).

Em meados de 2020 organizações e especialistas no tema, de todo país, fundaram a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora. Uma iniciativa cujo objetivo é fomentar e executar ações que impactem positivamente o avanço do SFA em território nacional. É importante trazer a experiência da Coalizão neste trabalho, pois ela se relaciona intimamente com sua construção. Para além dos muros (ainda que invisíveis) da academia, o debate cotidiano com a prática e com pessoas de diferentes realidades atentou para a importante discussão acerca das concepções de democracia e participação social que se entrelaçam às de proteção integral e de corresponsabilidade pela infância, bem como sobre os modelos de família e parentalidade.

O processo de acompanhamento psicossocial dos casos, os diversos cursos feitos e ministrados, as reuniões e formações de equipe técnica e sobretudo a relação com as famílias acolhedoras, famílias de origem, famílias por adoção e com as crianças levantava ainda mais questões e tantos caminhos possíveis. Constantemente me indagam sobre o apego, o sofrimento da separação e outras variações deste tema. Para além das possibilidades de resposta teórica, o que eu observo é a maneira como o estabelecimento de um vínculo efetivamente afetivo fortalece a criança e as famílias envolvidas, que passam por um período de luto, mas que se reorganizam e desenvolvem novas formas de se relacionar entre si e com a sua volta.

Outrossim, uma organização de política pública muito mais alinhada com o cotidiano e com as demandas reais dos envolvidos e dos territórios que habitam. E por isso que, nas próximas páginas defendo a tese de que o SFA pode ser uma política que fortalece a construção de uma comunidade de cuidados, pautada na corresponsabilização por crianças e na compreensão de que o vínculo afetivo e o pertencimento são fatores importantes para um desenvolvimento integral.

Para chegar nesse ponto esta tese se organiza em três capítulos de revisão teórica, o primeiro discutindo a concepção de infância, o papel do vínculo no desenvolvimento e em sequência um breve histórico dos mecanismos de proteção do Estado brasileiro à infância. O

segundo capítulo trata da política de assistência social, e as possibilidades de trabalho com famílias em situação de violação de direitos. Para isso trago algumas considerações sobre a Política Nacional de Assistência Social e em seguida sobre as medidas protetivas de acolhimento. Por fim, o terceiro da revisão de literatura repousa sobre o tema do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, seu funcionamento, preceitos e desafios. Após o caminho traçado nos três primeiros capítulos elucidado a proposta metodológica adotada nesta pesquisa e sigo nos capítulos cinco e seis para a apresentação dos resultados desse percurso e das minhas considerações sobre eles.

Este é um trabalho no qual a academia, a vivência técnica e a experiência afetiva caminham juntos, no qual defendo que o campo de pesquisa deve ser eticamente comprometido, e que a construção do conhecimento não é neutra.

CAPÍTULO 1 - OLHARES PARA A INFÂNCIA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ser criança é o princípio, assim, iniciar essa discussão falando de conceitos, ideias e atravessamentos do que é a criança e a infância, bem como de concepções de proteção e cuidado, vinculados a elas. A criança muitas vezes é colocada no imaginário social em um lugar no qual representa a pureza, a fragilidade, a doçura e, também, uma aposta de futuro. Nessa compreensão, zelar e cuidar da criança estaria relacionado à defesa de um determinado ideal de amanhã, de mundo e de sociedade.

Por outro lado, ao estar cotidianamente com crianças nota-se que essas posições são idealizadas, e em muitas formas distantes da concretude vivenciada, discrepantes dos próprios sujeitos e comprometidas apenas com idealizações adultocentradas. Viver a infância diz respeito a realidades e devires infinitos, especialmente ao se considerar a cena brasileira, de um país com dimensões continentais e cenários de extrema desigualdade, que muitas vezes tornam a noção de proteção à infância desafiadora.

Neste capítulo estão discussões sobre infância, por meio de reflexões de contribuições da psicologia histórico-cultural, bem como da psicanálise. As bases para este trabalho estão leituras que extrapolam definições associadas a categorias restritas a faixas etárias e ao espectro biológico. A proposta é olhar para os contextos históricos e para as relações que estes conceitos estabelecem em um determinado tempo, espaço e sociedade, entendendo a criança enquanto sujeito que afeta e é afetado pelo meio com o qual se relaciona.

Por fim, é proposta uma breve retomada sobre a construção histórica dos dispositivos de proteção social e cuidado da infância e adolescência no Brasil, e finalmente, irei discorrer sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial sobre a doutrina da proteção integral inaugurada por ele.

1.1 A criança e a infância: uma proposta de olhar histórico-cultural.

Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos entende'
Cale o cansaço, refaça o laço
Ofereça um abraço quente
A música é só uma semente
Um sorriso ainda é a única língua que todos entende' (tio, gente é pra ser gentil)
(Emicida, 2019)¹

¹ O álbum amarelo do cantor Emicida dialoga com os temas amor, compromisso social e pertencimento. Por isso foi utilizado nas epígrafes dos capítulos de revisão teórica.

O que é uma criança? Essa é uma questão que impacta pela obviedade da resposta, e ao mesmo tempo pela complexidade de uma definição, o que gera, para muitos, certo incômodo. Recentemente em um curso, fiz essa pergunta e a filha de um casal de participantes respondeu: “sou eu, eu sou uma criança”. Então, antes de qualquer teoria, conceito ou explanação, quero começar pelo simples: uma criança é uma pessoa, um ser humano. É alguém habitado por vontades, desejos e medos, como eu e você. Assim, a criança é o sujeito que vive (ou a qual é negada) a infância, e é atravessada pelas diversas concepções históricas, sociais e culturais que a engendram.

Katz (2021) traz essa mesma pergunta em uma costura entre olhares da psicanálise e filosofia, que tem como ponto de partida o registro das crianças na literatura e na prática clínica psicanalítica. A autora trabalha a ideia de como as crianças acessam e se portam frente aquilo que é indizível, ou seja, como simbolizam experiências diversas que muitas vezes escapam aos adultos. Pontua que o susto, o não saber nomear, a forma de verbalizar, entre outros denotam que na infância e na vida adulta produzimos diferentes formas de registrar e acessar nossas experiências humanas. E dessa maneira, a criança tem uma capacidade de realizar e suportar discontinuidades e faltas que muitas vezes são preenchidas por adultos com recursos outros, muitas vezes perpassadas por sua relação com a linguagem e o conhecimento simbólico e não vivencial.

A autora destaca que não se trata de um não saber, ou não conhecer, apenas de um modo distinto de se relacionar com a falta, que estaria dentro do campo da psicanálise lacaniana vinculado a uma maior abertura com o Real, considerando as concepções de Real, Simbólico e Imaginário propostas por Lacan.² Diz Katz (2021):

Estive (e continuo) interessada em considerar as relações entre os termos criança, infância e sujeito para pensar as relações entre sujeito e época no tempo da infância. Nessa direção, tal construção serviu para entender a ‘criança’ como um significante que conjuga os termos do desenvolvimento e as determinações da época. O significante ‘criança’ foi pensado como o que designa as variações de experiência em relação ao tempo de desenvolvimento e às possibilidades do corpo, incluindo também, no seu termo, as diferenças de cultura e os efeitos da divisão de classes no interior de uma mesma cultura. Nessa trilha, caberia ao sujeito *fazer-se lidando* com a sobredeterminação e com a contingência de sua existência como criança, no tempo da infância (p. 15).

Estudar e dialogar sobre infância é falar e refletir sobre a criança, mas é possível fazer uma distinção entre esses dois elementos. A criança é o sujeito concreto, desde sempre marcado na história humana; a infância, por sua vez, é uma construção social, acerca da qual há representações e crenças, bem como a estruturação de dispositivos visando seu controle e socialização (Pinto & Sarmento, 1997).

² A teoria dos registros Real, Simbólico e Imaginário, desenvolvida por Jacques Lacan, é fundamental para a compreensão da psicanálise. Esses registros constituem a estrutura do psiquismo humano, delineando as diferentes formas de simbolização e representação. O Real refere-se à dimensão da realidade não simbolizável, o Simbólico engloba as construções sociais e linguísticas que atribuem significado, enquanto o Imaginário está ligado às imagens e fantasias. Para maior elucidação desses conceitos sugiro a obra de Michele Roman Faria (2019), Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan.

O trabalho de Philippe Ariès (1914-1984), historiador francês, é conhecido por suas contribuições no campo da história social e cultural, com um foco particular na história da infância, ele explorou as mudanças nas atitudes sociais em relação à infância ao longo da história, e sua obra é de grande impacto para os diversos campos de estudo nesse tema. Ao cunhar a ideia de “descoberta da infância” o autor fortalece a importância de se discutir e compreender as transformações e perspectivas a respeito das relações entre adultos e crianças na história e inaugura um vasto espaço para a construção de novos saberes. Entretanto, há a necessidade de se olhar para a heterogeneidade desses processos históricos, uma vez que os contextos e as relações que perpetuam a infância e a vida das crianças se alteram de acordo com os interesses políticos e econômicos de cada período (Veiga, 2019).

Ao longo da história humana as diferenciações entre faixas etárias adquiriram nuances e importâncias distintas. De acordo com o período e a sociedade a qual se tem como referência, adultos e crianças podem ter lugares sociais próximos ou distantes, bem como a duração de cada etapa do desenvolvimento pode variar (Cohn, 2020). A noção de uma fase da vida denominada “infância” é amplamente difundida e de certa forma naturalizada na contemporaneidade. Entretanto, Ariès (1981) afirma que, apesar de biologicamente a criança sempre ter existido, em meados dos séculos XV e XVI a infância começa a aparecer nos registros artísticos enquanto período com limitações e especificidades. Esses registros iniciais não apontam contornos de importância, cuidado ou afeto. As crianças eram inseridas na sociedade como aprendizes, pequenos adultos que ao sobreviver aos desafios do período de dependência, haveriam de ser inseridos nos afazeres e deveres sociais (Ariès, 1981; Ponce, 2010; Silva, 2018).

O sentimento e a valorização da infância adquirem um significado maior a partir do século XVII, onde se inicia uma preocupação com os processos de formação moral e pedagógica e a separação de ambientes para crianças e adultos. Além disso, no século XVIII, com o aparecimento dos métodos contraceptivos e a possibilidade de planejamento familiar, se torna mais comum o viés cuidadoso e afetivo sobre a infância, uma vez que as famílias passam a estruturar-se a partir do desejo de ter filhos (Ariès, 1981; Silveira Barbosa, Delgado & Tomás, 2016).

Os mecanismos de cuidado com o desenvolvimento infantil são atravessados por tensões raciais, étnicas, de gênero e de classe social. Ao mesmo tempo no século XVII houve maior investimento em um olhar amoroso e cuidador para as crianças europeias de classes sociais altas, também ocorria a utilização da mão de obra infantil das classes operárias e uma

exponencial escravização e tráfico de crianças africanas e indígenas nas colônias. O mesmo cenário que sublinhava a existência de demandas específicas da infância, da elite europeia branca, validava que as crianças pobres, indígenas e negras tivessem como parâmetro de assistência e proteção a destinação ao trabalho e a exploração de seus corpos, como via de regenerar uma condição inferior. Essas narrativas de desvalorização e insignificância foram perpetuadas por muitos séculos e ainda vigoram em algumas esferas da nossa sociedade (Veiga 2019).

A questão da divisão de classes permeia a temática da infância, pontuando que a contemporaneidade não sustenta um entendimento unívoco de infância distintiva. As disparidades que levam a essa multiplicidade não se manifestam apenas na delimitação de faixas etárias, períodos de desenvolvimento, maturidade biológica ou mesmo em condições demarcadas por posições e funções cotidianas, como professor – aluno. Em vez disso, a disparidade está impregnada na geografia, embora não se restrinja a ela. O cerne da questão reside na dimensão territorial. Portanto, faz-se necessário marcar e compreender as diversidades e desigualdades que esse tema abriga. Isso é ponto de partida para o desenvolvimento de novas relações com a infância, seja no âmbito particular, seja no público por meio do desenvolvimento de novas tecnologias sociais e da execução eficaz e eficientes das políticas públicas (Katz, 2019).

Os elementos apresentados habitam o desconforto, destacado no início deste capítulo, e servem como ponto de partida para uma reflexão sobre a criança, visualizada através de uma ótica peculiar, estranha e estrangeira. Nesse contexto, surge a necessidade de questionar se conseguimos reconectar com nossa relação com a infância e com o sujeito brincante que fomos e continuamos a ser. Nossas indagações buscam compreender se realmente interrogamos a infância ou se simplesmente reproduzimos a compreensão do outro (o adulto) sobre o sujeito infantil. Existem múltiplas possibilidades de interpretar a infância, considerando tanto a cronologia quanto o tempo e espaço que a criança ocupa. Isso envolve conceber não apenas uma noção de fase quantificável (relevante em nossa sociedade atual para estabelecer parâmetros em saúde e educação, por exemplo), mas também perceber a infância como uma experiência e intensidade. Nesse aspecto, é crucial estabelecer conexões com o que ocorre em cada cenário e suas interseções. Sob essa perspectiva, a infância não pode ser apreendida de forma consecutiva ou mensurável no tempo. É o espaço do ser, acessível em qualquer fase da vida (Kohan, 2010).

Possibilitar essa outra perspectiva de compreensão, tanto ontológica quanto política, que transcende a mera idealização ou estabelecimento de metas vazias para a construção de um

futuro diferente (como a concepção de que a criança representa o porvir), abre espaço para fomentar e incentivar o investimento na criatividade e na criação de um presente compartilhado, acolhedor e transformador. A potência da criança no momento presente e sua capacidade de revolucionar um determinado cenário emergem desse encontro entre duas experiências, entre a criança e o adulto com quem se relaciona. Observa-se aqui o reconhecimento da criança como agente produtora de cultura e inserida na dinâmica de transformar e ser transformada pela sociedade, dentro do contexto histórico e cultural ao qual está vinculada. Propõe-se, assim, uma visão da complexidade e incompletude do humano, cuja fluidez ressalta a presença e a existência de um sujeito em constante movimento a partir de suas relações (Aguiar, 2020; Pulino, 2003; Rosa, 2015).

Portanto, assumo que não há concepção única de infância, mas leituras e análises diversas, pautadas por olhares, vivências, temporalidades, crenças e condições sociais e históricas distintas. Cada povo e cultura lançarão ao início da vida humana uma compreensão própria que proporcionará diferentes lugares de relação com crianças e os adultos que cuidam, cada cultura à sua maneira. Para além disso, determinada posição e interesses sociais se fazem presentes em escolhas teórico-políticas para o delineamento de ações e práticas em determinadas esferas sociais. No sentido de que não há uma desvinculação entre a epistemologia de infância e o fundamento ético do processo de tomada de decisões de um Estado, como discutiremos mais adiante nesse capítulo. Um exemplo disso é o aumento expressivo de publicações sobre desenvolvimento infantil nos períodos pós-guerra, tanto nos anos de 1920, como nos anos de 1950. Tais estudos se relacionaram intimamente com os investimentos feitos na Europa na política de educação, bem como nas políticas voltadas a saúde e diminuição da mortalidade infantil, pensando na necessidade de reconstrução socioeconômica e no investimento a longo prazo na formação de mão de obra qualificada (Cohn, 2013; Didonet, 2011)

Esse mesmo olhar se fez (e ainda faz) presente nas políticas de proteção integral. De forma que dentro de uma acepção cronológica da infância, diversos estudos e aportes teóricos a colocam como período do desenvolvimento, como etapa de passagem para a vida adulta, muitas vezes em um lugar de vir a ser. Entendo ser imprescindível estudar e olhar para essas questões, mas sem negar à criança seu espaço de ser, enquanto sujeito do agora para ultrapassar uma postura de fixá-la como incompleta ou imatura, pois esta é uma posição construída a partir das relações centralizadas na perspectiva do adulto. Estar em processo de desenvolvimento é parte da condição humana, o devir e as transformações são parte da infância, assim como do ciclo de vida como um todo. Convoca-se aqui o olhar para a criança a partir do lugar da

alteridade, como outro em relação com os demais, sejam eles adultos, crianças ou adolescentes (Malaquias, 2013; Sarmiento, 2015).

Kramer (1986) apontava para importância de conceber a criança enquanto ser social e para a autora essa postura consiste em admitir a sua história, a geografia em que se insere, a sua classe social, a linguagem que partilha com seus pares a partir da cultura. Assim como considerar que o espaço que ocupa não é só físico, uma vez que há uma valoração de acordo com seu contexto familiar e o próprio lugar que ocupa nele (Kramer, 1986). Portanto, cada indivíduo é único, e que não há previsibilidade ou predeterminações no desenrolar de seu desenvolvimento, ainda que algumas abordagens dentro da ciência psicológica apontem para tal. Assim, ao falar sobre infância ressalta que ela adquire materialidade nas relações cotidianas entre os sujeitos e os processos de internalização e externalização que os perpassam, considerando também as condições físicas e biológicas das crianças (Chagas, Pedroza & Uchoa, 2012).

Nesse sentido, Vigotski (1931/2000) nos traz que a maturação biológica – enquanto sequência linear e cumulativa - não é elemento definidor do desenvolvimento, mas não pode ser descartada em sua constituição, uma vez que compõe a maneira como os indivíduos se relacionam com o mundo. Isso significa ultrapassar a dicotomia entre biológico e social e assumir a existência de um processo dinâmico e mutuamente constituidor entre essas esferas, em uma dialética de síntese entre as tensões que entre eles se colocam.

Ao abordar as interconexões entre corpo, afeto e cognição no estudo da criança, é fundamental considerar a sucessão de etapas de desenvolvimento atravessadas pelos domínios funcionais do ato motor, do conhecimento e da afetividade. Esses aspectos são construídos no e pelo meio social. Ao explorar a proposta de estágios de desenvolvimento apresentada por Wallon (1953/1979), torna-se possível caracterizar a maneira como os polos orgânico e afetivo se entrelaçam desde os primeiros anos, contribuindo para que o sujeito construa uma postura de autonomia e segurança (Cunha, 2023).

As análises de Wallon sobre o desenvolvimento oferecem uma abordagem que transcende dicotomias, antinomias ou sobreposições entre os diversos aspectos que compõem a experiência humana. Ao empregar o materialismo dialético em sua investigação do desenvolvimento, Wallon vai além de determinismos, reconhecendo as contradições que atravessam nossa existência e enfatizando a singularidade de cada sujeito e seu processo de desenvolvimento. Nesse contexto, a novidade emerge da síntese de elementos constituintes - corpo, aspectos sociais e culturais - todos esses conjuntos simultaneamente e, ao mesmo tempo, nenhum deles isoladamente (Cunha, 2023).

A consciência humana é uma unidade formada por afeto e cognição. Além do aparato biológico para o desenvolvimento humano, necessitamos, para nossa integralidade enquanto sujeitos, de vivência social, inicialmente experimentada no grupamento familiar. Dentro da leitura de Wallon (1979), a partir do materialismo dialético, não é apropriado falar em dicotomias ou polaridades, considerando que o biológico, emocional e social são elementos que se constituem mutuamente na condição humana. Dessa forma, a relação eu-outro é tão constituinte da saúde humana quanto as condições biológicas.

Proponho aqui pensar que dentro desta proposta de singularidade que a criança sempre irá evidenciar a possibilidade do novo para o mundo. Ela é surpresa para todos que a rodeiam, uma vez que mesmo já existindo discursivamente para seus pais, ou para a equipe que acompanhava a família antes do nascimento, ela é outro, e esse outro escapa aos saberes, uma vez que não está compreendido em definições preexistentes. A criança é ao mesmo tempo o agora de sua concretude e as possibilidades que se iniciam e se abrem com sua chegada. Pode-se dizer que a infância contradiz os saberes e as certezas instituídos e coloca em xeque posturas que a concebem com homogeneidade. A infância é enigma, o qual somos convidados a conhecer e nos relacionar, reconhecendo suas especificidades e exigências (Larrosa, 2004).

Frente a esse enigma, temos, enquanto sociedade, dificuldade de escutar os bebês e as crianças pequenas. O imperativo da produtividade e da eficiência adentra a esfera privada das famílias e reforça uma normativa da terceirização dos cuidados da infância, ainda dentro de uma lógica de responsabilização unívoca de feminino. Perde-se de vista que nos tornarmos adultos saudáveis, socialmente envolvidos e engajados relaciona-se a termos um bom princípio, que é proporcionado através de vínculo afetivo, sobretudo, do amor (de Jesus Andrade, Bacelli & Benincasa, 2017; Winnicott, 2019/1971). Há lugares possíveis, travessias e atravessamentos do vínculo e do pertencimento no processo de desenvolvimento e em seguida, entrelaces das políticas públicas e concepções de cuidado com crianças.

O ser humano é sujeito de cuidado e afeto, nascemos únicos e potentes, mas ainda dependentes da relação com um outro cuidador. Nos desenvolvemos a partir da disponibilidade desse outro em nos acolher e cuidar. Nesse contexto, reside a importância do afeto como uma necessidade fundamental dos seres humanos, tão essencial quanto a alimentação ou o sono, é por meio do afeto que nos nutrimos para desenvolver plenamente nossas funções e relações, investindo em nossas potencialidades para alcançar autonomia no convívio social. Portanto, as relações de cuidado que estabelecemos devem estar em sintonia com as exigências afetivas, assim como com outras demandas dos indivíduos, especialmente durante os primeiros anos de

vida, nos quais a interação com esses cuidadores contribui para a formação de uma identidade saudável (Oliveira, 2020).

1.2 Vínculo, cuidado e pertencimento: nós e laços do desenvolvimento

Vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Não sei, não posso saber
Quem segura o dia de amanhã na mão?
Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria, sim, seria, se não fosse o amor
O amor cuida com carinho
Respira o outro, cria o elo
O vínculo de todas as cores
Dizem que o amor é amarelo
(Emicida, 2019)

Conforme discutimos até aqui, a infância seria o tempo primeiro do desenvolvimento, lugar para pensarmos e nos enlaçarmos na constituição do sujeito. Garrafa (2020), pontua (a partir de uma leitura da obra de Lacan) que nós fomos um corpo antes da constituição do Eu, demarcando que para entrar o laço social, o bebê necessita de um contorno de linguagem, visto que esta precede o sujeito, o antecede. E nesse sentido é ímpar que alguém que está investido na relação com este bebê, de um lugar não anônimo, faça as marcações sobre o que se supõe das necessidades do bebê, de forma não toda, deixando algo de fora. E nessa cadência entre presença e falta o sujeito emerge. Isso significa que a constituição não está condicionada à satisfação das necessidades, mas sim da possibilidade de espaço na relação para este resíduo, conforme Lacan (1969/2003) discute em Notas sobre a Criança:

A função de resíduo exercida (e, ao mesmo tempo, mantida) pela família conjugal na evolução das sociedades destaca a irredutibilidade de uma transmissão – que é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo (p. 369).

Nesse trecho há um outro destaque que considero importante para a construção que aqui proponho, sobre o lugar da família conjugal, que sai de um espaço de primazia, para o de exercer uma função de transmissão. Ou seja, não resta em uma estrutura rígida a garantia para o desenvolvimento do sujeito, mas sim em exercer uma função na relação com este outro. A família nos moldes tradicionais, forjados pela emergência do capital nos idos do século XVII, não é e nunca foi garantidora de relações comprometidas com o fortalecimento de um self autônomo e saudável. A posição lacaniana marca aquilo que é imprescindível para que o sujeito apareça, independente do momento histórico, dos arranjos conjugais ou de posições jurídicas (como nas situações de medida protetiva). Teperman, (2020) afirma que independente do lugar parental ocupado, ou a forma como são nomeados (pai, mãe, avós, o que couber em cada

arranjo), o que se espera é que os adultos cuidadores (não anônimos) possibilitem a construção de uma posição social e psíquica que aparte o sujeito humano de sua condição natural.

Ao trazer para essa discussão recortes da teoria psicanalítica, em especial a que tangencia a leitura de Lacan, é importante pontuar que a emergência do sujeito perpassa a relação com a linguagem, e em especial com o conceito de Outro, enquanto “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer” (Lacan, 1998, p. 193-194). Trata-se aqui do espaço simbólico e social que desempenha um papel crucial na formação da identidade e da subjetividade do sujeito, o Outro é o espaço onde essa cadeia de significação é estabelecida e exerce influência sobre a subjetividade do indivíduo e o sujeito emerge dentro desse campo simbólico, sendo transformado pela linguagem, pela cultura e pelos significados atribuídos. Ou seja, não há esse processo de forma isolada, mas está intrinsecamente ligado ao contexto simbólico proporcionado pelo Outro.

Outra forma de colocar é que o Outro pode ser compreendido enquanto instância, que é anterior e externa ao sujeito, e ainda assim essencial para sua constituição. Ao discutir o bebê, há de se ter um Outro primordial encarnado, que ocupará o lugar de bússola na estrutura linguageira e isso gera a demanda para que as funções paterna e materna sejam encarnadas por agentes que sejam, mais uma vez, não anônimos, e evidenciem que este bebê está, também e de maneira mais ampla, localizado em um contexto familiar, social e cultural em razão da qual, sua constituição psíquica elaborará respostas (Jerusalinsky, 2014).

Pitliuk (2020) dialoga com essa premissa ao colocar que dentro das diversas leituras psicanalíticas há um espaço de concordância acerca da presença (e, conseqüentemente, ausência) e atuação de outro(s) para o advento do sujeito. Desse espaço comum, ela caminha para trazer a leitura, com base na obra de Winnicott, de que o início da vida psíquica se dá em uma relação, ainda que isso passe despercebido pelo bebê, e que o ponto primeiro é de um estado inicial de uma exitosa fusão. A autora segue entrelaçando alguns pontos da obra de Winnicott, como a proposta de os primeiros meses de vida serem demarcados por uma dependência absoluta, para posteriormente seguir para uma posição de dependência relativa – onde os bebês percebem-se distintos da mãe³ e do ambiente que os cerca - para então constituir uma independência relativa. Esse percurso é construído com relações perpassadas por posturas

³ Trago o termo mãe por ser o utilizado na obra em questão, todavia, o argumento construído nesta tese é que é possível e importante para um cenário de transformação social e responsabilização pelo cuidado, pensar em cuidadores de referência, adultos que cuidam. Iaconelli (2023), no *Manifesto Antimaternalista* constrói um capítulo chamado Preocupação materna primária qual tece importantes críticas ao lugar que Winnicott traz a ideia e as funções da genitora

amorosas que possibilitam um desenvolvimento saudável e a formação de um *self* forte e integrado, por consequência, a ausência de amor provoca falhas no percurso de desenvolvimento:

Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas um manejo desamoroso, ou impessoal, fracassa em fazer do indivíduo uma criança humana nova e autônoma. Onde há confiança e fidedignidade há também um espaço potencial, espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente e o adulto podem preenchê-la criativamente com o brincar, que, com o tempo, se transforma na fruição da herança cultural. (Winnicott, 2019/1975, p.150).

Dessa forma, os primeiros vínculos estabelecem a base para relações futuras, centrando-se na intimidade com o cuidador principal. Através desse contato, e na segurança proporcionada, surge a oportunidade de abrir-se para outros relacionamentos e experiências. O bebê transcende a fase de caos e indiferenciação em relação à mãe (ou cuidador de referência), desenvolvendo uma consciência de si no mundo. A acolhida pela família e a integração em uma posição além do aspecto físico nessa dinâmica relacional são cruciais. O banho de linguagem⁴ ocorre ao ingressar nesse complexo de vínculos marca uma posição subjetiva, inaugurando uma nova configuração e redefinindo papéis e posições estabelecidos até então. Portanto, ao entrar nesse tecido, o bebê contribui para a formação contínua na história de várias gerações. Este elo vai além da herança genética, indicando o que será simbolicamente herdado e o papel que pode assumir (ou não) na narrativa à qual agora pertence. O ambiente proporciona recursos, tanto falhos quanto presentes, para viabilizar a construção de novos elementos emocionais e psíquicos (Bernardino, 2006).

Pitliuk (2021) contemporiza essas questões pontuando a necessidade de olharmos para o fato de não sermos os mesmos, de que há a constante necessidade de refazer os trajetos de nossos referenciais, pois somos e estamos constituídos em uma posição histórica. Nesse sentido, Winnicott (2019/1971) sublinha o conceito de família como o primeiro grupo social, destacando sua importância na experiência individual, na formação do eu, nos processos de integração e desenvolvimento emocional. É essencial explorar quem são os protagonistas desse papel. As experiências de cada criança em suas relações familiares seguem uma temporalidade específica. O amadurecimento e a maturidade não estão simplesmente vinculados ao decorrer do tempo, mas sim à qualidade dos laços estabelecidos. Durante o processo de desenvolvimento, as lembranças, os afetos e os aprendizados do indivíduo, transformados pelos cuidados recebidos, gradualmente permitem a construção da capacidade de autocuidado, contribuindo assim para a

⁴ Expressão bastante difundida para falar da nomeação do corpo do bebê pelos seus cuidadores de referência, sem autoria conhecida.

redução progressiva da dependência em relação aos outros e ao ambiente circundante (Winicott, 2019/1975).

A trajetória delineada pela consolidação de relações saudáveis proporciona a conquista de um estado de bem-estar, marcado pela capacidade de expressar sua autenticidade e criatividade no mundo (Bogado & Cambuí, 2023). Esse percurso implica na transição inicial de uma posição de fusão e indiferenciação até a conscientização da existência de uma lacuna na relação como outro, que possibilita o entendimento do estar em relação. A presença de cuidadores e um ambiente suficientemente favoráveis é essencial para oferecer o suporte adequado às demandas ao longo do desenvolvimento emocional. No entanto, é crucial destacar que essa sustentação não implica em uma presença inequívoca. A condição humana inevitavelmente inclui erros, falhas e faltas, desde que esses elementos não ultrapassem a capacidade do outro em suportar, habilidade esta que se constrói gradualmente (Sei, 2008). Quando ocorrem descontinuidades e lacunas nesse processo, surgem defesas e estratégias que devem ser compreendidas e trabalhadas de acordo com a história e o percurso de cada sujeito. Cada investimento no desenvolvimento carrega consigo significados e consequências distintas. (Winicott, 2019/1975; Sei, 2008).

É importante para este trabalho a perspectiva de que o *eu* se constitui na relação com o outro, em uma troca e encontros que possibilitam escuta, diferenciação mútua, afeto e nomeação. Tudo isso de forma singular e atravessada pelo simbólico do corpo e da linguagem. Um corpo passa a não ser apenas isso, delimita-se e bordeia-se a partir da presença de alguém que o tira do anonimato. Isso geralmente se inicia pela via do cuidado. Essa compreensão relaciona-se à tese amplamente trabalhada por Julieta Jerusalinsky de que “*a estrutura psíquica ainda não está decidida na infância.*”⁵. Segundo ela:

(...) ainda que haja uma estrutura simbólica que anteceda e sobredetermine simbolicamente o sujeito, isso não equivale a dizer que sua estrutura psíquica já estaria decidida, pois será preciso uma diacronia, será preciso uma passagem de tempo, para que esta estrutura simbólica que o antecede produza seus efeitos de inscrição e para que, a partir de tais inscrições, ele possa começar a produzir as suas singulares respostas subjetivas (Jerusalinsky, 2011, p. 58).⁵

É necessário tempo, investimento e que um olhar atento recaia sobre o bebê/criança, e dessa maneira a valsa entre corpo e psiquismo poderá produzir efeitos diversos sobre o desenvolvimento. Para isso, o fator tempo (cronológico) é importante. Ao contemplar esta complexidade, percebe-se que as constatações provenientes da psicanálise dialogando com

⁵ Jerusalinsky (2011) data esta citação à “Alfredo Jerusalinsky. Psicose e autismo na infância: uma questão de linguagem. In: Psicose – Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, n. 9. Porto Alegre: Artes e Ofícios, novembro de 1993, p. 72; “. Todavia, é um conceito amplamente debatido em seus cursos, entrevistas, artigos e aulas.

outras posições, ao reiterar que não há predeterminação nem no campo do organismo, nem do psiquismo. Consequentemente, a temporalidade da intervenção é crucial. Quanto mais cedo se percebe um cenário no qual algo não está bem, e então se alinhe um processo interventivo, pode-se agir precocemente diante de desafios. Isso possibilita evitar a necessidade de aguardar a plena configuração de um quadro psicopatológico para iniciar um curso de ação. Para isso, o estabelecimento de um cenário relacional que privilegie o olhar para o bebê/criança é fundamental (Jerusalinsky, 2008).

Faz parte da construção deste trabalho a compreensão de que vínculo afetivo, presente neste texto em termos como *relação, encontro, troca*, é parte fundamental para nossa condição humana ascender em sua potencialidade, em um processo de desenvolvimento continuado, integrado e saudável. Entendo que vínculo é aquilo que une duas pessoas em uma determinada relação, é importante que nem todo encontro, nem toda troca irá estabelecer vinculações afetivas. Temos vínculos que são violadores, outros que são mercantis, alguns de oportunidade e assim por diante. Por outro lado, quando há na relação um investimento que é de uma posição de afeto e cuidado, há vínculo afetivo. Uma relação de vínculo afetivo, é aquela na qual é possível que haja amor. “Se nos lembrássemos constantemente de que o amor é o que o amor faz, não usaríamos a palavra de um jeito que desvaloriza e degrada o seu significado. Quando amamos, expressamos cuidado, afeição, responsabilidade, respeito, compromisso e confiança” (hooks, 2021, p. 51).

Em consonância com essa visão, Buber (2005) traz uma proposta de leitura do humano no mundo, a partir das relações de *eu-tu e eu-isso*, as quais ele denomina palavras princípio. Essas palavras descrevem posições do sujeito estar no mundo e devem, em um funcionamento saudável, ocorrer de maneira alternada. *Eu-tu* diz respeito às vinculações, à imersão e ao encontro com o outro. É uma experiência que não se limita no espaço tempo e foge à possibilidade de ser vista de maneira objetiva, é um encontro em constante transformação, fluído e intenso. Por outro lado, a relação *eu-isso* é importante por possibilitar o distanciamento e a leitura das realidades vividas e compartilhadas. A reciprocidade sugerida na relação entre *Eu e Tu* se revela como o princípio do dialógico, ou seja, ocorre apenas no contato entre aqueles que se reconhecem como seres atuantes. O diálogo autêntico possibilita a incorporação da alteridade em uma prática de transformação da realidade, visando a um caminho em direção à paz. Como resultado, o dialógico instiga uma interação constante entre os seres humanos, orientando-os uns em direção aos outros (da Silva, 2021). Em outras palavras:

Na perspectiva buberiana, a experiência implica um distanciamento reflexivo, situando-se no âmbito do *isso*, enquanto a relação está no âmbito do *tu*. A relação é vivência, não experiência. Ao encontrar alguém no modo *eu-tu*, a perda do espaço, do tempo e a desestabilização do *eu* possibilitam contemplação, novas

sensações, atravessamentos. A relação eu-isso, ao contrário, situa a pessoa no mundo dos objetos, ordenando e sendo extremamente necessária para a elaboração e a produção de significados, desde que não se torne a forma predominante de relação com o mundo (Luczinski & Ancona-Lopez, 2010, p. 78).

No entanto, não é suficiente ter uma relação qualquer; é essencial cultivar disponibilidade para relações autênticas. Essas relações autênticas não apenas revelam quem somos e como estamos, mas também implicam em um constante compartilhar da experiência vivida, encontrando-se na reciprocidade. Essa dinâmica nos permite reconhecer a nós mesmos como pessoas. Quando nos abstermos de estabelecer relações, perdemos o reconhecimento; e quando não somos reconhecidos, nossa existência é comprometida (Salutto, 2022).

Essa revisão teórica aponta que o desenvolvimento humano ocorre a partir de diversos movimentos na unidade afeto-cognição, logo, é preciso que o afeto (ou o amor, por que não?) seja compreendido como fundamental tanto nas relações cotidianas, mas especialmente nas políticas públicas, pois é essa a única via possível de pensar uma sociedade comprometida e corresponsável pela prioridade da infância. A ética, a autenticidade, a verdade são pilares para a construção de relações amorosas de cuidado, e isso é de suma relevância pois a ausência de justiça impede a existência do amor. Enquanto não alcançarmos uma cultura que não apenas reconheça, mas também garanta os direitos civis fundamentais das crianças, a maioria delas não terá acesso ao verdadeiro amor. Na nossa sociedade, o ambiente familiar representa uma esfera institucionalizada de poder que, muitas vezes, pode ser propagadora de violências pela via do silenciamento e do autoritarismo (hooks, 2021). Esse aprisionamento, ainda que simbólico, pode inibir a construção da autonomia e da criatividade dos sujeitos.

Outro ponto é que com o estabelecimento de vinculações afetivas, dentro de uma perspectiva em que haja troca e construção mútua, é onde emergem espaços relacionais de pertencimento. O sujeito pode perceber-se pertencente a partir do reconhecimento de afeto, de cenário de acolhimento e confiança. Todos esses fatores não possuem um formato ou um modelo universal para serem vivenciados e compreendidos, onde pertencimento, com quem me reconheço, perguntas que dependem do contato com o outro e este contato se insere em uma determinada encruzilhada de outras vivências, outros mundos outros saberes. A leitura do pertencimento é também interseccional. Ou seja, é preciso ao ler infâncias a crítica aos modelos hegemônicos que foram construídos baseados em um recorte que não considera as

interseccionalidades⁶ de raça, gênero e classe social em sua fundamentação (Macedo, de Miranda & Cavalcante, 2024).

Dourado (2019) nos pontua que ainda na contemporaneidade, o lugar da relação e do pertencimento muitas vezes é negligenciado, de maneira que um vasto número de estudos persiste em adotar como ponto de partida os paradigmas e pressupostos estabelecidos por um pensamento hegemônico, que busca abordar todos os seres sob a perspectiva de um desenvolvimento linear. Este paradigma sugere que, por exemplo, um bebê deve seguir uma trajetória de vida contínua, pressupondo que todos os bebês, independentemente do contexto cultural, devem percorrer essa mesma linha de desenvolvimento de maneira uniforme. Manuais foram desenvolvidos com base na concepção das crianças brancas europeias e, mais recentemente, americanas, sendo vendidos e amplamente consumidos por outras culturas, embora não representem de forma alguma a experiência psicossocial-política em que vivem. A questão que a autora levanta é a seguinte: uma criança nascida na em um país europeu passa pelas mesmas etapas de desenvolvimento que uma criança quilombola no centro-oeste brasileiro? Da mesma forma, uma criança nascida em um povoado de pouco contato no norte do continente africano deveria seguir um padrão de desenvolvimento idêntico ao de uma criança em uma tribo atacamenha, ou de uma criança urbana do Japão? É possível adotar um padrão de desenvolvimento homogêneo?

Pode-se afirmar que é preciso ir além, pensar em quais são as outras experiências que marcam esse suposto padrão de desenvolvimento, pensar o recorte de gênero, classe social e raça é imprescindível. Não é possível para pensar um território sem pensar os corpos que habitam esse território, bem como não é possível ignorar os efeitos da racialidade sobre o corpo e dessa forma, sobre a maneira como se constituem as relações. Fanon (2008) trata sobre os efeitos do olhar sobre o corpo negro na maneira como ele se manifesta, se constitui, se relaciona com os movimentos de uma cultura e sociedade. Necessário refletir sobre a forma como isso incide nas vinculações afetivas e na forma como, por exemplo, as crianças e adolescentes negros constituem tanto seu esquema corporal, seus afetos e o seu sentimento de pertencimento.

Faz-se ímpar ao discutir vínculo, em especial para logo mais falar de política pública, apontar para os impactos da vivência em uma sociedade racializada e racista.

O lugar do negro no Brasil, entretanto, revela que se mantém um laço social que atualiza a lógica escravagista de controle social, com efeitos na vida de homens e mulheres negras. A naturalização do lugar social do negro e da negra nessa lógica discursiva os inscreve, no imaginário e nas relações sociais,

⁶ Segundo Akotirene (2018): “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça, classe – modernos aparatos coloniais” (p. 14).

sob o signo da inferioridade, inclusive apagando qualquer traço intelectual, para manter seu destino social de servir e justificar o seu alijamento do mercado formal de trabalho, do estudo e da participação na formação social do Brasil. A estratégia político-ideológica de manutenção de um sistema de exploração, dominação e opressão sobre negras e negros torna a sua presença na cena pública caracterizada pelo jogo apagamento/superexposição, esta última elegendo nomeações por marcadores de identidades desqualificadas ou patologizadas, quando não criminalizadas. Faz-se necessário destacar a presença insidiosa dos discursos de naturalização do racismo, desse lugar social, e de sua função e operar na direção de sua desconstrução, um trabalho político e clínico (Rosa, Binkowski e Souza, 2019).

Em consonância cabe pontuar que o conceito de racismo estrutural pode ser discutido como uma forma de violência que causa danos tangíveis e intangíveis às crianças e adolescentes negros. O que pode incidir em uma série de experiências com efeitos negativos no desenvolvimento e construção de uma autoimagem fortalecida. É um fenômeno que contribui para a perpetuação da segregação e negligência e pode privar crianças de uma infância livre de preocupações, e muitas vezes impondo-lhes responsabilidades e medos, no sentido de desenvolver habilidades para se proteger ou se esconder durante tiroteios, demonstrando uma adaptação precoce a situações de violência (de Góis Pereira; Galoni & Ribas, 2023).

Existem em nosso tecido social diversos mecanismos de manutenção dos paradigmas, em especial aqueles que envolvem poder e interesses político-econômicos. Uma dessas formas é o fortalecimento de estratégias de naturalização da desigualdade e da violência, por meio de operações discursivas, no campo do simbólico. Esses mecanismos comunicam uma noção de verdade, que muitas vezes vem como elemento que enfraquece a crítica e o posicionamento político contra hegemônico, ou decolonial. Certas posições partilhadas na sociedade conduzem ao que se pode chamar de sofrimento sociopolítico, o qual resulta no esfacelamento da potência discursiva aos quais são submetidos aqueles que ocupam posições de rejeição no cenário social. Sobre esses indivíduos recai uma carga de discursos alienantes e identitários que os estigmatizam, criminalizando-os ou os patologizando (Rosa, Binkowski e Souza, 2019).

Neuza Souza Santos, psicanalista negra, e importante referência no campo psicanalítico brasileiro, bem como em sua interface com as relações raciais, pontua que a psicanálise vai se constituindo por uma crítica à noção de autonomia, que ela pontua como uma das formas de exercício a consolidação de um discurso sobre si e destaca a pergunta sobre o que é esse discurso, uma vez que somos alienados no discurso do outro (Santos, 1983). A melhor via possível seria fundamentá-lo na experiência concreta da realidade. Nessa concepção, o indivíduo transcende o papel de objeto para se tornar o sujeito de sua própria narrativa, uma vez que a afirmação da condição humana não é preexistente, mas sim conquistada na ação cotidiana (Navasconi e Moscheta, 2023). Ao falar de desenvolvimento infantil, de vínculos e de pertencimento, estamos em um campo que é fronteiro ao campo social, não podendo, ser lido de forma dissociada dele.

Nosso aparelho psíquico é uma construção formada a partir de imagens, palavras, signos, representações e emoções que fluem constantemente entre a infância e a idade adulta, entre o indivíduo e a sociedade. Idealmente, sua finalidade é facilitar o desenvolvimento de uma identidade pessoal, alinhada com o investimento emocional no corpo e na mente, tornando-se assim essencial para uma relação harmoniosa com os outros e com o mundo ao seu redor. Todavia, a pessoa negra “nasce e sobrevive imersa numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar esse modelo” (Souza, 1983, p. 34). Assim se consolida um *Ideal de Eu Branco*, constantemente reescrito por estruturas de admiração que em nossa sociedade são pautadas na branquitude, e que surge como um resultado refinado dessas vivências.

Kilomba (2019) narra experiências do período da infância sobre os impactos do racismo e da recorrente negação e aniquilamento das identidades negras:

quando pessoas negras olhavam para mim, eu sabia que eu tinha algo a ver com elas, mas não queria porque eu não queria ser vista como uma Neger, como elas eram. Eu pensava que havia todas essas imagens terríveis de pessoas negras nos livros, por exemplo... Ou na televisão, nas notícias, nos jornais, basicamente em todos os lugares. Em toda parte... Até hoje, isto é tão... Então, quando criança eu não queria ser como ela e, ao mesmo tempo, eu era uma delas, e eu sabia disso. Uma situação difícil... (p.152).

Nesses moldes, não há lugar social possível de ser ocupado para um sujeito racializado, pois é importante considerar que muitas vezes o significante negro já estava posto em significantes primordiais, nos gestos de afeto no mundo da linguagem, que ainda perpetuam o racismo. O racismo acontece através de nós, ser consciente de sua existência não nos retira de sua prática, as transformações precisam chegar ao campo da ação e da transmissão simbólica. O que é de extrema relevância nesta tese, que se debruça no efeito do vínculo afetivo nas relações e na consolidação de determinadas políticas públicas, e isso urge ser (re)pensado interseccionalmente.

Para além da questão racial, o lugar do gênero também precisa ser considerado nessa perspectiva do vínculo e do pertencimento, uma vez que há uma preponderância nos textos clássicos de psicologia do lugar da genitora enquanto figura de cuidado principal e a relevância disso para o desenvolvimento. Cabe aqui pontuar que um cuidador sobrecarregado e desinvestido na relação não irá sustentar esse lugar de afetividade (Iaconelli, 2023)

Cabe então a pergunta: o que ocorre quando esse ambiente, incluindo a nós enquanto sociedade, falha? Não está em questão aqui a falha necessária para a integração psíquica, ou da falha que proporciona o reconhecimento do outro. Começo a discutir sobre falhas que incorrem em privações, em violações e violências. O que acontece com a criança que não está tendo no ambiente familiar um lugar de promoção de seu desenvolvimento? Destaco a seguir alguns

mecanismos presentes ao longo da história brasileira para dar conta do cuidado com as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e/ou violação de direitos.

1.3 Resgate histórico dos dispositivos de cuidado no Brasil.

'Simbora que o tempo é rei, vive agora, não há depois
 Ser tempo da paz como um cais que vigora nos maus lençóis
 É um dois-um-dois, longe do playboy, como monge sois
 Fonte como sóis, num front sem bois, forte como nós
 Lembra, a rua é nós
 Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 (Emicida, 2019)

A compreensão do significado social da infância em diferentes contextos históricos e sociais perpassa o entendimento dos diferentes dispositivos de seu cuidado e assistência. É necessário entender que as ações e políticas executadas em diferentes períodos estão ligadas a lógicas específicas formadas por verdades particulares daquela época e, simultaneamente, apoiam esse aparato narrativo, o discurso e a atuação estão conectados. As práticas que constituem esse rol integram a produção de saberes, os significados e desdobramentos da infância e do ser criança, logo é importante fazer o resgate crítico do aparato de cuidado a infância e adolescência em contextos de vulnerabilidade (Lockmann & Mota, 2013). Marcílio (2006) ao tratar desse tema dividiu didaticamente a assistência à infância e adolescência em três períodos: caritativo, caritativo-filantrópico e estado de bem-estar social. Iremos apontar cada um deles ao longo desta sessão.

No período colonial a sociedade brasileira era marcada pela forte presença de valores e normas religiosos. A organização da colônia seguia os preceitos e costumes europeus e isso ficou marcado desde o projeto de evangelização colocado em prática pelos jesuítas. Ademais, as ações sociais eram alinhadas ao paradigma religioso da salvação, uma máxima que relacionava a redenção dos sujeitos ao exercício da bondade e da caridade. Nesse período, a assistência à infância entra em voga como um aspecto das práticas religiosas executadas pelas pessoas de bem e direcionadas ao próximo em situação de necessidade. Tais iniciativas eram de cunho paternalista e sem prerrogativa de transformação social (Del Priori, 2001; Lockmann & Mota, 2013). Esse período é o que Marcílio (2006) denominou caritativo e estende-se até o final do século XIX, quando juntamente com os movimentos abolicionistas emergem pressões sociais para a modificação do status da assistência à criança.

O fenômeno do abandono de crianças permeou a realidade das comunidades metropolitanas e coloniais, abrangendo todo o território do Império, de tal modo que foram desenhados arranjos distintos para lidar com essas situações, de forma a preservar a vida dessas crianças, de acordo com o a leitura predominante da época que as posicionava como futuras

almas para a Igreja e, de forma tácita, futuros vassallos para a monarquia. As Santas Casas de misericórdia eram exemplo desse trabalho. Eram instituições – já existentes em Portugal e na Europa - presentes em território nacional desde o início da colonização, vinculadas à igreja católica. As *Misericórdias* trouxeram em sua organização as Rodas dos Expostos, locais nos quais bebês eram colocados, de maneira anônima, para serem amparados pela instituição (Venâncio, 1999; Rizzini, 2004, Silva, 2021).

Havia em algumas dessas instituições, um espaço interno dedicado à criação dessas crianças, conhecido como a Casa dos Expostos. Nas colônias portuguesas, as rodas estavam presentes em áreas de maior densidade populacional. No contexto da América colonizada pelos portugueses, as Santas Casas de Misericórdia, que mantinham uma Casa de Roda ativa, ficaram restritas a áreas mais densamente povoadas. Assim, durante o período colonial, a três estiveram em operação, todas estabelecidas no século XVIII: a Roda de Salvador, inaugurada em 1726; a do Rio de Janeiro, em 1738; e a roda em Recife, instalada em 1789. Em Porto Alegre, a Roda dos Expostos foi institucionalizada no século XIX, em 1838, após muitos obstáculos. Cabe pontuar que a responsabilidade pela criação dos bebês e crianças passa a ser das Santas Casas, com a representação do Estado encarregada apenas de parte do financiamento das despesas (Franco, 2016).

Nas localidades desprovidas de Casas de Roda, as crianças eram deixadas nas em frente às casas ou em espaços públicos, numa cena que hoje talvez seria denominada de abandono, e sujeita à penalidade. De alguma forma, esse era um movimento mais popular. Abria certo espaço para às famílias criassem meios, muitas vezes frustrados, de escolher o destino desses bebês. Onde não havia a Santa Casa operando a roda ou algum outro dispositivo de “cuidado”, era comum as câmaras municipais simplesmente se eximirem do custeio com essas crianças. Em alguns lugares, os conselhos municipais subsidiavam as famílias que ficavam com as crianças sem muita intervenção na dinâmica que se estabelecia, como observado, por exemplo, em Mariana e Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais (Franco, 2016).

Como as casas de misericórdia eram instituições religiosas, a diretriz de ação estabelecida pela Igreja Católica era que todos os bebês fossem batizados ao chegar. Para além disso, havia orientações sobre o maior registro de informações possíveis para que se pudesse identificar a criança, caso a família retrocedesse em sua decisão. Há registros historiográficos de cartas que eram deixadas com os bebês, muitas vezes com o registro do prenome e comumente com referência à sua cor. Ainda que não fosse prática, em situações usuais, os registros de batismos conterem essa informação, era mais frequente no caso dos enjeitados. (Franco, 2016; Silva, 2014). Aqui coloca-se a importância em se racializar o debate acerca de

quem são as crianças que atendemos ainda hoje, e de que maneira a designação de cor é feita nos registros do SNA, nos casos de entrega voluntária em adoção, por exemplo.

As mudanças em quem eram os bebês colocados na roda, dá pistas aos historiadores sobre as flutuações acerca das motivações para deixarem bebês ao longo dos séculos. Há diferentes leituras sobre o fenômeno, algumas apontando que no período colonial era mais frequente um número significativo de bebês brancos devido à imoralidade de uma prole não desejada, ou ilegítima, e uma consequente mudança desse perfil a partir do século XIX quando a moralidade passa a julgar o abandono e relaciona essa prática à pobreza e miséria. Por outro lado, há uma corrente histórica que afirma o caráter amplo do fenômeno. O abandono era uma ferramenta usual, que ocorria por razões inúmeras - ilegitimidade, pobreza, doença, orfandade. Mas a origem desses bebês, devido à alta incidência do fenômeno, era muitas vezes conhecida. Cabe refletir que, havia certa legitimidade nele, quando colocado lado a lado com a via do aborto e do infanticídio (de Magalhães Arantes, 2020).

Contudo, mesmo sendo um fenômeno amplamente difundido socialmente, nas sociedades escravistas, os expostos apresentavam uma complexidade adicional no cotidiano: a associação rápida entre a aparência mestiça e a ligação com o abandono e a escravidão levantava a questão de como restringir o enjeitamento apenas aos segmentos livres. Surgiam casos de uso "indevido", onde escravas escondiam a gravidez e abandonavam os filhos, conferindo-lhes liberdade e distorcendo o princípio caritativo que orientava o bem comum. Consequentemente, em histórias descobertas, à margem da lei, os filhos das escravas eram algumas vezes reconduzidos à condição de escravidão (Venâncio, 1999, Franco, 2016, Franco, 2020).

Retomando a importância da leitura interseccional dos fenômenos destaque Franco, (2016), que demonstra como a lógica da roda não poderia incidir na lógica de manutenção do regime escravocrata:

Tudo indica que para conseguir êxito o abandono dos filhos das escravas deveria ser assunto restrito a poucas pessoas; tarefa difícil, especialmente para mulheres que dependiam do trabalho e não poderiam se recolher no interior das casas. Além disso, um desentendimento qualquer dava motivos para tornar pública a história de um escravo enjeitado. Em suma, era preciso que abandono de recém-nascidos fosse um privilégio de livres e tudo indica que efetivamente o foi. O controle feito por denúncias cotidianas, resultado de desentendimentos ou antipatias pessoais, era mais eficaz que medidas extremas por parte de instituições (p. 447).

Cabe pontuar, que a ideia de anonimato apontava para que adultos pudessem se resguardar da exposição de práticas que não estavam alinhadas à moral e aos costumes de cada época, como nas já mencionadas situações dos filhos ilegítimos. Após serem abandonados nas rodas, as instituições garantiam teto, alimentação e o sacramento do batismo, o que possibilitava que as crianças deixassem de ser pagãs, e dessa forma assegurava a remissão de suas almas, o

que se alinhava ao projeto social da época (Del Priori, 2001; Marcílio, 2006; Rizzini & Pilotti, 2009).

Todavia, a questão da destinação dessa criança, ou o investimento que o Estado fazia nas instituições, que era até meados do século XVIII uma questão local, ganha novas bordas com um leque de ações que objetivava maiores ganhos financeiros para o Estado, com maior geração de riqueza, utilizando entre outras estratégias, mão de obra barata; e a consolidação de um paradigma moral, que se alicerçava na estigmatização e criminalização da pobreza. A partir de 1780, as ações implementadas revelaram uma clara inclinação para o abandono de crianças, desconsiderando as limitações impostas pela legislação pombalina. Essa aposta no abandono, apesar dos alertas de bancarrota financeira feitos por diversas instituições de acolhimento, contribuiu para o aumento substancial do número de crianças enjeitadas. Embora a retórica enfatizasse frequentemente a ruína financeira para destacar a precariedade das instituições de caridade, não há dúvidas sobre o elevado custo das iniciativas que encaram o abandono em massa como uma solução viável. A aposta dos anos 1780, diante do aumento exponencial dos índices e das dificuldades de financiamento, não tardaria a manifestar sinais de exaustão. São os primeiros elementos no quais observamos campo para a transição para o período filantrópico (Schach, 2015).

Nesse contexto, alguns poucos bebês eram adotados e cuidados como filhos, mas em geral as ficavam aos cuidados das casas até aproximadamente sete ou oito anos, quando eram encaminhados a lares de família para aprenderem ofícios e colaborar com a rotina doméstica, ou seja, o que ocorria era a exploração do trabalho como forma de pagamento pelos cuidados. Schach (2015) aponta que até meados do século XIX as práticas ligadas à infância não tinham características técnicas ou que apontavam para um projeto de mudança de paradigma. O autor pontua que despontaram nesse período iniciativas de profissionalização dos meninos desamparados, como as casas de educandos artífices e os setores de aprendizagem em trens de guerra. Importante salientar que, ainda que legalmente a assistência às crianças abandonadas era custeada pelas câmaras municipais, de fato essas entidades assistenciais sobreviviam de doações e espólios.

Quando o governo imperial passou a promover iniciativas como as de profissionalização e outras relacionadas ao investimento do Estado na infância e juventude, abriu-se espaço para o debate a respeito do funcionamento da roda dos expostos e de demais práticas concernentes à infância. Dessa forma, houve um aumento na produção de saberes técnicos sobre essa temática e com ele, o referido início do período filantrópico. A fase filantrópica iniciou-se paulatinamente como continuidade à premissa da caridade, mas com um novo enquadramento,

que buscava institucionalizar a assistência à criança em situação de necessidade (pobres, abandonadas, andarilhas, entre outros). Crescia a associação entre violência, marginalidade e o não adestramento da infância e adolescência. Havia nessas crenças forte presença dos conhecimentos médicos e jurídicos que por sua vez ensejavam e fortaleciam os processos de institucionalização daqueles que não correspondiam ao modelo e a expectativa social (Marcílio, 2006).

A diferença entre as infâncias das diferentes classes sociais, dos mais ricos às classes mais baixas e excluídas socialmente, era demarcada pelos termos criança e menor, respectivamente. Foram criados abrigos, asilos, institutos para cuidar dos menores e, posteriormente prover à classe dominante mão de obra. Além disso, foram criadas Casas de Correção e Escolas Correcionais para os menores que haviam cometido infrações à lei. O caráter das instituições da fase filantrópica era higienista e marcado pelo discurso de regeneração daqueles que não se adaptavam à norma social (Marcílio, 2006; de Oliveira, 2002; Rizzini & Pilotti, 2009).

Entre 1870 e 1930 havia a premissa de programar o modelo republicano, e para tanto investiu-se em uma agenda marcada por ideias morais e eugênicas. Isso era justificado pela tarefa de sedimentar uma identidade nacional que estivesse distante da imagem de um país bárbaro e incivilizado. Na contramão dessa questão estava o crescimento demográfico intenso e a desordem urbana. Crianças e adolescentes nas ruas era uma imagem comum nos centros urbanos, que contribuía para associar a pobreza a um problema moral e sanitário. Tal cenário passou a justificar a intervenção do Estado nas famílias, para certificar que a criança e o adolescente tivessem tratamento e educação devidos. Caso isso não ocorresse, a retirada do seio familiar era justificada. Assim se deu um processo de moralização da família e de fortalecimento de ações tidas como preventivas para dirimir a possibilidade da criança se tornar uma ameaça à ordem social (Guedes, 2013). Importante destacar que a lógica posta não é proteger a criança, mas proteger-se dela.

Até o século XX a menção da infância e da juventude era tímida no aparato jurídico do Brasil (Quagliatto, 2017). Os documentos oficiais tratavam de maneira breve a imputabilidade de crianças e adolescentes que cometiam crimes, em um preâmbulo da discussão acerca dos menores infratores. Destaca-se que apesar da previsão legal de casas correcionais voltadas para o atendimento desse público, ele ainda era encarcerado em prisões junto com adultos. Em vista às atrocidades que ocorriam nesse campo já havia debates incipientes sobre a necessidade de uma postura protetiva do Estado para crianças e jovens, no lugar do viés punitivo que vigorava (Quagliatto, 2017).

Assim, no início do século XX, houve mudanças importantes no cenário público da proteção à infância. Em 1920 ocorre o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, que opera discussões importantes na pauta e garante a inserção sistemática do debate em esferas centrais da república, visto o contorno e viés científico conferido a partir do evento. No ano seguinte, a partir de uma lei federal orçamentaria, o governo permite a estruturação de políticas de proteção e de assistência ao menor. Cabe destacar que há desde então uma separação discursiva entre menor abandonado e delinquente, mas no aparato jurídico ocorria uma associação entre estratégias de assistência e repressão (Faleiros, 2011).

Outro marco importante, e desdobramento dessa lei é a criação do primeiro Juízo de Menores da América Latina, no ano de 1924, cujo juiz era o Dr. José Cândido Albuquerque Mello Mattos. Destaca-se que Mello Mattos utilizava de seu prestígio social, correlacionado à sua posição profissional, para convocar a sociedade civil a participar nas questões relativas a crianças e adolescentes abandonados ou delinquentes, angariando doações e incentivando a prática do voluntariado. E, além disso, fazendo a defesa do fortalecimento da justiça da infância, sustentando politicamente esse viés nos espaços em que transitava (Pinheiro, 2014).

Logo, por mais que se tomadas pelo viés atual, algumas posturas e decisões proferidas pelo dr. Mattos possam ser entendidas como rígidas ou punitivistas, é central reconhecer o papel que ele teve na construção e aplicação de uma legislação específica para a infância (Faleiros, 2011). Em 1926, dois anos após tramitação no Congresso Nacional (o que se relaciona com a inauguração do primeiro juizado), entra em vigor um decreto que consolida as leis de assistência e proteção a menores, e que dispõe sobre guarda, tutela, segurança, educação, e adequação dos abandonados ou delinquentes. Pode-se considerar esse documento um esboço do Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, o Código de Menores, de 1927, publicado no dia 12 de outubro. Por toda a centralidade e destaque de Mello Mattos na pauta, bem como a articulação que ele promoveu para que a lei entrasse em vigor, a norma ficou conhecida como “Código Mello Mattos” (Faleiros, 2011; Pinheiro, 2014).

No texto legal está absorvido um olhar higienista e de proteção do ambiente social e do cidadão, e a perspectiva jurídica da moral e da repressão. Dentro desse enquadre, a responsabilidade pela criança passa a ser estatal, de modo que a Roda dos Expostos foi extinta e ficou estabelecida a proteção legal do Estado até os 18 anos. Isso possibilitava que o estado pudesse intervir no pátrio poder e nos requisitos para a imputabilidade penal, garantida aos menores de 14 anos e com um processo penal específico para os adolescentes entre 14 e 18 anos. O código era um instrumento que buscava a adequação do comportamento da infância

criminalizada, ou em situação de risco, e de seus responsáveis no âmbito familiar (Pinheiro, 2014).

Com a crescente intervenção do Estado no âmbito das famílias rompe-se a invisibilidade destas e de seus filhos, no sentido que os núcleos familiares passam a ser alvo de controle e fiscalização estatal (Frota, 2007). É nesse contexto que o termo menor é cunhado no repertório léxico jurídico, para conceituar uma determinada faixa etária, que em determinados contextos demandariam a proteção e ação do Estado. O termo menor delimita a distância entre as infâncias das classes ricas e das mais pobres, sendo que na letra da lei o “menor” é descrito como um risco a si mesmo e a sociedade como um todo. Os instrumentos cunhados pelo Código Mello Mattos buscavam reforçar a demanda por saberes a respeito das causas da delinquência e, dessa maneira, por justificativas para a intervenção do poder público na infância e nas famílias:

Metaforicamente, menores passaram a ser todos aqueles ao quais a sociedade atribuía um significado social negativo. Menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros). Aquelas crianças caracterizaram-se como "menores" em situação de risco social, passíveis de tornarem-se marginais e, como marginais, colocarem em risco a si mesmas e à sociedade. Deste modo, tornou-se uma norma social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de "adestramento". O "menor" foi entregue à alçada do Estado, que tratou de cuidar dele, institucionalizando-o, submetendo-o a tratamentos e cuidados massificantes, cruéis e preconceituosos (Frota, 2007, p. 157)

No que concerne os adolescentes entre 14 e 18 anos que cometiam crimes, o governo federal cria o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). A iniciativa visava dirimir os impasses nesse atendimento. Entretanto, foi extinto em 1964 devido a críticas sobre seu modelo repressivo-correcional e a por falhas estruturais, desde as instalações, até a formação de seus profissionais (Marcílio, 2006). Em seu lugar, são instituídas a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor (FEBEMs). Em seu desenho organizacional, constavam objetivos relativos à pesquisa, estudo técnico e produção científica para aperfeiçoamento das operações com os “menores infratores”. Tal projeto estava relacionado a desenvolver um novo paradigma de trabalho, orientado à reintegração dos adolescentes e com base em uma abordagem que fosse socio terapêutica.

A FUNABEM, que operava enquanto instância federal centralizadora do atendimento aos adolescentes infratores, operou até o ano de 1990. Administrava as FEBEMs e as organizações particulares, bem com o encarregava-se da produção de conteúdo técnico e de divulgação de suas ações. Esse viés da propaganda era uma maneira de publicizar seu alinhamento com o Governo Militar e propagar a visão de que a ditadura produzia bons resultados para o fortalecimento de um Estado de Bem-estar Social - como apontou Marcílio (2006). As práticas ainda tinham cunho assistencialista e não de uma política de garantia de direitos. O plano de

fundo era um governo que buscava fortalecer sua centralidade e uma visão de manutenção estatal da ordem.

Ainda no período da ditadura militar, entra em voga o novo Código de Menores, Lei 6.697 de 10 de outubro 1979, nos mesmos moldes do rigor autoritário militar, dando continuidade à razão menorista de repressão e controle. Essa lei ampliava a prerrogativa estatal de aplicação de medidas preventivas a todos os menores de 18 anos, a despeito da circunstância. As adoções, por exemplo, eram tratadas sem rigor técnico e efetivadas em contratos escriturários semelhantes a compra e venda. As situações entendidas como irregulares abarcavam desde a falta de condições básicas de sobrevivência, omissão parental até cometimento de ato infracional. A nova lei e as práticas que ela aportava traduziam uma lógica de segregação e manutenção da ordem social, de forma tal que tanto as crianças e adolescentes que demandavam proteção, quanto aqueles que haviam praticado algum ato de violência eram “internados” na mesma instituição (Zanella & Lara, 2015; Nakamura, 2019).

Rizzini & Rizzini (2004) colocam que faltavam alternativas à institucionalização e que isso impactava negativamente o desenvolvimento da criança, que em diversos casos não deveria ter sido retirada do seio familiar e comunitário. Mesmo frente a essas atrocidades perpetradas, a demanda que se instaura pela produção de conhecimento técnico, já em meados da década de 60, segundo as autoras, há um aumento na produção científica sobre o tema, que apontavam para a existência dessas violências atreladas a atuação com a infância, bem como para a ineficiência das ações ensejadas. Observou-se um aumento progressivo na busca pelo encerramento dos grandes internatos, um fenômeno que reflete tardiamente o movimento internacional de reavaliação das políticas de atendimento fundamentadas em instituições totais.

Então, a partir da demanda (criada dentro da própria FUNABEM) pelo rigor da cientificidade ganharam força os questionamentos sobre as práxis da infância e juventude que ensejam o debate sobre uma nova lei pautada nos conhecimentos científicos e jurídicos mais progressistas da época. Os vários grupos envolvidos na discussão advogavam por uma perspectiva renovada em relação à criança e ao adolescente, destacando-os como protagonistas de suas próprias narrativas e procurando romper com práticas de exclusão consideradas prejudiciais e pouco eficazes (Arantes, 2009; Guedes, 2013; Frota, 2007; de Oliveira, 2002).

Paralelo a isso, no cenário internacional o século XX, especialmente a partir da década de 1950, experienciava uma crescente das discussões e debates no campo dos direitos humanos, e especificamente na seara da infância e juventude. A Organização das Nações Unidas (ONU) oficialmente criou em 1946 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), uma organização encarregada de assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, com

ação inicialmente focada na Europa e na China, no contexto pós-guerra, mas progressivamente ampliando suas ações para outros territórios. Em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas, como órgão decisório global da ONU, adotou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, marcando um comprometimento significativo das nações signatárias com a pauta em questão. (Faraj, Siqueira e Arpini, 2016; da Silva Miranda e Cavalcante, 2023).

O texto da declaração sublinhava o compromisso dos signatários sobre a efetivação de direitos que não poderiam estar vinculados a vivências específicas, ou que fortalecessem recortes excludentes. A tônica era de que meninos e meninas de todas as nações desfrutassem dos benefícios conquistados, independentemente de condicionantes ou fatores interseccionais que pudessem atravessá-los, atualmente há um avanço significativo acerca da compreensão interseccional das infâncias, tal qual defendo aqui, mas no referido contexto a declaração marca uma mudança importante no viés de atuação e concepção política de diferentes Estado. A Declaração enfatizou diversos direitos, incluindo o direito a um nome e nacionalidade, proteção social, saúde (abrangendo assistência médica e alimentação adequada), educação, proteção em conformidade com suas condições especiais, ambiente acolhedor e afetivo, e proteção contra qualquer forma de violação ou violência. Duas décadas depois, o ano de 1979 foi designado pela ONU como o Ano Internacional da Criança, e isso incidiu na criação de um grupo de trabalho cujo objeto era redigir a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 1989, a Convenção foi finalizada, representando outro avanço na garantia e promoção dos direitos humanos, com o Brasil entre os países signatários. Legalmente isso tem uma importância pois implicava o comprometimento dos países a comprometeram a orientar suas legislações de acordo com os princípios nela estabelecidos (Valente, 2013; da Silva Miranda e Cavalcante, 2023).

Cabe dizer que o processo de redemocratização possuiu elementos que ultrapassavam a retomada de Estado de Direito. Aqueles que se implicaram nesse movimento tanto se opunham à cena de autoritarismo militar vivida nas décadas anteriores, mas (talvez como resposta a esse silenciamento e violência) estavam na contramão de um positivismo legal, compromissados com ideais comunitários, que eticamente se opõe ao fortalecimento dos valores individuais e da proteção da vida privada como bem único e inquestionável. O que ocorre é a defesa e o fortalecimento de direitos sociais e da dignidade humana, colocando ênfase no lugar do sujeito como ser social. O compromisso constituinte se desvela ser com direitos fundamentais, como uma costura de reparação às contradições, violências e desigualdades vividas durante o período militar. O fato de a carta constituinte ir além de um novo ordenamento político, mas também

um ordenamento econômico e social classifica o CF88 como *Constituição Dirigente* (Moreira, 2008).

Assim, durante o processo de elaboração da Constituição de 1988 no Brasil, reconhecida por sua abordagem avançada em relação aos Direitos Humanos, e por seu caráter dirigente,⁷ houve uma mobilização significativa da sociedade em prol dos direitos das crianças e adolescentes. Isso é expresso historicamente através das articulações nesse período de movimentos sociais de incidência importante, como os do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), e ações conjuntas no Congresso Nacional. Um exemplo foi a *ciranda da constituinte*, ato na qual cerca de 20 mil crianças fizeram uma ciranda em volta do congresso nacional na ocasião da aprovação das emendas que aprovaram os artigos 227 e 228, demonstrando o engajamento popular (Cavalcante, 2018).

Acerca da constituição de 1988, penso ser importante pontuar que a questão que prepondera reside em sua efetivação, apesar de contar com inúmeros meios jurídicos disponíveis. A demanda da sociedade não se concentra apenas na busca por mais direitos, mas sim na busca por garantias para sua implementação. Tanto a prática política quanto o contexto social têm contribuído para uma realização limitada e, de certa forma, excludente de seus dispositivos. No âmbito da prática política, a concretude do projeto constitucional esbarra em obstáculos, tanto pela dependência da vontade dos detentores do poder político, como pela apreensão de alguns setores de que sua concretização sobrecarrega o Estado, impossibilitando-o de cumprir determinados propósitos. Isso se vincula ao contexto social, é uma norma concebida em um período marcado pela hegemonia neoliberal, que alicerça ainda nossa sociedade, e é uma ideologia que recorrentemente expropria direitos sociais e submete a organização social e, portanto, a vida de milhões de pessoas, à lógica do mercado. As reformas econômicas implementadas em consonância com esse projeto internacional de desenvolvimento econômico ampliaram ainda mais as disparidades, ameaçando o padrão mínimo de proteção e garantias de direitos sociais em escala global (Baptista, 2012).

Há um novo cenário político que possibilita a consolidação da premissa de seguridade social (assistência, previdência social e saúde) e a celebração de uma noção de proteção integral à criança e ao adolescente. O artigo 227 inovou ao estabelecer como fundamental o princípio

⁷ Valente (2013) coloca que o “caráter dirigente encontrou expressão na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), uma doutrina de proteção integral. Colocar em funcionamento o amplo e desafiador conjunto de direitos proposto nesse documento, provocando a necessária mudança cultural (jurídica e social), transformando o paradigma até então consolidado de “menor em situação irregular” em um no qual a criança e ao adolescente passam a ser apreendidos como “sujeitos de direitos”, exigiu um grande esforço. Esse esforço foi organizado em um Sistema de Garantia de Direitos, representado por um conjunto de ações que envolvem os órgãos de defesa, de promoção e de controle do direito de crianças e adolescentes.”

de que os direitos das crianças e adolescentes devem ser cumpridos, responsabilizando setores específicos da sociedade: a família, a sociedade e o Estado. Esse enfoque ressalta a importância de uma rede de responsabilização para transformar os direitos, previstos em lei, em ações concretas por meio de políticas públicas. Além de uma determinação legal, a necessidade de responsabilizar agentes específicos pela execução e garantia dos direitos das crianças e adolescentes possui fundamentação filosófica e racional, superando a concepção de que regras e leis abstratas são suficientes para embasar as ações na sociedade. O artigo versa sobre a corresponsabilização entre estado, família e sociedade pela garantia de direitos de todas as crianças e adolescentes, bem como dispõe sobre o combate à violência, a disponibilidade de recursos para a assistência à infância e a regulamentação das adoções. O princípio da prioridade absoluta passa a estar inscrito no ordenamento jurídico nacional e com isso tornou-se evidente a discrepância entre a norma constitucional e as legislações até então vigentes sobre o tema (Faraj, Siqueira & Arpini, 2016; Nakamura, 2019; Valente, 2013).

Este período histórico possibilitou que tanto a população que era atendida nos grandes centros institucionais, como os movimentos sociais e os demais setores organizados da sociedade fizessem objeção a forma vigente de prestar assistência às famílias e à criança. Reiteravam que durante o período da ditadura muitas violências foram invisibilizadas pelos mecanismos de controle do governo e aceitas socialmente em nome da manutenção da ordem social (Rizzini & Rizzini, 2004; Silva, 2004).

A prerrogativa constitucional fortalece e dissemina o debate sobre a imprescindibilidade de um novo marco legal para ordenar e orientar as práticas correlatas à criança, adolescente, suas famílias e demais instituições que prestam atendimento a esse público. A construção da proposta do estatuto ocorre a partir da inter-relação entre os operadores do direito, as políticas públicas (então representadas pela FUNABEM) e as organizações representantes da sociedade civil (Sandrini, 2012; Valente, 2013). Friso a participação da sociedade civil em todo o processo de mobilização e mudança do aparelho de atendimento à infância e adolescência, é apenas a partir da organização e mobilização social que se concretiza a necessidade de transformação do *status quo*.

Após esse percurso, é possível indicar como o panorama político ideológico de cada época relaciona-se dialeticamente com os pormenores do cotidiano daqueles que atuam na execução das políticas. É apenas a partir da reflexão e postura crítica das práticas sociais que se pode alterar um paradigma de compreensão da infância e da adolescência. Ademais, percebe-se que este não é um tema isolado, ou que não se alinha a outras questões, como por exemplo a oferta de mão de obra barata, o controle do corpo feminino, a autonomia e inserção das mulheres

no mercado de trabalho. Ou seja, a maneira como se inscreve uma política da infância e adolescência, traduz sobre aspectos diversos de uma ética de governo⁸.

Acerca do cenário que se estabelece é importante ponderar que há a necessidade de trazer para a ação nos territórios a letra legal, o que implicava (e ainda implica) em um exercício de educação em e para os direitos humanos, especialmente considerando que a legitimidade da liberdade resultante da racionalização da força estatal só se configura de maneira significativa em um contexto político caracterizado por uma justa distribuição de oportunidades. A ausência do direito à igualdade implicaria que a liberdade se tornaria um privilégio restrito a uma elite com recursos suficientes para adquirir educação e acessar lugares diversos, que se tornariam privilegiados. Assim, espaço de efetivação do direito à educação, se comunicam diretamente com o exercício democrático, uma vez que a igualdade transforma a cidadania em uma realidade pragmática e comunitária, considerando que a iniciativa pedagógica se concentra primariamente no desenvolvimento de competências para uma participação efetiva em uma comunidade política. Isso se comunica diretamente com a defesa dos direitos à infância e a consolidação do ECA (Gomes e Lima, 2024).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.609) foi promulgado em 13 de julho de 1990, revogando o até então vigente código de menores. O ECA regulamenta o disposto no artigo 227, e se torna marco no ordenamento jurídico brasileiro ao lançar a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, no lugar da doutrina da situação irregular. Foi a primeira legislação na América Latina que contemplou as postulações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança (Silva, 2004).

O Estatuto qualifica o lugar discursivo da criança e do adolescente ao reconhecê-los como seu público-alvo, rompendo com o léxico do “menorismo” e com terminologias que reafirmavam a dicotomia e a distância entre crianças e adolescentes de contextos distintos. Distanciando-se dessa forma de uma concepção de normalidade que baseava a compreensão das chamadas situações irregulares e justificava os mecanismos de segregação e controle. Criança e adolescente passam a ser compreendidos dentro de uma leitura crítica e enquanto sujeitos de direito em situação peculiar de desenvolvimento, o que enseja a eles prioridade absoluta (Souza, 2007). Ultrapassa-se (pelo menos no texto legal) a ótica de objetificação de seus corpos e negação de suas subjetividades.

⁸ Sobre o processo de mudança institucional e o papel das coalizões sugiro a tese “Mudança institucional e coalizões de defesa no congresso Nacional: do estatuto da criança e do adolescente ao marco legal da primeira infância (1990 - 2016).” (Silva, 2021). O trabalho foca no período seguinte ao estatuto, porém reflete sobre a centralidade do papel das articulações e organização política para efetivar mudanças e garantir direitos.

Silva (2021) pontua que a mudança do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não eliminou a natureza conflituosa das discussões e discursos relacionados à intervenção pública para a faixa etária em questão. Essa transição gerou e fortaleceu novas maneiras de abordar o tema, incorporando diferentes participantes ao debate e modificando e/ou consolidando crenças e estratégias utilizadas para influenciar as decisões governamentais sobre essa questão. Dentre as disputas em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) importante evidenciar a que ocorreu, e de certa forma ainda reverbera em nosso ordenamento social, entre duas perspectivas, a que lutava pela manutenção de alguns aspectos do código de menores (menorista) e outra que tinha como bandeira a garantia da condição de sujeito e dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes (garantista). Este embate influenciou as disposições do ECA, resultando em uma legislação que incorpora elementos de ambas as abordagens (Cifali, 2022).

O campo de atuação com adolescentes que cometeram infrações, denominado pelo ECA como campo socioeducativo, traz exemplos importantes, tanto para visualizar essas diferenças, como para construirmos pontes com o que ocorre no âmbito da proteção⁹. Os "garantistas" conseguiram assegurar instrumentos processuais constitucionais, como o contraditório e a ampla defesa, no processo de apuração de atos infracionais, além de estabelecer um limite de até três anos para a privação de liberdade de jovens. A legislação consolidou princípios como brevidade e excepcionalidade das medidas de internação, limitando a atuação estatal e reservando a internação como último recurso, aplicada apenas em casos excepcionais. Por outro lado, os defensores da corrente "menorista" conseguiram manter a indeterminação do tempo da intervenção até o momento da sentença, defendendo a reavaliação da medida socioeducativa a cada seis meses. A medida socioeducativa não é considerada uma pena, ainda que em termos práticos o seja, refletindo a perspectiva "menorista" de que possui natureza não exclusivamente repressiva, mas também social e educativa, o que de certa forma é naturalizador de violências institucionais. Mas, apesar das divergências, ambos concordavam que a intervenção sobre jovens autores de delitos deveria ocorrer em um âmbito especializado, considerando sua peculiar condição de desenvolvimento. (Cifali, 2022). Esse debate da profissionalização e especialização é também muito atual no âmbito das medidas de afastamento da criança de sua família.

Apesar de o Estatuto ser uma legislação que atende aos parâmetros internacionais, e é compreendida enquanto inovadora por trazer uma nova perspectiva de direitos, é importante

⁹ Destaco que entendo e defendo que todo o debate e as ações da socioeducação compõe a proteção, todavia, essa divisão é feita pelo educador na divisão dos capítulos do Estatuto.

estarmos atentos aos resquícios históricos do assistencialismo e da truculência institucional, há um embate entre as novidades propostas e os antecedentes históricos da política. Nota-se que a incidência desse tipo de postura (reacionária e elitista) ocorre de forma mais contundente nas atividades com populações vulneráveis. As entidades encarregadas do atendimento direto à população muitas vezes possuem uma cultura institucional que não está de acordo com o plano de fundo epistemológico, político e pedagógico das ações previstas nos marcos regulatórios. Ou seja, ainda não se alinham às iniciativas de promoção da autonomia ou de efetivação de direitos, criando um hiato entre legislação e prática (Silva & Lopes, 2009; Arantes, 2012).

Os fundamentos da proteção integral precisam ser constantemente revisitados, para que haja uma da execução das políticas abarquem a diversidade dos sujeitos e seus contextos e que seja implementada de maneira dialética, sem o dualismo vítima-infrator, uma vez que as relações nos quais se inserem a infância e adolescência na sociedade brasileira atual são perpassadas por inúmeras contradições. Essas contradições fazem parte da condição humana, e se torna indispensável olhar à criança/adolescente em sua integralidade e enquanto indivíduo em processo de desenvolvimento. O tripé Estado, sociedade e família, têm enfrentado obstáculos para garantir a prioridade absoluta. É possível referenciar que ainda há diversos entraves no que concerne às vulnerabilidades e violências estruturais, e esses operam circunstâncias pouco promissoras para que famílias e crianças não efetivem e exerçam suas potencialidades e conseqüentemente, sua autonomia. Assim, é necessário um aparelho coeso de políticas públicas integradas e intersetoriais, que operem na prevenção das violências e promoção de direitos humanos (Monteiro & Costa, 2018).

Ainda que seja alvo de críticas, desde sua aprovação, O ECA enseja um processo de ampliação de consciência de direitos na sociedade brasileira, ao colocar em foco a fragilidade histórica que assolava as crianças e adolescentes de classes sociais em contextos de maior vulnerabilidade e violência estrutural, de forma que o que ainda se nota é a intervenção do estado junto a famílias pobres, negras e periféricas, tal qual no código de menores. Assim, afora constituir o cenário de mudança nos âmbitos jurídico e político, é tarefa do estatuto a corresponsabilização entre Estado, família e sociedade.

Como dispositivos para isso, o ECA prevê no âmbito da infância e adolescência os Conselhos de Direitos¹⁰, em âmbito nacional, estadual e municipal. Eles são órgãos localizados no âmbito Poder Executivo, deliberativos e compostos de forma paritária, conforme estipulado

¹⁰ Sobre o papel dos conselhos de direitos na participação e controles social, visando o fortalecimento da democracia, sugere-se a leitura do capítulo *Conselhos de direitos e direitos nos conselhos o papel dos conselhos de direitos no processo de democratização* (Monteiro, Souza e Cruz, 2012).

no artigo 88, inciso II do ECA. Sua composição é dividida igualmente entre membros indicados pelo poder público e eleitos pela sociedade civil. Dentre as suas principais atribuições estão: elaborar os Planos de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, delineando políticas públicas e ações para assegurar a proteção integral desses grupos; fiscalizar as ações voltadas ao atendimento da infância e juventude; nomear e empossar os membros eleitos do conselho tutelar; administrar o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo critérios para a aplicação de recursos e exercendo controle administrativo por meio de um gestor; conduzir o processo de julgamento de membros dos Conselhos Tutelares, por meio da instauração de processo administrativo e disciplina, registrar programas de proteção e socioeducativos de entidades governamentais e não governamentais, conforme os artigos 90 e 91 do ECA (Brasil, 1990).

Esta é uma das maneiras na qual observa-se o corpo social convidado a implicar-se na elaboração e fiscalização das políticas para a infância. O ECA demonstra preocupação com a fundamentação de suas práticas, pois dessa maneira distancia-se da massificação das ações excludentes e higienistas que marcaram os períodos caritativos e filantrópicos. Assim, está alicerçado em três princípios: municipalização, que garante a territorialidade das ações e a sua adequação as realidades vivenciadas; prioridade absoluta, que garante a precedência das ações correlatas à infância ao considerar seu estado de peculiar desenvolvimento; e superior interesse da criança, visando contemplar as especificidades de cada cena abarcada pela norma legal (Sposito e Carrano, 2003).

Outro ponto importante, ao debater o Estatuto e sua implementação e fortalecimento, foi a instituição formal do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), um conjunto articulado e integrado de órgãos, entidades e ações governamentais e não governamentais para assegurar e promover os direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Seu funcionamento, com parâmetros e orientações foram estabelecidos pela Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Segundo essa resolução, o SGD tem a responsabilidade de proteger todas as crianças e adolescentes contra qualquer forma de violação de direitos, assegurando a apuração e reparação dessas violações e é organizado em três eixos: promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos. Esses caminhos estratégicos objetivam cumprir de fato as ferramentas normativas já existentes, e já mencionadas neste trabalho, Convenção de Direitos da Criança, Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente; Estabelecer e reforçar as entidades públicas encarregadas de operar o sistema, além de simplificar o acesso aos mecanismos de asseguramento de direitos (Brasil, 2006).

A ação cotidiana do SGDCA, de forma coordenada, em rede, com diferentes instancias é um importante marco para que cotidianamente, nos discursos e nas práticas, se distancie a proteção integral de uma lógica de controle e tutela. Isso é extremamente caro nos casos que envolvem algum contexto de judicialização, uma vez que famílias, crianças e adolescentes se percebem em alguns casos à mercê de uma decisão judicial, sem estar recebendo o investimento necessário para sua emancipação social e cuidado integrativo. Com maior envolvimento de outros atores há a possibilidade de maior protagonismo das famílias e um viés mais horizontalizado de atuação. Para isso é necessário reconhecer a tensão (e não a contradição) entre proteção e autonomia. Delimitando a distância entre assistencialismo e assistência social e assumindo que os melhores interesses da criança e do adolescente precisam ser garantidos em rede, como aprofundaremos no capítulo a seguir (Arantes, 2012).

Outro aspecto da doutrina de proteção integral é a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Na configuração do Estatuto, ela aparece enquanto direito a ser zelado pelo tripé família-estado-sociedade e, mais adiante o Capítulo III, do Título II, “Dos direitos fundamentais” (Lei 8.609, 1990), trata especificamente desse âmbito, trazendo tanto a definição de família, como a primazia do direito da criança e do adolescente a desenvolver-se no seio familiar. A abordagem que o ECA faz desse tema é um importante contraponto à cultura da institucionalização perpetrada na história brasileira (Valente, 2013). Vale ressaltar, ainda nesse escopo, importantes alterações no texto legal ao longo das últimas décadas, em especial as realizadas pelas leis 12.010/2009, Lei 13.257/2016 e 13.509/2017. As referidas legislações alteram prazos e dispositivos de proteção que se relacionam com o contexto das medidas judiciais de afastamento da família de origem, o acolhimento institucional e o familiar.

Ainda que a provisoriedade das medidas protetivas de acolhimento já estivesse prevista, há a determinação de prazo, atualmente o tempo em vigor é de 18 meses, salvo em casos graves e excepcionais, e instrumentos para corroborar com a exequibilidade deste prazo, como por exemplo a determinação da confecção de Planos Individuais de Atendimento (PIA) para garantir a efetividade das ações, apresentado até 30 dias após o acolhimento. Outros dois pontos a serem sublinhados são a manutenção em família de origem ou a reintegração a ela preferencial a qualquer outra ação, e a precedência da modalidade familiar de acolhimento. Portanto, ao interpretarmos o texto legal e as transformações que ele sofreu, observa-se instrumentos de reparação histórica, como em relação à criminalização da pobreza. Não obstante, o que vemos na nossa história é a separação e segregação de crianças pretas e pobres de sua família, e o investimento em modelos inatingíveis de família. Sobre isso, o artigo 23 do ECA coloca de forma expressa que:

A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.

Há, portanto, uma preocupação em concretizar os encaminhamentos, dentro das políticas públicas de cada território, que possam amparar a realidade socioeconômica do núcleo, de forma que essa não desencadeie outras violações às crianças e adolescentes. Valente (2013) nos atenta para a necessidade de investimento e efetivação dos dispositivos legais. Não há automaticidade na aplicação da lei, a sua existência textual não é garantia das modificações necessárias. Diversamente, é no fazer cotidiano que os embates políticos se tornam a força motriz para a transformação. Por fim, é um dispositivo legal inovador, fundamentado técnico, ético e politicamente, dentro de uma epistemologia da complexidade e dos direitos humanos. A sua efetividade está correlacionada à concretude das políticas públicas e da apropriação dos operadores do direito, gestores e sociedade civil acerca de sua arquitetura.

CAPÍTULO 2 - A CRIANÇA E A FAMÍLIA EM CONTEXTO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E O AFASTAMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR.

A família é o primeiro local de inscrição do sujeito no laço social. É a partir do reconhecimento desse espaço de pertencimento simbólico que nos constituímos humanos e aprendemos a nos relacionar com o mundo a nossa volta. Dessa forma, pode-se dizer que a família é o lugar primordial de cuidado, no qual a criança terá o aporte para seu desenvolvimento integral. Mas é importante se discutir qual é o conceito de família utilizado neste trabalho, de forma a se desfazer de concepções engessadas, naturalizantes ou despolitizadas.

Há constituições e arranjos diversos nas formações familiares, variando de acordo com escolhas afetivas, contextos socioeconômicos, diversidades culturais, entre outros fatores. Portanto, variam também as compreensões de cuidado, proteção e vínculo compartilhados em cada grupamento familiar. Os saberes técnicos em diversas áreas (psicologia, serviço social, pediatria, pedagogia, antropologia etc.) e a ética do cuidado e da defesa dos direitos humanos que subsidiam o ECA, corroboram para a defesa da convivência familiar e comunitária como direito fundamental da infância e adolescência.

Assim, a proteção integral da infância ocorre no interstício entre o público e o privado, tanto pela responsabilidade compartilhada entre família, estado e sociedade por zelar pelas crianças e adolescentes, como pelo entendimento que cuidar das infâncias e adolescências é olhar para suas famílias. Coloco aqui uma tríade de questões que se entrelaça: quando uma família falha em seu caráter protetivo, quando uma família se encontra no polo de violação dos direitos dos seus e, nesses casos, quando cabe a intervenção estatal?

Frente a essas questões, é importante refletir sobre qual é o alicerce da política pública de atuação com famílias, crianças e adolescentes, bem como qual é a base ética da intervenção estatal. Atua-se na perspectiva de promoção de direitos e convivência familiar e comunitária ou ainda há em nossas práticas resquícios do paradigma punitivista e segregador?

Trabalha-se então com autores que problematizam sobre o que são contextos de violação de direito e de que maneira a organização de uma política pública centrada na família constrói uma rede de proteção para os direitos da criança e do adolescente e coaduna para a consolidação de políticas públicas pautadas na defesa dos direitos humanos.

2.1 Famílias e contextos de violação de direitos: ampliando olhares.

“Mais cedo brotou alecrim em segredo

Tava com jeito que ia dar capim
 Ela reclama do azedo, recolhe os brinquedo
 Triunfo hoje pra mim é azul no boletim
 Uma boa promoção de fralda nessas drogaria
 O faz me rir na hora extra vinda do serviço
 Presentes feitos com guache e crepom lembra meu dia
 Penso que os sonhos de Deus devem ser tipo isso”
 (Emicida, 2019)

De forma coesa com a discussão da infância a partir de uma leitura contextualizada de forma histórica e cultural, há concepções que abarcam o entendimento do conceito de família como uma construção moderna, que sofreu alterações significativas ao longo dos últimos séculos. Moschkovich (2023) nos atenta:

Embora apareça em estudos de diversas áreas das ciências sociais e das humanidades como objeto de interesse, ferramenta de análise ou fenômeno investigado, “família” não é uma categoria científica e nem mesmo um termo nascido como conceito científico. “Família” é uma categoria da linguagem comum, que pode ser e tem sido disputada, apropriada e modificada de múltiplas maneiras ao longo da história (p. 2)

Mesmo na contemporaneidade, diferentes olhares podem ser lançados sobre essa definição. A psicanálise, por exemplo, traz a família enquanto estrutura de inscrição simbólica do sujeito no laço social. Como já discutido anteriormente, Lacan (1985) coloca a família como espaço de transmissão de costumes e cultura a partir do reconhecimento da autoridade familiar. Ou seja, à medida que alguém se entende parte integrante daquele grupamento, constrói-se um determinado ordenamento psíquico ao qual é necessário que ele responda, tanto para sua integração, como para a continuidade dos saberes e tradições familiares:

apesar das diversas transformações que sofreu, a família, como estrutura, é um fenômeno universal presente em todos os tipos de sociedade; é sobre ela que repousa a ordem social, na medida em que pressupõe um “não anonimato” na relação entre pais e filhos, na transmissão dos interditos necessários à cultura para que uma família não se encerre em si mesma (Kamers, 2006, p. 116).

Há, corroborando com essa posição, a existência de certo senso comum ao invocar o conceito de família. O que pode estar relacionado a um determinado projeto político social que invoca uma ordem normativa, na qual a família enquadrar-se-ia em um ideal de relações harmônicas e organizadas. Essa construção difundida socialmente permite a leitura de um projeto civilizatório. Assim, uma das possibilidades que se tem é o debate da família enquanto categoria social, que nasce da passagem de um grupo nominal a um coletivo real ligado por laços afetivos, que trabalha arduamente, em especial no campo simbólico, na passagem da obrigação em amar para uma disponibilidade amorosa (Bourdieu, 1996). Essa posição possibilita refletir sobre a progressiva construção de uma representação imagética de família, que compõe o léxico simbólico que perpassa diferentes lugares sociais, ainda que seja para alguns inalcançável ou mesmo não desejado.

Essa cena constrói o espaço de uma instituição familiar, que pode ser potente ferramenta de manutenção de uma determinada ordem e classificação social. Logo, além dos afetos, há na organização familiar uma função econômica, relacionada à continuidade dos bens e propriedades de um determinado grupo. O lócus econômico configura-se também lócus de poder político, de forma tal que, quando o Estado incide em um modelo de família e nas relações que ela estabelece, entre si e com outrem, se faz presente também em interesses político sociais específicos, um projeto de Estado e sociedade (Bourdieu, 1996).

O advento do modo de produção capitalista implicou em um novo controle disciplinar na sociedade, em que a vida do indivíduo trabalhador é subordinada ao momento laboral, considerando sua esfera doméstica como um apêndice desse processo. A regulamentação minuciosa do casamento, observada no Código Civil promulgado logo após a primeira Constituição Republicana, encontra justificativa nesse entrelaçamento entre núcleos familiares e as funções de reprodução da sociabilidade burguesa. A normatização detalhada da sexualidade e dos gêneros torna-se essencial, vinculando-se diretamente às funções sociais do trabalho assalariado e, portanto, à operação e manutenção do status quo (Biondi, 2018; Pelissa & Barcellos, 2022).

A família, concebida como um organismo único, tem sua subsistência assegurada não apenas pelo salário do trabalhador, que negocia sua força de trabalho, mas também por todos os membros que compõem o núcleo familiar (Lisboa, Aguiar & Bellini, 2022; Pelissa & Barcellos, 2022). Segundo Federici (2021), a exploração de trabalhadores não assalariados também se estabelece por meio do salário, e a divisão sexual do trabalho intensifica a dependência financeira das mulheres em relação ao homem e ao Estado. A unidade familiar torna-se dependente da renda salarial devido à mercantilização pelo capital dos itens essenciais à vida material.

A família burguesa, emergida no século XVIII e consolidada como estrutura dominante no capitalismo avançado do século XX, atribui ao casamento um papel relevante, desvinculado da manutenção de tradições. Em vez disso, o casamento passa a ser associado à preservação da acumulação de capital e à valorização da escolha individual, fundamentando-se em elementos como domesticidade, amor romântico e amor maternal, todos envolvidos em privacidade e isolamento. Outra característica distintiva dessa estrutura familiar reside na desigualdade entre marido e esposa, estabelecida pela divisão sexual do trabalho. Nesse arranjo, o homem desempenha o papel de provedor público, enquanto a mulher assume o papel de mantenedora do lar privado. Essa configuração propicia as condições para a transmissão de propriedade aos herdeiros legítimos, sendo caracterizada por Engels como uma forma de prostituição,

contrastando com a igualdade na exploração entre marido e mulher no proletariado, resultante do trabalho assalariado (Lisboa et al., 2022).

A discussão a respeito da família enquanto um espaço que é concomitantemente físico, relacional e simbólico é pertinente uma vez que usamos, por exemplo, *família* para metaforizar situações que significam e representam aquilo que é corriqueiro, natural ou ao qual estamos de alguma maneira compromissados: isso me é familiar, fulano é da família, já estou familiarizado com a situação. Ou seja, na concretude cotidiana das relações familiares que se constroem arquétipos e modelos sociais. É importante pensar que há uma complexidade posta, que extrapola antinomias e dicotomias, como família boa ou má; atenta ou negligente; amorosa ou conflituosa. O exercício de olhar crítico e desconstrução desse à priori da família requer constância e atenção, para que possamos problematizar e ampliar a compreensão tanto sobre a diversidade relacional ao qual o termo família envolve, como às diretrizes e ações que alicerçam leis e políticas públicas que tratam dessa temática (Saraceno, 1997).

Sobre este tema, uma ideia interessante é que “a força dessa naturalização leva não só a uma compreensão que ignora sua historicidade, mas que também considera a família como uma realidade plenamente enquadrada, interiormente homogênea e apreciável como tal em qualquer contexto social e histórico” (Carloto & Mariano, 2010, p. 452). O empuxo realizado por diversos grupos para caber e se moldar a esse espaço supostamente corriqueiro e universal, silencia e oportuniza sofrimento psíquico e violência.

A psicóloga Geni Nuñez vem trazendo ao público um importante debate acerca de como a sociedade colonial imprime em diversos temas da vida cotidiana a lógica de uma via de unicidade e exclusividade. A autora discute que a relação social com os modos de produção da atualidade nos leva a diversas monoculturas, que se fundamentam na ideia colonial binarista, de que as coisas são umas ou outras:

É através da compreensão desse sistema de pensamento que podemos reconhecer os efeitos de suas práticas violentas. Nessas monoculturas um dos eixos centrais é o pressuposto da não concomitância: só um deus seria verdadeiro, só um amor seria legítimo, apenas uma sexualidade a ser escolhida, apenas um plantio na terra e assim por diante. Esse modo unívoco de existir só consegue se positivar na negatização de outros seres, operando através de uma lógica parasitária. Nela, humano seria a negação do animal, civilizado a negação do selvagem, além de não haver concomitâncias: nunca azul e rosa, masculino e feminino, humano e animal ao mesmo tempo (Nuñez, 2021, p.2).

Observamos efeitos dessa lógica na organização da família contemporânea, com a busca de relações familiares unívocas e formatadas, nas quais as crianças devem ser fiéis a seus pais, ou pelo menos a um deles e que o modo de educação está centrado no fortalecimento desta unidade relacional, que deve ser (pelo menos em tese) forte e duradoura. Um modelo amplamente idealizado e que pouco condiz com a realidade de grande parte da população.

Lançar um olhar para as relações entre público e privado nas quais as famílias (reais e conceituais) estão inseridas é passo inicial para a construção de uma crítica em direção à um lugar inequívoco e que perpetua exclusão. Há de se considerar importantes recortes de gênero e de classe nessa leitura, uma vez que ao mesmo tempo a família é lugar do privado, do íntimo e do doméstico, no qual operam e se responsabilizam mulheres (espaços de cuidados que se relacionam à figura feminina: mãe, esposa, babá, empregada); e por outro lado há um domínio público, de interesse coletivo e universal, do qual versam regras e políticas criadas e reguladas por homens, em espaços de ordem que tem representação simbólica masculina: legisladores, gestores, juízes, entre outros (Carlotto & Mariano, 2010; Iaconelli, 2023).

Levar em consideração esses pontos é uma via de propor reflexões sobre o artigo 19 do ECA que dispõe: “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Lei 8.609,1990). Destacando que há um plano de fundo de saberes e interpretações técnicas, políticas e ideológicas que perpassam pelas leituras possíveis do referido dispositivo legal. Vemos incorporado em nosso aparato legislativo a marca da importância do outro na relação com a criança, e a família é apontada como esse lugar de proteção. Mas ao atuar cotidianamente na execução das políticas públicas nos territórios vejo que não é qualquer família e entendo ser ético questionar qual, ou quais, a regra usada em nome da proteção.

Há situações em que não se estabelece o aparato do cuidado, e crianças e adolescentes encontram-se em situações de vulnerabilidade ou violação de direito no seio familiar. Definir esses contextos é uma tarefa desafiadora, uma vez que convoca a uma atuação próxima, de entendimento complexo da vida privada de cada família, seus valores, crenças, ideais. A implicação sobre essa leitura torna possível elaborar uma proposta de intervenção efetiva, bem como de oportunizar considerações a respeito do que é que sustenta a linha que separa o privado ao público, onde se deve intervir ou não, e sobre como é relevante para essas questões papel do profissional que atua na ponta, em contato com essas famílias e crianças. Ademais, o uso o termo vulnerabilidade social neste trabalho, remete a violências estruturais às quais diversos núcleos familiares estão expostos, tanto pela falta de políticas públicas, como pela ampla desigualdade social que vivemos no Brasil. Pondero que a vulnerabilidade deva ser atribuída como algo inerente a uma família ou a um indivíduo, mas deve ser lida e interpretada como consequência de cenários histórico-sociais de manutenção de desigualdade e falta de investimento em determinados setores sociais.

Historicamente o Brasil possui marcas de seu processo de colonização, de um processo de invasão e rapto dos costumes e da vida de quem aqui vivia, que se instaura pela violência de uma hierarquização entre povos, culturas e pessoas. Essa tecitura complexa e delicada se alastrou em diversas ordens de nosso panorama local, tanto em nível macro, que pode ser observado no campo de relações internacionais, onde a dinâmica do capital se alimentou de nossa posição desigual, como em diversos microcosmos onde vemos perpetuar a assimetria das relações, poderes e perdas. Essa constituição econômica, política e sociocultural brasileira que passa pela violência colonialista também traz implicações nas diversas áreas de atuação nos territórios, inclusive na práxis *psi*. O que incorre em um movimento constante de redesenho e reescrita de nossa conjuntura a partir de novos elementos, para buscar transpor a lógica de inferiorização e silenciamento histórico e cultural de nossas origens, pois tem efeito concreto nas famílias que atendemos. “O que são as condições de vida cada vez mais desiguais e pauperizadas das maiorias populares, se não o reengendramento na conjuntura atual de uma formação social que remete às nossas estruturas sociais antagônicas de classe, raça, cor, etnia e gênero” (da Costa & Lordello, 2019, p.39)

A população brasileira, em grande número, vive historicamente um cenário de desproteção. A precariedade das políticas públicas atesta o caráter violador do Estado no que concerne crianças e adolescentes, cenário este intensificado no período da pandemia (Leite, 2020). Ainda que diversos setores estejam mobilizados para enfrentar essa realidade, é imprescindível um plano de ação bem delineado e o aporte de recursos financeiros e profissionais qualificados para a execução. Para isso há uma demanda por diagnósticos precisos e elaboração de instrumentos de avaliação e monitoramento (Valente, 2013). Ainda que vivendo em uma época marcada pela multiplicidade de arranjos relacionais e de estilos e modos de vida, persiste uma cena amplamente difundida do que é uma família adequada aos cuidados de uma criança e de uma certa naturalização em como operar esse cuidado e proteção. Essa percepção fortalece a ideia de um Estado mínimo e de isolamento das famílias (Alves, 2017). Ou seja, representações sociais de que uma casa limpa, organizada, afetiva e que provê recursos financeiros e educação é algo intrínseco à condição e status de família padrão, normal e saudável. Há nesse simbólico uma idealização, que pouco (ou nada) se relaciona com o cotidiano real das famílias. Estamos falando aqui de uma herança histórica, fortalecida pela ordem social burguesa e capitalista, e engendrada na divisão sexual do trabalho (Alves, 2017).

Segundo o Censo Brasileiro de 2022 (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE],2023) há uma diversidade de arranjos e realidades familiares. Destaca-se, por exemplo, a alta prevalência das famílias monoparentais, sendo que

87% delas são chefiadas por mulheres, enquanto apenas 13% têm homens como chefes. Esta predominância de mães solteiras é uma característica marcante, pois, mesmo nos demais tipos de famílias, a diferença de gênero na chefia não é tão expressiva, situando-se em 51% para as mulheres no Brasil. Além disso, dos 11 milhões de mães solteiras e chefes de família, 62% são mulheres negras. Dentro deste subgrupo, a maioria (25%) está envolvida em serviços domésticos, enquanto 17% trabalham nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais, e 15% no comércio. Por outro lado, entre as mulheres não negras, 22% estão empregadas nos setores de educação, saúde humana e serviços sociais, 17% no comércio e 16% em serviços domésticos. Segundo o relatório da DIEESE (2023):

Os indicadores mostraram o que se vivencia na prática: um contingente de mulheres que ganha menos se insere de forma precária e leva mais tempo em busca de colocação no mercado de trabalho. Esse quadro faz com seja perpetuada a situação de vulnerabilidade não só da mulher chefe de família, mas de todos os familiares, com a transferência de milhares de crianças e jovens da escola para o mercado de trabalho, para que contribuam com a renda da família (p 12).

Pode-se correlacionar a esses dados, uma recorrência da vivência de vulnerabilidade social, em especial devido ao cenário de precariedade no acesso a algumas políticas públicas (no caso do DF, isso pode ser observado na relação com a oferta de vagas em creche)¹¹. Assim, as mulheres que lideram essas famílias lidam cotidianamente com a dança entre fatores de risco e (des)proteção. Os de risco são aqueles que se relacionam à perpetuação de situações de desigualdade e preconceito que fortalecem as estereótipias sobre uma configuração familiar ideal e geram barreiras ao acesso dessas mulheres a oportunidades diversas. Os de proteção são os recursos que a família tem para lidar com as adversidades e fortalecer-se em suas dimensões saudáveis e potenciais. Desta forma, as dificuldades associadas à violação estrutural de direitos terão impacto nas funções parentais e na saúde dos membros familiares, levando a importância de redes de apoio à parentalidade (de Oliveira Costa & Marra, 2013; Machado & Pereira, 2020).

No contexto das famílias monoparentais femininas, o apoio proveniente dessas redes revela-se ainda mais importante para lidar com diversos contextos de privação, inclusive financeira e com a consolidação de vias de cuidado e educação dos filhos. A ausência de compartilhamento das responsabilidades parentais pode levar as mulheres a assumirem múltiplas jornadas de trabalho, resultando em sobrecarga e, em muitos casos, adoecimento psíquico. A presença de redes de apoio pode favorecer o exercício da função e papel parental. Há inúmeras maneiras de se definir a rede social de apoio, e seus contextos de organização

¹¹ Há um déficit na oferta de vagas. Isso foi amplamente noticiado nos anos de 2023 e início de 2024. (<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2024/02/6802688-maes-trabalhadoras-de-brasilia-nao-conseguem-vagas-em-creche.html> ; <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2024/02/18/defensoria-apoia-familias-sobre-vagas-em-creches-e-escolas/>).

(pessoal, laboral, comunitária, entre outros), mas de forma mais geral pode-se falar das relações constituídas a partir de um vínculo e que é considerada pelo sujeito como relevante - família, amizades, relações de trabalho ou estudo, grupo religioso e comunidade. É um sistema que se estabelece e pode desempenhar um papel crucial em momentos de crise ou contextos adversos, contribuindo para a saúde relacional do grupo familiar (Machado & Pereira, 2020)

O exemplo da monoparentalidade feminina é representativo, uma vez que a construção desse cenário no Brasil não se dá de forma orgânica, mas sim de um processo histórico-político sobre como se instaura a nossa cultura de cuidado, inclusive de um esvaziamento de formas coletivas e comunitárias de gerir a vida cotidiana, que progressivamente perdem espaço para o modelo difundido (equivocadamente) como hegemônico de família: o casal cis hetero com filhos biológicos (Fernandes & Gontijo, 2019). Não é essa a cena unívoca e real no cotidiano, há infinitos¹² arranjos familiares, que progressivamente saem de um lugar de silenciamento, mas ainda são alvo de muito preconceito e exclusão.

Outro ponto a ser sublinhado é o caráter relacional e sistêmico de família, em uma dinâmica em que é importante perceber o indivíduo enquanto parte do grupo e o grupo como produto das subjetividades que estão constituindo-se mutuamente. Considerando essa integração e interação, tem-se que ao nos debruçarmos de forma descolada para a família e para a criança, perde-se algo em ambos. Apesar disso, essa segmentação pode ser observada em diversos serviços, que devem compor a rede de apoio e amparo. Pode-se perceber que quando a criança é olhada a parte de sua família, em alguns casos numa posição de (possível) vítima, abre-se espaço para um enquadre fiscalizatório e moral. De forma a avaliar e julgar famílias dentro de um discurso jurídico e regulatório: desvia-se da perspectiva de apoio, sensibilização ou educação. Ou seja, fomenta-se um campo dicotômico no qual as crianças e adolescentes são sujeitos de proteção e as famílias potenciais violadoras.

O que se nota é um paradoxo entre uma maleabilidade do que é família e uma demanda por categorizá-la, de forma a alimentar um lugar também ambivalente da família tanto como usufruidora e privilegiada pelas políticas públicas de direitos humanos, mas também como via própria de saída para os problemas sociais, numa narrativa que mistura meritocracia e moralismo ao falar sobre a importância e famílias estruturadas, o que incorre no fortalecimento de um discurso de normatização. Esse é um discurso que fortalece a retirada de responsabilidade do estado sob a garantia de condições dignas e políticas públicas de estrutura a desloca para o

¹² Entendo ser relevante pontuar que não coaduna com a expressão “novos arranjos familiares”, amplamente difundida em nossa sociedade, pois ela reitera um pensamento de naturalização de um padrão cisheteronormativo e coloca os demais arranjos, que não são novos, em uma posição de constante estrangeirismo.

âmbito do privado. Notadamente não há ingenuidade quando se opta por modelos de governança que fortaleçam esse discurso, uma vez que ele pode estar associado ao projeto político de esfacelamento de estruturas estatais, uma vez que a fissura entre o aspecto cotidiano e experiencial e os instrumentos jurídicos normativos nos comunicam sobre os fundamentos da gestão estatal e da atuação das políticas públicas (Moschkovich, 2023).

Assim como é importante refletir sobre o conceito de família especialmente colocando em xeque seu lugar de naturalização e senso comum, é interessante olhar para o termo violência que também passa por um processo semelhante de pretensa homogeneização que pode vir a esvaziar o debate crítico sobre ele. Todavia é como se na construção dos discursos sociais há um lugar oposto no qual se inserem família e violência. Essa polarização implica em diversas questões no campo do enfrentamento e da prevenção de situações de violência intrafamiliar, dentre elas a violência contra criança e adolescente. Sobre conceituar violência Rifiotis (1999) coloca e reitera em outros trabalhos (Rifiotis, 2006; 2008):

'Violência' é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações. O seu campo semântico tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativo (Rifiotis, 1999, p. 28).

Todavia, cada vez mais é possível aprender que não há singular ou homogêneo no campo de estudo das violências e para além disso também é demasiado simplista utilizar abordagens maniqueístas que retiram dos fenômenos atravessados pela vivência de violências e violações a sua complexidade. Por exemplo, há muito mais a respeito da discussão sobre responsabilização do que o olhar para uma dupla antitética vítima e agressor (Rifiotis, 2008). Isso se torna ainda mais evidente a partir da compreensão de que muitas vezes há um entrelaçamento de diversas violações que culmina em uma determinada situação de maior gravidade, por assim dizer. Não se deve idealmente lançar olhar e estratégias de ação unicamente para a situação que deflagra a existência de uma ou mais violências. Um ponto que considero nodal neste debate, é a assunção de que a violência não está na outra margem do rio, ela não é distante, não é inimaginável e principalmente, não é anônima. Está próxima e é cotidiano em espaços que muitas vezes nós enquanto sociedade nos negamos a olhar.

Para mim a definição trabalhada por Chauí (1985), que extrapola ideias vinculadas à transgressão de normas e se alicerça em duas instancias relacionais é um importante balizador na discussão sobre violência:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade

e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (Chauí, 1985, p. 35)

Há violência quando uma diferença é transformada e tratada como desigualdade (Moreira & Souza, 2012) e entendo que a proposta acima dialoga com noções que já trabalhei neste texto, a de autonomia e de reconhecimento da posição de sujeito. Na situação de violência, o dominado interioriza a vontade e a ação alheia, perdendo autonomia sem, entretanto, reconhecê-lo, por efeito da alienação. Onde não há espaço para o discurso sobre si e há um processo de coisificação do outro há violência. E a leitura sobre esses fenômenos é bastante delicada.

Nesta seara, adentro a discussão a respeito do que é violar direitos de uma criança. A banalização da violência praticada contra crianças e adolescentes só é possível quando as crianças e os adolescentes não são compreendidos como sujeitos, mas como objetos e, para além disso, posse dos adultos, e isso relaciona-se a pensar dialética e historicamente o lugar da família, pois ele irá relacionar-se com o que se compreende, se transforma e se aceita no contexto intrafamiliar. Muitas práticas foram normalizadas sob a égide de que a família sabe o que é melhor para os seus filhos, e nesse sentido naturalizou, por exemplo castigos físicos como forma de educar. Ou seja, a prática histórica da violência intrafamiliar dirigida a crianças e adolescentes é uma realidade na sociedade brasileira, manifestando-se em todos os estratos sociais e é caracterizada como um reflexo do abuso de poder por parte dos pais ou responsáveis, que durante muito tempo foram autorizados a uma educação que desconsiderasse o mínimo de dignidade e garantia de direitos (Moreira & Souza, 2012).

Hoje, ainda que a questão da violência física tenha ganhado maior campo de debate e já haja previsão em lei (Lei 13.010/2014, popularmente conhecida como Lei Menino Bernardo) de sanções administrativas, como encaminhamento a programas e grupos, acompanhamento psicológico, entre outros, e de políticas públicas e ações para refrear tais práticas de agressão, o trabalho com famílias ainda mostra muita desinformação sobre outros modos de se relacionar com as crianças sem ser de forma abusiva e autoritária, em uma relação dispare de poder (Trindade & Hohendorff, 2020). Ademais, o lugar privilegiado da família em nossa sociedade, como tenho discutido, amplifica os efeitos de outras violações, menos reconhecidas socialmente na construção e consolidação saudável da subjetividade entre crianças e jovens. Há em algumas situações uma visão da criança e do adolescente como prioridade da instituição família, na qual operam cotidianamente violências diversas e nas quais outros adultos muitas vezes tem resistência em intervir, por não sentir que entrada nesse espaço é validada ou autorizada (Hooks, 2021).

A força desse lugar da família como instituição total em relação às crianças é de tal forma arraigada que se faz cotidianamente necessárias outras estratégias para a transformação desse espaço (Dias, 2017; Rosa, 2020). Desde sua promulgação, o ECA reafirma os direitos fundamentais e elenca medidas de proteção caso tais direitos forem violados ou ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, da negligência, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, ou ainda por conduta própria das crianças e adolescentes. Há, dessa forma um cenário amplo para se compreender e conceituar situações de violação de direito e conseqüentemente de violência contra crianças e adolescentes, uma vez que há elementos complexos, como a própria formação identitária que compõe essa teia (de Miranda, Macedo & Cavalcante, 2023).

A violência, traduzida e interpretada em diversas formatações (maus tratos, negligência, abuso moral etc.), precisa ser reconhecida em sua multicausalidade (demanda diversos setores, serviços e profissionais). Esse fenômeno compreende questões culturais, políticas, sociais e econômicas. Ao lidar com essas situações, especialmente ao considerarmos as que envolvem o contexto familiar, precisam ser reconhecidas como “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (Iamamoto, 2001, p. 16). Assim, ao abordarmos contextos de violência e violação de direitos contra criança é necessário compreendê-los, também, dentro de uma ótica de intensos descompassos sociais, atravessados por relações de gênero, raça e cultura. Bem como da reprodução de uma lógica de dominação e domesticação da infância. A luta pelo superior interesse da criança é uma luta de reivindicação por cidadania (Elesbão, 2014).

Este trabalho, ao tratar de casos de afastamento familiar, lida com situações interpretadas pelo estado enquanto falhas graves na função protetiva da família. Assim, antes de adentrar o funcionamento da Política Nacional de Assistência Social, a discussão é enriquecida ao se considerar alguns pontos acerca das motivações do acolhimento, para pontuar a pluralidade da interpretação das violações de direitos, olhando para o tripé criança-família-proteção, e, conseqüentemente, para a problemática sobre como definir o que é uma situação que demanda intervenção do poder público e o que deve permanecer inscrito na esfera íntima das famílias. Um primeiro recorte a se pensar é que o desenho da proteção à infância e a adolescência referenda-se majoritariamente na rede pública de atendimento, em políticas diversas (saúde, assistência social, educação etc.), e que, apesar de universais, os serviços ofertados por elas são acessados por uma determinada classe social. Em outras palavras, a elite não utiliza a rede pública de serviços, logo a compreensão sobre seus modos de vida, práticas educativas e cuidados é consideravelmente menor. Há uma blindagem que eclipsa o olhar para

possíveis violências nas classes sociais mais altas e uma lupa que coloca em evidência as fragilidades das famílias pobres.

De acordo com dados do Diagnóstico Nacional da Primeira Infância, elaborado pelo CNJ em colaboração com o Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD), o ano de 2020 registrou mais de 30 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Brasil. Entre as razões para tal acolhimento, a negligência destacou-se, representando aproximadamente 30% dos casos, seguida por conflitos no ambiente familiar (15%) e a drogadição de membros da família (8%) (CNJ, 2022). Já no Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, divulgado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (2011), a “Negligência da família” ocupava o primeiro lugar enquanto motivação do ingresso de crianças e adolescentes em medida de acolhimento, a manutenção dessa configuração chama a atenção, uma vez que se trata de um conceito amplo, de difícil definição, muitas vezes utilizado sem rigor técnico, no qual uma heterogeneidade de situações e comportamentos pode ser enquadrado.

A problematização desse termo é necessária, uma vez que sua amplitude e polissemia possibilitam que nele se enquadrem situações de natureza e gravidade diversas. Negligência aparece dentro da tipologia das violências no Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2014) e, a partir de então, ao avaliar uma situação dentro deste enquadre é necessário que haja um pressuposto de parâmetro de cuidado, que levaria em conta diferenças nas culturas de cuidado e ao mesmo tempo universalizaria um limite de tolerância a partir do bom desenvolvimento das crianças e adolescentes no contexto avaliado. Entretanto, apesar de uma forte demarcação biológica, há uma constante renegociação desses parâmetros a partir da realidade de quem os aplica e das subjetividades envolvidas nas situações, inclusive considerando-se o enquadramento socioeconômico (Mata, Silveira e Deslandes, 2017).

Essa problematização sobre o conceito de negligência pode demonstrar a representação da intervenção estatal para controle social das famílias pobres por meio da justificativa da proteção integral da infância e da adolescência. Destaca-se em contraponto que a análise do caso a caso revela que em diversos pontos o sistema vitimiza e violenta os que precisam de sua proteção. As famílias e as crianças e adolescentes acabam tendo sua condição de sujeito negada e são objetificados enquanto um problema social a ser resolvido, dentro da perspectiva de violência proposta por Chauí, mencionada no início deste capítulo. Não corresponder ao enquadre que o modelo de parentalidade vigente exige é socialmente condenado e punido, de maneira subsidiada por uma judicialização da pobreza, uma vez que a negligência das famílias

pobres é condenada sem contornos, reflexões e orientação. Nesse sentido, a ação do poder público reafirma um espaço da falta em detrimento da valorização da potência da família em suas múltiplas formas (Nascimento, 2012).

O cenário da vulnerabilidade social e econômica é muito mais amplo que a escassez de recursos, se manifesta pela exclusão de crianças, adolescentes e suas famílias de espaços (físicos e simbólicos) diversos, de cunho profissional, cultural e comunitários de forma mais ampla - creches, escolas, parques, cinemas e outras áreas de lazer e culturais. É crucial destacar que essas implicações e a questão essencialmente econômica não são formas de reduzir ou justificar a prática da violência pela pobreza. No entanto, reconhecer que elas impactam e permeiam os laços afetivos, podendo ter efeitos de múltiplas ordens sobre eles é parte de uma análise social consistente. De todo modo, em muitas situações o que se observa é a fragilização da posição de autoridade e referência dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes (Moreira & Sousa, 2012).

É importante que os profissionais do SGD possam refletir sobre a aproximação de suas incidências à concretude do dia a dia de cada família atendida. Caso isso não ocorra, a proteção à infância se transfigura em um modelo enquadrado em padrões e distante das condições cotidianas da população. Muitas vezes uma situação pode ser considerada protetiva para um determinado núcleo familiar, mas ser avaliada enquanto violadora pelos executores da política pública. Como no já mencionado exemplo de mulheres em situação de monoparentalidade com rede de apoio escassa, que por vezes tem maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e muitas vezes fazem arranjos informais (deixar com uma vizinha, ou mesmo colocar o domicílio na responsabilidade de um filho mais velho) para o cuidado da prole, devido à escassez de vagas de creche. Essas são práticas que podem ser compreendidas enquanto necessárias para o cuidado e subsistência familiar e ao mesmo tempo interpretadas como negligentes pelo Estado (Nascimento, Cunha & Vicente, 2007).

Quando, em nome da proteção, ao invés de orientar e desenhar estratégias para cenários como esse, se culpabiliza e fiscaliza os envolvidos, tem-se uma posição que fortalece o conceito de família negligente e esvazia as possíveis vivências saudáveis que existem naquelas relações. Além das delicadezas em que isso incorre, há o risco de se fomentar um discurso de vitimização dessas crianças, levando-as a se identificarem com uma posição de desamparo e abandono, distanciando-as da posição de sujeito. Mesmo que em muitas situações o usufruto dos direitos fundamentais possa e deva ser problematizado, há de se considerar tanto as questões estruturais como a compreensão e vivência da criança sobre o que se passa. Como enfatizado por Maia (2012): “A criança é ator social, partícipe da construção da sua própria vida e da vida daqueles

que a cercam. As crianças têm voz própria, devem ser ouvidas, consideradas com seriedade e envolvidas no diálogo e na tomada de decisões democráticas (p. 22).”

Assim, se coloca a reflexão sobre a necessidade de exercer a proteção estatal em um movimento mais coeso e participativo do SGDCA, propiciando que essas famílias percebam e elaborem suas falhas. Do contrário, se costura um paradigma impositivo, com uma banalização do afastamento familiar, por exemplo. Muitas vezes a ação irrefletida do Estado faz dele um violador, contribuindo para a construção de uma realidade de vulnerabilidade social, perpetrada por violências estruturais.

Outras duas motivações de acolhimento que recebem destaque nos dados estatísticos são as situações de violência doméstica e responsáveis em situação de uso abusivo de álcool e drogas. Sabe-se que esses cenários não estão circundados por um limite socioeconômico. Famílias em contextos diversos passam e vivenciam esse tipo de violação, entretanto as crianças e adolescentes acolhidos são preponderantemente a classes sociais mais pobres, com menos recursos financeiros e com rede de apoio restrita. Esse cenário sem a garantia de serviços no território, com uma atuação transversal, visando a garantir direitos pode gerar ou amplificar um sentimento de desamparo que cronifica o problema. A precariedade de políticas públicas atuantes e consolidadas atinge essas famílias, retira suas crianças e engrena-se na manutenção do ciclo geracional da pobreza (Paiva, Moreira & Lima, 2019).

Ainda com relação a contextos de drogadição, com a alteração do ECA pela Lei n. 13.257 de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, há um destaque no que concerne o uso de álcool e de outras drogas, uma vez que o texto do artigo que falava do direito a conviver “em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”, dá lugar convivência em “um ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Essa alteração reflete a compreensão que as vivências de adição são multideterminadas e configuram objeto de atuação da saúde pública. Assim é importante que a dependência de álcool e outras drogas seja trabalhada de maneira integrada pela esfera de saúde pública e de outros órgãos da rede socioassistencial, levando em conta a necessidade de atuar com aspectos vinculados ao exercício do cuidado e da parentalidade. Mesmo que o uso excessivo de drogas possa impactar negativamente a capacidade protetiva dos pais ou responsáveis, “as famílias não podem ser vistas unicamente pelo lugar onde residem e pelo uso de substâncias, que se apresentam, por vezes, como um escape à realidade de violência e vulnerabilidade social” (Paiva et al., 2019, p.1421).

Os exemplos elencados apontam para uma convocação a encaminhamentos e delineamentos intersetoriais, entendendo que este é um investimento que demanda tempo e

engajamento da rede de proteção. Avaliar se um ambiente é violador e insuficiente para uma criança a ponto de retirá-la do convívio de seu sistema sociofamiliar é uma tarefa complexa. Ao mesmo tempo em que exige urgência e efetividade nas avaliações é necessário cuidado e delicadeza para as relações que estão postas ali. Não está em questão apenas a vida e o bem-estar de um indivíduo, mas de uma família que deve ser também vista e protegida. Para isso é necessário que o profissional de referência esteja atento aos seus próprios preconceitos e avaliações morais e busque se afastar de justificativas simplistas e duais da realidade posta. Evita-se assim a criminalização e o julgamento indevido e garante-se que as crianças sejam olhadas de uma forma mais complexa e não apenas a partir de um recorte etário.

Além disso, as perspectivas críticas da sociologia da infância nos provocam a debater sobre a importância de olhar para essas situações problemas a partir do ponto de vista das crianças, uma vez que “a mobilização das opiniões das crianças no trabalho analítico sobre as desigualdades permite ampliar o conhecimento não apenas sobre as crianças, as suas experiências e representações, mas sobre a realidade social mais ampla (Sarmiento, 2015, p.41)”. Pode-se apontar que a escuta das crianças é elemento fundamental para se avaliar uma violação de direitos ou um contexto que não seja favorável ao desenvolvimento integral. Essa escuta é ampla, dentro de uma relação e considerando a faixa etária e os modos de expressão. Esse outro discurso, complementar ao do adulto, qualifica, amplia e desvela questões importantes para a compreensão dos fenômenos sociais. Oportunizam ir além de discursos e posições engessadas por práticas e representações sociais consolidadas em uma determinada cultura e espaço social (Sarmiento, 2015; Werle & Bellochio, 2017).

Uma vez demarcada a heterogeneidade dos contextos e vivências familiares, bem como a ampla gama de fatores que constituem as violações e violências que acometem crianças, adolescentes e suas famílias, é importante tratar da organização da política de assistência social. Ressalto que defendo que a proteção integral a infância precisa ser intersetorial e transversal. Todavia, destacarei o funcionamento da assistência social, uma vez que é nela que está inscrita a execução dos serviços de acolhimento, bem como outros equipamentos referentes à proteção da família.

Por fim, retomo a este debate a perspectiva de bel hooks (2021), que trabalha o conceito de amor enquanto ação cotidiana, que tem impacto em diversas esferas de nossa organização social, inclusive no debate de políticas públicas. Ela coloca que é sabido que cotidianamente milhares de crianças sofrem violências em suas famílias (visíveis e invisíveis, de diferentes formas e intensidades), violências essas encobertas pelo lugar de proprietária na qual a

sociedade coloca muitas famílias (em especial as ricas e socialmente privilegiadas, em relação às suas crianças). E sobre isso pontua:

Não pode haver amor sem justiça. Até que vivamos numa cultura que não apenas respeite, mas assegure direitos civis básicos para as crianças, a maioria delas não conhecerá o amor. Em nossa cultura o lar da família nuclear é uma esfera institucionalizada de poder que pode ser facilmente autocrática e fascista. Como governantes absolutos os pais geralmente podem decidir sem qualquer intervenção o que é melhor para os filhos. Se os direitos das crianças são sustados em qualquer ambiente doméstico, elas não têm recursos legais.

2.2 A Política Nacional de Assistência Social: algumas considerações.

É certo na incerteza
 Socorro no meio da correnteza
 Tão simples como um grão de areia
 Confunde os poderosos a cada momento
 Amor é decisão, atitude
 Muito mais que sentimento
 Alento, fogueira, amanhecer
 O amor perdoa o imperdoável
 Resgata a dignidade do ser

(Emicida,2019)

O artigo 98 do ECA dispõe sobre a necessidade de adotar medidas de proteção sempre que uma criança ou adolescente tiver seus direitos ameaçados ou violados. Esse dispositivo pontua que sempre que houver uma situação de risco, ou uma condição que gere uma vulnerabilidade social exacerbada, é necessário que a rede de proteção do SGD se mobilize e atue para a dissolução desse risco (Digiácomo & Digiácomo, 2011).

Este trabalho versa sobre uma medida de proteção considerada urgente e excepcional e para poder analisá-la em seus aspectos diversos é importante compreender sua localização dentro do aparato de políticas públicas. A realização dos serviços de acolhimento é atribuição da Política Nacional de Assistência Social, que é coordenada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS, alicerçada no tripé da seguridade social, é concebida como um meio para assegurar, de forma qualificada, técnica e territorializada, os mínimos sociais a todos que deles necessitem, atendendo às demandas específicas de cada família. Nesse sentido cabe ressaltar que esse corpo organizacional também se constitui historicamente e responde à visão e prioridades da gestão estatal. Cabe ressaltar que ainda que a CF 88 tenha estabelecido o tripé da seguridade social, é apenas em 1993 que é promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e esta que delimita qual o campo de atuação da PNAS, como de combate à pobreza e atuação incisiva e incidente na universalização dos direitos sociais.

Após esse primeiro hiato temporal há um segundo, ainda maior, para as articulações que envolvem a aprovação da PNAS que se dará apenas em 15 de outubro de 2004. Essa década reflete o caráter ainda caritativo, fragmento, pontual e desarticulado das ações do então governo

relativas a essa área (Couto, Yazbek & Raichelis, 2010; Nascimento e Almeida, 2023). Há uma correlação importante entre esse tempo de silenciamento com o lugar e o investimento na posição socioeconômica do país na prateleira do capital, devido à sua então recente abertura e à demanda posta de uma inserção no cenário global (Gomes, 2015). A máxima de atuação seria de alta eficiência do estado, não necessariamente em um processo de transformação da realidade com ações programáticas. Isso passa a ser possível nos anos 2000 com a resposta popular a esse cenário e a eleição de um governo que se elege a partir do compromisso com a pauta da população.

Isso tem reflexo imediato na política de assistência, uma vez que as famílias que necessitam da política de assistência social são as que não gozam de condições essenciais, sejam elas de ordem objetiva ou subjetiva, para assegurar um dia a dia digno para seus membros. Porém, ainda resiste a noção de que a proteção e o bem-estar devam ser garantidos a despeito do cenário social em que se vive. Esse entendimento está associado ao enaltecimento da capacidade inata das famílias em serem protetivas. Além disso, se conecta ao senso comum de “que família normal é aquela que protege e de que família anormal é a que não protege” (da Silva, de Jesus, Silva & de Sousa Barros, 2019, p.6).

A importância em qualificar tecnicamente as lentes voltadas para a família também está associado a aspectos históricos que continuam a representar desafios na implementação de alguns serviços, como a persistente percepção da assistência social como filantropia e benevolência. Outra questão delicada é a falta de continuidade nas ações e serviços, frequentemente concebidos como iniciativas pontuais vinculadas à personalidade de um determinado governo, em vez de serem estabelecidos como serviços organizados e estruturados dentro de uma política transversal (Teixeira, 2009).

Em resposta a esses desafios a PNAS se alicerça nas seguintes diretrizes:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socio territoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (2005).

Tais diretrizes objetivam uma atuação eficiente, local, democrática, ética, equinome e em prol das diversidades. Ainda assim, é importante a compreensão da construção dessa política a partir do processo de redemocratização, e nas ambivalências que esse processo abarcou. Um momento histórico de grande fortalecimento da sociedade civil e da articulação dos movimentos sociais pela garantia e proteção de direitos sociais e ao mesmo tempo um Estado neoliberal e arraigado em um discurso capitalista de fortalecimento da economia e dos meios de produção. Assim, comparece em sua estrutura e operacionalização as contradições da sociedade e do Estado Brasileiro (da Silva et al, 2019; Piedras, 2023).

Tais contradições habitam o debate sobre a centralidade da família no terreno das atuações da política de assistência. Ao mesmo tempo que se reconhece a potência e a preponderância do espaço familiar para o cuidado, desenvolvimento e proteção, há de se assumir a força da opressão e exclusão sociocultural a qual algumas famílias – pobres, pretas, periféricas, LGBTQIAPN+ - sofrem, precisando ser também alvo de investimento, e (por que não?) de reparação pelo Estado.

Lia Zanotta Machado, faz uma leitura sobre posições distantes e distintas sobre a categoria família e maneira como isso reverbera no delineamento de políticas públicas. Machado (2001) aponta a coexistência de diversas dimensões e seus pontos de ruptura e continuidade apontam para duas perspectivas distintas acerca da categoria "família" e suas relações com o Estado. Em uma abordagem processos de transformação na família são percebidos como resultantes das próprias culturas familiares, e o valor dessa instituição na sociedade varia de acordo com tais transformações. Por outro lado, outra via de leitura sugere que a posição da família na sociedade é influenciada não apenas por mudanças nas relações familiares, mas também por condições externas, como aquelas definidas por políticas públicas. Essas duas perspectivas resultam em abordagens distintas na formulação de políticas públicas: as "familistas" priorizam a cultura familiar como mediadora das relações sociais individuais, enquanto as "individualistas" fundamentam-se na prevalência dos direitos individuais para assegurar igualdade, inclusive dentro da própria instituição "família". Em termos mais concretos, os significados e implicações do uso desta categoria como elemento central das políticas públicas de direitos parecem depender, em grande medida, da maneira como as concepções de família são socialmente estabelecidas, seja por meio da transmissão familiar da noção de família (organizada pelo sistema de parentesco), seja por meio de disputas na esfera pública, incluindo, mas não se limitando a, intervenções do Estado.

Outra importante autora que discorre sobre os impactos das tensões geradas a partir da leitura que se tem de família, em especial neste campo de políticas públicas, é Miotto (2004) que destaca duas vias pelas quais esse debate pode ser feito. A primeira delas, a autora (também) denomina “familista” e reconhece a família como lugar próprio e intrínseco de cuidado, espaço de excelência para o desenvolvimento dos sujeitos. Ademais, alinha-se a lógica de mercado, sedimentada pelo sistema capitalista, que desenha padrões de qualidade ao cuidado familiar, potencializando um discurso de capacidade ou incapacidade dos núcleos em questão. A autora pontua que as famílias, dando destaque àquelas com menores recursos financeiros, para garantir sua integralidade, não se beneficiam de culpabilizações ou novas responsabilizações, sejam essas manifestas ou tácitas dentro do discurso social vigente, mas precisam de atuações e serviços voltados a elas, que possam prover vias e subsídios para o cumprimento de suas funções. Assim, a outra leitura que Miotto (2004) aponta (e defende) é a intitulada “protetiva”. Essa postura argumenta que a família para se tornar espaço de cuidado precisa ser, anteriormente, objeto de cuidado, devendo ter garantidas condições de sustentabilidade e proteção, para então poder sustentar-se enquanto lócus de proteção (Miotto, 2004; Teixeira, 2009).

A PNAS demonstra preocupação e compromisso com essa complexidade. De forma tal que a sua aprovação é intersetorial e envolve vários órgãos, para além de seus estritos responsáveis em nível federal, já de forma congruente às suas diretrizes, já apresentadas neste trabalho. Outro ponto é que dedica em seu texto introdutório espaço para a transmissão de seus preceitos e de uma importante análise do paradigma brasileira naquele momento, de forma elucidativa, política e pedagógica. Os elementos do tripé da seguridade social são esmiuçados e reforçada a importância de seu entrelaçamento e coesão. A intersetorialidade da PNAS juntamente com a territorialização e a descentralização política são a veia central da política. Os equipamentos descritos têm como marca tal díade devem tanto ter o conhecimento da realidade local, como em sua ação cotidiana se adequar a ela na execução de seus serviços, fazendo valer a integração de diferentes políticas em um determinado contexto para efetiva o atendimento da população no território. Assim se distancia do assistencialismo e situa-se no campo da promoção e garantia de direitos (Dutra Ribeiro e Silva, 2020).

Vinte anos após sua aprovação, entendo que um dos desafios, especialmente ao olhar para a articulação entre ponta e gestão, é manter o objetivo e operacionalizar que:

ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida (Brasil, 2004 p. 38).

O cotidiano com a população e seus desafios e crises exige de quem está nos espaços por eles ocupados diálogo, articulação e planejamento. Mas não apenas de forma retórica ou teórica, a eficácia desse fazer horizontal e em parceria, fazer junto envolve a constituição de uma identidade local, que se relaciona com a ascensão de coletivos e grupos organizados entre equipamentos e organizações, mais uma vez estamos tratando de uma mudança de cultura, ainda na esteira da redemocratização. A população tem papel ativo, é sujeito. Ainda que muitas vezes ressoe o termo usuário, há que se olhar para além disso, para uma parceria com quem está além exercendo seu direito de uma vida digna. É o alicerçamento de um novo projeto social (Junqueira, 2004; Nascimento, 2010).

O formato de ação proposto pelo SUAS, que organiza a execução da PNAS, busca atender essas premissas e dessa maneira abranger as diversas condições e necessidades da população. A aprovação da *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais* no ano de 2009 tem um importante papel ao estruturar a operacionalização do SUAS em dois níveis de complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), de acordo com os potenciais e os desafios que desenham o contexto da família/pessoa a ser atendida por um determinado equipamento. A PSB tem uma abordagem preventiva, concentrando-se no fortalecimento das capacidades de cada núcleo familiar e na identificação de suas fragilidades, de modo a intervir quando necessário. Por outro lado, a PSE é acionada diante de violações de direitos identificadas, exigindo intervenção para transformar a realidade, proporcionar acompanhamento e encaminhamentos, tornando o ambiente familiar seguro e protetivo. A proteção especial se divide em média e alta complexidade, sendo que esta última é ativada quando o sujeito violado não pode permanecer no ambiente familiar durante as intervenções propostas. Esse delineamento visa capacitar a rede de serviços para atuar na prevenção de situações de vulnerabilidade social e possíveis formas de violência decorrentes. Os serviços de acolhimento, onde se situa o SFA, compõem a alta complexidade (Brasil, 2009).

A consolidação e efetividade desse sistema demanda uma relação dialógica entre os governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital. Para implementar os serviços e equipamentos previstos no SUAS, se faz necessário um diagnóstico autônomo do território, que reconheça suas peculiaridades e necessidades específicas. Essa é uma diretriz que fomenta a transformação social, uma vez que se alicerça em um pacto federativo orientado pela solidariedade e pelo atendimento das demandas da população brasileira. Isso exige ousadia e comprometimento. Além disso, a viabilidade da rede socioassistencial não é garantida apenas com espaços e repasse de recurso. É preciso se somar a isso reflexões sobre qual o significado de cada locus de trabalho, implementação de lugares de debate, formação continuada dos profissionais e uma

gestão participativa em constate processo de avaliação - em interface com os mecanismos de controle social. (Couto, 2009; Lima & Schneider, 2018).

No que concerne a formação dos profissionais, os marcos orientadores, como a Norma de Orientação Básica da Assistência Social (NOB/SUAS, 2012), preveem equipes interdisciplinares em formatações diversas, levando em consideração aspectos como a natureza do serviço e sua complexidade, bem como a população atendida. Cada um desses arranjos implica em demandas distintas, e é basilar a garantia de condições para a execução deste trabalho (tipo de contrato, jornada de horas, salário etc.). A constituição de equipes com profissionais de áreas diversas é substancial para a qualidade do trabalho e do atendimento aos usuários, uma vez que uma única área do conhecimento não acessa a complexidade dos fenômenos abordados e a realidade e multiplicidade de fatores que os constrói (Lima & Schneider, 2018).

Por sua vez, ao abordar a gestão, é fundamental olhar e compreender o papel das organizações da sociedade civil que compõe a rede de serviços. Historicamente essas instituições ocupam um lugar significativo na execução de serviços e programas que hoje integram o SUAS e, apesar de haver um importante quesito na constituição plural do desenho dos equipamentos em cada território, o não alinhamento das ações realizadas com o disposto pelas orientações técnicas dos órgãos de gestão, bem como a preponderância de uma determinada cultura institucional díspar dos princípios da política pública são questões delicadas., é imprescindível a adequação aos parâmetros colocados na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Couto, 2009; Lara, 2020).

Há uma importante alteração na forma de relação entre Estado e Sociedade, a partir da reforma política atravessada pelo país desde a redemocratização, bem como pelo delineamento da forma de execução das diversas políticas nos territórios. Em um primeiro momento essa descentralização a partir de parcerias com entidades da sociedade civil emergem como uma resposta à demanda de conferir agilidade e eficiência ao aparato estatal. Nesse sentido, a atuação e a execução de programas e serviços poderia ser potencializada ao ser transferida para instancias já presentes nos territórios e com o devido saber sobre a atividade finalística. Nesse cenário, as organizações sem fins lucrativos emergem como protagonistas na arena política, constituindo uma alternativa eficaz para a gestão das políticas sociais. A responsabilidade segue

sendo estatal, mas parte das competências é delegada à sociedade civil, que neste momento constitui o que chamamos de terceiro setor¹³ (Junqueira, 2004).

Outro ponto é o caráter complementar que deve ser conferido às parcerias que se estabelecem, essa é uma importante questão em especial no debate sobre o a terceirização das ações, no sentido de um caráter de prestação comercial, o que não deveria ser o intuito da descentralização, uma vez que a gestão da política segue sendo atribuição do Estado. O objetivo com a maior participação do terceiro setor é uma construção de cidadania ativa e participativa no que tange a sociedade civil, dentro de um entendimento que a atuação não governamental pode conferir um atendimento mais eficiente e pautado na realidade concreta, bem como com maior qualidade técnica devido à constante renovação das tecnologias sociais produzidas pelas próprias instituições. Sair da centralidade do Estado deve constituir mais uma via de equidade, garantia de direitos e participação social, sempre sublinhando que este movimento de articulação é relativamente recente, exige ajustes constantes (reiteradamente questionando o que a quem e como se transferem as responsabilidades) e não é de caráter substitutivo (Junqueira, 2004; Amâncio, 2008; Lara, 2020):

Nessa perspectiva, o ajuste que se pretende entre Estado e Sociedade não é a desmontagem do aparato estatal para reduzir gastos, mas para ordená-lo de acordo com uma nova lógica, que não é a do mercado, mas a das demandas sociais, da preservação dos direitos sociais já conquistados; ademais, uma sociedade de classes não vive sem o Estado. Àquilo que é específico do Estado não deverá haver redistribuição do poder, mas redivisão do trabalho nos diferentes níveis de governo. Esse processo ocorrerá no âmbito do próprio aparato estatal (Junqueira, 2004, p.32).

Todos esses elementos em articulação buscam consolidar um trabalho fluído, que ultrapasse práticas engessadas e protocolares, entendendo que não se trata de um repasse ou de uma aglomeração de ação de entidades diversas em um território, mas a consolidação de uma rede, que é viva e ritmada para dar respostas e produzir mecanismos de enfrentamento de desigualdades e violações que ela mesma possibilitou que fossem mapeadas. Essa dinâmica possibilita respostas eficazes e eficientes, mas que sejam referenciadas a uma gestão assertiva e compromissada com o monitoramento e avaliação do que está sendo feito, bem como com o investimento em pesquisa e dados sobre os impactos produzidos e a novas demandas mapeadas (Couto, 2009; Couto, 2015).

A corresponsabilização e a intersetorialidade tem impactos diversos na relação entre sociedade civil e governo, não só no âmbito da assistência social. Um exemplo importante é a

¹³ As organizações do terceiro setor são aquelas que pertencem a esfera privada, com a diferença de que sua atuação é em prol de interesses públicos. Este setor se caracterizaria por movimentar a “sociedade civil” (com seus interesses particulares) para interesses públicos, ou seja, serviços análogos aos oferecidos pelo Estado. (Calgare e Junior, 2009)

maneira como uma rede de organizações da sociedade civil, em meados de 2010, faz a movimentação necessária para articular mudanças na legislação que regia as parcerias entre elas e o Governo, a intenção era criar mecanismos que minorassem as instabilidades jurídicas e operacionalizasse regras e parâmetros comuns para a execução de políticas públicas (Mendonça e Falcão, 2017).. De forma tal que atualmente há o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil¹⁴ (MROSC) que orienta essas parcerias e “traz um conjunto de mecanismos voltados para promover maior participação, transparência, desburocratização e foco em resultados nas parcerias Estado-OSC (de Morais Holanda & de Mendonça, 2022, p. 3)”.

Pensando sobre o impacto do MROSC na política de assistência social, vê-se a importância de os municípios alinharem seus instrumentais jurídicos ao que ele dispõe, de forma a atender as demandas de sua própria rede de proteção socioassistencial, sem risco de descontinuidades, o que implica em prover às instituições que historicamente já ofertavam serviços, ainda que de forma caritativa, a se profissionalizar em diversos âmbitos, inclusive e não menos importante, no financeiro administrativo. Pois isso fortalece a execução pautada no que propõe as diretrizes nacionais, que em seu cerne estão comprometidas ao direito da população. Ainda que muitas vezes esse processo de modernização enfrente resistências é essencial que “ambos, governo e entidades desenvolvam mecanismos de apropriação de toda a Política, sentindo-se mutuamente responsáveis pelo seu rumo, pela sua consolidação, pela garantia dos direitos à população de ser protegida, na sua integralidade (Spink & Ramos, 2016, p. 287)”.

A costura entre a formatação da política de assistência e às diversas legislações concernentes à garantia de direitos da população é um dos fios que sela sua complexidade e importância. As suas instâncias se interrelacionam e impactam mutuamente as demandas que chegam aos serviços. Isso vale para o atendimento à infância e a adolescência, no qual se faz ímpar cotidianamente destacar a excepcionalidade do acolhimento enquanto medida de proteção. De acordo com a arquitetura proposta no SUAS, a PSB e a média complexidade da PSE deveriam ser fatores de protetivos à convivência familiar e preventivos para o acolhimento. Em outras palavras, a família que é atingida pela medida judicial de afastamento da criança, deveria ser, pelo menos de acordo com as normatizações e orientações, acompanhada de alguma forma pela rede de proteção de seu território. Entretanto, ao analisarmos os dados do Censo SUAS 2022 (Brasil, 2013) podemos pontuar que a excepcionalidade colocada anteriormente

¹⁴ Sobre o MROSC sugiro Mendonça, P., & Falcão, D. S. (2016). Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 21(68). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v21n68.56484>

muitas vezes é uma visão ideal, teórica e distante da realidade cotidiana. E isso também é constatado em ordem distrital, no qual o Diagnóstico dos Serviços de acolhimento mostram que, por exemplo, algumas famílias passam a ser acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) - importante órgão para atendimento das famílias e prevenção da medida de afastamento - apenas após o acolhimento.

A integração entre os níveis do SUAS é crucial, uma vez que a vida e o cotidiano humano não são estáticos, de acordo com a transformação das realidades vivenciadas pelas famílias é possível que elas transitem entre os serviços. Em especial, se pensarmos na PSE, cujo objetivo dos equipamentos é subsidiar que as situações de violência ou violação de direitos sejam ultrapassadas. Nesse sentido, a lógica da alta complexidade é de maior proximidade ao indivíduo, com equipamentos de referência em cada território, de acordo com a demanda populacional. Assim é possível que as equipes conheçam a população que atendem e possam desenvolver ações que valorizem as subjetividades e especificidades de cada sujeito. Essa é uma configuração que vem se especializando paulatinamente, uma vez que precisamos considerar o histórico de institucionalização que vivemos no Brasil.

Os acolhimentos de crianças e adolescentes, por exemplo, sofreram intensas modificações em sua organização na última década, a partir das modificações no ECA, e pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) de pela publicação das Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA, 2009), como discuto em seguida.

2.3 O direito à convivência familiar e comunitária e a medida protetiva de acolhimento.

Filho, abraçe sua mãe
 Pai, perdoe seu filho
 Paz é reparação
 Fruto de paz
 Paz não se constrói com tiro
 Mas eu miro, de frente
 A minha fragilidade
 Eu não tenho a bolha da proteção
 Queria eu guardar tudo que amo
 No castelo da minha imaginação

Emicida, 2019

Estar entre os que compreende como seus, usufruir dos espaços, grupos e atividades que reconhece e dos quais se apropria e sente-se pertencente, estes são pilares de um processo de desenvolvimento integral saudável, e, portanto, compõe o rol de direitos fundamentais. A

cotidianidade e a experiência a que isso se refere pode ser chamado de convivência familiar e comunitária. Reformulando para uma linguagem cotidiana, trata-se da possibilidade de estar em seu meio familiar, e paralelamente a isso, frequentar sua escola, o parquinho que gosta, brincar na grama da pracinha que conhece, comer pastel na feira aos sábados e cumprimentar seus vizinhos pela manhã. Hábitos e vivências que permitam reconhecer e fruir um cotidiano de vínculos.

Assim, quando algo não vai bem, se o grupamento familiar incorre em uma violação ou ainda, se os lugares de convívio são desprotetivos e potencialmente ameaçadores uma separação será necessária. Idealmente, pensando em constituição psíquica é desejável que algo do arranjo original se mantenha, ou não sendo possível, que substituições de objeto sejam realizadas de forma respeitosa, e na medida do possível célere. Para mim isso é garantia de convivência familiar e comunitária. E, ao longo das últimas décadas ela vem sendo discutida em diferentes campos e com diferentes nomeações: pertencimento, comunidade de cuidados¹⁵, rede parental, grupos de apoio comunitário, redes sociais locais, dentre outros. É direito de todos, mas possui, devido ao aspecto do desenvolvimento, um lugar de destaque quando se fala em infância e adolescência, de forma tal que é uma discussão que permeia a evolução histórica de nossos dispositivos normativos e das tecnologias sociais.

Tal qual há uma transformação histórico-cultural na forma de se compreender infância e família e nos dispositivos que o aparato estatal possui para lidar com questões análogas a esses temas, a mesma coisa acontece com a convivência familiar e comunitária. A sua extinção foi ao longo dos primeiros quatro séculos e meio da história brasileira resposta quase inequívoca para infíndos problemas: manicômios, prisões, internatos, colônias de leproso. Institucionalizar e segregar parecia ser uma resposta rápida e eficiente, sem levantar a pergunta “a custo de que(m)”? O silenciamento era uma resposta para problemas sociais de diversas ordens.

Desta forma, toda a movimentação social que descrevi em torno da constituinte e do próprio ECA também movimentam a discussão sobre convivência familiar e comunitária e atestam sobre a importância e a força de estar em comunidade. Todavia, ainda que o ECA tenha colocado expressamente o direito de se estar em família, e importantes mecanismos de proteção à criança e ao adolescente, as mudanças ainda demoraram a chegar no plano do concreto e cotidiano. Ainda que a aplicação de medidas protetivas de afastamento familiar tenha ganhado destaque enquanto excepcional e provisória, buscando romper com a lógica dos grandes

¹⁵ Destaco que esse é um conceito que a Pastoral da Criança (que consiste em um organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) utiliza de forma ampla nos debates a respeito das políticas de proteção à criança e ao adolescente.

institutos/internatos/reformatórios, estes ainda estavam vigentes e isso foi evidenciado a partir da produção de estudos acadêmicos e dados estatísticos no início dos anos 2000.

A pesquisa nacional sobre abrigos para crianças e adolescentes conduzida pela Rede SAC/MDS teve como objetivo aprofundar o entendimento sobre o atendimento oferecido, as características, a estrutura operacional e os serviços disponibilizados pelos abrigos que recebem financiamento do governo federal. A ênfase foi particularmente voltada para a identificação de ações que promovessem o convívio familiar e comunitário para as crianças e adolescentes abrigados. Isso envolveu a manutenção dos laços com suas famílias e comunidades de origem, a promoção da convivência com outras famílias e a criação de um ambiente acolhedor nas instituições de abrigo, incentivando ainda a participação ativa das crianças e adolescentes em suas comunidades. O levantamento, realizado em 2003 pelo IPEA abrangeu 88% das cerca de 670 instituições beneficiadas naquele ano pela Rede-SAC do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foram investigados 589 abrigos, que, na época da pesquisa, acolhiam um total de 19.373 crianças e adolescentes (Silva e Aquino, 2005). Dentre os importantes achados da referida pesquisa, destaco que 86,77% das tinha família, e destas 58,2% mantinham vínculos com os familiares, dentro os demais 5,8% tinham impedimento judicial de contato com os seus. Como pontuado por Valente (2020):

Depois de 12 anos da promulgação do ECA, a expressiva amostragem de dados da pesquisa revelava que o direito à convivência familiar e comunitária continuava violada, mesmo que dentro de serviços que deveriam ser protetivos. Ficou claro que os dados precisam ser esmiuçados e que esforços precisam ser empreendidos na efetivação desse direito que afeta diretamente o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Outra questão que estava evidente era a violação do direito de que nenhuma criança poderia ser retirada de sua família por pobreza. Passava a ser assumida a necessidade da organização de um plano nacional que envolvesse todo o Sistema de Garantia de Direitos e desencadeasse ações conjuntas do Estado e sociedade na garantia de direitos (p.75).

Esse cenário engatilha novamente a mobilização em prol de estratégias normativas que impactassem e promovessem uma transformação efetiva do que foi evidenciado nas pesquisas. Dessa forma, em 2006, após um cenário participação e mobilização é aprovado Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006). É um documento cujo cerne é sublinhar a necessidade de ações transversais e intersetoriais para viabilizar o convívio protetivo de crianças e adolescentes com suas famílias, de forma tal que as ações requerem a coordenação entre políticas públicas, visando assegurar plenamente os direitos e promover um autêntico desenvolvimento social. Ademais, nesse sentido, preciso transpor um entendimento fragmentado desses sujeitos, sendo crucial garantir seu atendimento integral, reconhecendo sua condição peculiar de desenvolvimento. Por fim, as suas estratégias, objetivos e diretrizes fundamentam-se na prevenção da ruptura dos vínculos familiares, na melhoria dos serviços de acolhimento e no

investimento para reintegrar a criança/adolescente ao convívio com sua família de origem ou extensa (Nery,2010; Valente, 2020).

Após a publicação do PNCFC há no campo da pesquisa um novo marco importante em nosso país, a realização do Levantamento nacional das crianças adolescentes em serviço de acolhimento. Este é um produto que advém da celebração, no ano de 2009 de um termo de cooperação entre o Ministério da Cidadania e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e consistiu em um amplo trabalho de campo e análise de dados que analisou informações referentes a 2.624 Serviços de Acolhimento Institucionais e 144 Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora, localizados em 1.157 municípios e 27 unidades da federação. Foram coletadas informações de 36.929 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e de 932 em acolhimento familiar. Essas informações trouxeram subsídios importantes para delineamentos e orientações acerca da política de acolhimento e já apontou algumas mudanças de cenário em relação ao estudo realizado pelo IPEA, como já se percebe pelos números apresentados. (Valente, 2020).

Outro ponto importante é que se inicia nesse período os debates acerca da demanda de reordenamento dos serviços de acolhimento. O próprio PNCFC traz os balizadores para que os serviços de acolhimento sejam reorganizados. O processo de elaboração do Plano teve elevado grau de participação e embasamento teórico-prático, o que lhe conferiu um diferencial significativo. Na época houve a criação do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (GT Nacional), fruto de uma parceria entre o UNICEF e a Associação Brasileira Terra dos Homens. Esse GT segue e se transforma em um importante ator e articulador na área da convivência comunitária. De tal forma que esta ativamente presente na produção do documento intitulado *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, que é uma resolução conjunta entre CNAS e CONANDA (2009). O documento pormenoriza a execução dos serviços de acolhimento, tanto do ponto de vista técnico, como de sua infraestrutura, e traz diretrizes gerais e específicas para quatro modalidades de serviço: abrigo institucional, casa-lar, família acolhedora e república.

Após esses importantes marcos, as ações e a organização do GT Nacional ganham força e centralidade, até que em 2014 a partir de uma parceria com o CONANDA é instituído o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC), cujo objetivo é fomentar a implementação do PNCFC e integrar o tema no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Sua missão é fortalecer as incidências técnicas e políticas das organizações no campo de Direitos Humanos, com foco na convivência familiar e comunitária, atuando em níveis municipal, estadual, regional, nacional e internacional de forma

integrada com outras redes e iniciativas relacionadas ao tema (Cabral, Reason & Martins, 2023).¹⁶

Um dos desdobramentos foi a realização de uma nova pesquisa, como parte das ações que objetivavam a implementação das ações estratégicas do PNCFC. Foi realizado o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, que coletou dados nos anos de 2009 e 2010, a realização foi do então MDS com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Nessa ocasião foram identificadas 37.858 crianças em medida protetiva, das quais 97,5% estavam em serviços institucionais.

Cabe destacar que no ano de 2022 teve início o processo de avaliação para atualização do PNCFC, um processo mais uma vez transversal e colaborativo, entre governo e organizações da sociedade civil. Foram realizadas 16 oficinas no total, entre os meses de maio a setembro de 2022, planejadas pela SNAS e conduzidas pela Escola Nacional de Administração Pública (Grupo Genova). Destaco a participação de adolescentes acolhidos e jovens egressos nesse processo (Cabral et al 2023).

As medidas protetivas de acolhimento envolvem o afastamento judicial da criança/adolescente de sua família de origem., estão previstas no ECA em seu artigo 101, incisos VII e VIII e são executadas no âmbito da Assistência Social, no rol dos serviços que compõe a PNAS. Todas as medidas previstas no referido artigo devem levar em conta a especificidade e demanda dos casos, respeitando a condição das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, mas até a publicação das OT não havia diretrizes mínimas para essa execução, e conseqüentemente uma lacuna de parâmetros para monitoramento e avaliação. Além disso, a partir de 2009, o acolhimento passa a ser previsto no próprio ECA em duas modalidades, institucional e familiar. Ambas têm caráter provisório e excepcional, e o trabalho psicossocial realizado em seu escopo irá visar a construção de encaminhamentos que possibilitem a reintegração familiar ou, esgotadas as possibilidades, a sugestão de encaminhamento para família substituta. Destacando que apenas a autoridade judicial toma as decisões relativas ao término da medida protetiva (Albuquerque & Alberto, 2023).

Considero que as OT enriquecem o debate sobre a centralidade do trabalho psicossocial e para além de subsídios teórico técnicos de extrema relevância, ao estipular mínimos de funcionamento - número de crianças por equipamento, quantidade de equipe técnica, proporção

¹⁶ Atualmente o MNPFCFC ainda é uma das organizações centrais na defesa de direitos de crianças e adolescentes, atua a partir de três dimensões :políticas de apoio à família e prevenção do afastamento do convívio familiar; reordenamento dos serviços de acolhimento institucional e implementação de serviços de acolhimento familiar e de repúblicas para jovens egressos de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; adoção centrada no superior interesse da criança e do adolescente. Para maiores informações acessar www.convivencia.org.br.

entre acolhidos/adulto cuidador de referência – destaca o caminho necessário para romper com o modelo menorista de atendimento. E mais do que isso, evidencia que ainda era aquele que estava em voga em nosso país, quase duas décadas depois da promulgação do Estatuto.

Miranda (2017) aponta que a referida publicação traz os meios para se trabalhar com a excepcionalidade da medida e investir em uma provisoriedade de fato, e sublinha que há o direcionamento para que os serviços não se configurem mais como instituições totais, mas instituições incompletas, as quais possuem equipes em diálogo e interlocução constante com a rede do território na qual se encontra. Isso é de extrema importância uma vez que o afastamento do convívio familiar representa uma medida protetiva que carrega um paradoxo, já que o direito à convivência familiar e comunitária é assegurado pela norma constitucional. Portanto, um dos desafios postos tem sido reorganizar os serviços de acolhimento, garantindo que as estruturas de alta complexidade estejam integradas à comunidade, afastando-se gradualmente dos modelos institucionais segregadores.

Esse rol de mudanças dá o pontapé em efeito dominó de aperfeiçoamento da rede de acolhimento, tanto na execução, como no monitoramento e avaliação das políticas, o Censo SUAS, que é o instrumento de coleta de dados da pasta da assistência social no país, preenchido pelos gestores municipais e estaduais organiza o campo para que isso ocorra. Para além dos números, ele tem incorporado em suas questões o aferimento do que foi estipulado nas normativas. Atualmente, há duas grandes bases de dados nacionais, o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS) e os dados divulgados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNAA), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Sendo que este último é de atualização diária, e o primeiro é divulgado anualmente, após um processo de coleta de dados referente ao período de um ano. Ambos têm sua importância, em especial pois o SNAA confere agilidade na consulta e o Censo dispõe de um desenho longitudinal, uma vez que é possível consultar os dados pregressos.

Os dados do Diagnóstico do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (Conselho Nacional de Justiça [CNJ], 2020) pontuou que 34.157 crianças e adolescentes estavam acolhidos em 3.259 instituições. Por volta de 96 % em acolhimento institucional e apenas 4% em SFA. Já o Censo SUAS de 2022 aponta que a oferta do SFA está em 6,3% do total de crianças e adolescentes acolhidos.

A leitura crítica desses números, associada às motivações que levam ao acolhimento é central para qualificar ainda mais a execução dos acolhimentos, especialmente considerando que as normativas em voga e os demais documentos de orientação e regulamentação do acolhimento de crianças e adolescentes versam sobre a sua excepcionalidade e provisoriedade.

Logo, a retirada da criança do convívio de sua família deve ser a última medida adotada, apenas aplicável quando há total impossibilidade de permanência em sua família nuclear ou extensa. Essa premissa é central, uma vez que intenciona combater possíveis arbitrariedades, julgamentos ou quaisquer atuações higienistas e simplistas, primando assim pela não banalização da medida de acolhimento e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária (CONANDA, 2009).

Algumas alterações no ECA pela Lei 12.010 de 2009 fortalecem essa perspectiva, especificam a natureza jurídica como porta de entrada e o imperativo da expedição da Guia de Acolhimento, documento no qual deve estar especificado tanto os dados pessoais da criança/adolescente e de seus pais ou responsáveis, bem como a motivação do acolhimento e contatos de possíveis interessados em exercer os cuidados da criança. Além disso, ainda que haja a previsão de medida de acolhimento emergencial, realizada pelo Conselho Tutelar, de acordo com artigo 36 do ECA, fica marcado o caráter de exceção da retirada da criança sem prévia decisão judicial, que deve acontecer apenas na extrema urgência e com comunicação posterior ao sistema de justiça, em até 24 horas, de acordo com artigo 93 do Estatuto (Brasil, 1990).

Todavia, nas discussões de grupos, redes sociais locais, fóruns de debates, seminários este é um tema bastante recorrente. Uma vez que é identificado nos diferentes territórios que é prática corriqueira os acolhimentos emergenciais e que isso incorre em uma fragilização do trabalho técnico e da própria proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, em especial devido à escassez de dados e de um histórico pregresso de acompanhamento, em grande parte dos casos. Em casos de acolhimento emergencial realizado pelo conselho tutelar, ainda que não seja sua atribuição finalística, nota-se situações comumente categorizadas como negligência, que demandariam um olhar sistematizado e qualificado de acompanhamento de mais de um órgão da rede do SGDCA, e a falta de encaminhamento prévio para esses equipamentos. (Fuchs, Coppini & Willwock, 2021; Digiácomo, 2022; de Souza, 2022).

Ao produzir relatórios e demais documentos com essa escassez de informação e a lacuna de um estudo em rede e encaminhá-los para que o Ministério Público apresente ação de acolhimento e o mesmo as acolhe de forma integral em suas peças, isso gera um mecanismo de legalidade a tal prática, que de alguma maneira nos aproxima a práticas da antiga doutrina da situação irregular, que normatizava a inexistência de acompanhamento, antes, durante e após o processo de separação das crianças de suas famílias. Isso coloca o Estado e seus atores numa posição de potenciais violadores, que é justamente o que as novas tecnologias sociais vêm

tentando combater pela via de implementação da proteção integral (Fuchs, Coppini & Willwock, 2021).

No DF, segundo dados do documento *Acolhimento de crianças e adolescentes em números – uma análise comparativa do quantitativo de solicitações de medida protetiva de acolhimento institucional e familiar (art. 101Eca) dos anos de 2020 a 2023 oriundos da central de vagas da SEDES/DF* (SEDES/DF, 2023) a maioria dos casos de acolhimento de crianças e adolescentes originam-se do encaminhamento feito pelo Conselho Tutelar, a Central de Vagas aponta que aproximadamente 45% de todos os acolhimentos registrados entre janeiro de 2020 e agosto de 2023 foram iniciados de forma emergência, ou seja, provenientes desse órgão. Em contraste, apenas 20% dos encaminhamentos ocorreram mediante determinação da Vara da Infância e da Juventude, que é considerada a forma típica e devida de encaminhamento. O documento aponta para a necessidade de averiguação se nesses casos ditos emergenciais os melhores interesses da criança e do adolescente estão em observância, uma vez que em geral o acolhimento ocorre antes de haver um acompanhamento da rede socioassistencial ou de outros órgão do SGDCA.

Já quanto à permanência nos serviços de acolhimento, o desenho que resta demonstrado no Censo SUAS ao longo da última década é o de diminuição do tempo de acolhimento de crianças e adolescentes, o que aponta para um cenário de qualificação das unidades de acolhimento a partir da paulatina implementação da política conforme suas diretrizes, todavia, ainda que haja significativas alterações e transformações no desenho das políticas de proteção e que o reordenamento dos serviços seja uma pauta central e recorrente nos âmbitos de tomada de decisão é importante mencionar que há consideráveis marcas da manutenção de práticas violadoras que compõe nossa história social, como discutido no primeiro capítulo desta tese, onde a institucionalização era ferramenta de controle social e de consolidação do poder e autoridade do Estado sobre a população pobre. Nesse sentido, pode ocorrer a prática de novas violências e violações na suposta busca pela construção de encaminhamentos protetivos. A via de combate a essa possibilidade é justamente o investimento no planejamento das ações e no fomento de profissionais que atuem de forma crítica, de modo tal que seja contemplado que análises detalhadas do universo familiar devam compor os estudos de acolhimento, considerando a família em sua complexidade, para além do material e fático, mas considerando suas relações, vínculos, história e costumes (Aguiar, Martins & Rosa, 2019).

Para além do contexto que institui a necessidade de proteção e saída da criança ou do adolescente, a própria medida de acolhimento precisa ser considerada como um fator potencialmente agravante no contexto das famílias, inúmeras vezes sendo oneroso e

desorganizador, ou ainda gerando sofrimento psíquico para algumas crianças, adolescentes e famílias. Essa leitura não menospreza a importância ou mesmo a necessidade da aplicação da medida, apenas chama a atenção para sua gravidade e os impactos que podem vir a ter objetivamente e subjetivamente naqueles que ela abarca (Penso & Moraes, 2016). Logo, se estamos ponderando tanto os impactos adversos dessa medida, bem como possíveis resquícios de uma política perversa e excludente de controle social faz-se necessário levantar a questão acerca de quem é o público que se atende na alta complexidade da assistência social e lançar sobre os dados em questão um olhar interseccional e crítico.

A medida de acolhimento, devido à sua característica de urgente, opera rupturas. Isso possui efeitos tanto na criança, como na organização familiar à qual ela originalmente pertence. Ainda que haja ferramentas e instrumentos para a preparação da criança e da família para esse momento, observa-se que a medida de acolhimento é em grande parte dos casos incompreendida tanto pelos pequenos, como também pelos adultos (Pereira, 2020). Em já se tratando de sujeitos que possuem um histórico de acompanhamento na rede de proteção, é premissa básica o diálogo e planejamento compartilhado entre os técnicos envolvidos, em especial alinhado com a equipe do sistema de justiça. Isso possibilitaria a referida preparação, bem como a escuta e acolhimento inicial da família de forma a facilitar o início do acompanhamento (Pinheiro, Campelo & Valente, 2021).

O processo de acolhimento precisa ser considerado em sua totalidade, para que se possa olhar para seus possíveis impactos. Por ser uma medida excepcional e em regra a última a ser tomada em uma sequência de ações já realizadas a partir do estudo da rede de proteção se inicia com a condução de um estudo psicossocial, destinado a analisar as perspectivas de retorno da criança/adolescente à sua família de origem, seja ela nuclear ou extensa. Busca-se compreender as razões por trás do acolhimento e avaliar se a família compartilha dessa compreensão. A equipe, então, construirá as possibilidades de intervenção, visando transformar um contexto potencialmente prejudicial em um ambiente seguro e protetivo por meio da interação com a família e a rede de proteção. Esse processo demanda dos profissionais uma postura aberta, crítica em relação a seus próprios preconceitos e sensível às fragilidades e dores do outro. As situações que levam aos acolhimentos não são unívocas, e os contextos de vulnerabilidade e violação muitas vezes estão associados a violências estruturais e à falta de políticas públicas (Bernardi, 2010).

As alterações na legislação visam evitar que crianças ou adolescentes sejam acolhidos de maneira indiscriminada, reforçando a excepcionalidade da medida. Além disso, busca-se prevenir que, uma vez acolhidos, se tornem vítimas de violências institucionais, entre elas ações

que destituam o poder familiar sem que medidas efetivas para superar a situação de violência familiar estejam implementadas. Ao estudar processos de reinstitucionalização - casos nos quais crianças após um retorno à família de origem são novamente acolhidas – percebe-se elementos fortalecedores da execução técnica que estão previstos nas normativas, dentre eles a importância da elaboração de um Plano Individual de Atendimento (PIA) que fortaleça as ações que objetivam a reintegração familiar e assim contemple o histórico e situação atual da família, os compromissos firmados pelos envolvidos, os instrumentos utilizados no trabalho técnico o cronograma de atuação da equipe e seu delineamento, bem como os dados da criança e adolescente e as percepções dela ou sobre ela. Ponderam que o planejamento das ações é elemento fundamental para garantia dos direitos das crianças e adolescentes e consequentemente do investimento em um cenário social mais justo (Paiva et al, 2019).

A construção de um PIA que balize as ações da equipe técnica e oriente as ações a serem desenvolvidas por ela, juntamente com a família e a rede de atendimento psicossocial é essencial para a efetividade dos encaminhamentos a serem realizados durante a medida protetiva e incide diretamente em seu tempo de duração. Cabe destacar, que atualmente preconiza-se a reavaliação dos casos a cada três meses e delimita-se um tempo máximo de dezoito meses de acolhimento, a não ser em situações que todos os recursos tenham sido esgotados. Esses prazos visam a garantia da provisoriedade do acolhimento, e para além disso demarcam que não se está discutindo uma ação fim, ou seja, o afastamento e colocação em acolhimento não são por si resolutivos. A retirada da criança não opera sobre as motivações do acolhimento, apenas garante que a criança não esteja em uma situação fática de violação de direitos (Guedes, 2013; Guedes & Scarcelli, 2014; Salvagni & Pedroza, 2022).

Assim como discuti ao falar da PNAS, os serviços de acolhimento podem ser de execução direta do estado, ou executados por organizações da sociedade civil (OSC), através de parcerias, desde que essas estejam devidamente registradas nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) e no Conselho de Assistência Social (CAS) de seu território e que sejam atendidos os requisitos do MROSC. Devem seguir – sejam de origem pública ou privada – as orientações dispostas nas normativas nacionais e realização do serviço será fiscalizada tanto pelo órgão gestor da assistência, como pelo poder judiciário e pelo Ministério Público (CONANDA, 2009). Há um dado relevante no Censo SUAS acerca da natureza da execução, acolhimentos institucionais são em sua maioria executados pela rede parceira, ao passo que os SFA são de execução direta. A forma da execução tem implicações diretas na grade de relações que se estabelece com a criança/adolescente, implica em rotatividade de profissionais, qualidade do vínculo, rigidez com prazos e rotinas, burocracias para aquisição de matérias,

entre outros. Cada qual com vantagens e desvantagens, que precisam ser devidamente observadas e pormenorizadas de acordo com a realidade dos territórios.

As experiências afetivas, as relações sociais e os momentos compartilhados no dia a dia desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento. Viver nas particularidades de um lar, sendo reconhecido e respeitado em suas necessidades, é um elemento constituinte para o sujeito. Crianças e adolescentes, especialmente aqueles que enfrentaram sérias violações de direitos, se beneficiam de relações que estão atentas, dedicadas à escuta e que oferecem afeto e acolhimento. Isso reforça a necessidade de abordagens específicas no atendimento, destacando a importância de equipes psicossociais e cuidadores devidamente capacitados tecnicamente e emocionalmente disponíveis. A ética do cuidado, juntamente com o respeito à história e à narrativa das crianças e adolescentes acolhidos, é o que possibilita a transição da lógica de assistência e caridade para o acolhimento e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (Diniz, Assis & Souza, 2018; Salvagni & Pedroza, 2022).

Nesse sentido, as diferenças entre as modalidades de acolhimento institucional e familiar relacionam-se à possibilidade de realizar esse atendimento mais particularizado e à possibilidade de garantir o direito à convivência familiar e comunitária, inclusive a partir da vivência em uma família. O modelo institucional é executado em dispositivos que acolhem entre 10 (Casas Lares) a 20 crianças (Abrigo Institucional), cujos cuidados cotidianos são de responsabilidade de cuidadoras sociais e os encaminhamentos técnicos e psicossociais ficam a cabo da equipe interdisciplinar (psicólogo e assistente social). Já a categoria familiar acolhe uma criança por vez (salvo em casos específicos, como grupo de irmãos) em lares de famílias da sociedade civil capacitadas e acompanhadas para exercerem o papel de cuidar temporariamente, durante o processo judicial. Da mesma forma que nos Serviços de Acolhimento Institucional (SAICA), o trabalho técnico nos Família Acolhedora é conduzido pela equipe psicossocial.

As OT (2009) destacam a importância de os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) estarem localizados em áreas residenciais próximas, tanto geograficamente quanto socioeconômicas, ao contexto de origem dos acolhidos. Além disso, enfatizam que o funcionamento diário desses serviços deve assemelhar-se à rotina de uma família, evitando espaços que reforcem a vivência institucional. Um exemplo disso são os grandes refeitórios compartilhados, nos quais os acolhidos têm limitações na autonomia para se servir, escolher sua comida ou participar do preparo das refeições. Refletir acerca de eventos comuns e ordinários auxilia a maneira como percebemos o impacto da institucionalização. Contar uma história na hora de dormir, flexibilizar o horário de televisão, fazer a refeição

favorita em um dia difícil são arranjos relativamente simples em uma rotina doméstica, mas que adquirem contornos de complexidade quando precisam compor e corresponder a fluxos e processos de trabalho, e que por isso, em muitas ocasiões não são realizados, mas que fazem diferença em como a criança/adolescente se relaciona com o mundo a sua volta e constrói sua subjetividade.

Mesmo com o reordenamento dos serviços socioassistenciais há o risco de a lógica institucional descaracterizar o sujeito, à medida em que o enquadra em uma rotina predefinida e o distancia de seus hábitos. Muitas vezes no acolhimento, em especial no institucional, a criança torna-se coisa pública, objeto de estudo e de decisões verticalizadas. Por isso, as consequências do ambiente institucional resvalam também na equipe que em inúmeras ocasiões se furtam de posicionamentos críticos e questionamentos. A proteção deixa de ter como direção o direito do acolhido e passa a ter como foco o próprio ambiente, seus valores e regras. Nesse contexto, é crucial que as equipes técnicas reflitam sobre a rotina e a dinâmica dos serviços, buscando possibilitar, de acordo com o desenvolvimento de cada sujeito, a participação das crianças e adolescentes em seus processos cotidianos. Assume-se que a escuta sensível seja uma ferramenta de trabalho essencial para os profissionais envolvidos nesse cuidado (Silva, 2004; CONANDA, 2009; Salvagni, 2014).

Acerca das diretrizes comuns entre as diversas modalidades de acolhimento, considero importante fazer algumas pontuações sobre trabalho psicossocial com família nos processos de reintegração familiar. Como já mencionado, a chegada da criança no acolhimento é realizada de maneira a operacionalizar o encerramento da medida de acolhimento, e este deve ser preferencialmente pela via do retorno à família de origem, seja ela nuclear ou extensa. É importante demarcar que a reintegração não é uma ação pontual, mas sim um processo que envolve diversos atores e tem uma temporalidade não linear (Rocha, Arpini & Savegnago, 2015). As Diretrizes Internacionais de Reintegração Familiar de Crianças e Adolescentes (Grupo Interagência de Reintegração Infantil, 2016) colocam que não se trata de promover o reagrupamento entre crianças e seus familiares no sentido de um regresso ao espaço físico de convívio, mas de possibilitar um retorno seguro, protetivo ao seio familiar, que propicia que a criança se sinta pertencente e que essa família se perceba preparada para a garantia de uma vinculação afetiva em um ambiente promotor de desenvolvimento.

Esse processo, complexo e intersetorial, inicia-se com uma questão basilar: a compreensão da família de origem como lócus de investimento. Só é viável a reunificação se houver nas equipes envolvidas o entendimento que é preciso olhar para as potencialidades, de modo a transformar a realidade que anteriormente ensejou a situação de afastamento. Isso

requer uma abertura para relacionar-se com essa família e escutar suas percepções, valores, crenças e afetos. Além disso, não é interessante que a reintegração seja uma ação restrita ao universo do acolhimento. É necessário que haja uma ampliação dos atores do SGD que compõe a rede protetiva dessa família e que o trabalho seja realizado de maneira integrada e intersetorial, especialmente considerando que os “direitos das crianças e adolescentes são indivisíveis e interdependentes, sem um único direito tendo precedência sobre o outro (Grupo Interagência de Reintegração Infantil, 2016, p. 8)”. Logo, o direito à convivência familiar estando violado, todos os demais direitos estão em risco.

A relação serviço de acolhimento - criança- família tem início a partir de uma imposição judicial, ela não é feita por uma escolha (Cabral, 2004). Logo, é necessário imprimir nessa relação outros elementos, para tornar possível uma relação mais dialógica e menos hierárquica. Dessa forma é possível sair de um paradigma de desconfiança e rivalização entre família e equipe. Entendo que por haver um descompasso entre os lugares ocupados, é imprescindível que a equipe técnica possa colocar-se enquanto rede de apoio dessa família, construindo uma atmosfera de troca de saberes e verdade. O acompanhamento de pós reintegração é aspecto consolidador para segurança das crianças e suas famílias, refletindo que as relações ultrapassam o sentido jurídico e processual. É embasado em um trabalho articulado, longitudinal e afetivo que é possível consolidar o direito a convivência familiar e comunitária e contribuir para que o acolhimento seja efetivamente uma excepcionalidade (Pinheiro et al, 2021).

Admitir que em alguns casos a reintegração familiar se revela impraticável faz parte do trabalho nesta área. Mas há uma determinada tensão ou inquietude acerca do tempo e dos parâmetros para que essa decisão seja tomada (pois além de serem situações complexas há tempos distintos em relação, o da criança/adolescente, da família, da justiça e da equipe). Outra indagação está em qual é o lugar que este processo ocupa, se de fato é investido e trabalhado, ou se vem constituindo-se enquanto exceção. Um dos problemas é que muitas vezes as ações de fortalecimento da família de origem não são compreendidas como atribuição (que de fato são) das equipes técnicas, sempre em cooperação com outros equipamentos do SGD. Portanto, a reinserção da criança em sua família transcende o âmbito jurídico, vai além de uma decisão judicial, ela abrange toda a estrutura social e se beneficia da colaboração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na promoção e articulação de políticas públicas que possibilitem o fortalecimento das famílias (Gomes, Salatino & Reyna, 2018; Veronese e da Fonseca, 2020):

Como o direito decide quais são as famílias que merecem permanecer unidas? Quais os critérios em jogo para definir quais mães serão boas para suas crianças? Para além dos argumentos jurídicos que

estabelecem quem são as mulheres que permanecerão com suas filhas e filhos, nos interessa começar a investigar e problematizar o pano de fundo dessas intervenções estatais: a existência de um modelo ideal de família que orienta a atuação dos agentes públicos, dos serviços de saúde, assistência social e também do Judiciário acerca deste tema (Gomes et al., 2018, p. 231).

Os caminhos nos quais se sustentam os processos de tomada de decisão no que concerne as infâncias e o poder familiar no que tange ao poder familiar, não se sustentam apenas em fatos, ou em respostas processuais simples e preconcebidas. Há, em especial pelo caráter amplo do rol de casos, bem como pelo espaço interpretativo uma quantidade considerável de posições morais, ou seja, “a possibilidade de permanecer ou não no lugar de mãe de pai não é algo que depende apenas do mundo das leis, mas é antes como os valores morais são acionados e negociados nas práticas jurídicas (Rinaldi, 2020, p. 90)”. A composição de um processo precisa ser ética e cuidadosa, pois constará, em alguma instância de um processo avaliativo dos requerentes a guarda, que é permeado por valores, angústias, representações e percepções dos operadores do direito e é sobretudo a construção de uma narrativa sobre o sujeito, à qual ele tem direito a acessar. Essa é uma das vias de superar a prática de acolher e "redistribuir" crianças para outras famílias que vigorou em longos períodos da história (Gomes et al, 2018; Rinaldi, 2020; Veronese & da Fonseca, 2020; Rinaldi, Escuri, Vicente & Rocha, 2023).

Outra via importante de entrada na rede de acolhimento é a entrega voluntária em adoção – que também versa acerca do à escolha pelo exercício da parentalidade. Entendo ser importante citar esse dispositivo legal uma vez que ele tem consequências diretas na execução dos trabalhos técnicos a serem realizados, e trata da chegada de bebês recém-nascidos não pela via da compulsoriedade, mas da escolha dos adultos. Por essa razão, é papel das equipes envolvidas que a pessoa que gestou tenha acesso ao que for necessário para ter um processo de tomada de decisão refletido, amparado e livre de julgamentos (Salvagni, Naddeo & Brandão, 2022). A escrita nesse processo ganha muito ao possibilitar que compareça esse lugar da escolha afetada, afetiva e de proteção em relação à criança. É nessas linhas que se sustenta a distância entre proteção e abandono.

O rol de situações que implicam na saída do serviço (reintegração, adoção, maioridade, evasão) estão diretamente associados as minúcias do trabalho técnico cotidiano. A processualidade e a construção de cada uma delas deve se dar de forma condizente com o que se observa cotidianamente nas relações e alinhar-se à máxima do superior interesse da criança. Ademais, considero que o estudo e o trabalho de reintegração perpassa cada um deles de alguma forma. Somos seres de história e nossa abertura e capacidade de ter vínculos saudáveis associa-se diretamente as leituras que temos de nós, dos que consideramos nossos e da possibilidade de

amar e sermos amados. Portanto, o chamado sucesso de uma adoção não é dissociado da maneira que a (re)significação da história de origem foi feita.

Iaconelli (2023) relembra que estamos sempre às voltas com a pergunta infantil sobre de onde vem os bebês, que nada mais é que uma maneira de questionar a si ao mundo sobre a própria origem. Não é uma pergunta sobre biologia, é sobre desejo, um questionamento acerca da autorização simbólica de outrem sobre nosso vir a ser. Nesse sentido há um crescente material de pessoas adultas que foram adotadas falando sobre os impactos, das mais diversas ordens, da adoção em suas vidas e um deles é sobre a forma com a qual tiveram acesso ou foram negadas do direito às suas origens. Resta mais uma vez destacado a centralidade do trabalho de escuta e registro das equipes no campo do acolhimento.

Para além disso, é imprescindível dizermos do quanto a comunidade é central para um cenário de relações mais fortes e potenciais para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Pires (2023) coloca que:

É evidente que é para além da família que o humano deve acontecer. Se você cria uma criança para ir se afastando do corpo a corpo com os cuidadores primários, num vetor em direção à comunidade, quando a comunidade desaba necessariamente ocorre um apelo regressivo. Uma comunidade saudável é necessária enquanto endereçamento do desenvolvimento humano.

A existência da estrutura familiar em sua representação social composta por pai, mãe e filho não se sustenta na contemporaneidade e, qualquer outra que venha em seu lugar também não o faz isoladamente. O período de isolamento causado pela epidemia de COVID-19 evidenciou de maneira contundente que não é viável a concepção de uma família na qual apenas os pais assumam integralmente o papel de cuidadores. A ilusão de autossuficiência da família nuclear vem sendo desmistificada ressaltando a necessidade de recursos externos, como a interação social na rua, o ambiente escolar, o suporte hospitalar, a presença da família extensa, a amizade, a participação na arte, e outros elementos. Tornou-se evidente que, para que uma família cumpra efetivamente seu papel na criação dos filhos, são imprescindíveis a colaboração e o envolvimento de cuidadores além dos pais e ambientes compartilhados de cuidado (Iaconelli, 2023; Pires, 2023).

Dessa forma, ao tratarmos de meios em se prevenir o afastamento familiar e ampliar as possibilidades de manutenção das crianças em seus ambientes familiares de origem de forma protetiva, é necessário discutir o modelo atual de cuidado, demasiadamente centrado na figura feminina e em espaços isolados de cuidado. O papel da comunidade local e das diversas redes sociais é central nesse debate.

Ao falar da medida protetiva de acolhimento, acredito ser necessário a constante crítica sobre os dados e sua representatividade. Há um recorte econômico e racial nas crianças que

chegam nos serviços de acolhimento, mais de 65% das crianças acolhidas no Brasil são pretas e pardas (CNJ,2020), e a maioria delas vêm de famílias pobres e de organização matriarcal. O quanto esses dados carregam o peso de uma construção social elitista, racista e higienista? Acredito que de alguma forma o acolhimento em família acolhedora pode, a partir de uma postura de corresponsabilização, cidadania e participação social, fazer o enfrentamento dessa cena.

.

CAPÍTULO 3 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: POLÍTICA, PARENTALIDADE E CORRESPONSABILIDADE.

Tanto o ECA, como as demais normativas citadas, versa sobre a preconização da modalidade de acolhimento em família acolhedora em detrimento dos modelos institucionais. Desde a primeira década dos anos 2000 é instaurado um cenário de reordenamento da rede de acolhimento, a partir do conhecimento técnico que entende os prejuízos dos contextos de institucionalização, especialmente quando precoce e/ou prolongada, e a importância de um investimento afetivo e personalizado nas intervenções com crianças e adolescentes.

Nos anos de 2020 e 2021 houve uma importante mobilização nacional em torno da qualificação e ampliação do percentual de medidas de acolhimento realizadas em SFAs. Nesse período foi criada a Coalização pelo Acolhimento em Família Acolhedora, “um grupo de atores governamentais e não governamentais unidos pelo objetivo de elevar a proporção de crianças e adolescentes acolhidos em famílias acolhedoras no Brasil” (Vidigal, 2021), em um processo de expansão qualificado. Dentro dos eixos de trabalho da coalizão foi realizada uma pesquisa nacional acerca dos desafios e potencialidades da implementação e expansão deste serviço e a confecção e publicação do Guia de Acolhimento Familiar (Pinheiro et al, 2021).

Falar de corresponsabilização na prática cotidiana, correlacionar afeto e política pública e evidenciar a certeza da existência de uma separação são temas muito espinhosos em nossa trama social e que causam estranheza. Entretanto, na contemporaneidade resta comprovado a centralidade dos vínculos e a importância do compartilhamento de cuidados, assim, atualmente a tecnologia social mais moderna em termos de acolhimento é a pautada no cuidado não anônimo, implicado, afetivo e comprometido. Dessa forma, tratarei neste capítulo sobre as especificidades e a importância dos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora: seu funcionamento, impactos tanto para o desenvolvimento infantil, a efetividade do trabalho social com famílias e a abertura para transformação social.

Gostaria de elucidar que não entrarei em pormenores metodológicos deste serviço, pois não é minha intenção a discussão de parâmetros de funcionamento, apontarei alguns aspectos que dialogam com minha hipótese e com os objetivos desta pesquisa, em especial por considerar que hoje o Guia de Acolhimento Familiar já cumpre esse papel, o lugar da pesquisa é o de identificar pontos que precisam de maiores investimentos e para futuro aprofundamento e proposições.

3.1 O serviço de acolhimento familiar: considerações conceituais e funcionamento

Mas eu vejo a vida passar num instante
 Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Eu não sei, eu não posso saber
 Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
 Farei um altar pra comunhão
 Nele, eu serei um com o mundo até ver
 O ponto da emancipação
 Porque eu descobri o segredo que me faz humano
 Já não está mais perdido o elo
 O amor é o segredo de tudo
 E eu pinto tudo em amarelo
 (Emicida, 2019)

O SFA, previsto no artigo 101, inciso VIII, é um serviço no qual famílias da sociedade civil são cadastradas, selecionadas, capacitadas, habilitadas e acompanhadas por uma equipe psicossocial, para acolher, em suas casas, crianças em medida protetiva de afastamento familiar. Essas famílias são captadas e preparadas pela entidade executora do serviço, e cuidarão da criança acolhida até a sua liberação judicial para reintegração familiar, ou para família substituta (Brasil, 1990; Conanda, 2009; Pinheiro et al, 2021).

Em nossa história há registros muito precoces de práticas de cuidado de crianças que de alguma forma se assemelhavam ao SFA, talvez fossem formas primárias de acolhimento familiar.¹⁷ Há registro tanto de situações espontâneas, decorrentes de acordos e arranjos entre núcleos familiares que possuíam alguma relação, como de arranjos mediados formalmente pelo Estado. Tais práticas remontam ao Brasil Colônia e são nomeadas por algumas autoras como colocação familiar (Darcanchy, 2022).

Cláudia Fonseca tem um importante trabalho no que se refere a um outro conceito, que de alguma forma se aproxima ao de colocação familiar, que é o de circulação de crianças. A autora pontua que em um primeiro momento de seus estudos associou a circulação de crianças a camadas sociais com menor renda, onde esse movimento dos pequenos era uma importante estratégia para a possibilidade de investimento no trabalho e na subsistência cotidiana, cuidar em rede de forma mútua (Fonseca 2002; Fonseca, 2005, Fonseca, 2006; Fonseca, 2007; Gentili & Fonseca, 2020). Entretanto, em seu percurso passou a compreender que tais práticas não possuíam esses limites socioeconômicos tão definidos, a grande diferença é que na classe média essa passagem de cuidados em gerais se limitava pela correlação do parentesco sanguíneo. Já

¹⁷ Cabe destacar que acolhimento familiar e Serviço de Acolhimento em família acolhedora são questões distintas. Sendo que o primeiro pode agregar outras práticas de cuidado em família, como guarda subsidiada, por exemplo, ao passo que o segundo refere-se estritamente à política pública compreendida dentro do SUAS.

em camadas mais populares não havia esse contorno e muitas vezes acabava levando a acordos que hoje conhecemos como adoção a brasileira.

Dessa forma, Darcanchy (2022) nos atenta para o fato de que existem práticas formais próximas ao acolhimento familiar há mais de 80 anos e destaca algumas práticas ao longo do território nacional para exemplificar, como é o caso da Bahia (com Centros de Colocação Familiar datados de 1939 e 1947); de São Paulo (com um serviço que funcionou de 1949 até 1985, regulamentado por lei) e Porto Alegre (com destaque para o Programa Lares Substitutos, da FEBEM, que funcionou de 1972 até 2002). A autora destaca em seu trabalho de dissertação que um número significativo de iniciativas, inclusive pelo seu posicionamento histórico, não estava alinhado aos superiores interesses da criança e do adolescente. Dessa maneira, não possuíam em seu escopo de atuação um trabalho técnico organizado, registro das histórias, ou qualquer tipo de investimento planejado na relação com as famílias de origem.

A inclusão formal do SFA no léxico das políticas públicas nacionais, é recente¹⁸. Em 2004 com a reestruturação da Política Nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o SFA aparece então, pela primeira vez formalmente enquanto medida de proteção, dentro da gama de serviços da alta complexidade da assistência social (Assis & Farias, 2013). Assim, é ainda pouco difundido e conhecido na sociedade brasileira, apesar de ser uma modalidade bastante difundida em diversos países. Além disso, com o reconhecimento da importância de outras formas de cuidado, cada vez mais individualizadas, o SFA vem sendo amplamente defendido por diversos segmentos da sociedade civil e do governo. Tanto que atualmente é compreendido, tanto no campo do desenvolvimento infantil como do trabalho social com famílias, primeira via de atendimento antes de qualquer busca pela institucionalização (Brasil, 2009; Associação Brasileira Terra dos Homens [ABTH], 2015; Pinheiro et al, 2021; Valente e Sobral, 2023).

No entanto, a transição de uma cultura historicamente fundamentada na institucionalização para uma nova política de cuidados e proteção é um processo gradual e prolongado. Isso envolve dissolver mitos e representações sociais profundamente enraizados, tanto sobre a competência e capacidade das famílias que têm seus filhos afastados quanto sobre a identidade das crianças e adolescentes envolvidos, bem como sobre a responsabilidade da sociedade civil em relação a esses indivíduos (Costa & Rosseti-Ferreira, 2009). Mesmo com um processo de reorganização das instituições que prestam serviços de acolhimento, persiste a influência da cultura e dos valores institucionais profundamente enraizados.

¹⁸ De ordem municipal já havia iniciativas com regulamentação e legislação própria anterior a esse marco. Cito como exemplo Cabo Frio- RJ e Franca -SP.

3.1.1 Breve histórico da mobilização nacional para implementação do SFA.

A aprovação das Diretrizes sobre Cuidados Alternativos para Crianças pela Assembleia da Organização das Nações Unidas (Organização das Nações Unidas [ONU], 2009) é de extrema relevância no cenário internacional e nacional para incentivar e agregar a discussão sobre cuidados não institucionalizados, chamados então de alternativos (o que demarca a centralidade do modelo institucional no mundo todo). Este documento foi elaborado em resposta às necessidades identificadas pela sociedade civil e por profissionais de vários países que lidavam diretamente com crianças afastadas de suas famílias, e nesse sentido há uma preocupação expressa com a primeiríssima infância (de zero a três anos), devido aos possíveis impactos que a privação de convívio familiar e ambiente individual poderiam ter no desenvolvimento (ONU, 2009).

O documento propõe a seus signatários o compromisso de que nenhuma criança nessa idade receba cuidados fora de um ambiente familiar. Uma vez que o Brasil é signatário, há uma relação direta com os esforços ensejados na discussão e busca por ampliação/expansão do SFA no país. Acredita-se que esse compromisso, aliado ao Movimento Nacional em prol da convivência familiar e comunitária, tenha influenciado a expansão das discussões e a abertura de Serviços de Família Acolhedora (SFAs) no Brasil. No ano de 2019 há uma atualização do referido documento, mantendo o tom de compromisso em melhorar o atendimento e a atenção voltadas as crianças que por alguma razão perderam o cuidado parental (Valente e Sobral, 2023).

Entendo ser de extrema importância pontuar, que a participação e mobilização social tem papel central no processo de transformação e mudança de paradigmas quando o tema é garantia de direitos, em especial relacionados a populações que socialmente foram objetificadas e silenciadas ao longo da história, como é o caso da criança e do adolescente. Todos os avanços em tecnologia social e políticas públicas, bem como na garantia de direitos, é perpassado pela incidência e organização da sociedade civil, em especial aqueles atores que têm conhecimento e expertise prática nas diversas temáticas.

E dessa forma ocorreu com o SFA, em meados dos anos 2000 iniciativas pioneiras no país, em articulação ao MNPCFC (que então era GT Nacional) iniciaram essa discussão, principalmente a partir das práticas exitosas nas quais atuavam. Sublinho o trabalho da Dra. Jane Valente, então coordenadora do SAPECA, SFA de Campinas-SP, que tem um importante papel na articulação e disseminação da pauta em nosso país, inclusive no pioneirismo de material científico sobre tema (Valente, 2020; Valente & Sobral, 2023).

Nos últimos vinte anos, várias iniciativas e instituições têm desempenhado papéis

proeminentes, especialmente no que se refere a reconfigurações e mudanças regionalizadas (ABTH, Instituto Fazendo História, Aconchego, Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM), Instituto Geração do Amanhã, entre outros). Estas organizações, associadas aos Ministérios Públicos e ao trabalho da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com as secretarias regionais e municipais de assistência social, têm conseguido avanços significativos de forma gradual, embora ainda limitados quando considerada a cena nacional. Identificando a necessidade de somar e potencializar essas conquistas e em resposta à necessidade de adaptação e reconfiguração do sistema de acolhimento devido à pandemia da COVID-19, a Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora foi criada em julho de 2020 (Valente & Sobral, 2023).¹⁹

Na ocasião, os participantes da Coalizão compartilhavam uma compreensão de urgência diante da conjuntura, possuindo conhecimento técnico e prático sobre os benefícios proporcionados pelo acolhimento familiar. Entretanto, ainda havia uma lacuna em relação aos obstáculos para sua expansão, apesar de hipóteses compartilhadas. Assim, o trabalho foi inicialmente organizado em quatro eixos principais: (1) informar a sociedade em geral, aprofundando e melhorando a qualidade da compreensão sobre o acolhimento familiar para crianças e adolescentes; (2) oferecer formação, fornecendo diretrizes, materiais e conteúdo de qualidade para promover espaços educativos; articular com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente para envolver os diversos atores comprometidos com o acolhimento familiar; e mobilizar a sociedade civil para promover a cultura de acolhimento e consolidar comunidades protetoras em torno das famílias, crianças e adolescentes (Pinheiro et al., 2021; Cassarino-Perez & Anjos, 2023; Valente & Sobral, 2023).

Dois importantes marcos do trabalho realizado pela Coalizão e que tem incidência direta neste trabalho. O primeiro foi a realização de uma pesquisa diagnóstica nacional, realizada entre novembro/2020 e janeiro/2021, com vistas a subsidiar as ações da coalizão de forma ética e orientada na realidade nacional, e com o maior entendimento sobre fatores que favorecem e os que dificultam a implantação e implementação dos SFA (Cassarino-Perez, 2021). Esta iniciativa foi conduzida a partir de três estudos de métodos mistos, empregando distintas abordagens metodológicas e fontes de dados. Conseguiu possibilitar a escuta de diversas perspectivas, incluindo gestores e membros das equipes técnicas de serviços em diferentes estágios: implantação, funcionamento ou suspensão de atividades (Cassarino-Perez & Anjos,

¹⁹ Valente e Sobral (2023) trabalham de forma pormenorizada a história de implementação e expansão do SFA no Brasil, com destaque às principais ações eventos realizados no cenário nacional, com a devida contextualização histórica e o reconhecimento dos principais atores envolvidos em cada momento.

2023).

O segundo destaque, que é um produto em resposta às necessidades elencadas na pesquisa, é a publicação do Guia de Acolhimento Familiar (GAF), do qual sou coautora (Pinheiro, Campelo & Valente, 2021). O Guia é um material organizado em seis cadernos: (1) O serviço de acolhimento em família acolhedora; Implantação de um serviço de acolhimento em família acolhedora; Parâmetros de funcionamento do serviço de acolhimento em família acolhedora; Mobilização, seleção e formação de famílias acolhedoras; Acompanhamento da família acolhedora, da criança, do adolescente e da família de origem e Chegadas e partidas: trabalhando as transições. O material é voltado à gestores e equipes técnicas e foi formulado a partir da identificação da demanda por material de qualidade e de fácil acesso. Contém tanto subsídio teórico, como orientações cotidianas para a implementação e execução de SFA. Traz desde a contextualização do serviço, orientações para divulgação, formação e acompanhamento de famílias acolhedoras e trabalho psicossocial com famílias, crianças e adolescentes.

Nos anos de 2022 e 2023 nota-se com o arrefecimento do contexto de pandemia, ações em território nacional. O delineamento de tais ações relacionam-se com a identificação, pela pesquisa realizada (Cassarino-Perez, 2021), dos fatores desafiadores e potencializadores para a implementação da política do SFA. São eles (Campelo, 2023):

1) Fatores que fragilizam oferta do serviço:

- a. Falta de conhecimento sobre o serviço;
- b. Resistência do Sistema de Justiça ou do Ministério Público;
- c. Interrupção do serviço nos momentos de troca de gestão;
- d. Ideias equivocadas sobre vinculação afetiva;
- e. Falhas no processo de capacitação das famílias acolhedoras

2) Fatores que fortalecem a oferta do Serviço:

- a. Apoio dos gestores municipais de assistência social;
- b. Sensibilidade de Juízes e promotores para a importância do serviço;
- c. Capacitação consistente e sistematizada das famílias acolhedoras; e
- d. O fato de o Serviço de Família Acolhedora ter menor custo de execução que o acolhimento institucional.

Observa-se uma lógica de complementariedade entre esses fatores, os municípios que tiveram maior êxito com a execução do SFA são aqueles que conseguiram interpor as dificuldades a partir do investimento em conhecimento e na articulação intersetorial. A divulgação desses resultados e a ação sistemática e de incidência dos grupos mobilizados pela Coalizão marca uma mudança sistemática na abordagem da temática, em especial na mudança

de abordagem do sistema de justiça, no qual as ações deixam de ser isoladas em promotorias e varas da infância de territórios específicos e passam ser orientadas por resoluções e recomendações do CNJ e do CNMP. A mais recente conquista, ante a construção desse estudo, é a publicação da Recomendação Conjunta nº 2 de (Conselho Nacional de Justiça et al., 2024), que dispõe sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. É um documento que reflete os esforços conjuntos entre atores da sociedade civil e governo.

A Recomendação Conjunta visa orientar a União, os estados, Distrito Federal, municípios, Poder Judiciário, Ministério Público e Sociedade Civil na implementação coordenada e integrada do SFA, através de estratégias para assegurar o direito ao crescimento e desenvolvimento em ambiente familiar, priorizando o SFA. Além disso, visa à ampliação da cobertura, qualificação dos serviços, e convocação da sociedade para a corresponsabilidade na proteção integral dos acolhidos. Buscando atingir, até 2027 a transição de 25% das crianças e adolescentes acolhidos para a modalidade de acolhimento familiar. A recomendação enfatiza a importância da qualificação dos serviços, da mobilização da opinião pública e do planejamento intersetorial (Conselho Nacional de Justiça et al., 2024).

Dentre as estratégias sugeridas, destaca-se a criação de Grupos de Trabalho Intersetoriais, diagnósticos de demanda, oferta regionalizada do SFA, priorização nos orçamentos públicos, cofinanciamento e sensibilização dos atores do Sistema de Garantia de Direitos. A recomendação também enfatiza a formação e acompanhamento sistemático das famílias acolhedoras. A recomendação conjunta apresenta um arcabouço robusto para a implementação do SFA no Brasil. A coordenação entre diferentes esferas é essencial para atingir os objetivos propostos. A efetividade dependerá do engajamento e ação colaborativa de todos os atores envolvidos na garantia dos direitos de crianças e adolescentes (Conselho Nacional de Justiça et al., 2024).

3.1.2 Conceitos e Parâmetros de funcionamento do SFA

Ao longo desse texto trouxe em diversos momentos definições do que é o SFA, todavia entendo que uma das maiores dificuldades que temos hoje em dia, tanto de acordo com as pesquisas já mencionadas, como em minha percepção pessoal é uma definição cotidiana e simples, para além de sua inserção na política pública e do léxico jurídico. Este foi um desafio nos debates durante a produção do Guia de Acolhimento Familiar e é uma questão cotidiana na produção de material voltado à divulgação e mobilização de famílias. O GAF, em seu primeiro caderno, traz a seguinte definição:

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) organiza e acompanha o acolhimento temporário de crianças e adolescentes em residências de famílias acolhedoras, previamente selecionadas e preparadas pela equipe técnica. Oferece proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar segura. Quando o retorno à família de origem não é possível, a criança ou adolescente pode permanecer na família acolhedora até seu encaminhamento para adoção (Pinheiro et al 2021).

Em termos corriqueiros o SFA é quando uma criança/adolescentes protegida pelo estado mora com uma família que foi preparada e habilitada por profissionais, em geral psicólogos e assistentes sociais, que atuam no serviço de acolhimento. A criança e os adultos cuidadores entrarão numa dinâmica de lar, com rotinas, atividades, lazer e afeto, ao passo que são acompanhados pela equipe interprofissional, em especial naquilo que se refere à violação de direito que gerou o acolhimento. Esses profissionais, para além desse acompanhamento fazem o estudo desse caso junto aos equipamentos dos territórios e formam e acompanham outras famílias acolhedoras, visando a manutenção continuidade do serviço. A linguagem é uma questão central para a política do SFA, pois ele se encontra em um lugar extremamente híbrido entre a formalidade do Estado, o rigor da ciência e a concretude da diversidade das famílias brasileiras. É necessário que nós que atuamos na área nos comuniquemos de forma eficiente e elucidativa nos mais diferentes espaços (referência).

Ainda que as exigências de recursos humanos e de espaço físico de ambas as modalidades de acolhimento – institucional e familiar -sejam próximas: proporção entre crianças e número de técnicos e cuidadora, coordenação técnica, espaço físico que possibilite atendimento psicossocial e visitas familiares, a formatação cotidiana dos serviços gera uma distância considerável nas práticas desenvolvidas por eles. Isso gera consequências na qualidade do fazer técnico e do cuidado com os envolvidos no processo de acolhimento, e no processo de implementação e continuidade do SFA. Exemplifico: para inaugurar um SAICA, ainda que se tenham tramites burocráticos que exigem recurso, vontade política e uma série de delineamentos, uma vez que as decisões burocráticas estão tomadas e a parte de recursos humanos e materiais providenciadas, o funcionamento é imediato e continuado. Para um SFA, essa lógica não se aplica. Há um caminho inicial bastante próximo de delineamento e implantação de estrutura, porém, isso não é garantia de funcionamento do serviço. Ele requer etapas a mais, que dizem respeito ao diálogo e sensibilização da sociedade civil e a formação e habilitação de famílias acolhedoras, ou seja, é um outro tempo de execução. A manutenção do serviço requer a constante renovação dessas ações de diálogo e preparação, tanto da sociedade civil, como da rede de proteção (Pinheiro et al, 2021). Ou seja, não basta o investimento (em diversos sentidos) inicial e a disponibilidade estrutural, há uma complexidade maior quando se

debate esse tipo de execução, pois ela é intrínseca a relação do estado com a sociedade civil.

Nesse sentido,

o sucesso do programa de acolhimento familiar não deve ser medido unicamente do prisma administrativo-gerencial, ou seja, pelo simples deslocamento dos serviços de assistência das instituições às famílias - a quaisquer famílias. Seu sucesso sempre estará na sua aptidão nata de proporcionar à criança e ao adolescente condições de uma existência digna (...) (Stocco, Moura, Tanizaka & Laurindo, 2021, p.27).

No que concerne à equipe psicossocial, por exemplo, observa-se que dentro dos SAICAs há demandas que se relacionam à própria institucionalidade: convivência entre acolhidos, regras, conflitos, demandas de saúde e educação, escalas de cuidadores, e outras atividades. Por outro lado, no SFA a demanda institucional diminui consideravelmente, e torna possível que a equipe técnica invista tempo e planejamento em ações psicossociais que concernem às motivações do acolhimento e a possibilidade de retorno dessa criança à sua família de origem. Possibilitando o maior investimento no desenvolvimento infantil (a partir do cuidado individualizado) e na saúde das relações familiares (Salvagni & Pedroza, 2023).

As OT (Brasil, 2009) sugerem uma equipe mínima de uma dupla psicossocial e uma coordenação técnica para cada 15 acolhidos em família acolhedora. Coloca como principais atribuições da coordenação do SFA:

- gerenciar e supervisionar todas as operações do serviço, garantindo o cumprimento dos objetivos e padrões estabelecidos;
- organizar junto à gestão do estado a divulgação do SFA e operacionalizar a mobilização constante de famílias acolhedoras, na observância da boa continuidade da execução;
- organizar todo processo de recursos humanos e realizar a devida supervisão do trabalho, buscando a qualidade das atividades em observância aos parâmetros técnicos e legislações;
- sistematizar a coleta, organização e gestão das informações relacionadas às crianças, adolescentes e suas famílias;
- realizar a articulação com a rede de serviços e o SGDCA, assegurando que as políticas e diretrizes em vigor sejam respeitadas e implementadas de maneira eficaz no âmbito do SFA.

E em complementariedade descreve que a equipe técnica (Brasil, 2009):

- gerencia todas as fases do ciclo de acolhimento, desde a seleção e formação inicial das famílias até o acompanhamento contínuo, supervisão e, quando necessário, o desligamento;

- estabelece e mantém parcerias efetivas com a rede de serviços e o sistema de garantia de direitos para garantir uma abordagem integrada e abrangente;
- desenvolve atividades de preparação e acompanhamento psicossocial junto às famílias de origem, visando à reintegração familiar quando possível;
- monitora de perto o desenvolvimento e bem-estar das crianças e adolescentes acolhidos ao longo de todo o período de acolhimento;
- colabora com outros profissionais da rede de serviços e do sistema de garantia de direitos para discutir e planejar intervenções necessárias ao acompanhamento dos acolhidos e suas famílias;
- apresenta relatórios detalhados à autoridade judiciária e ao ministério público, indicando possibilidades de reintegração familiar, necessidade de novas medidas ou a eventual necessidade de encaminhamento para adoção;
- em colaboração com a família e serviços da rede de proteção, desenvolve um plano para superar os desafios que levaram ao afastamento da criança e/ou adolescente, buscando a reintegração familiar;
- coordenar encaminhamentos jurídico-administrativos necessários junto à rede de educação, saúde, entre outros serviços;
- oferece oportunidades regulares de escuta individual a todos os envolvidos, incluindo a família de origem, família acolhedora e acolhido, para garantir que suas vozes sejam ouvidas ao longo de todo o processo de acolhimento.

No GAF são descritas atribuições complementares às dispostas pelas *Orientações Técnicas*, elaboradas a partir da experiência do trabalho na ponta e que se relacionam à diversidade das experiências ao longo de quase duas décadas. Entendo que atualmente as OT, que precisam e estão em processo de atualização, não abarcam campos relacionados à continuidade da execução do SFA e à sua constante necessidade de reciclagem técnica e articulação política. O Guia, por ser fruto de uma pesquisa que demonstra as fragilidades e potenciais para a política nacional de SFA, consegue aprofundar alguns pontos que são de extrema relevância. A coordenação do serviço por exemplo, precisa ser uma articuladora entre os setores técnica, administrativa, financeira e logística do SFA, bem como garantir a existência de fluxos e documentos internos e externos de qualidade, que corroborem tanto com uma representação institucional do serviço, como com a articulação intersetorial. Outro ponto diz respeito à disseminação do SFA junto ao SGDCA e outros setores da sociedade, isso requer participação ativa em ações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA),

Conselho de Assistência Social (CAS) e órgãos similares, estabelecer relações com os gestores da política de assistência social, participar de eventos, ter bom acesso a mídias, incidir sobre planejamentos estratégicos de comunicação e ser ponte do serviço junto ao sistema de justiça (Pinheiro, Campelo e Valente, 2021).

Ainda tratando da coordenação do SFA, entendo que existe uma atribuição importante que é o investimento e a consolidação em uma identidade do serviço. Tanto em relação à equipe técnica, que pode ser feito através da viabilização de estudos de caso, formações continuadas, espaços de supervisão externa. Bem como em relação às famílias acolhedoras e crianças, com espaços de encontro, grupos de discussão, visitas periódicas. E por fim em relação aos entrelaçamentos dessas instâncias, e de uma relação próxima, respeitosa, ética e profissional entre os envolvidos (Pinheiro et al., 2021; Kurelo & Saukoski, 2023). Isso pode parecer simples, mas incorre na complexidade de assimilar política pública e vida particular.

Em relação às equipes também há inúmeras complementariedades propostas, importante destacar as relacionadas à disseminação de conhecimento acerca do SFA e a mobilização continuada de famílias acolhedoras, à formação de famílias acolhedoras, ao acompanhamento cotidiano das crianças e adolescentes nas famílias acolhedoras e consequente ponte com o caráter formal do serviço (responsabilidades, parâmetros, compromissos), à condução dos processos de reintegração com a devida mediação da relação entre família acolhedora e de origem quando necessário (ou nos casos de adoção, quando se aplicar) e, por fim, ao acompanhamento psicossocial pós reintegração (Pinheiro et al., 2021; Salvagni, Naddeo & Brandão, 2023). Sublinho essas questões por entender que são as que conferem a qualidade e eficácia necessária ao SFA. Frente à extensão dessas atribuições e à constante necessidade de investimento em saúde mental do trabalho, em especial na área de assistência social, tem-se levantado a discussão acerca da revisão da proporção entre equipe técnica e acolhidos. Isso foi ponto de discussão em diversos eventos e na avaliação do PNCFC.

Estar na constante tensão entre o público e o privado, bem como ser de certa forma o vértice das relações entre famílias acolhedoras-acolhidos- famílias²⁰ e gerenciar as posições profissionais que são constituídas concomitantemente por processos, métodos, tecnologias e afetos promove uma carga grande nas equipes técnicas de acolhimento familiar. Assim, é importante propor no que concerne tais equipes um tempo de preparação aliado ao espaço de atuação, considerando que pensar a identidade e qualidade de um serviço relaciona-se à formação desses profissionais, especialmente ao se considerar que há uma parte técnica que se

²⁰ Refiro-me a famílias de origem nucleares ou extensas, ou quando se aplicar, famílias por adoção.

associa ao trabalho de relações interpessoais e cuidado. Por isso, demanda-se investimento em saúde mental e cuidado pessoal, compreendendo que em certa medida olhar para o outro é olhar para si, e o trabalho com cuidado é atravessado por muitas identificações (Salvagni, 2014; Salvagni e Pedroza, 2023).

Moreira, Bedran, Carellos e Passos (2013) ao pesquisarem os registros de histórias de vidas de crianças e adolescentes acolhidos há mais de uma década, em especial sobre os impactos e razões da falta desses registros, apontam que as dificuldades encontradas no processo de escrita não podem ser simplificadas apenas como uma resistência à burocracia ou ao dinamismo do contexto de acolhimento. Pontuam que podem relacionar-se ao fato de que as narrativas apresentam experiências de sofrimento/desamparo intensas vividas por crianças, adolescentes e seus adultos cuidadores. E que muitas vezes são difíceis de significar e traduzir em palavras, quase indizíveis. Essa escuta reverbera nos profissionais e pode causar sofrimento, angústia e tantos outros sentimentos, em especial ao se considerar os efeitos da própria atuação. Isso faz ser necessário uma ampliação de espaços legítimos para trocas e reflexões sobre as histórias vivenciadas por eles na experiência do acolhimento institucional.

De maneira consonante, em um estudo acerca do trabalho com atendimento a mães em situação de rua, englobando saúde, assistência social e sistema de justiça, Gomes et al. (2018) apontam sobre as implicações de possíveis identificações com o público atendido e o envolvimento das equipes com essas histórias de vida, em especial considerando que o atendimento psicossocial não é sinônimo de cuidado integral, tampouco há certezas de qualquer tipo de pretensa eficiência ou eficácia. A lógica não é a dos resultados, é a das possibilidades da vida real. Mais uma vez fica evidenciado a importância do cuidado com as equipes.

Considera-se que um dos benefícios do SFA para as crianças e adolescentes é a continuidade de cuidados²¹ na família acolhedora e a estabilidade de figuras de referência afetiva, em especial ao se considerar que o ambiente institucional é permeado por diversas discontinuidades, tanto pensando na dinâmica dos plantões, como na alta rotatividade das equipes técnicas em SAICAs. Todavia estar em SFA não é garantia dessa constância, para que isso se efetive é imprescindível se considerar a relação entre continuidade de cuidados e continuidade de equipe. Ter profissionais de referência é um elemento que provê segurança para a família que acolhe e para quem é acolhido (pensando na criança/adolescente e sua família).

²¹ Isso será discutido no item 3.2: A criança, o adolescente e a família em acolhimento familiar: o olhar para o singular.

Considerando que no Brasil uma das questões que precisa ser trabalhada na rede de acolhimento é a rotatividade profissional (Moreira & Paiva, 2015; Acioli et al., 2018) torna-se central refletir sobre as implicações dessa realidade no SFA e como elas se relacionam às eventuais descontinuidades no que diz respeito ao cuidado da criança. Na Espanha, a taxa de ruptura varia entre 20 e 50%, e pode estar associada a fatores como idade da criança, questões comportamentais, tempo de acolhimento, experiência prévia em instituições de acolhimento, entre outros. Por outro lado, a qualidade da família que acolhe aparece como fator protetivo. Logo, há uma demanda que os profissionais envolvidos nos processos decisórios do sistema de proteção sejam analíticos e críticos em relação aos diversos aspectos de seu trabalho (Montserrat, & Sitjes-Figueras, 2023). Observou-se, na literatura nacional, uma lacuna no que se refere ao aspecto das transferências entre famílias acolhedoras, mas entendo que se relaciona a questões discutidas em grupos de trabalho e seminários e versa sobre o ponto da formação continuada e espaços de cuidado com a equipe técnica, uma vez que “rupturas e inconstância na formação dessa equipe impactam na confiança, nos encaminhamentos dados e na continuidade do trabalho após a saída do acolhimento” (Campelo, Pinheiro e Valente, Caderno 6, p. 192), logo é importante que se garantam espaços de supervisão da equipe.

Trata-se aqui da discussão de uma atuação implicada, que olha para além do burocrático (Oliveira, Veronese & Palma, 2009). Para alinhar-se aos melhores interesses da criança e escutar o (ou de alguma forma se inserir no) cotidiano das famílias ultrapassa-se protocolos, manuais, e as linhas simples e retas de um passo a passo. A atuação no SFA não é sustentada pelo automatismo, até porque, ao contrário de algumas realidades na área infanto-juvenil, não pode responder do lugar de “sempre foi assim” (inclusive pelo fato de seu delineamento ser pós CF), pois é um serviço que já se organiza a partir da lógica da proteção integral, seu desafio é relacionar-se com os microcosmos familiares que muitas vezes concretizam lugares partilhados em nossa sociedade de preconceito e exclusão. Destaco que isso não está na forma do serviço, mas nas relações com as quais ele lida.

As crianças e os adolescentes desfrutem da vida cotidiana no seio da família acolhedora. Espera-se que o investimento seja realizado de tal forma que se possa desenvolver um senso de pertencimento, ainda que temporário àquele lar. Isso implica que também haverá crises, conflitos e desafios, os quais a criança/adolescente irá enfrentar juntamente aos seus acolhedores. A responsabilidade desenvolvida nesta nova relação incorrerá no âmbito afetivo, bem como jurídico, uma vez que há a expedição de termo de guarda temporário no nome dos acolhedores. Para além do aspecto legal, tal termo é um importante marco simbólico. Todos

esses fatores se somam na criação de um ambiente implicado e protetivo (de Miranda, Macedo & Cavalcante, 2023).

Ainda que a configuração da casa seja uma parte imprescindível para o SFA, este é um elemento que diz respeito a uma parte do cuidado com a criança/adolescente. Para a devida organização e funcionamento é preciso também cuidar da institucionalidade do serviço, ou seja, de seus parâmetros de funcionamento enquanto serviço: sede adequada, com sala de atendimento separada, ambiente acolhedor para visitas, delimitação da carga horária de trabalho, demarcação da frequência dos cursos de formação para acolhedores e encontros entre as FAs, organização de plantões quando é realizado acolhimento emergencial, entre outros. Ou seja, não se pode perder de vista que é um serviço ofertado, organizado e com parâmetros de funcionamento bem estabelecidos. Ocorre que isso precisa ser muito refletido uma vez que o cerne do trabalho são as entrelinhas da vida cotidiana e particular de uma família. Ou seja, o acolhimento é familiar, o serviço, como não poderia deixar de ser, ocorre na esfera da institucionalidade.

O SFA coloca-se enquanto uma iniciativa ousada e potente, pois assume o afeto e o vínculo enquanto ferramentas do trabalho técnico com crianças e com famílias, bem como admite que é importante superar o paradigma da neutralidade na prática profissional e admite-se parte das histórias e subjetividades com as quais nos relacionamos. Tudo isso dentro de um lócus que exige rigor e qualidade técnica para a efetividade do trabalho realizado.

3.1.3 A divulgação do serviço, a formação e a mobilização das famílias acolhedoras.

A proposta do acolhimento familiar se baseia na corresponsabilização pela proteção da infância ao envolver a sociedade civil nos cuidados diretos de crianças e adolescentes afastados do convívio de suas famílias de origem. A atuação das famílias acolhedoras ocorre no âmbito de uma política pública e, portanto, deve estar alinhada aos princípios e diretrizes do ECA e demais normativas. Dada a excepcionalidade e urgência desses casos, que são marcados por complexidade e gravidade, é imperativo um enfoque específico e sensível. Conseqüentemente, torna-se essencial, conforme indicado nas orientações técnicas, a implementação de um processo formativo e de acompanhamento contínuo para as famílias acolhedoras (CONANDA, 2009; Pinheiro et al., 2021, Salvagni & Pedroza, 2023).

O processo de habilitação das famílias acolhedoras é responsabilidade da equipe técnica executora do serviço, visando selecionar e preparar famílias para o acolhimento de crianças e adolescentes. Sabe-se que este processo formativo das famílias acolheras é conduzido de maneiras diversas em todo o território nacional, tanto no que concerne suas etapas (inscrição,

análise documental, curso, estudo psicossocial) como na metodologia utilizada em cada uma delas. Assim, seu objetivo geral é tanto proporcionar às equipes informações sobre as motivações, padrões de relacionamento, habilidades de cuidado, entre outros aspectos relevantes das famílias interessadas em acolher, como também instrumentalizar os postulantes com saberes relevantes sobre a política de acolhimento, fornecer conteúdos e reflexões para que possam assumir efetivamente o papel de cuidadores principais e fazer uma tomada de decisão consciente sobre participar ou não do serviço (Instituto Fazendo História, 2019; Salvagni & Pedroza, 2023).

O Guia de Acolhimento Familiar busca suprir a lacuna de orientações metodológicas para a capacitação e habilitação de famílias acolhedoras, mas de forma a deixar espaço em suas orientações para que as equipes possam adequá-las as realidades vividas, bem como às suas identidades institucionais. Nesse sentido, apresenta em seu quarto caderno diversos pontos sobre o processo de seleção, como critérios, sugestões de tema, pontos de atenção, possibilidades de organização, mas sem engessar esse processo. Ademais, nos atenta que o processo formativo e de habilitação se inicia desde a divulgação do serviço, onde os meios utilizados, a linguagem empregada, as imagens e o slogan da campanha carregam valores e representações, comunicando-se com o público (Pinheiro et al, 2021).

A divulgação é um processo complexo pois ela possui objetivos plurais. Além de atrair possíveis famílias acolhedoras, essa etapa também tem a função de sensibilizar a sociedade civil para a existência do SFA e de que é importante investir em alternativas à institucionalização de crianças e adolescentes. A política de acolhimento como um todo é pouco debatida e conhecida fora dos espaços técnicos/profissionais, além disso, ainda é revestida de muitos mitos e representações sociais equivocadas. Portanto, as campanhas, reportagens e inserções na mídia devem, na medida do possível, transmitir os objetivos do serviço, sua natureza provisória, os requisitos para se tornar uma família acolhedora e sua relevância social (Jacobina & Paiva, 2020, Palácios, 2023). Devido a todo esse desconhecimento, o primeiro contato com o tema ainda é de considerável estranhamento e muitas dúvidas.

Nesse sentido, o GAF explicita que a divulgação do serviço é de competência do gestor da assistência social, uma vez que tem um caráter continuado de disseminação da política pública. A equipe do serviço deverá participar desse processo de forma complementar:

No Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, cabe ao órgão gestor municipal, em parceria com possíveis organizações executoras, a responsabilidade pelo envolvimento de atores do SGD/CA, bem como a busca por voluntários ou profissionais das áreas de Comunicação. Estes serão responsáveis pela elaboração de ações e campanhas adequadas à realidade e demanda locais. A equipe técnica do SFA e as famílias acolhedoras também devem estar engajadas na divulgação, visto que possuem a experiência prática, podendo assim ajudar a informar sobre os objetivos e o funcionamento do SFA, além de contribuir

nas discussões sobre as melhores estratégias e formatos para uma campanha. A junção da gestão local, de profissionais de comunicação e da equipe técnica do SFA, irá qualificar e potencializar o processo de divulgação (Pinheiro, et al., 2021, caderno 4, p 32-33.).

Uma das respostas encontradas pela *Coalizão* foi o desenvolvimento e disponibilização de material qualificado de divulgação. As peças são de livre acesso e atualmente estão disponíveis no site familiaacolhedora.org.br, que além desse material compila informações pertinentes ao tema, como é o local oficial para acessar os seis cadernos temáticos dos guias. O site foi pensado como uma ferramenta de acesso descomplicado, pois pode atender a diversos públicos e contribuir com a meta de expansão nacional. Um último ponto acerca da divulgação é que ainda que a priori ela deseje alcançar a maior diversidade de público possível, a depender da avaliação do órgão gestor em colaboração com a equipe técnica pode ser pensados recortes específicos visando a captação para atender um determinado público (bebês, adolescentes com filhos, crianças com demandas de saúde, entre outros) (Pinheiro et al. 2021).

Os passos para além da divulgação são intimamente ligados à condução da equipe técnica. Os serviços precisam estar organizados de forma que a inscrição e os passos para adentrar ao processo seletivo sejam acessíveis e elucidativos. Link, ficha de inscrição online, e-mail, contato pelas redes sociais, os caminhos são inúmeros, o importante é que o acesso do público a um profissional que tenha informações e respostas ágeis e acessíveis é essencial para a devida continuidade do processo. Segundo as Orientações Técnicas, essa interlocução inicial possibilita a identificação de possíveis motivações, sendo importante ressaltar que a família acolhedora não pode ter interesse em adoção. Nesse momento, é crucial que os diálogos iniciais sejam claros e objetivos para evitar mal-entendidos, otimizando tempo e reduzindo o envolvimento emocional tanto da equipe quanto dos interessados no acolhimento, em casos nos quais não será possível prosseguir com a habilitação (CONANDA, 2009).

Há a delimitação de critérios mínimos para se ocupar a função de família acolhedora. Alguns são bastante objetivos, como apresentação de documentação pessoal, não estar cadastrado para adoção no SNA, não possuir antecedentes criminais, ser maior de idade, residir no município/região do serviço. Outros que dizem respeito a condição de saúde mental e requisitos não mensuráveis (disponibilidade afetiva, abertura ao diálogo, boa relação com a diversidade e as diferenças) demandam um afinamento entre a equipe que vai realizar a avaliação e uma elucidação e apropriação dentro do próprio serviço. Ou seja, não cabem em métricas rígidas, mas precisam ser definidos nos parâmetros de execução do serviço e, preferencialmente, compor seu projeto político pedagógico (Instituto Fazendo História, 2019, Palácios, 2023). Conforme Palácios (2023):

(...) não basta dar preferência absoluta ao acolhimento familiar em vez do acolhimento institucional. Aqueles que se oferecem para acolher devem ser avaliados para se determinar sua aptidão para o acolhimento, que só deve ser realizado mediante avaliações profissionais positivas que comprovem a capacidade de proteger, cuidar, estimular e, quando chegar a hora, separar. Embora devam então ser adaptados a cada situação, os critérios de avaliação da aptidão devem ter certa homogeneidade para todos os casos, com padrões de qualidade e procedimentos estabelecidos de acordo com o conhecimento acumulado sobre os fatores de sucesso, risco e rupturas no acolhimento.

Sugere-se que o processo de habilitação, após divulgação e inscrição, seja composto por etapas mínimas de análise documental; entrevistas; visitas domiciliares; curso de formação; devolutiva e relatório psicossocial. Há uma certa flexibilidade entre a ordem das etapas entre os diversos serviços, especialmente quanto ao tripé análise documental-entrevista-curso. A mudança dessa ordem terá impactos especialmente nos esforços ensejados pela equipe e no estabelecimento de uma relação desta com os postulantes em acolher. O GAF sugere a ordem mencionada anteriormente e destaca os pontos centrais em cada uma delas. Aqui considero importante destacar que a equipe deve estar ciente que o acolhimento tem impactos profundos no cotidiano e na estrutura familiar, e por essa razão, não deve se furtar a adentrar em temas difíceis, tanto por serem polêmicos, como íntimos ou ainda incômodos. verificar se as famílias atendem aos critérios mínimos exigidos para a função, levando em consideração o desejo, a disponibilidade e a concordância de todos os membros do núcleo familiar em acolher e participar dos encontros de seleção, capacitação e acompanhamento (Pinheiro et al. 2021, caderno 4).

A preparação e a convergência ética e técnica da equipe encarregada são fundamentais para assegurar a eficácia e os objetivos desse processo. Estar atento à linguagem, às motivações e às representações sociais, especialmente sobre infância, assistência social e famílias, pode permitir que o profissional identifique participantes que não estejam alinhados com os propósitos do trabalho, que não estejam de acordo com os princípios e diretrizes da política pública ou que adotem uma abordagem caritativa. Esses aspectos podem impactar negativamente no engajamento e na disponibilidade para acolher. Como se trata de uma política pública, o serviço está alinhado com a diversidade familiar brasileira e, portanto, não deve promover atitudes discriminatórias, vexatórias ou que, de alguma forma, violem direitos. É crucial que as famílias inscritas saibam que terão espaço e liberdade para se expressar, desde que dentro dos limites estabelecidos (Salvagni & Pedroza, 2023).

Além disso, família (ou indivíduos) que estão em momentos delicados e de transição ou crise precisam ter um processo grande de reflexão acerca da compatibilidade de seu momento atual com o acolhimento. Essa é uma questão que merece atenção, pois a relação com a criança

e a violação de direitos tem efeitos que não passíveis de antecipação. A equipe técnica deve se manter disponíveis para traçar de forma conjunta esse processo de reflexão. É um espaço complexo de delimitação entre ser cooperativo e invadir o espaço da família, logo exige muita atenção e escuta sensível. As entrevistas têm papel fundamental neste processo, pois estabelecem um espaço de troca e intimidade entre família e equipe técnica (Instituto Fazendo História, 2019; Pinheiro et al., 2021; Salvagni & Pedroza, 2023).

Os encontros de capacitação também têm um escopo relacional importante, já que em tese devem ter uma carga horária maior, e podem representar para além de seu espaço de fomento teórico, um campo para a consolidação de um vínculo entre a equipe e os participantes, bem como destes entre si. Dado que esta política se fundamenta na construção de vínculos entre os acolhedores e as crianças, é crucial que a equipe encarregada do acompanhamento também se conecte com essas famílias e compreenda suas dinâmicas e possibilidades de relacionamento (Valente, 2013). Nesse sentido, as Orientações Técnicas sugerem que a metodologia seja participativa e dinâmica (CONANDA, 2009), favorecendo o intercâmbio de entendimentos, a expressão de sentimentos, expectativas e possíveis inseguranças.

Como parte integrante do processo formativo e avaliativo, recomenda-se a realização de entrevistas familiares e, pelo menos, uma visita domiciliar. As entrevistas proporcionam momentos de preparação e qualificação, e sugere-se que o ambiente criado permita que a família compartilhe receios, dúvidas e aspectos íntimos de seu funcionamento. A visita ao domicílio da família proporciona uma compreensão mais abrangente da dinâmica e do ambiente residencial, sendo essenciais para enriquecer a visão da equipe (Instituto Fazendo História, 2019).

A capacitação e seleção das famílias acolhedoras constituem um processo, sendo etapas complementares. Para além do parecer emitido pela equipe técnica, é crucial que os participantes se envolvam em momentos de autoavaliação. Além disso, é fundamental que a participação se estenda a toda a família, não se restringindo a apenas um membro, uma vez que a chegada de uma criança afeta a dinâmica de todo o núcleo. Durante essa avaliação, conforme preconizado pelos documentos orientadores elaborados por diversos municípios e estados, destacam-se pontos a serem observados: disponibilidade afetiva e emocional; motivação para a função; habilidade em desempenhar o papel de cuidador; padrões saudáveis de relações de apego e desapego; flexibilidade; história e ciclo de vida; relações familiares e comunitárias; rotina familiar; experiências anteriores de acolhimento informal; capacidade de buscar ajuda e colaborar com a equipe; espaço físico e condições gerais da residência (CONANDA, 2009;

Porto Velho, 2018; Instituto Fazendo História, 2019; Pinheiro et al., 2021; Salvagni e Pedroza, 2023).

Um ponto que é interessante que perpassa todo percurso de habilitação é a incompatibilidade entre o desejo/intuito de adotar e ser família acolhedora. A família que pretende adotar tem o projeto e o desejo de filiar alguém, de inscrever-se em sua história a partir do lugar de parentalidade. Esse desejo mobiliza afetos, práticas e relações familiares. Por outro lado, o acolhimento é caracterizado pela condição temporária da criança naquele espaço de relações. Participar do SFA requer da família que acolhe a disponibilidade em trabalhar para a saída da criança e a construção de vínculos e pertencimentos em outro lar. Os acolhedores precisam ser facilitadores desses processos, e já saber de antemão o desejo de investimento na parentalidade adotiva pode criar muitos entraves graves neste processo. Ademais, não se sabe qual será o caminho e a trajetória dessa relação criança-família, assim a apropriação e o respeito dos lugares que ocupam na narrativa proveem um importante alicerce.

Apesar de seu caráter técnico, esse percurso formativo também se refere a uma relação que é construída gradualmente entre a equipe técnica e a família acolhedora. Portanto, é crucial que ambas as partes participem ativamente de cada uma das etapas. Essa construção a muitas mãos facilitará o processo de reflexão e elaboração para a definição do perfil de acolhimento. Este perfil diz respeito a quais são as delimitações de faixa etária, número de irmãos, aspectos de saúde que um determinado núcleo pode acolher. À medida que o tempo passa e a experiência de acolhimento se acumula, esse perfil pode ser ajustado através de uma reavaliação conjunta entre a família e a equipe (Jacobina & Paiva, 2020).

3.2 A criança, o adolescente e a família em SFA: o olhar para o singular.

Eu sonho mais alto que drones
Combustível do meu tipo? A fome
Pra arregaçar como um ciclone
Pra que amanhã não seja só um ontem
Com um novo nome
(Emicida, 2019)

O ECA em seu Artigo 34, § 1º institui a preferência do acolhimento familiar em relação ao institucional, garantindo em todos os casos o caráter excepcional e temporário da medida de acolhimento (Brasil, 2009). Ademais, o país é signatário do compromisso com a ONU de que as crianças até três anos em caso de separação de sua família deverão ser atendidas em modalidades de convívio familiar. Entre outras questões, entendo essas recomendações, que podem ser interpretadas como prioridade dessa modalidade de atendimento, como reflexo dos avanços teóricos sobre o papel do vínculo no desenvolvimento infantil, em especial na primeira

infância. Dessa maneira, para falar da rotina e delineamentos do acolhimento familiar e seu impacto na criança, retomarei alguns pontos sobre a infância e o desenvolvimento, relacionando-os com a rotina do SFA.

Como já defendido aqui anteriormente, cada momento do desenvolvimento humano tem suas riquezas, potenciais e particularidades. A primeira infância, compreendida como o período etário entre zero e seis anos (Brasil, 2016), é marcada como lugar de amplo desenvolvimento, ocorre nesse período o conhecimento e reconhecimento do mundo exterior, o início da regulação emocional, a inserção nos laços e regras socialmente compartilhados. Tudo isso constituirá alicerce para a continuidade de um desenvolvimento saudável. Por isso, ao pensarmos o afastamento da criança²² de seu núcleo familiar é necessário considerar o universo relacional e o quanto essa ruptura terá impacto.

Assim, uma medida judicial de acolhimento significa a interferência estatal nos elos familiares e na maneira como eles se dão no contexto específico daquela criança. Ou seja, por mais que aquele seja um ambiente de alguma forma violador, isso não significa que não haja vínculos afetivos. Ademais, aquele é o ambiente que a criança conhece e em que construiu, até então, a sua historicidade e pertencimento. Questionar sobre como a privação e/ou violência ocorrida é percebida pela criança é importante para direcionar a forma da rede de proteção agir. Tanto para que haja uma mudança de cenário, como para que a criança possa refletir e a partir daí elaborar recursos protetivos ao saber identificar violências (Tinoco & Franco, 2011; Pinheiro et al., 2021; Salvagni e Pedroza, 2023).

O acolhimento marca uma situação de ruptura, na qual a criança além de viver uma circunstância (avaliada como) de risco pela rede que a acompanha, será separada do universo de relações que conhece. Para lidar com esse contexto é necessário que a narrativa da situação seja feita a esse sujeito, sendo ele um recém-nascido ou um adolescente. A contextualização dos fatos e a verdade como marco relacional permitem um maior contorno psíquico para o cenário e a preparação para o seguimento das ações (Salvagni & Pedroza, 2023). Tinoco e Franco (2011) elucidam, ainda que falando sobre o contexto de abrigos no início dos anos 2010, sobre a inequivocidade de se trabalhar com o luto nos contextos de separação da criança:

Por que falar de luto na instituição? As autoras deste estudo entendem que a separação vivida por uma criança que é abrigada, independentemente do motivo que a levou a isso, é uma situação que envolve a perda de um ou vários vínculos com pessoas e com seu meio. Essas perdas alteram o conhecimento que ela tinha do mundo até então, e exigem que ela passe por um processo de adaptação, buscando novos significados. Mesmo aquelas que são separadas apenas temporariamente de sua família, ou aquelas que mantêm um contato constante com esta por meio de visitas, também vivenciam uma perda e devem se

²² O acolhimento tem impactos severos em todas as idades, faço esse recorte apenas devido ao escopo desta pesquisa, que trabalhou com uma equipe técnica e acolhedores com experiências com a primeira infância. Para além disso, como já pontuei considero o humano em processo contínuo de desenvolvimento ao longo de sua vida.

adaptar a ela. As crianças que chegam ao abrigo, tendo passado por uma série de rompimentos anteriores, têm de se adaptar à nova separação, às novas pessoas e ao novo lugar, podendo isso ser mais ou menos difícil, a depender de uma série de fatores relacionados às perdas vividas anteriormente e à experiência atual (p. 429).

Ainda que o senso comum associe luto a morte, há uma leitura teórica, dentro do escopo da psicanálise, que se relaciona à necessidade de ressignificar a perda da relação com um determinado objeto de afeto. Perda essa que pode decorrer de uma mudança, separação, encerramento de ciclo, ou mesmo da morte fática (ou simbólica em suas diversas formas). Freud (1917/2016) propõe que o sujeito que passa por uma experiência de perda precisará trabalhar na elaboração deste evento e no deslocamento desse afeto para um novo lugar psíquico. Que este processo não é linear, envolve muitos movimentos psíquicos e que é a própria característica de não ser estático que caracteriza o luto saudável, a estagnação leva a um processo patológico, próximo ao da melancolia.

A criança que será acolhida e sua família de origem passam por esse momento. Que de alguma forma pode ser muito contrastante com o que se passa no quadrante dos acolhedores, que estão à espera de que o novo chegue em suas vidas (ainda que de forma temporária). Esse encontro precisa ser bastante cuidadoso, e essa disparidades de momento já ter sido trabalhada no processo formativo. É comum – da parte dos acolhedores - que se criem imagens, expectativas e até mesmo idealizações sobre o acolhimento, estão em uma perspectiva de escolha. Do outro lado há, possivelmente, a insegurança do inesperado. Esse encontro sempre será único (Pinheiro et al, 2021).

Assim, reconhecer esse caráter singular em todos os processos do serviço é fundamental, pois ele comparece em detalhes cotidianos. Um exemplo é a consulta da vaga de acolhimento com os acolhedores. É aconselhável que a equipe tenha uma relação estabelecida de tal maneira com a família acolhedora que esta possa falar de forma aberta sobre sua disponibilidade em acolher, aceitando ou negando o acolhimento com segurança. Assim, a partir do aceite da vaga, é crucial estabelecer um campo simbólico para a chegada da criança, visando garantir um cuidado adequado. Preparar-se para a chegada envolve a definição de acordos e combinados entre os acolhedores e a criança. O processo de acolhida representa uma transição entre a ruptura e a segurança, exigindo uma abordagem horizontal e gradual. Cada indivíduo deve estar consciente e seguro em seu papel, compreendendo a relevância de sua presença para mitigar possíveis dores e angústias que possam surgir durante esse período de acolhimento (Pinheiro et al.; Salvagni & Pedroza, 2023).

Estar em uma família acolhedora pode ser um evento transformador e agregador à experiência de vida de uma criança e de sua família. O acolhimento não é o tempo de espera

por uma resolução ou pela decisão judicial, ele é tempo de ação e transformação. Segundo Palácios (2023):

Acolher é cuidar de uma criança, mas também de sua história e das consequências das experiências negativas que forçaram a separação. Dependendo de suas características, para algumas crianças a integração em uma família protetora, estimulante e amorosa será suficiente para que sua recuperação e o bom desenvolvimento sejam possíveis, com pouca necessidade de apoio profissional. É importante reconhecer, porém, que, em outros casos, uma boa família acolhedora, com seus recursos e capacidades, não será suficiente para responder satisfatoriamente às complexas necessidades dos acolhidos, especialmente quando seus padrões de relacionamento e comportamento são extremamente complexos e desestabilizadores. Nessas situações, boas famílias acolhedoras são necessárias, mas não são suficientes.

Esse é um ponto importante para que as famílias acolhedoras não sejam colocadas em um lugar intangível, ou demasiado idealizado. Seu papel envolve se abrir para a relação com aquela criança e seu contexto específico, mas com a compreensão que toda e qualquer relação tem limites.

De toda forma, visando potencializar os possíveis impactos e transformações que estar em SFA pode ter, é necessário que haja um compartilhamento sistemático de informações com a família acolhedora. Muitas vezes nem todas as informações que são consideradas necessárias estão disponíveis (motivações do acolhimento, condição de saúde da criança, hábitos conhecidos), e o trabalho técnico se inicia no ensejo para consegui-las, pois elas auxiliam a construção do vínculo e dão maior segurança para o processo de abertura entre FA e criança. Para além das informações há a importância de um olhar observador para a criança, que permite aos acolhedores agirem com calma e cautela, respeitando os limites demonstrados (Salvagni e Pedroza, 2023).

Cada período da infância estabelece relações específicas com o ambiente ao seu redor, dessa forma, a adaptação da criança ao novo contexto ocorrerá no seu tempo, e em geral isso ocorre de maneira gradual. É um novo espaço físico, com novas regras, rotinas e hábitos, que por sua vez serão também modificados pelo novo membro que chega à casa. Todas essas costuras serão cotidianas. O primeiro passo é abrir espaço para a criança e sua mala de histórias, em especial à sua própria história (Salvagni & Pedroza, 2023). Uma vez que “Acolher uma criança é dar-lhe a oportunidade de ser amparada, cuidada e olhada em sua singularidade (Baptista, Zamora & Bittencourt, 2017, p. 70)”.

Alguns elementos da história e da subjetividade da criança que está acolhida são de íntima relação ao seu pertencimento em sua família de origem. Dessa forma, o trabalho de estudo psicossocial e de compreensão de como são essas vinculações tem início com a chegada da criança. E terá repercussões nesse processo de adaptação que acontece na família acolhedora. As vistas à família de origem são um elemento que presentificam isso de maneira intensa e que

irão compor possivelmente a nova rotina, tendo implicações no ritmo dessa família acolhedora, bem como no trabalho da equipe, que precisará ser participe ativa desse dia a dia (Salvagni & Pedroza, 2023).

O atendimento da criança em medida protetiva na modalidade familiar pode oportunizar a oferta de um espaço acolhedor e de segurança afetiva. Que por sua vez pode tornar-se via para que esse sujeito desenvolva ferramentas e elaboração das rupturas as quais vivenciou, e possa de uma forma autêntica, única e amparada construir novas vinculações ou reorganizar e reestabelecer as vinculações anteriores ao acolhimento. Para que isso ocorra, o espaço para trazer sua visão, seus sentimentos e a sua narrativa a respeito do que ensejou o acolhimento é essencial, guardadas as possibilidades de fazer isso de acordo com sua fase do desenvolvimento (de Miranda, Macêdo, & Cavalcante, 2023). O vínculo e a confiança nos acolhedores é de extrema importância para isso:

Outro aspecto frequentemente mencionado nos relatos é a comunicação contínua entre os cuidadores das famílias acolhedoras e os acolhidos, independentemente de serem crianças, adolescentes ou até mesmo bebês. O diálogo foi identificado por muitos como um elemento crucial para explicar aos acolhidos o que está acontecendo em cada momento, estabelecendo, assim, um ambiente de segurança e previsibilidade. Além disso, o diálogo constante abre uma via para que a criança expresse seus sentimentos, compartilhe suas angústias e lide com suas perdas, elementos indispensáveis para superar traumas e construir uma identidade equilibrada (p. 28851).

Esse espaço de troca, e abertura são indicativos de que há nos adultos que cuidam disponibilidade, compromisso e atenção às necessidades das crianças. Isso corresponde à elementos essenciais para proporcionar de “estabilidade ambiental, cuidados individuais e continuidade desses cuidados” que são elementos importantes para o desenvolvimento integral e a consolidação de um eu forte e autônomo (Winnicott (2005/1947, p.78). Crianças que compreendem que há lugar para sua história e subjetividade, bem como respeito e cuidados com sua família poderão colocar-se de forma disponível para amarem e ser amadas. Estabelecendo assim a possibilidade de uma vinculação segura e agregadora (Salvagni & Pedroza, 2023).

São frequentes as dúvidas acerca da vivência de um vínculo que anunciadamente é temporário e de como se diferencia a função de uma família acolhedora de uma função parental. Sobre o último ponto, Salvagni, Naddeo e Brandão (2023) destacam que a diferenciação está no papel ocupado, mas que os acolhedores irão exercer a função parental, no sentido de se ocuparem de forma não anônima das demandas e necessidades daquele bebê ou criança. E que isso tem uma centralidade no desenvolvimento de sua psique e de seus afetos. Ou seja, a possibilidade de se relacionar de forma protetiva, afetiva e saudável está intimamente ligada às relações e cuidados proporcionados na infância. Pode-se dizer que de alguma maneira a forma

de cuidar e destinar atenção à criança acolhida, será distinta das demais vinculações no seio do convívio familiar, em razão das próprias demandas identificadas. Todavia, há elementos fundamentais para a formação e consolidação do desenvolvimento integral, que estarão presentes a partir do momento em que o adulto cuidador assume a operação da função parental, de forma a compor a construção e organização da realidade, o apoio emocional, a dedicação, a confiança, o amor, entre outros diversos fatores (Kuabara, Kiplan & Abraão, 2016; Salvagni, Naddeo & Brandão, 2023).

O bebê e a criança que são inseridos em um SFA, com o devido acompanhamento e preparação das famílias terão a oportunidade de experimentar a construção de uma narrativa pessoalizada, e essa narrativa possibilita que desafios advindos de um contexto e/ou relações violadoras de direitos sejam ressignificados ou superados de alguma forma, uma vez que se estabelecem reconhecimento mútuo, prazer, bem-estar, segurança e laços afetivos é possível que a criança crie, por exemplo, novos repertórios sobre cuidados, sobre identificar situações de risco, entre outros recursos importantes. Os vínculos afetivos favorecem que se manifeste a dimensão do brincar, espaço potencial para o desenvolvimento das capacidades de e cognição (Moura, Luchi & Ferreira, 2023).

No processo de desenvolvimento integral, as interações de uma criança com suas referências afetivas nos momentos de brincar, comer, dormir, aprender – que são espaços de criação de um campo de significações partilhadas, que irão proporcionar o pertencimento – são fundamentais. Quaisquer pessoas podem ocupar esse papel, desempenhar essa função, desde que investidas nisso. O que essa interação demanda é estabilidade, continuidade, contingência afetiva. Esse processo é construído, não se dá de forma espontânea e não é garantido na biologia (Iaconelli, 2023; Salvagni, Naddeo & Brandão, 2023; Moura, Luchi & Ferreira, 2023). Os papéis de gerar, gestar e cuidar são dissociáveis, não precisam ser ocupados pelo mesmo sujeito, mas todos tem importância na constituição narrativa da criança e do adolescente (Pereira, 2021). Ser cuidado em SFA é potencializador pensando na garantia desse espaço partilhado de significados pela via do cuidado.

Ressalta-se a necessidade de promover laços afetivos fortes e saudáveis no contexto de acolhimento familiar, sendo este o cerne do trabalho no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. A experiência do acolhimento demanda esforços dos cuidadores, que devem proporcionar um ambiente protetor e caloroso. Destaca-se que o acolhimento não pode prescindir do apego, sendo crucial combater a ideia de distanciamento e neutralidade, a proposta é justamente permitir-se amar. O medo de se apegar, frequentemente associado ao receio da separação, não deve sobrepor a importância da afetividade nas relações interpessoais no

acolhimento. É interessante pensar, nesse sentido, na afetividade enquanto direito (Moura, Luchi & Ferreira, 2023).

Ao encontrar-se em um ambiente acolhedor, a identidade da criança como parte integrante desse contexto e simultaneamente pertencente à sua família de origem favorece o desenvolvimento de um self íntegro e a adoção de recursos saudáveis para estabelecer relações. O acolhimento não determina a identidade do indivíduo, mas torna-se uma condição entre várias outras. Da mesma forma, a família que oferece acolhimento está em um processo de transformação, incorporando diariamente suas responsabilidades legais e sociais para com a criança. Esse é um movimento caracterizado por uma intensa troca de experiências e aprendizado para todos os envolvidos (Pinheiro et al., 2021; Salvagni & Pedroza, 2023).

Há um mito social forte que ronda o SFA sobre a questão da vivência do sofrimento no processo de saída do acolhimento. Todavia é importante frisar que os processos humanos são perpassados pela vivência de sofrimentos distintos, inclusive a tristeza, que tem um papel importante no amadurecimento e na elaboração de eventos de separação. Para isso, trabalhar com transições é central na metodologia do SFA, possibilitará a experiência de separações narradas, preparadas e devidamente ritualizadas e não de rupturas. Esse processo requer um investimento ao longo da medida protetiva, e não apenas nas margens de sua finalização. A criança precisa ser situada no que significa o caráter temporário da situação que ela vive. Constância de discurso e a estabilidade ambiental são elementos centrais, que promovem a oportunidade para que a criança assimile e confie no vínculo estabelecido, internalizando-o. Isso pode gerar a compreensão dos próprios sentimentos, incluindo a tristeza e a saudade, e a percepção de que a presença pode persistir mesmo na ausência física. (Salvagni & Pedroza, 2023).

Um dos fatores que possibilitam que as transições sejam graduais é uma certa harmonia nos espaços ocupados por família acolhedora e família de origem ou adotiva. Os adultos dessas famílias devem estar muito apropriados e seguros nos papéis que ocupam, de forma que não caiam em cenas de disputa e rivalização pelo afeto e reconhecimento da criança. Cabe a equipe técnica trabalhar com esses cuidadores, os temporários e os definitivos a complementariedade dos lugares que ocupam e de seus entendimentos e conhecimentos sobre a criança. Adultos em uma boa relação transmitem a criança segurança e estabilidade e evitam que se crie, por exemplo, uma disputa de lealdade ou de afeto.

Assim como as crianças são sujeitos do trabalho no SFA, as famílias de origem também são. E o acolhimento dessa família com a maior celeridade possível após a chegada da criança é um aspecto importante do trabalho psicossocial a se realizar. Receber a família de forma

aberta, respeitosa e desprovida de julgamentos e preconceitos oportuniza que haja um espaço potencial de trabalho com ela. Um dos pontos focais do início do trabalho é estabelecer um diálogo franco e objetivo acerca das motivações do acolhimento. É comum que muitas famílias não compreendam as razões da medida. Algumas estratégias como ler de forma conjunta a decisão judicial do acolhimento é interessante, para fazer a tradução da linguagem jurídica e compreender as percepções do núcleo familiar sobre o que foi dito. Compreender e assumir as devidas responsabilidades na situação que levou ao acolhimento é um dos fatores que potencializa as chances de reintegração familiar (Valente, 2013; Pinheiro et al., 2021)

Na abordagem do acolhimento, a família é convidada a participar ativamente, compreendendo que os responsáveis pelo acolhimento não são agentes de separação, mas colaboradores na construção de uma rede de apoio. Essa postura dialógica busca envolver a família no processo, promovendo a garantia dos direitos tanto dos filhos quanto da própria família (Baptista, Darós e Zamora, 2019). Este engajamento é precedido por uma sensibilização da rede de proteção, destacando-se a mudança de uma lógica de subordinação para uma lógica de cooperação, compartilhando responsabilidades e cuidados em meio a uma crise na vida do sujeito em proteção e de sua família (Valente, 2013; Salvagni & Pedroza, 2023).

Ainda que a criança tenha sido afastada de sua família, e que passe a estar fisicamente em outro lugar, há uma construção gradativa de vínculo com o novo, bem como questões emocionais que não serão sanadas com a retirada física da criança. Dentre outras demandas, o estudo psicossocial precisara contemplar a compreensão da posição que a família de origem e a comunidade ocupam nos afetos e na narrativa da criança. Para cuidar efetivamente da criança, é imperativo ouvir e apoiar sua família, buscando, de forma dialógica, uma possibilidade de retorno seguro ao lar e à comunidade (Instituto Fazendo História, 2019; Jacobina & Paiva, 2020; Pelissa et al., 2017; Salvagni & Pedroza, 2023).

O convívio e a relação que se estabelecem com a família de origem podem ser desafiadores em alguns momentos, mas também serão norteadores ao passo que possibilitam a melhor compreensão de suas potencialidades e dificuldades. Elementos esses que irão compor a estruturação do PIA da criança e de um plano de ação com vista à reintegração familiar, quando for o caso. O trabalho psicossocial requer uma compreensão das dinâmicas da rede socioassistencial e das relações de apoio disponíveis para a família, evitando rótulos e personalizando a intervenção de acordo com a singularidade de cada caso (Baptista, Zamora & Bitencourt 2017).

O PIA é um instrumento essencial, cuja elaboração está prevista no ECA e suas diretrizes são descritas pelo MDS em um documento de orientação. Ele é constituído de forma

compartilhada com acolhedores, família de origem, criança e rede do SGD. É o mapa do atendimento da criança, trazendo informações sobre o acolhimento, sobre a criança, a família e em especial elementos para a construção de uma atuação efetiva e a eventual consolidação de uma reintegração. Nesse sentido, o PIA não deverá ser um instrumento descolado da realidade da criança e da família, caso contrário perde sua eficácia e centralidade enquanto organizador do trabalho psicossocial (Salvagni e Pedroza, 2023).

Crianças e adolescentes são detentores de direitos fundamentais desde o nascimento, mas sua capacidade, maturidade, gerência e autonomia são progressivas. Portanto, no âmbito do acolhimento familiar, respeitando o desenvolvimento individual, todas as decisões do serviço resultam dessa construção colaborativa entre os envolvidos. O processo de reintegração sempre deve buscar garantir o cumprimento das diretrizes legais, viabilizando o acesso as políticas públicas adequadas a cada situação. Ademais, procura contribuir de forma contínua para o processo de inserção autônoma e protagonismos no cuidado das crianças (sempre em rede) da família de origem. Para isso é importante frisar a importância de se investir em um processo gradual de reintegração, buscando instrumentalizar crianças e famílias para compreenderem a relevância de um olhar responsável e cuidadoso para suas relações (Pinheiro et al., 2021).

O material Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC): Manual de orientação às famílias, traduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Engle & Lucas, 2012) ressalta que habilidades básicas de cuidado, como sensibilidade e responsividade, contribuem para o desenvolvimento integral da criança. Assim, o estímulo à comunicação, brincadeiras e interações afetivas fortalece os vínculos e cria um ambiente de intimidade, confiança e segurança e um retorno progressivo ao lar, sempre que possível, contribui para a construção de um ambiente consonante a esses aspectos. Neste sentido, as OT (CONANDA, 2009) indicam a importância do acompanhamento familiar sistemático, priorizando a reintegração como medida a ser valorizada. A preparação para o retorno deve incluir a participação crescente da família na vida da criança e do adolescente, com visitas domiciliares e inserção em atividades cotidianas. O SFA, após a análise técnica da equipe interprofissional, priorizará medidas de reaproximação, como encontros e visitas supervisionadas, reconhecendo a importância dessas ações para o desenvolvimento saudável e a reintegração familiar. Essas medidas são documentadas nos relatórios técnicos e PIAS, a serem divididos com os devidos equipamentos da rede de proteção da família em questão. Em consonância, será realizado o acompanhamento pós-acolhimento, reconhecendo o caráter processual do desenvolvimento humano e a extensão dos vínculos para além da determinação judicial.

O trabalho social com as famílias exige a compreensão das dinâmicas de relacionamento e das redes que as compõem. Sendo a rede primária, composta por afetos e identificações, e a rede secundária, que oferece atendimento especializado e profissional. Ampliar a rede primária é crucial para as famílias em situações de violação de direitos e de possível vulnerabilidade social, enquanto a rede secundária desempenha um papel vital no fornecimento de suporte e orientação, especialmente no contexto de reintegração familiar (Sanicola, 2015). Destaco que é uma via de trabalho que a família acolhedora venha a compor a rede primária da criança.

Estamos tratando de uma política pública moderna no Brasil e que tem sido amplamente debatida na última década. Há uma crescente produção de conhecimento científico que aponta para seu potencial de transformação social e contribuições que ela tem a fazer a respeito do modelo de cuidado que partilhamos em nossa sociedade (Valente & Sobral, 2023). Bem como sobre as repercussões de um olhar individualizado e afetivo sobre o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes.

3.4 Objetivos

Os contextos de acolhimento são marcados pela complexidade e amplitude de fatores que os engendram. Dessa maneira, é importante um trabalho qualificado e em constante processo de ressignificação para que seja efetivada a garantia dos direitos da criança e de suas famílias. Muitas vezes, a relação da justiça, dos demais operadores de direitos e dos gestores sobre esse tema são demasiado distanciadas e perdem o olhar humanizado. Ter o subsídio de um sistema de acolhimento familiar composto de diversos olhares comprometidos com a singularidade de cada caso é inovador e inquietante. O vínculo afetivo entre criança e acolhedores favorece o protagonismo infantil em seu processo judicial e concede a ela ternura e constância em um período de turbulência. A partir das questões e reflexões elencadas até aqui esse trabalho tem os objetivos a seguir:

Objetivo geral: Mapear a implementação e execução da política de acolhimento em família acolhedora no DF e as implicações que possui nos sujeitos envolvidos e nas concepções de cuidado e participação social.

Objetivos específicos:

1. Analisar a conjuntura de implementação e execução do SFA no DF, nomeando suas potencialidades e desafios.
2. Estudar as possíveis transformações nas famílias que tiveram crianças retiradas e nas que acolhem.

3. Identificar os principais atores envolvidos no processo de cuidado e garantia de direitos da criança em SFA.
4. Propor vias de atuação em comunidade de cuidados como forma de fortalecimento da política de acolhimento.

CAPÍTULO 4 – MÉTODO

4.1 Pressupostos Metodológicos

Esta tese defende uma atuação orientada política e eticamente, que se relaciona à prática científica comprometida às questões sociais e a produção de conhecimento engajada com uma leitura crítica da realidade. Assim, foi utilizada uma metodologia de caráter qualitativo, fundamentada em uma concepção de um sujeito concreto, constituído e constituinte de suas relações e da história. Entendo o sujeito, a partir desse referencial, como integral e indissociável, cujo desenvolvimento é um processo contínuo e singular, perpassado por crises e contradições. Por essa razão não há possibilidade de padronização ou comparação, o que requer um olhar para a constituição dos indivíduos e dos fenômenos à sua volta (Vigotski, 1931/2000).

Essa perspectiva baseada em uma proposta dialética possibilita que relações sejam estudadas em sua unicidade, entendendo biológico-cultural enquanto unidade, abrindo espaço para uma análise pautada na complexidade da condição humana e os paradoxos que a constituem. O pesquisador pode (e é importante) posicionar-se enquanto sujeito político que dispõe de intencionalidade, motivação e comprometimento, estando atento à sua responsabilidade como agente de transformação social e sujeito das relações que se estabelecem a partir do exercício de pesquisa. O reconhecimento e o comprometimento recaem sobre a necessidade de planejar ações voltadas para o coletivo, ou seja, a ação do pesquisador extrapola o cunho individual (González-Rey 2002; Pedroza, 2003).

Como a infância e o desenvolvimento humano são temas em constante fluxo, as relações entre pesquisador, sujeito de pesquisa e método também estão em movimento. Assim, é necessária a construção de um espaço de interlocução entre os participantes, pautado na alteridade e no respeito. A escolha metodológica é então, como colocado por Vigotski (1927/1996), “uma das tarefas de maior importância na investigação. O método, nesse caso, é ao mesmo tempo premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação” (p. 47).

Busquei nesse trabalho escutar sujeitos que conhecem e participam da realidade pesquisada e podem contribuir com as reflexões acerca da política de acolhimento em família acolhedora. Além disso, me propus a mapear a conjuntura de implementação do SFA executado pela OSC Aconchego, a partir das ações e eventos que acompanhei sendo coordenadora do SFA. Sempre de forma a proporcionar aos envolvidos espaços para se expressarem, considerando e valorizando as experiências individuais e o lugar social que ocupam. Isso implica assumir a não existência de um ambiente de neutralidade científica, considerando assim a relação estabelecida anteriormente entre esta pesquisadora e os sujeitos que participaram. Uma vez que não se admite a possibilidade de uma

relação sujeito-objeto, a proposta é um fazer científico que valorize as experiências e a singularidade do vínculo a ser estabelecido (González-Rey 2002).

A pesquisa é uma atividade dinâmica, o que demanda que o pesquisador adote uma postura ativa e que esteja aberto a repensar suas escolhas iniciais, caso as construções advindas desse exercício apontem para essa necessidade. Essa fluidez e as infinitas possibilidades de devir relacionam-se as próprias contradições das relações humanas e as surpresas que o fazer científico podem revelar. A abordagem histórico-cultural, ao propor o desenvolvimento humano como processo diversificado, implica no olhar para a complexidade das condições que constituem o objeto de pesquisa, logo falamos aqui em uma postura analítica e não descritiva (Vigotski, 1931/2000).

Portanto, a construção deste trabalho foi cotidiana e contínua, não se fechou à experiência acadêmica, se construindo concomitantemente em saberes teóricos, vivência pessoal, profissional e ético-política dessa pesquisadora. Considero que o lugar que ocupo em meu trabalho e as incursões que tenho com o tema ampliam a minha plasticidade enquanto pesquisadora e possibilitaram estudar o fenômeno e a complexidade de suas relações dinâmico-causais. Dessa forma construí (e fui constituída) por uma pesquisa cartográfica, composta por entrevistas, análises de diário de campo, escritos complementares da equipe técnica, na minha análise de implicação e da processualidade desta construção de conhecimento com minhas atuações no seio da política pública e dos sujeitos que compunham e ainda compõem o meu lócus de pesquisa. Conforme Romagnoli (2009):

A cartografia, como portadora de certa concepção de mundo e de subjetividade (...) traz um novo patamar de problematização, contribuindo para a articulação de um conjunto de saberes, inclusive outros que não apenas o científico, e favorecendo a revisão de concepções hegemônicas e dicotômicas. Nessa proposta, o papel do pesquisador é central, uma vez que a produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele (p. 169-170).

A cartografia permitiu realizar uma análise que contemplasse a minha vivência neste processo de doutoramento, ultrapassando uma escuta linear e pontual. A escolha do método subsidia falar do campo do vínculo, do desenvolvimento, da política pública e da democratização do cuidado, de forma crítica a partir deste espaço de produção acadêmica. Deleuze e Guattari (1996), ao trabalharem com o conceito de *rizoma*, propõem dialogar e brincar com os planos. Isso foi muito importante para construir uma proposta metodológica que não fosse estática, que abarcasse a complexidade do tema de pesquisa.

Dessa forma, a proposta é utilizar as palavras para desenhar, neste lugar que tão afetivamente ocupo (por vocação, por oportunidade, mas sobretudo por escolha), um mapa da política de acolhimento em família acolhedora no DF e as implicações que possuem na compreensão de desenvolvimento, cuidado e participação social. Mapa costurado pelo olhar,

pela escuta e por um arcabouço teórico demonstrado nos primeiros capítulos. Cabe avisar que daqui em diante o bordado é com outra linha, de um permitir-se mais autoral e menos comedido. O encontro com esta tese se deu como num ato analítico, só depois. E por isso, optei por manter certa rigidez na linguagem dos três primeiros capítulos para a partir daqui desvelar-me enquanto sujeito participante inteiramente presente e misturada nessa pesquisa.

A cartografia é uma das vias de se estudar lugares mais subjetivos, e que requerem que quem pesquisa transite em posições diversas dentro de uma determinada experiência, o que a princípio poderia gerar um certo estranhamento uma vez que tratamos do campo da política pública, com regras diretrizes, metas e produtos (Cintra, Mesquita, Matumoto e Fortuna, 2017). Todavia, o SFA é uma política que habita o interstício entre o público e o privado, que trata das relações afetivas entre crianças e seus adultos de referência, fugindo assim dessa concepção asséptica e estanque de política pública. Logo, olhar para esse campo subjetivo e compreendê-lo (ou pelo menos tentar) a partir de uma análise implicada parece uma via possível e necessária considerando que “a implicação se relaciona ao lugar que ocupamos neste mundo, a interpenetração das instituições em nós, a raiz do contato entre sujeito e objeto, entre analista e analisado. Implicados estamos sempre e não se trata de engajamento” (Cintra, Mesquita, Matumoto e Fortuna, 2017, p.50).

Essa possibilidade metodológica inspira-se nos escritos de Deleuze e Guattari (1996), que tecem uma crítica às maneiras que paralisamos os movimentos vitais e produzimos cortes artificiais em nosso cotidiano, construindo formas pré-estabelecidas ou já formatadas de estar no mundo. Os autores colocam em pauta o potencial criador da fluidez, em detrimento de posturas estanques, nos atentando para a possibilidade de ir além das linhas duras da subjetividade para poder se relacionar com suas arestas flexíveis, que por sua vez podem se configurar em caminhos de desvio em direção aos estranhamentos e descobertas da vida. Dessa maneira é possível compor e não apenas repor saberes e práticas. Daí a possibilidade da *fazedura* de mapas, uma vez que:

O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social (p.20).

Sigamos então para o desenho deste cenário.

4.2 Contexto e Participantes

Inicialmente cabe pontuar que a pesquisa foi submetida e aprovada o no Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (CAAE n 48042521.0.0000.5540 e número do Parecer: 4.862.365).

Esta pesquisa foi realizada no contexto da rede de acolhimento do DF, especificamente no Serviço de Família Acolhedora, executado pela Organização da Sociedade Civil (OSC) Aconchego em parceria com a SEDES-DF. O primeiro termo de colaboração entre a OSC e o GDF foi assinado em outubro do ano de 2018 e tinha duração de 60 meses, sendo prorrogado por mais 12 meses em outubro do ano de 2023. O referido termo tem meta de 20 crianças de zero a seis anos. Um segundo termo de parceria foi assinado em março de 2023, para a execução de mais 45 vagas, de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. Segundo dados do SNA (consulta em 21 de janeiro de 2021) havia 346 crianças e adolescentes acolhidos no DF, desse total, havia 20 acolhidos em SFA. Nova consulta realizada em 23 de janeiro de 2024 mostra 403 acolhidos no DF, sendo 34 acolhidos em SFA. Destacamos que o aumento das vagas preenchidas na meta vem ocorrendo de forma gradativa, como será discorrido mais à frente.

Entre julho/2019 e julho/2022, em um período de 36 meses, 96 crianças foram atendidas. Já entre agosto de 2022 e janeiro de 2024, durante 18 meses, 78 crianças foram atendidas. Totalizando 174 crianças no período total de execução do serviço. Esse recorte ilustra o aumento do número de acolhimento no último período. Ao mesmo tempo, o crescimento lento é reflexo de uma cultura de institucionalização, arraigada no nosso país, conforme explorado no capítulo 1, e especialmente na formação da rede parceira na execução da política socioassistencial do DF. O acesso a esses dados se deu mediante a *Termo de utilização de dados*, assinado pela presidente da OSC.

Desde que o Aconchego iniciou o processo de estudos para a execução, anterior à assinatura do termo de parceria, houve uma continuidade na participação dos profissionais, de forma que a equipe de nove profissionais que compôs o quadro contratado pela OSC participava assiduamente destes encontros. Houve uma continuidade desde quadro, nenhum profissional saiu da execução, apenas novos profissionais foram contratados em maio/2023 com o novo termo de parceria e a ampliação da meta do serviço.

Considero partes desse universo de pesquisa as crianças²³, suas famílias de origem, as famílias acolhedoras e a equipe técnica do serviço.

²³ Esta pesquisa foi localizada em um período no qual o atendimento majoritário do SFA referia-se ao acolhimento da primeira infância, e em número expressivo bebês de até um ano. Nesse sentido, não foi possível estruturar uma

Assim foram entrevistadas:

- duas assistentes sociais:
- duas psicólogas
- cinco famílias acolhedoras e
- três famílias de origem.

Além da entrevista há citações de escritas temáticas de mais uma psicóloga e duas assistentes sociais da equipe técnica, bem como uma coordenadora administrativo financeira, totalizando oito pessoas do SFA e eu participando da pesquisa. Para identificar essas participantes no texto utilizei nomes de flores típicas do cerrado, dialogando com a composição do desenho do mapa, conforme tabela a seguir.

Quadro 1 - Participantes da equipe e nomes utilizados.

Participante	Nome utilizado	Ano de entrada no serviço
Assistente Social 1 – AS 1	Caliandra	2016 ²⁴
Assistente Social 2 – AS 2	Sempre-viva	2020
Assistente Social 3 – AS 3	Colestênia	2016
Assistente Social 4 – AS 4	Candombá	2016
Psicóloga 1 – PSI 1	Flamboyant	2016
Psicóloga 2 -PSI 2	Lobeira	2016
Psicóloga 3 – PSI 3	Flor de Pequi	2022
Coordenadora financeira - CF	Mimosa	2016

Já no que diz respeito às famílias que participaram, tanto acolhedoras como de origem, utilizei nomes de árvores típicas do cerrado. Destaco que o convite às famílias foi feito à referência principal junto ao SFA, mas aberto a todos os participantes.

metodologia de escuta e observação direta às crianças. Todavia, a percepção e a proximidade dos acolhedores, das famílias de origem e das profissionais do SFA narram sobre o cotidiano, o comportamento e o desenvolvimento das crianças acolhidas.

²⁴ Ainda que o SFA tenha sido oficialmente implementado pelo termo 10/2018, as profissionais do Aconchego reuniam-se sistematicamente para estudos técnicos desde 2016.

Quadro 2 - Participantes de famílias acolhedoras e de origem e nomes utilizados.

Participante	Nome utilizado	Caracterização
Família Acolhedora 1	Aroeira	Mulher, acolhe junto com o marido. Compareceu sozinha para a entrevista. No Serviço desde 2019. Realizou, até janeiro de 2024, 9 acolhimentos
Família Acolhedora 2	Copaíba (esposa)	Casal acolhedor, entrevistados juntos. No Serviço desde 2021. Realizou, até janeiro de 2024, 5 acolhimentos.
	Baru (marido)	
Família Acolhedora 3	Braúna	Mulher, acolhe junto com a mãe idosa. Compareceu sozinha para a entrevista. No serviço desde 2019. Realizou, até janeiro de 2024, 4 acolhimentos.
Família Acolhedora 4	Embaúba	Mulher, acolhe junto com o marido. No serviço desde 2019. Compareceu sozinha para a entrevista. Realizou, até janeiro de 2024, 10 acolhimentos.
Família Acolhedora 5	Gerivá	Mulher, acolhe junto com o marido. No serviço desde 2021. Compareceu sozinha para a entrevista.
Família de Origem 1	Imbiruçu	Avó materna, solteira, chefe da família. Entrevistada sozinha.

Família de Origem 2	Ivaí	Mãe, responsável solo pelos cuidados principais, entrevistada sozinha
Família de Origem 3	Jacarandá	Avó materna, entrevistada na presença do companheiro e da filha, referência principal de cuidado.

Além das entrevistas e da produção citada, são elementos desta pesquisa as trocas realizadas nas reuniões de equipe, que ocorrem semanalmente, os estudos técnicos, debates de formação e os meus diários de campo. O critério de escolha das famílias acolhedoras entrevistadas foi a diversidade das experiências de acolhimento, e o número de entrevistados foi por compreender que as experiências escutadas somadas às anotações de diário de campo produziam uma amostragem grande de temas a serem analisados em correlação com os demais componentes da escrita. Quanto às famílias de origem, foram entrevistadas três famílias cujos casos de reintegração foram acompanhados por período superior a seis meses e que elas ainda mantinham vínculos com as pessoas que acolheram seus filhos.

O contexto e os desafios da ampliação do SFA foram incorporados na reta final desta pesquisa, pois não poderiam ser desconsiderados, entendendo a configuração deste trabalho dentro da perspectiva cartográfica e a relação desta ampliação com a ideia de vínculo e responsabilidade social, que são questões centrais no desenvolvimento desta tese.

É importante frisar que não irei trabalhar com os casos de adoção pois considero que tive pouco espaço de troca com as famílias que adotaram e pouco contato com as crianças após os estágios de convivência, uma vez que o período pós adoção é acompanhado pela equipe interprofissional da VIJ.

4.3 Relação da pesquisadora com o campo de pesquisa.

A minha relação com o campo de pesquisa surge através da construção de minha trajetória acadêmico profissional, como já relatei na introdução deste trabalho. Em meados da década de 2010 iniciei minha atuação profissional em um SAICA. Cabe dizer que a institucionalização nesses espaços não se restringe às crianças e adolescentes. Ela muitas vezes alcança o corpo técnico, as cuidadoras/educadoras/mães sociais, o corpo diretivo e demais colaboradores. Assim, a história caritativo familiar, que era o alicerce da minha instituição de trabalho naquela época, tinha profundas repercussões na minha dinâmica de atuação. Possuía

efeitos também na minha relação com as crianças e adolescentes acolhidos e destes comigo e com o SAICA. De alguma maneira, éramos, em esferas completamente distintas e em posições hierárquicas distantes, sujeitos que habitavam o conhecido lugar social do *quase da família*. Este é um significante/marcador social simbólico amplamente utilizado dentro do campo da exploração do trabalho das empregadas domésticas, em especial com marcadores de classe, gênero e raça²⁵.

Mas tanto eu, como os “meninos” habitávamos esse espaço de uma afetividade e pertencimento à instituição, e isso levava qualquer crítica a ser concebida no espectro da traição. Criticar o próprio trabalho, compreender-me pertencente e comprometida eticamente com o direito e a defesa das crianças e adolescentes foi um processo longo, de formação pessoal e de investimento em espaços teóricos. Hoje, bastante tempo depois, vejo que essa diferenciação entre mim e a instituição foi atravessada por assédio moral, retaliação e um processo intenso de ataque à esfera profissional construída por mim cotidianamente. Quando, a partir de um fortalecimento de minha ética profissional, pude propor transformações e tecer críticas a instituição, evidenciou-se que eu não era da família, nem eu e nem os adolescentes que corajosamente transgrediam aos muros da violência institucional.

Em 2016 encerrei este ciclo profissional e me aproximei da OSC Aconchego, a qual eu tinha contato devido à execução de programa de apadrinhamento e de supervisão técnica. Essa aproximação foi no sentido de poder compor o corpo de voluntários e os estudos acerca das possibilidades de oferta do serviço de acolhimento em família acolhedora no DF. O interesse nessa oferta talvez dissesse muito do lugar de desamparo profissional que eu sentia naquele momento. Eu fui banida da minha “*quase família*” e não encontrei respaldo nos meus pares da rede de acolhimento.

Diferente do meu vínculo empregatício anterior, no qual a instituição tinha uma história religiosa iniciada nos anos 1970 e era vinculada aos preceitos da doutrina da situação irregular, o Aconchego foi fundado no DF em dezembro de 1997, já em um tempo de ação do ECA. Sua atuação se inicia com um grupo de famílias com filhos que chegaram pela via da adoção. Sua pedra fundamental, por assim dizer, era o compartilhamento de cuidados e o fortalecimento de redes de afeto. Essas famílias debatiam e se debruçavam sobre temas relacionados a questões que impactavam seu cotidiano, por exemplo, comemoração de dia das mães na escola, perguntas sobre a origem do nome, entre outros. Com o passar do tempo as temáticas se ampliaram de situações vivenciadas pelas famílias, para pontos relacionados às crianças e

²⁵ Sobre esse tema o artigo de Jurema Brites (2007) Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores, traz reflexões importantes e, infelizmente, ainda bastante atuais.

adolescentes ainda em contexto institucional e, dessa forma, para a vivência cotidiana nas instituições de acolhimento.

Nesse momento, a instituição transiciona de um lugar restrito aos afetos e experiências particulares para a construção de ações técnicas voltadas ao atendimento de demandas mapeadas na relação com os serviços de acolhimento e as políticas públicas que os atravessam de alguma forma. Em 2011, após mais de dez anos de prática e experiência, a instituição realizou um planejamento estratégico, que envolveu um processo de avaliação de suas atividades e dos conhecimentos que foram produzidos. O planejamento apontou para um importante lugar ocupado no território do Distrito Federal e o início de diálogos em âmbito nacional. Isso marcava a necessidade de um novo posicionamento e delineamento de sua atividade fim. Acordam-se algumas metas institucionais como a autonomia operacional e a operacionalização e profissionalização da gestão e foram determinados os objetivos de “desenvolver tecnologias sociais com vistas às ações de intervenção transformadora; instrumentalizar o sistema de garantia de direitos com foco na transformação conceitual e da cultura; atuar sinergicamente com sistemas normativos vigentes; e promover a imagem institucional do Aconchego (Aconchego, 2022)”.

Quando passo a compor o rol de colaboradores, há o contexto de construir a execução de um serviço de acolhimento, todavia, o Aconchego não desejava realizar um serviço de natureza institucional e estava investindo na formação dentro da temática de famílias acolhedoras. Concomitante à minha chegada, uma equipe pequena passa a se reunir às sextas feiras para estudar tanto o que se tinha de produção sobre o serviço propriamente dito, como bases teóricas que poderiam se relacionar a essa oferta. Em 2016 e 2017 a produção científica e técnica sobre o SFA ainda era escassa. Assim, foi feito contato com profissionais e organizações com os quais o Aconchego tinha proximidade e afinidade ética e técnica para a troca de experiências.

Pouco a pouco a minha compreensão sobre o modelo de atendimento nos SAICAs foi se transformando e as minhas críticas e propostas amadurecendo a partir da possibilidade de oferta de um modelo distinto, cujo enquadre fosse o atendimento individualizado, único e que de alguma forma fugia à necessidade imperativa de ajustes à rotina institucional. Ao olhar em retrospecto para os anos de atuação pregressa, percebi que havia coadunado com diversas violações, apagamentos e invisibilidades, não por falta de vínculo ou de investimento em formação técnica, mas por estar presa a um modelo. Compreendi que eu também estava institucionalizada e mantendo de alguma forma o olhar para a demanda do todo, da preservação do lugar.

Trabalhei por cinco anos com alguns adolescentes que estavam institucionalizados por mais de uma década, cujos processos não tiveram andamento ou encaminhamento técnico e percebi em pequenos recortes o quanto algumas faltas, algumas transgressões, alguns atos, que eu já compreendia como busca por pertencimento, teriam ganhado outros contornos com um enquadre individualizado, personalizado, com um cuidado não anônimo. Para além da crise pessoal, me compreendi diante de um desafio, que era o da implementação no meu território de um novo modelo. À época eu já estava nesse processo de doutoramento. Assim esta tese tem uma relação íntima com o desenvolvimento do serviço de família acolhedora executado pelo Aconchego, pois cada artigo lido, cada linha escrita, cada palestra preparada refletiu e teve reflexo na construção do SFA e nos atendimentos realizados nele.

Meu processo de doutoramento foi cunhado pela prática cotidiana, transformado pelas crianças e famílias atendidas. Ao mesmo tempo que muitas janelas e possibilidades de recortes se abriam, um ponto sempre se destacava e assim o tema se amarrava de forma vivencial: o impacto dos vínculos afetivos nas trajetórias de acolhimento em família acolhedora e importância de modelos de cuidado compartilhados.

Para além dos instrumentos a seguir descritos, a prática cotidiana, as interfaces com diversos serviços do Brasil, minha atuação na Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora e no MNPCFC compuseram o campo de pesquisa e comparecem na discussão desta tese. Enquanto pesquisadora e sujeito nessa tecitura fui atravessada pelas diversas interfaces para além da academia. Compreendo que tais interlocuções enriquecem o escopo de pesquisa e dão maiores subsídios para este trabalho.

4.4 Instrumentos e Procedimentos:

4.4.1 Entrevistas com equipe técnica:

Parte da equipe técnica de referência do serviço foi entrevistada, por meio de roteiro semiestruturado (ANEXO A). Foram realizadas 04 entrevistas, em formato online, com duas psicólogas e duas assistentes sociais. Os encontros foram gravados e posteriormente transcritos. As entrevistas ocorreram mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO D). Foi utilizado roteiro semiestruturado que contemplou temas a respeito dos procedimentos do serviço, a percepção da equipe sobre o desenvolvimento das crianças acolhidas e a relação entre a equipe e as famílias acolhedoras e de origem. Destaco que as entrevistas foram realizadas ao longo do primeiro semestre de 2022 e as profissionais entrevistadas eram as que compunham a totalidade da equipe. Houve duas ampliações de equipe posteriores à essas entrevistas, uma no segundo semestre de 2022 e outra em maio de 2023.

A partir das entrevistas com a equipe foram levantadas temáticas que se repetiam e se complementavam nas falas, bem como casos que marcaram a experiência e que consideravam emblemáticos para a sua formação profissional. Uma vez que eu estava familiarizada com os casos avalei a possibilidade de escutar as famílias de origem e/ou acolhedoras envolvidas. Considerando tanto a disponibilidade de cada um desses atores, como os possíveis riscos envolvidos (revitimização, sofrimento, entre outros).

4.4.2 Entrevistas com as famílias de origem:

A partir das entrevistas realizadas com a equipe técnica, seis casos já com seus processos de medida de acolhimento encerrados foram mapeados como de interesse para realização de entrevistas com as famílias de origem. Todos eles de reintegrações compreendidas como bem-sucedidas e protetivas. Além disso, acompanhadas sistematicamente. Destas foram realizadas entrevistas com 03 famílias que tiveram crianças afastadas de seu convívio devido à medida de acolhimento judicial e que foram encaminhadas ao serviço de acolhimento familiar do Distrito Federal. Outras três famílias não foram entrevistadas pois avaliou-se que esse processo poderia causar danos e ter impactos grandes no seu funcionamento. As entrevistas tiveram roteiros semiestruturados (ANEXO B) e foram realizadas de forma online e gravadas, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO D). Dentre os aspectos a serem contemplados pela entrevista estão à compreensão da medida protetiva, a vivência do afastamento, o planejamento e possibilidade de retorno familiar, o processo de manutenção de vínculos e a relação com o serviço e com a família acolhedora.

Após a realização das três entrevistas, eu as transcrevi e compreendi que por mais que a escuta de outras famílias de origem pudesse ser agregadora, o material coletado já trazia grande densidade para a análise a ser realizada. Apontava temáticas correlatas às entrevistas realizadas com as equipes técnicas e, para além disso permitiu a formulação de questionamentos que direcionavam para a necessidade de articulação às demais escutas e análises documentais e de dados do serviço. As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2023.

4.4.3 Entrevistas com famílias acolhedoras:

Foram realizadas entrevistas com 05 famílias acolhedoras que executaram acolhimentos no Distrito federal. As famílias entrevistadas foram escolhidas a partir de uma primeira análise das entrevistas com as técnicas da equipe do SFA. As entrevistas tiveram roteiros semiestruturados (ANEXO C) e foram realizadas de forma online e gravadas mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO D) por todos os que participaram. Posteriormente foram transcritas para a análise dos temas que apareceram. Dentre

os temas contemplados pela entrevista estão as motivações em participar do serviço, o impacto do acolhimento no cotidiano familiar, a relação com a criança acolhida e, a relação com a família de origem das crianças que acolheram. As entrevistas duraram entre 50 min e 78 min.

4.4.5 Relatos de experiência e escritas temáticas de profissionais da equipe técnica:

Durante o processo de pesquisa, participei de muitas reuniões com a equipe técnica e atividades de reflexão sobre os desafios do serviço, sempre anotando as principais falas e temas debatidos. Após a realização das entrevistas no ano de 2022, e de um processo cuidadoso de leitura e organização de temas relevantes e sensíveis aos entrevistados, a minha escuta ficou mais atenta a esses conteúdos, em especial sobre de que maneira as relações que se estabeleciam no âmbito do SFA impactavam os diversos atores envolvidos e, conseqüentemente a própria consolidação da política. Dessa forma, compreendi que algumas cenas e discussões relacionavam-se às entrevistas e abriam novas questões. Dessa forma, em alguns momentos direcionei perguntas abertas à equipe, e pedi que me respondessem por escrito ou em forma de áudio. Esse material foi utilizado mediante termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO D).

4.4.6 Diário de campo da pesquisadora:

Anotar sobre os casos, fazer relatos em anotações pessoais sempre fez parte da minha trajetória profissional, dessa forma, a prática de escrever Diários de Campo fez parte de minha prática profissional em diversos momentos de minha atuação no serviço. Todavia, após a realização das entrevistas, bem como de minha participação no Coalizão, essa escrita ganhou outro foco. Um lugar de organização e correlação de atuações práticas, falas e experiências em eventos de formação, visando a construção de uma análise sobre as vinculações e o desenvolvimento infantil. Todavia, ao olhar cautelosamente para esse material, percebi que o conteúdo extrapolava o tema do desenvolvimento e, na verdade, tratava de um delineamento da estruturação e consolidação do SFA no DF, com suas potencialidades e desafios. Durante reuniões, em estudos de caso, e em momentos de reflexão sobre a execução e de situações específicas fiz escritas descritivas, associadas à minha percepção e interpretação técnica. Para analisar essa escrita realizei momentos de leitura, uma primeira para recordar e me aproximar do conteúdo e as seguintes em busca de uma maior organização dos conteúdos que se correlacionavam com às entrevistas.

4.4.7 Dados quantitativos do SFA

Para realizar esta pesquisa, foi assinado pelo Aconchego e submetido ao comitê de ética um *Termo de Autorização para uso de documentação* (ANEXO E), de acordo com a resolução

CNS N°466/2012 e das demais resoluções complementares. Tal termo autorizava acesso aos dados do serviço, bem como a relatórios psicossociais. Após as entrevistas, e os demais instrumentos descritos, optei por não realizar análise de relatórios, porém, acessei os dados quantitativos dos serviços (número de acolhimentos, adoções, reintegrações), bem como os dados de configurações familiares das famílias acolhedoras cadastradas, uma vez que uma das questões que apareceu precocemente nas entrevistas, inclusive no que concerne os seus participantes, foi a correlação entre cuidado e gênero.

4.5 Análise dos dados e processo e construção do mapa

O processo de pesquisa, ao promover ou estar vinculado à intervenção cotidiana, revela realidades que não estavam previamente determinadas, aguardando observação. Além disso, existe uma temporalidade na manifestação dessas realidades, ou seja, um procedimento cuja conclusão não necessariamente coincide com o término do cronograma da pesquisa. Por fim, este processo implica na reconfiguração das fronteiras inicialmente estabelecidas entre sujeito e objeto: a abordagem cartográfica visa dissolver o ponto de vista a partir do qual emerge, simultaneamente, uma realidade antes considerada intrinsecamente dada e substancial (Barros e Barros, 2013, p.374.).

Neste caso, o estudo se iniciou antes da implementação do serviço que foi tema desta análise, e acompanhou seu crescimento, amadurecimento e consolidação, de forma que o olhar da pesquisadora se transformou a partir dos desafios enfrentados cotidianamente em seu papel de coordenadora técnica. O recorte específico sobre vínculo e desenvolvimento é central e não poder ser desconectado da importância do fomento de práticas e políticas de cuidados e responsabilidades partilhadas na esfera da criança.

Diferentemente de algumas visões que consideram a análise como um estágio específico (que pode ocorrer após a coleta de dados ou simultaneamente a ela), na cartografia é, também, um processo contínuo, intrínseco a todas as etapas da pesquisa, de forma que não está limitada a uma fase específica da pesquisa. Manter essa atitude de abertura é, de fato, uma das principais tarefas da análise na pesquisa. Em outras palavras, os procedimentos, por si só, não asseguram a objetividade de uma análise. É crucial estabelecer uma conexão com os problemas de pesquisa, e não existe um método padrão que garanta essa conexão. A seleção dos procedimentos de análise requer uma compreensão profunda dos problemas em questão. Dessa forma, como ao longo desta pesquisa tive acesso a uma diversidade e uma densidade substancial de conteúdos busquei na transcrição de entrevista e na escrita de minhas percepções e interpretações nos diários de campo identificar quais as questões que se colocavam.

Para isso foi necessário leituras diversas e reorganizações dos materiais a partir dos temas e questões identificados. De forma que em uma leitura inicial a minha questão de pesquisa perpassava pelo impacto no desenvolvimento infantil das vinculações afetivas oportunizadas pelo SFA. Ainda que essa fosse uma questão presente nas falas, o tema do vínculo e das relações entre os diferentes atores do serviço e de que maneira isso impactava a execução da política pública passava a se demonstrar como uma questão preponderante.

Dessa forma, formulei uma cadeia de perguntas sobre o que constituía o SFA em sua consolidação. Conforme tal cadeia foi se evidenciando, notei a possibilidade de delinear uma estrutura que era ao mesmo tempo correlata a uma temporalidade de execução, mas também a um tempo de maturação da política pública relacionada á possibilidade de mudança no paradigma de cuidado.

As perguntas que fiz inicialmente para meu processo de análise foram:

- A) Como essa pessoa compreende o serviço e de que forma essa concepção está associada à sua relação com ele.
- B) Porque essa pessoa tem um vínculo com o SFA? Quais os efeitos desse vínculo na relação com outros atores do SFA e do SGD e em especial com a criança que foi acolhida.
- C) De que maneira essa pessoa/instituição se percebe em uma postura de responsabilidade (ou não) pelos direitos da infância?

Após formular essas perguntas, eu reli todas as transcrições, as escritas espontâneas das técnicas e os diários de campo, bem como revi alguns eventos sobre o tema (conforme consta na bibliografia. Nesse novo processo de leitura iniciei uma primeira organização dos resultados e da discussão. Procedi da seguinte forma:

1. Identificação de temáticas relacionadas aos objetivos de pesquisa e que tiveram preponderância no discurso das entrevistas. Destaquei falas e categorizei pelo tipo de relação de quem falou com o serviço e em um segundo momento pelo tema;
2. Mapeamento de intersecções dos temas evidenciados nos destaques com a análise dos diários de campo e deslocamentos desses trechos para um arquivo, em formato word, junto a essas falas já divididas por ator e por temática.
3. Articulação com as análises realizadas anteriormente com os debates em espaços coletivizados da equipe técnica e nas escritas temáticas da equipe.
4. A organização inicial dos resultados foi dividida pelos agentes entrevistados (técnicos, FA e FO). Mas dessa forma houve uma segmentação grande dos temas

e uma falta de articulação entre eles. Ademais, a presença das crianças, ainda que elas não tenham sido diretamente escutadas, ficava demasiado eclipsada. Para além disso, pude notar a necessidade de trabalhar acolhedores e famílias de origem enquanto adultos que cuidam e não como segmentos distintos dentro da política.

5. Após essa tentativa de reorganização, busquei uma linha do tempo do serviço e me deparei com a narrativa da construção da logo do SFA no DF. A partir dela reestruturei o texto preliminar e compreendi qual era a possibilidade de desenho do mapa.
6. Ao esboçar esse rascunho, notei uma avaliação dos desafios de implementação e ampliação da política no DF a partir da presença na análise da minha experiência no campo.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÕES: UM MAPA DO JARDIM DIÁLOGOS E DEBATES POSSÍVEIS SOBRE CUIDADO, AFETO E DESENVOLVIMENTO NA POLÍTICA PÚBLICA

Ao desenhar o mapa cartografado refleti muito sobre como seria sua representação textual, e imagética. Ao analisar esse processo durante a escrita percebi o desenho de uma representação viva e em constante transformação, a florada dos Ipês. Uma vez que esse é um elemento que dialoga com o serviço em questão. Quando pensamos a identidade do SFA do DF, um dos pontos era utilizar a marca nacional do guarda-chuva, que é importante para localizar a política dentro de um cenário maior. Conversamos muito sobre o que era simbólico e identitário em Brasília, e assim surgiu a ideia do Ipê. Suas cores, sua diversidade, seu florescer em meio à seca, antes do tempo da primavera. Um elemento que se conectava com Brasília e falava de forma poética sobre o nosso trabalho. Cada cor no seu tempo, cada fase da florada em sua beleza. Do broto, ao tapete de flores, um símbolo e potência e resistência na seca do cerrado, que mesmo após o período do floreio deixa registros, memórias, marcas. Esse é o símbolo do SFA em Brasília, e é a trilha que traço para essa pesquisa.

5.1 Ipê roxo, as flores iniciais e a florada duradoura – A equipe técnica e seu lugar constituinte.

As primeiras flores que vemos na temporada dos Ipês são as roxas. O Ipê roxo possui sementes aladas, o que é ideal para que sejam dispersadas pelo vento, é uma árvore que produz uma grande quantidade de sementes. Além disso é bastante durável, ainda que haja situações favoráveis para que ela pereça. Nessas informações vejo semelhanças com a equipe de um SFA. Ela é primeira que chega e anuncia ao mundo o que está para começar. A partir daquilo que produz em si, sementes de conhecimento, joga e dispersa as informações ao seu redor. A equipe é a dispersora do SFA, o leva em sua voz e em suas ações éticas, eficazes e amorosas. E são essas mesmas sementes que tornam possível seguir forte, ainda que o ambiente apresente resistência.

Dialogar cotidianamente com o privado das famílias e se relacionar de forma ética e afetuosa com as crianças pode trazer para alguns o falso senso de banalização ou superficialidade da atuação técnica. Na verdade, é o contrário, devido às especificidades com as quais se lida, a demanda por qualidade e reflexão técnica se exacerba. E o trabalho das equipes com todos os segmentos que envolve o SFA é de grande complexidade. Exigindo investimento em formação continuada e em saúde mental.

5.1.1 Formação continuada, identidade do serviço e relação com o SGD

Como começa um SFA? Essa é uma pergunta importante, pois escapa as definições formais e não é captada pelo Censo SUAS ou outros instrumentos de avaliação e controle. Um serviço não começa pela lei que o regulamenta, nem por um Termo de Ajustamento de Conduta que demanda sua execução. Um serviço começa quando há pessoas pensando cotidianamente em sua feitura. Começa com uma equipe:

“Não havia Lei, não havia edital, havíamos nós com muito desejo em volta de uma mesa nas sextas feiras a tarde.” (Fala da pesquisadora em evento sobre o SFA na Cidade de Petrolina-PE.)

Construir e investir em um processo de capacitação desta equipe é imprescindível, mas os resultados desta pesquisa demonstram que há um passo anterior, que é a própria escolha de quem irá compor esse grupo. É importante que haja o compartilhamento de uma compreensão sobre o serviço, bem como das bases epistemológicas e éticas que irão orientar a formação. A equipe técnica é a semente de um SFA, vai disseminá-lo, dispersá-lo, possibilitar (não sozinhas) que ele cresça. Para tanto, as pessoas que trabalham em uma equipe não precisam ter relações de amizade, mas certamente precisam ter relações de respeito e de acordo com o que eu escutei, o reconhecimento de uma identidade profissional partilhada e a confiança no fazer do outro:

“tô (sic) com dificuldade de falar eu né? Porque eu acho que é sempre a gente. (...)

Acho que está misturado, assim, a gente tem uma equipe que pensa, que tem o mesmo objetivo, as mesmas perspectivas, sabe, de atuação profissional. (...)Mais do que é isso, são decisões que a gente toma quando a gente vai atender uma família, não são uma decisão só [no sentido de não estar sozinha, explanação minha]. Eu não eu não atendo sozinha, eu atendo em conjunto (Caliandra – AS 1).”

“Me sinto acolhida, me sinto cuidada, na delicadeza de poder ser parte de um todo (Coletânea AS 3, em reunião de equipe, registro feito em diário da pesquisadora)”.

Esse lugar da coletividade e do compartilhamento das responsabilidades, compareceu em todas as entrevistas com a equipe técnica, em diferentes momentos, bem como nos meus diários de campo e em momentos de reunião de equipe. Entre as diversas atribuições da equipe técnica, uma delas é subsidiar o sistema de justiça com informações sobre o caso e sugestão de encaminhamento. Perceberem-se respaldadas pelas suas parceiras aumenta a segurança das ações a serem delineadas e diminui possíveis sofrimentos devido a encaminhamentos mais duros ou mais difíceis. Entendo que isto está intimamente relacionada ao fato de as profissionais destacarem em sua fala o lugar do pertencimento institucional. O que se relaciona diretamente

com o processo de escolha em trabalhar com esse serviço, bem como com a própria concepção do que é o serviço, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 - Falas sobre conceito de família acolhedora.

<i>Família acolhedora, para você, é...</i>	
Quem falou...	Falou o que...
Lobeira - PSI 2	<i>“é um monte de gente de uma sociedade que resolveu ter um olhar mais cuidadoso e individualizado para crianças e adolescentes (ou adultos idosos, quem sabe, né?)”</i>
Flamboyant – PSI 1	<i>“é um exercício de cidadania de uma forma mais direta, abrir o seu espaço mais sagrado para exercer, a cidadania. Abrir para deixar talvez mexer tudo, né? Acho que é cidadania garantia de direitos para as crianças. E um olhar mais específico para as famílias dessas crianças também”</i>
Caliandra – AS 1	<i>“é uma inclusão, ato de cidadania mesmo, de participação social da comunidade. Para mim, e a parte principal é a riqueza e de um olhar específico e de qualidade em relação ao atendimento às crianças e adolescentes. Um olhar aprofundado e sensível de manter essa criança esse adolescente no ambiente familiar e de acesso à comunidade.”</i>
Sempre-viva – AS 2	<i>“é uma tecnologia social que garante o direito de crianças e adolescentes que precisam ser afastados de seus lares de serem cuidados em suas individualidades subjetividades é de serem respeitados e de não serem burocratizados, acho que é isso”</i>

A compreensão a respeito do SFA é de certa forma partilhada, vemos elementos comuns entre todas as profissionais. Cidadania, comunidade, direitos, individualidade, afeto e corresponsabilização são termos que perpassam essas definições e são muito repetidos ao longo das entrevistas e nos espaços de discussão em grupo. O significado cotidiano do que está colocado no artigo 227 da CF 88 é traduzido pelas profissionais que atuam como a essência do serviço, aquilo que ele representa para a execução de políticas públicas e na sociedade de forma geral (Pinheiro et al, 2021).

Todas as entrevistadas da área técnica possuíam experiências anteriores com a rede de acolhimento institucional, duas de forma direta – como equipe, e as demais em programas e projetos de atendimento ao público e aos profissionais dos SAICAs. Essa atuação prévia, com conhecimento das limitações do modelo institucional, de alguma forma despertaram o interesse em conhecer e atuar no SFA.

Bem como de contribuir para que a rede de acolhimento, como um todo, tivesse uma maior coesão entre si e um alinhamento com as diretrizes e os melhores interesses da criança e do adolescente. Há nessa esfera, da relação com os demais serviços de acolhimento, o

entendimento de uma resistência em relação ao SFA e ao Aconchego enquanto executor de um serviço de acolhimento, tanto pelo estranhamento cultural em relação à nova modalidade, e o medo da perda de espaço, bem como pelo fato de ser uma OSC cuja constituição é mais recente, pós ECA. A rede de acolhimento do DF é quase que integralmente construída por execução indireta e com OSC fundadas há mais de 40 anos:

“Durante um extenso período, atuei voluntariamente com crianças e adolescentes sob medida protetiva de acolhimento institucional, uma experiência que despertou em mim uma constante inquietação com a dinâmica desse processo. Com frequência, questionava-me sobre os impactos da institucionalização e as estratégias de intervenção para prevenir tais acolhimentos. Apesar de compreender a complexidade do fluxo de proteção, sentia-me inconformada (Colestênia- AS 3)”.

Assim, na esfera institucional, há uma preocupação em não rivalizar com outros serviços, mas é reconhecida a necessidade de comparação com outras modalidades para abordar as diferenças. Destaca-se a tensão que pode existir entre os serviços, em especial devido a divergências de referencial técnico e o envolvimento profissional, bem como a dificuldade de comunicação em rede. Alguns casos narrados em entrevista e outros destacados em minhas notas evidenciam essa cena.

Em 2020 foi solicitado que o serviço acolhesse um menino de dois anos, pois ele já não estava dentro do perfil etário da instituição que o acolhia, que a princípio não contemplaria suas demandas (ainda que essas não tenham sido especificadas). Quando ele chegou na sede do SFA foi dito, em conversa informal, que ele tinha uma irmã mais nova, um bebê de poucos meses. O ECA e as OT especificam que o atendimento de irmãos deve ser realizado na mesma instituição, garantindo seu direito à convivência (Brasil, 1990; CONANDA, 2009). Ao ser questionada, a técnica do SAICA disse que eles não possuíam vínculos, ficavam inclusive separados, em casas distintas²⁶. Foi solicitado ao juízo que a bebê também fosse acolhida em SFA e tal pedido foi deferido. Em sua entrevista, *Caliandra (AS 1)* cita esse caso e o quanto a impactou a falta de informações no relatório do SAICA, bem como o desrespeito à história de vida da díade:

Foi muito marcante para mim, descobrirmos assim, por acaso, que ele tinha uma irmã. É o mínimo de informação que a gente precisa. É respeito à criança.

Isso coaduna com o posicionamento de *Flor-de-pequi* quando ela pontua sobre a relação de não confiança do SFA em no que concerne ao trabalho técnico da rede do DF:

²⁶ O Diagnóstico dos serviços de acolhimento do DF demonstra que é usual a organização dos SAIAS com casas lares em condomínios,

“não se entende o trabalho realizado pela rede como eficaz em relação à garantia de direitos e manutenção de bem-estar, tendo o acolhimento institucional efeitos iatrogênicos na saúde mental e vínculos comunitários dos atendidos (pelo menos parece ser como a equipe, em geral, lê a situação). Nesse sentido, acredito que essa cena contribua para aumentar o “desejo” em acolher, e o autorreconhecimento do próprio limite ou do serviço fique mais doloroso...”

Ademais, há nas percepções da equipe técnica do SFA perspectiva de soma, de que os muitos olhares se juntam para e pela criança:

A diferença entre o institucional e o familiar é tudo ... desde a criança e ao adolescente até equipe técnica. Eu acho que muda tudo. Acho que em suma tem mais gente junto (Lobeira – PSI 2).

Quando Lobeira (PSI 2) coloca dessa maneira, ela transmite que há uma maior divisão do cuidado e mecanismos de apoio mútuo relacionados aos processos daquela criança específica. Há muitos olhares e diversas perspectivas sobre a criança e sua família, de forma que isso pode diluir o peso da reponsabilidade. Isso é fator protetivo para todos do SFA e confere maior segurança às decisões tomadas. Em um SAICA há uma necessidade maior de enrijecimento de atribuições, que acaba por impactar na saúde das relações de trabalho (Salvagni & Pedroza, 2023).

Há uma percepção partilhada de mecanismos de manutenção do assistencialismo, ainda que de forma irrefletida. O que postulou a necessidade de ocupar espaços de fala, entrar em debates difíceis, defender o que para a equipe era um entendimento comum e para outros serviços não, foi um processo bastante desafiador. *“É como se achassem que somos um bando de Pollyana²⁷ (Flamboyant– PSI 1)”*. Identifica-se um cansaço e um desgaste extremo, especialmente uma sensação de solidão institucional ao fazer essa defesa na contramão de um status quo. A resposta a isso foi o fortalecimento interno em relação às bases do trabalho e os resultados alcançados e uma outra estratégia foi ampliar ainda mais a participação em diversas instâncias da rede de proteção.

Para isso, fica bastante demarcada a importância da consolidação de um espaço de diálogo entre equipe, pela demanda de um *“refletir e compartilhar constantemente (Flamboyant– PSI 1)”*, como elemento que assegura a qualidade técnica. Chegar nesse lugar requer uma formação inicial e continuada, com base não só em criar um terreno comum de atuação, mas também de proporcionar debates e discussões, bem como pautar temas

²⁷ Referência cultural a um livro infanto-juvenil no qual a protagonista sempre vê o lado positivo das coisas. A expressão passou a ser sinônimo de uma postura ingênua.

identificados pela atuação cotidiana. Noto uma transição dessas demandas a partir do amadurecimento da própria equipe. Nos monitoramentos iniciais e reuniões de equipe a temática da capacitação de caráter mais técnico e em resposta a uma interlocução com o sistema de justiça era muito forte. Em uma ideia de adequar a linguagem e conseguir uma melhor comunicação com outras esferas de atuação. O que aponta para um estranhamento do sistema de justiça em relação ao trabalho do SFA.

No ano de 2023, a coordenação técnica realizou um processo de escuta e levantamento sobre as demandas de formação da equipe técnica. Os temas elencados para o ano foram: relações raciais e racismo, infâncias gênero e corporeidade, adolescência, parentalidades, violência intrafamiliar. Isso demonstra uma maior apropriação do campo, e uma preocupação de que a equipe, que naquele período estava passando por uma ampliação devido a assinatura de novo termo de parceria com a SEDES, pudesse ter a oportunidade de se conhecer e se identificar com base em temas caros e relacionados à democracia e direitos humanos.

Sobre a presença em outros espaços de debate e participação social, três membros da equipe (duas técnicas e uma administrativa) passaram a ocupar uma cadeira no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente no Distrito Federal. Sobre essa atuação, os depoimentos reforçam que no DF houve considerável resistência de diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) à implementação do SFA, com variações entre eles, desde o legislativo até o executivo e judiciário. Embora a resistência em alguma medida ainda persista, houve abertura de mais espaço para a reflexão, embora seja difícil categorizá-los como avanços reais, talvez sejam no sentido de não permitir que houvesse retrocessos ou ataques à expansão da política.

A participação de conselheiros vinculados a instituições que executam serviços de acolhimento institucional no Conselho de Direitos é apontada como desafio (considerando o cenário do DF que ainda tem característica de disputa entre as modalidades), já que uma parte significativa desse grupo representa interesses específicos, o que por vezes dificulta a entrada e discussão sobre o tema do SFA, causando ruídos e desafios no processo. No entanto, é importante a atuação ativa de representações do acolhimento familiar, pois confere peso à voz do SFA e contribui para minimizar danos e ampliar os debates sobre os desafios da política pública.

A presença de profissionais da área de acolhimento (institucional e familiar) no CDCA é de extrema importância, uma vez que os serviços de alta complexidade nos permitem vivenciar de maneira prática a política pública da infância e adolescência, facilitando a contribuição em discussões sobre educação, saúde, cultura, assistência e violação de direitos. Nas falas da equipe fica colocado que o diferencial do profissional do serviço de família

acolhedora é sua conexão direta com a sociedade. Essa ligação agrega ao debate, enriquecendo o olhar, monitoramento e fiscalização das políticas voltadas para crianças e adolescentes. Além disso, destaco a contribuição para uma sociedade mais ativa e sensível, na qual profissionais do serviço de família acolhedora desempenham um papel fundamental. O debate realizado com diversos setores, muitas vezes por articulações dos próprios acolhedores são exemplos concretos de como essa presença pode resultar em ganhos substanciais para o debate e a defesa dos direitos da infância e adolescência.

A vinda do SFA para um município, para um estado para uma sociedade, como é que eu posso dizer, acho que melhora a rede de proteção melhora o SGD. Acho que faz ficar mais próximo a sociedade pelo nosso caráter de simbiose com a sociedade (Lobeira- PSI 2).

Outro ponto importante, é a realização de supervisão psicológica com profissional externa, o que fortaleceu a construção da possibilidade de trazer de forma protegida os temas profissionais que atravessam essa barreira e tem impactos diversos, conforme exposto? no caderno 6 do GAF, com uma fala da supervisora da equipe do Aconchego:

Esses contextos provocam, muito frequentemente, sentimento de impotência diante da complexidade dos casos. Tal sentimento de impotência pode nos levar a tentativas de salvar ou condenar as famílias, o que pode ter efeitos adversos à construção da autonomia das famílias e sua responsabilização pela problemática que enfrentam. Os impasses dos afetos precisam ser ditos, acolhidos, para possibilitar um trabalho humano, ético e transformador (Pinheiro, et al, 2021. p.191).

A importância da supervisão ressoa sobre os desdobramentos e mudanças pessoais a partir do trabalho realizado comparece nas entrevistas, nos registros de diário de campo e nas reuniões de equipe. Além disso, Iaconelli (2023) nos pontua que perseguimos nossos temas de pesquisa, eles nos perseguem, considero que em alguma medida isso comparece nas escolhas profissionais e como tais escolhas reverberam em crenças, valores e transformações do cotidiano. Destaco falas das profissionais sobre esse impacto em suas vidas pessoais:

“a gente lida com as nossas subjetividades em cada caso. Cada caso que a gente atende nos faz lidar com a nossa visão de família, com a nossa visão de Infância, com a nossa visão de vida, com a nossa visão das relações. E tem espaço, né? No serviço que eu estou... não sei se todos são assim de possibilitar reflexão, por exemplo sobre o que que eu acredito como visão de família, e isso alavanca constantes no meu trabalho, e do meu trabalho na minha na minha vida, nas minhas relações (Caliandra – AS 1).”

“existem coisas que me ajudam como humana mesmo. (...) eu não posso falar nunca, mas eu acho que eu não iria me deparar com algumas coisas que eu vivi estando no acolhimento. Eu sinto que me ajuda como pessoa, na minha vida quando eu a encaro e penso em muitos casos de relações de que eu vivi no trabalho (Lobeira – PSI 2).”

“Não sou mais a mesma, sou eu ainda, mas com um pouco de todas as histórias que ouvi (Julia, diário de campo)”.

“Tenho paixão pela dinâmica do trabalho no Serviço Família Acolhedora e sinto que estou onde gostaria de estar profissionalmente. No entanto, é um trabalho desafiador e constante. Muitas vezes, em casa, encontro-me refletindo sobre o contexto de algumas crianças pelas quais sou técnica de referência, buscando estratégias seguras para garantir sua proteção. Embora compreenda a importância do descanso para desempenhar minha função de forma eficaz, é difícil desligar completamente (Coletânea - AS 3).”

Essas falas comunicam um processo reflexivo sobre os entrecruzamentos entre pessoal e profissional e a demanda necessária em relação a esses processos de identificação (Moreira, Bedran, Carellos, & Passos, 2013; Salvagni, 2014; Gomes, Salatino e Reyna, 2018; Salvagni e Pedroza, 2023). A linguagem de importância das vinculações no desenvolvimento, e de cuidado em família, podem de alguma maneira se deslocar para o funcionamento da equipe, e isso pode incorrer em uma confusão de papéis, o que é extremamente delicado, uma vez que a equipe técnica é o eixo do SFA que se relaciona com todos os segmentos envolvidos no acolhimento.

5.1.2 As muitas facetas da relação da equipe com os acolhedores e as famílias de origem.

Somos sujeitos transformados e transformadores de uma sociedade, e carregamos valores e preceitos que atravessam os diversos lugares e papéis que ocupamos. Dessa forma, a equipe ao se relacionar com os acolhedores, em especial considerando o contexto de habilitação, precisa estar atenta às suas próprias fantasias e ideais sobre o papel do cuidado.

Venho inclusive pensando muito sobre a questão da simbiose entre serviço e sociedade civil. Dependemos um do outro. Acho que é por isso que às vezes há esse desejo da troca de lado, né? Do técnico querer ser acolhedor, do acolhedor querer ser técnico. Estamos juntos mesmo para fazer essa execução, corre o risco de misturar (Lobeira – PSI 2).

Existe a necessidade de um olhar individualizado e uma escuta qualificada na formação de famílias acolhedoras, reconhecendo que, por vezes, as pressões do serviço podem levar a não ouvir adequadamente as famílias, resultando em escolhas arriscadas. (...) Enfrento desafios, não dificuldades, ao lidar com as questões culturais das famílias acolhedoras. Elas trazem suas bagagens culturais, religiosas e sociais, o que requer habilidade em respeitar suas crenças enquanto se atua na garantia de direitos (Sempre-Viva – AS 2).

Falas sobre a pressão em atender todas as vagas do serviço foi recorrente, tanto nas entrevistas, como nos espaços de discussão. Demonstram como parâmetros de mensuração de resultados baseados em métricas quantitativas podem refletir na atuação de uma equipe e criar

ruídos na escuta sensível dos ditos e não ditos de uma família, ou de situações que são incompatíveis com a execução de uma política pública.

Houve um caso no qual a postulante a acolher falou diversas vezes em seu processo de entrevistas sobre o quanto gostava de bebês e que sua rotina de aposentada lhe possibilitava esse cuidado atento dos pequenos. Todavia, colocou seu perfil de acolhimento como de zero a seis anos, com a possibilidade acolher irmãos. À época, o serviço possuía um pequeno número de FA e poucos dias após a habilitação desta mulher, foi solicitada vaga para uma dupla de irmãos. Ela os acolheu, ficou com eles por pouco menos de um ano, mas com uma demanda intensa de acompanhamento e com grandes embates com a equipe técnica. Após esse acolhimento, foi realizada a alteração de seu perfil, mas ela tornou-se apenas família de apoio. Isso ilustra a importância de a equipe apropriar-se de seu posicionamento técnico, que muitas vezes implica em delimitar alguns limites para a família a acolhedora e não se abster de partilhar suas percepções sobre o perfil. Neste caso não houve uma descontinuidade do acolhimento, mas esse é um dos efeitos possíveis frente a uma situação de colocação que não está de acordo com o perfil da acolhedora.

“Precisamos discutir enquanto a equipe, sempre falamos de ouvir o que não é dito. Talvez esse seja o grande desafio de trabalhar com famílias... de que maneira afinar essa escuta sem invadir ou fazer suposições equivocadas? Já erramos dos dois lados, é delicado e é um dos pontos que mais me geram insegurança para atuar (Julia, diário de campo).”

A partilha das situações em equipe e no âmbito da supervisão técnica são ferramentas importantes para minorar possíveis angústias e inseguranças. O lugar da relação equipe-famílias (acolhedora e de origem) é delicado, pois está em um campo misto. Para a equipe, ainda que haja desejo, amor, identificação e muitos outros sentimentos, o vínculo tem um caráter profissional. Para as famílias não, são cenários pessoais, que transformam e impactam a sua vida como um todo, ainda que na vinculação com uma política pública. Há uma distância nessas posições, que precisa ser admitida e agregada dentro dos processos de trabalho.

Além disso, como a equipe técnica está em relação e comunicação constante com os acolhedores sobre o andamento de um determinado caso, é frequente que eles tenham dúvidas, considerações e opiniões sobre o trabalho realizado. Considerar e agregar essa visão é importante, mas não pode se sobrepor a uma visão técnica, deve somar a ela:

“Eu e meu marido conversamos muito sobre os casos que acolhemos. Muitas vezes temos opiniões distintas entre nós e em relação ao que a equipe está propondo, levamos nossa visão até elas, debatemos, mas sempre sabendo que nossa parte do trabalho é cuidar da criança e contar para elas como a criança está, como percebemos a criança depois de uma vista, de

um vídeo chamada. Precisamos confiar no trabalho das técnicas, elas estudaram para isso.” (Gerivá – FA 5 em fala pública do lançamento do SFA de Aparecida de Goiânia – GO/2024).

Um fator interessante é uma postura compartilhada pela equipe sobre a possibilidade de olhar e acolher os conflitos que ocorrem em diversos âmbitos, tanto internamente, como com famílias acolhedoras, de origem, postulantes a adoção. Entendo que isso é reflexo da apropriação de uma compreensão crítica sobre os conceitos de família, infância e trabalho psicossocial, que fogem a modelos rígidos e preestabelecidos (Lisboa et al, 2022)

“Desde que o humano se esbarra existe isso [conflito]. Então tem que lidar com ele, é humano (Lobeira– PSI 2).”

Cada técnico irá trabalhar de forma diferente com esse desafio, porém gestão de conflitos é parte integrante do trabalho e há uma grande importância em notar na equipe as diversas potencialidades e fraquezas, para a partir dessa leitura fortalecer a atuação do todo como serviço. Um exemplo interessante diz respeito a critérios de habilitação de uma família acolhedora (Salvagni e Pedroza, 2023; Montserrat, & Sitjes-Figueras, 2023), a equipe identifica o quanto a complementariedade na avaliação e a discussão sobre o que se observa é crucial. Houve casos em que se refletiu em não habilitar pela ausência do par conjugal, que estava sempre indisponível e posteriormente revelou-se tímido e com receio de ser avaliado. Há também o oposto, onde o companheiro realizou todo o processo, de curso e entrevistas, se mostrou aberto e disponível e no cotidiano se retirou completamente dessa partilha de responsabilidades, chegando a verbalizar não desejar fazer parte do serviço.

É evidente que algumas pessoas possuem capacidade/disponibilidade de escuta mais limitada, no entanto, é crucial destacar que visando garantir bons processos e evitar descontinuidade nos acolhimentos, é preciso diálogo constante em todos os momentos, ressaltando a importância desse aspecto. Em determinados casos, pode surgir frente a quebras de combinado, ou mesmo de posturas que frustram as expectativas da equipe, uma relutância em manter contato frequente com a família acolhedora, contudo, é imperativo abordar essa situação de maneira ética e técnica, visando a continuidade do processo com respeito à referida família e sobretudo à criança. Mesmo diante dos conflitos inerentes a esse diálogo, é interessante investir e manter, de forma respeitosa, para construir o encerramento de um ciclo durante uma transição que, por vezes, se apresenta desafiadora tanto para a família quanto para os profissionais envolvidos e sobretudo para a criança.

Ainda dentro desta discussão, está a questão de como a equipe lida e avalia com eventuais desejos de filiação e adoção, que podem acontecer. São trazidos nas entrevistas três exemplos: a de uma acolhedora que afirmou ter desejo de adotar em futuro distante, de uma

família que verbalizou o desejo de adotar a criança que estava acolhendo e outra que entrou com pedido de adoção sem referendar isso às profissionais que acompanhavam o caso. Na primeira situação o ponto foi aberto e amplamente debatido tanto nas entrevistas como em equipe e constatou-se que havia espaço para o acolhimento na vida daquela pessoa, pois sua fala sobre adoção estava vinculada a outro tempo e circunstância, ainda não circunscrita em um desejo, a referida família realizou até 2023 quatro acolhimentos. O segundo, foi de difícil condução pois não houve consenso em equipe, mas o encaminhamento foi de manter a criança, e a dupla de referência delineou um acompanhamento ainda mais próximo com visitas frequentes. Eles fizeram o acolhimento até a reintegração da criança e realizaram um segundo acolhimento. O terceiro exemplo não houve continuidade do acolhimento com a FA que pediu a guarda, e o bebê foi acolhido por outra FA.

O que demarca a diferença entre cada uma das situações e a possibilidade de continuidade no serviço? Em minha análise é o estabelecimento de diálogo. A partir do momento em que há espaço para se verbalizar e discutir sobre o que está acontecendo e pensar em encaminhamentos de forma dialógica, é possível pensar em um trabalho conjunto. O casal que age sem qualquer tipo de comunicação com a equipe, demonstra que não está aberto a uma mudança de postura, ou a refletir nos desdobramentos que suas ações poderiam ter nos interesses da criança, bem como reflete uma não compreensão do serviço.

Há que se destacar também a percepção que os acolhedores possuem da equipe técnica. Nas quatro entrevistas realizadas, talvez pelo meu papel dentro do serviço, ficou muito preponderante um lugar de afeto e vínculo na relação com a equipe técnica e uma postura muito elogiosa sobre a presença e o trabalho desta equipe.

“Sinto como se fosse uma relação de amizade com as meninas, tenho afeto, não me sinto cobrada, ou pressionada. Elas são extremamente cuidadosas conosco e principalmente com as crianças. As crianças as adoram.” (Aroeira – FA1)

Essa fala é interessante também por demarcar a relevância do trabalho de identificar e os papéis e atribuições da família acolhedora e da equipe técnica. Ainda que haja uma relação afetiva, há a necessidade da compreensão das atribuições técnicas na política pública.

Quando espontaneamente perguntei se havia sugestões e críticas, essas aparecem de forma sutil e expressando um lugar de sentirem-se, conforme ganham experiência em acolher, mais desamparados.

“No primeiro acolhimento as meninas viviam aqui, no segundo, não sei se pela demanda da bebê que era menor, se pela confiança em nós, senti muita falta de estarem pertinho. De mais visitas, senti falta delas aqui (Copaíba – FA 2)”

“Vai mudando, né? Eu sei que vocês fazem muita coisa, acho que dão mais atenção para os novatos. E acho que isso é importante mesmo, a gente vai aprendendo a se virar. Mas não podem esquecer dos antigos (Aroeira – FA 1)”

O GAF pontua que:

O primeiro acolhimento sempre exigirá uma proximidade maior entre equipe profissional e família, já que tudo é novo para todos os envolvidos e as relações ainda estão se estabelecendo. Mesmo as famílias que já acolheram diversas crianças e/ou adolescentes precisam de suporte e acompanhamento contínuo. Cada acolhimento é único e cada criança e/ou adolescente trará novas descobertas e desafios (Pinheiro, et al., 2021, Caderno 5, p 31).

Assim, é importante que a equipe antecipe essa cena nos momentos de capacitação, e que crie mecanismos de acompanhamento que contemplem os diferentes momentos de uma família no SFA. Minorando assim a existência de um sentimento de abandono ou desamparo. Inclusive pois é a relação com a equipe técnica que remonta à FA seu lugar em uma institucionalidade. Ainda que estejamos falando de cuidar em família, há o caráter formal e os processos e procedimentos que ele engloba.

As falas das acolhedoras estão imbuídas de um lugar extremamente afetivo, mas que também demonstra uma confusão de lugares e de papéis. No processo de reavaliação do Projeto Político Pedagógico do Serviço destacou-se um desconhecimento significativo sobre as atribuições da equipe técnica para além do acompanhamento da criança na família acolhedora. Há uma ambivalência entre o assumir que a equipe trabalha muito e uma demanda por um olhar constante e maior presença física e cotidiana das profissionais.

“Foi tão importante a presença da equipe com a mamãe, de orientar sobre coisas que ela fez com os filhos lá atrás e que hoje não fazemos com bebês... coisas que para mim era difícil falar para ela e vocês falaram e ela escutou.” (Braúna – FA 3)

Há uma relação entre o saber técnico e o saber popular que, assim como a relação entre as pessoas no SFA, precisa ser de muito respeito. Envolve cultura e historicidade. A fala acima é de uma FA que acolhia juntamente à sua mãe. Uma senhora que criou seus filhos com uma rotina de cuidados aos quais hoje há restrições do ponto de vista médico, como oferta de chás para bebês recém-nascidos, por exemplo. Há de se colocar limites sobre o que pode colocar a saúde e o bem-estar do bebê em risco, mas sem ferir a história e as crenças de quem acolhe. Isso também cabe nas ações que concernem orientações técnicas às famílias de origem.

A relação entre equipe técnica e família de origem também é um ponto importante pois requer que se olhe para os elementos de poder que existem nela. A equipe ocupa a posição de representação do Estado. É comum, por exemplo, que em um primeiro momento seja vista como responsável pelo acolhimento, pela família, o que pode impactar o vínculo com ela

(Valente, 2013). Orientar e elucidar sobre qual é o papel da equipe no acolhimento é fundamental para se estabelecer uma troca que seja saudável e construtiva. Faz parte disso o reconhecimento de um espaço que de certa maneira é hierárquico e que pode ser interpretado como avaliativo, pois é o estudo e a compreensão da equipe técnica sobre as relações familiares e sua capacidade protetiva que irão compor as comunicações ao sistema de justiça.

A gente toma decisões, não é só a VIJ que toma decisões... a gente toma antes deles, então assim, a VIJ sofre porque ela toma decisões? Não, a gente toma, então a gente sofre. Tanto que alguém disse esses dias, tipo assim, eu acho que algumas vezes o nosso cansaço, o nosso peso nem é tão pelo físico é pelo intelectual (Lobeira– PSI 2).

Ocupar esse espaço é algo que enseja diversas reflexões sobre a responsabilidade e o impacto do estudo psicossocial na vida do público que se atende. E marca a relação com a família de origem. A equipe busca lançar o olhar empático, estudar sob diversos aspectos o que gerou o acolhimento, dentro da perspectiva de que “uma intervenção profissional próxima e adequada é um dos requisitos para o sucesso de uma medida de proteção tão complexa, mas tão eficaz e necessária, como o acolhimento familiar” (Palácios, 2016, p. 40).

É desejo da equipe, e compõe sua prática, criar vínculos também com as famílias de origem. Isso é importante para que elas tenham adesão ao serviço, passem a entender que é um espaço de acolhimento para elas também. Entretanto, não significa que necessariamente o desejo e a vontade dessa família será atendido. Estar próximo é um fator para se trabalhar com as dificuldades e auxiliar na compreensão das motivações do acolhimento, que é ponto de partida para a transformação desse cenário. Ocorre que, ainda com muitos investimentos, nem sempre o tempo e os meios de intervenção são suficientes para uma mudança de tal modo que se superem as violações e que o ambiente e as relações da família de origem tornem-se protetivos. Os casos em que há um amplo investimento, seguido de uma concretização da impossibilidade de reintegrar são bastante marcados na experiência das técnicas:

Era um histórico de drogadição transgeracional da família e foi um investimento muito grande, né? Que essa mãe e esse pai dessa criança tiveram, mas acho que principalmente ficou muito marcado a figura da mãe, por ela ter ficado um tempo sem uso, tendo se estruturado. Houve o retorno e me deu uma ansiedade, tipo de felicidade, de ‘cara tá voltando’ e ao mesmo tempo receio, mas mais uma animação de cara que bacana esse caminho dessa família. Mas depois as crianças foram acolhidas de novo. E acho que o que mais me marcou, me marcou várias coisas nesse caso, mas eu acho que tanto uma dor... de o que que é atualizar uma história, sabe? Isso é o que mexe muito com relação ao atendimento da família de origem. Que tem hora que é muita dor, que é potência também que tem nossa família, mas às vezes é muita

geração para se atualizar em uma.... e como se não tivesse mais nenhuma possibilidade de erro. Digamos assim, né? Então tipo é aquele momento para você atualizar todos a sua história familiar e toda sua história. Você tem que dar colo para você, dar colo para seus filhos. Sendo que nem filho da forma como deveria ter sido, você teve a oportunidade de ser. Precisa de um tempo muito maior para isso. E aí é o choque de tempos, né das crianças, dos adultos, da justiça, né? (Flamboyant– PSI 1)”

Há no relato um grande investimento pessoal na relação com esta família, que é imprescindível para que a própria família se perceba investida de desejo e potencialidades e que possa gerar com a rede que a acompanha uma relação maior de confiança. Há também o reconhecimento de uma distorção e distância entre as demandas dos adultos e das crianças. E ser o profissional que aponta para a necessidade de que o tempo da criança seja o principal é desafiador, em especial ao se reconhecer que há nos adultos crianças que foram em seu tempo, negligenciadas. O trabalho do técnico envolve, entre outras coisas, comunicar para o adulto, com o qual se tem vínculo e se está trabalhando, de que o investimento que foi feito até ali não foi suficiente para manter a proteção e o desenvolvimento integral dos filhos que ele ama. Como fazer isso e não esvaziar a possibilidade de cuidado e investimento com a família?

Palácios (2020) traz a possibilidade de através do acolhimento familiar propiciarmos a entrada das crianças em ciclos virtuosos ao invés de viciosos e que isso pode ser feito a partir da inclusão dela nas relações de uma família acolhedora. Proponho que enquanto operadores da rede socioassistencial criemos redes efetivas de acolhimento para as famílias de origem, nas quais elas possam fortalecer-se para sair de seus ciclos viciosos, ainda que após processos de destituição do poder familiar. É difícil, mas muito necessário que o núcleo familiar siga em acompanhamento ainda que não tenha se efetivado uma reintegração, e para isso os laços com a rede devem ser mais amplos do que apenas com a equipe do serviço, para que haja diferentes pontos de segurança no processo de estabelecimentos de novos recursos.

Entender a história dos adultos que desejam cuidar é parte do processo para compreender quais são as referências de cuidado que possuem, o que compõe os seus recursos de enxergarem-se enquanto filhos e dessa forma poderem acessar onde estão suas feridas. Pires (2023) nos atenta nessa direção: “Para que um adulto possa abrir mão de seu próprio contorno egóico e narcísico, de sua própria situação no mundo, para que possa se suspender por um instante e com isso se sintonizar às necessidades de um nascimento humano, de um porvir humano, este adulto precisa ser suportado por outros círculos de acolhimento cultural e comunitário (p.3)”. O lugar da equipe técnica com as famílias de origem é compor e ancorar esses círculos de acolhimento.

Nesse processo por vezes há espaços de orientações mais diretivas, sobre condutas, organizações do cotidiano, como em uma forma de subsidiar com informações as quais a família a princípio não tem acesso. Nesse lugar há um equilíbrio bastante delicado entre orientar e desautorizar, por exemplo. Existe um contraponto interessante tal qual na relação com as acolhedoras. Às famílias às quais as crianças foram reintegradas, por vezes verbalizam que durante o acolhimento sentiam uma insegurança em exercer seus deveres parentais (especialmente em relação a limites) na presença da equipe técnica: *“Eu ficava sem saber até como segurar a menina (Ivaí – FO 2)”*.

“A pequena corria a casa toda, subia nos moveis, descia a rampa correndo, riscava os livros. A mãe olhava imóvel, calada. Finalmente em um atendimento no qual eu falava com ela sobre importância de ensinar para a filha sobre limites e respeito ao espaço e às pessoas, ela me disse ‘você falou que eu não posso gritar, que gritar também é violência... e aí, eu não sei o que fazer’. Só então pude entender que eu havia interditado o único recurso que aquela jovem conhecia para lidar com a filha (Julia, diário de campo).”

Um dos exercícios do trabalho técnico é não supor um determinado saber sobre parentalidade e cuidado no outro. Que muitas vezes na ação de cuidar dos filhos é convocado a se relacionar com as duas dores e faltas, e isso pode ser potencialmente desafiador, em especial quando há uma intervenção do Estado apontando que houve uma violação.

Por outro lado, foi recorrente a fala de que houve um processo de apropriação de direitos e de um *“empoderamento”* a partir do acompanhamento realizado pelo SFA. O exemplo a seguir fala da demanda de um atendimento na rede de saúde mental após uma reintegração.

“Caliandra (AS 1) era com quem eu tratava. Como eu não sabia falar nada, eu só chorava e simplesmente fazia como antes, né? Já vinha pensando ‘meu deus como é que eu vou fazer em casa com esses meninos, com ela [a filha mais velha] desse jeito?’ Porque era assim que eu me sentia. (...) Aí ela [a assistente social] começa a bater de frente. Aí eu fui andando com ela, eu fui aprendendo que eu sempre ia resolver certos tipos de coisas. Eu ia vendo como era que ela, vamos dizer, comprava briga, entendeu? ‘O seu direito né, Dona Imbiruçu?’ ela falava, acho que aí eu fui vendo eu fui aprendendo. Hoje, eu sei. Por isso quando eu falo assim, tem mal que vem para o bem... eu aprendi muito com vocês muito vocês, não sabe o tanto.”
(Imbiruçu – FO 1).

5.1.3 A equipe e o enfrentamento dos desafios

Cuidado, amorosidade e fortalecimento de vínculos são temas que atravessam o reconhecimento que as técnicas fazem do seu lugar de trabalho. Se percebem como articuladoras da proteção e tem muita apropriação acerca das potencialidades e desafios de seu campo. Considero que esse é um dos fatores que compõe a consolidação da execução do SFA no DF. Atualmente seus maiores desafios relacionam-se a outros temas, como sua ampliação e a manutenção da qualidade frente a esse possível cenário. Entretanto, há um aspecto do trabalho técnico que é bastante delicado, a necessidade de em algumas situações operar com a interrupção de vínculos:

Ah, a gente vai ter que trabalhar com interrupção de existem casos em que não e tal então achei e eu achei interessante ela falar isso para o público que é do acolhimento porque a gente não só trabalha com fortalecimento, né? (Lobeira– PSI 2).

“(...) assim que você falou qual caso mudou a minha percepção de trabalho, o primeiro que me veio à mente foi o [nome ao qual a equipe se refere ao caso, que é um caso de reacolhimento]. E eu gostaria muito de pensar em outros casos, e que foi lindo..., mas o primeiro, tenho que ser muito honesta, foi esse. porque eu aprendi muito com o caso, mas eu aprendi quebrando a cara. Naquele começo numa empolgação, eu acho que hoje eu noto bem isso... Eu fui inocente, não sei se é essa a palavra. Quando eu falei ‘eu garanto’... aquilo me ensinou de uma forma ...Eu aprendi a ser mais dura, mais madura, a olhar com mais rigor talvez ... eu aprendi algo fundamental ali, porque eu não posso garantir pelo outro nunca. Eu posso falar sobre algo que eu vejo, algo que a família demonstra. Mas eu não posso dar garantias, não posso dar garantias infinitas e certezas (Candombá – AS 4).”

Essa fala é importante, pois evidencia um lugar de não saber da equipe, que precisa ser sempre em alguma medida reconhecido. Ainda que se tenha uma boa rede, um plano de atendimento bem articulado, pode ser que uma reintegração não se efetive, ou se demonstre desprotetiva no acompanhamento posterior. A quebra de vínculos pode se dar em qualquer uma das esferas que a equipe trabalha, a depender de onde se identifica o contexto de uma possível fragilidade para as crianças e adolescentes e/ou para os adultos que cuidam. Por exemplo, na sugestão de uma destituição do poder familiar, na necessidade de se transferir uma criança de uma acolhedora para a outra (ou para um SAICA), em uma possível troca da equipe de referência. Cada uma dessas possibilidades terá uma cena por traz que deverá ser cuidadosamente analisada, e espera-se que os adultos tenham o entendimento que em algumas

situações terão de fazer escolhas que não coincidem com seu desejo, em prol do que está alinhado com a criança.

As entrevistas narram situações nas quais a equipe desejou romper com os acolhedores, mas a relação deles com a criança acolhida era importante e segura e a relação da equipe com o caso também, então foi necessário nestes contextos manter e cuidar da relação entre adultos. Algumas falas a esse respeito:

“nós iríamos dar conta juntos, mesmo que a gente tivesse mal, mesmo que a gente também tivesse dúvidas. Mas a gente estava junto nesse mesmo barco. E eles (e nós também) deram ou estão dando conta ao seu modo (Lobeira– PSI 2).”

“Já enfrentei conflitos com uma família que inicialmente se mostrou disponível para acolher, mas após a chegada de grupos de irmãos, expressou desrespeito e solicitou a transferência das crianças. Eu tive muita raiva, mas precisei encaminhar da melhor maneira para todo mundo (Sempre-viva – AS 2).”

“É através do vínculo que a gente olha, percebe e se encontra com outro. Não sou sua colega, sua amiga, mas me conecto empaticamente com esse outro ser. Ele [o vínculo] não é um elemento a se temer, é o que permite que a gente não entre no automático (Flamboyant– PSI 1).”

“Teve caso que realmente a gente nem gostaria de olhar mais para a cara ..., mas é uma questão ética e técnica também, da gente dar continuidade a esse processo com respeito a essa família e essa criança. Mesmo dentro do conflito de ter esse diálogo ... é um serviço que se constitui por diversas relações (Caliandra – AS 1).”

Entendo que este é um desafio relacionado ao caráter de interface do SFA entre o lugar da alta complexidade, com uma demanda grande de capacidade e investimento profissional da equipe e ao microcosmos cotidiano dos acolhedores, com seus limites pessoais, crenças e valores que são maiores que sua participação naquela política pública.

Outro desafio é a relação com a sociedade e seu lugar atual que ainda é de muito desconhecimento e dúvida sobre o serviço em questão. São usuais a resistência e as perguntas reiteradas sobre se apegar ou não, sobre expor a criança a mais uma separação. Bem como a comparecerem preconceitos e estereótipos que são heranças do menorismo. E a equipe precisa nesse momento histórico construir uma postura pedagógica e de investimento nesse processo de transformação social.

A relação com o tempo e as flutuações entre famílias disponíveis e vagas demandadas é bastante sensível, em especial quando falamos de um serviço de execução indireta. Identifiquei no processo de implementação alguns momentos:

- a) O inicial no qual havia vinte vagas pagas pela secretaria de desenvolvimento social (SEDES-DF), equipe disponível e sem acolhedoras.
- b) Dez famílias disponíveis, vinte vagas a preencher, equipe trabalhando e sem encaminhamentos por parte da VIJ.
- c) Aumento crescente e estável do número de famílias acolhedoras e de acolhimentos realizados até chegar ao cumprimento da meta de 20.
- d) Demanda por acolhimentos acima da meta pactuada com a secretaria e da capacidade da equipe. O SFA chegou a fazer 30 acolhimentos e ainda havia acolhedoras disponíveis, ainda que não houvesse a ampliação das vagas pagas por parte da SEDES/DF.
- e) Ampliação da meta por parte da secretaria, ampliação de equipe técnica e administrativa, alta demanda por vagas e sem acolhedoras disponíveis.

As transições entre esses momentos exigiram atuação bastante articuladas da equipe técnica e um manejo da ansiedade. Foi necessário rever e revisitar os processos e pactos feitos de modo a diagnosticar de maneira eficiente o que estava acontecendo. A ação irrefletida coloca em risco o SFA e sobretudo as crianças pois pode colocá-las tanta em posições de violação de direito, como suscetíveis a novas quebras de vínculos e nenhuma dessas situações é desejável.

É esperado que o preenchimento das vagas em SFA ocorra de forma não linear e que não seja imediato e nem estável. É um serviço que espelha o funcionamento cotidiano das pessoas, famílias e grupos comunitários e dessa maneira, está em mudança constante. Há momentos de baixa, e de euforia, de muita oferta e pouca demanda e vice-versa. É necessário treinar um certo distanciamento em situações de crise para se avaliar a melhor via de atuação. Sempre trazendo para o diálogo o Estado que é o responsável pela execução da política pública.

Hoje ao avaliar de forma mais distanciada a realização de 30 acolhimentos, em um momento no qual a receita repassada pelo Estado era para 20, vejo que houve uma tentativa de reparação pelo tempo em que a meta não havia sido preenchida, mas que isso fragiliza a execução e a garantia dos direitos das crianças. Primeiro porque é dever do gestor da política compreender seu funcionamento e sua temporalidade distinta e ter uma rede coesa e funcionando de forma adequada na falta de acolhedores. Segundo, pois o devido orçamento é direito das crianças, e realizar o serviço sem receber pode transmitir uma ideia equivocada de que ele é simples, sendo que ele não é.

Assim, a pedra fundamental do SFA é o investimento em uma equipe técnica que esteja preparada e fortalecida para escutar e intervir nesses muitos universos e tempos, desde a chamada pública para o serviço e sua divulgação, passando pelo cotidiano do acolhimento com

a criança e sua saída, até o monitoramento para a manutenção dos acolhedores nos serviços. E para isso um elemento primordial é a corresponsabilização. Um dos meus pontos de defesa é que cuidar quando compreendido como ação é coletivo possui impactos maiores e entra em uma lógica de recíproca e concomitante, de ser cuidada (o) enquanto cuida.

5.2 Ipê Rosa – Famílias (ou adultos que cuidam): tempo, transformação e cuidado

A segunda nuance de cores que vemos chegar no Cerrado são os Ipês cor de rosa, cuja mudas possuem desenvolvimento inicialmente rápido, mas depois de um tempo o crescimento da árvore se torna lento, podendo levar até 100 anos seu processo de maturação. Além de sua beleza, uma de suas características marcantes é a longevidade. Assim são as famílias, essa instituição social longeva que é a segunda a florir e florescer no SFA, primeiro no lugar de acolhedores e em seguida representada pelas famílias que tiveram suas crianças afastadas e em um terceiro tempo, dos postulantes a adoção. Todas com um tempo único, um desenvolvimento particular e alongado, que precisa ser visto em sua peculiaridade.

Tive muitas dúvidas sobre como organizar esse tópico, se falaria de FA e FO nesse lugar comum ou de forma separada, considerando que todo debate nesta tese se relaciona e tem sobreposições, então essa separação é meramente didática. Escolhi unir as análises sobre família acolhedora e família de origem ao compreender que são complementares, versam sobre o mesmo assunto: adultos que cuidam e o que possibilita o desempenho de uma função parental (ainda que temporária) de forma protetiva. Além disso, quem o Estado autoriza a estar nessa função. Sobre esse ponto, entendo que há ao se falar da instituição família, pensar sobre os impactos das relações com as origens, com o pertencimento e com a forma que o Estado naturalizou o silenciamento desses lugares ao assumir um modelo majoritariamente institucional na proteção da infância (Rizzini, 2004). Trago uma fala que reflete essa questão:

“Meu avô morou em um internato após a morte de seus pais. Ficou 64 anos sem notícias de seus familiares. Encontramos depois desse tempo um sobrinho dele (...). Em seus últimos dez anos ele só falava disso. Eu falo que eu considero que é uma árvore, todos nós nessa questão da família, e aí eu sinto que no caso dele é como se fosse um galho inteiro que cai, que quebra e você não sabe o que aconteceu (...) (Lobeira– PSI 2, em fala pública na II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS).

O cuidado implicado, afetivo e não anônimo é fundamental para o desenvolvimento integral. Adultos que cuidam de uma criança amorosamente, nomeando-a e reconhecendo-a dentro de um vínculo, dizendo a ela de um fazer parte daquele lugar fazem diferença na relação que estabelecem com o mundo. Todavia é inegável que a violência e as violações de direito

ainda constituem uma questão bastante vivenciada pela nossa sociedade e com pouco espaço de discussão. Temos, enquanto sociedade, dificuldade em assumir nossas violências, e assim, de debater-las de forma a combatê-las.

5.2.1 Famílias acolhedoras e famílias de origem: a tensão entre a escolha e a compulsoriedade.

Partindo da compreensão de família enquanto uma instituição, entendo ser importante pontuar que utilizar essa instituição, que se fortalece junto com a dinâmica de organização social capitalista, para a matricialização de políticas públicas que visam garantir os mínimos sociais é algo que apresenta diversos desafios. Um deles é que não há consenso sobre a definição de família. O outro é, por não haver consenso, muitos grupos conservadores vêm se apropriando e disseminando a ideia da importância do crescer em família para defender concepções excludentes como “família estruturada”, “família de bem”, “família tradicional”²⁸. Ademais há tanto um cuidado por não reproduzir modelos meritocráticos no qual as famílias são responsáveis e culpadas integralmente pelos contextos violados nos quais vivem, o que pode ser fortalecido por uma representação social forte de um modelo de família heterocisbranca padrão, como aquela que é ideal e protetiva.

Iaconelli (2023) aponta que: “reconhecer que a assunção do parentesco é subjetiva e contingencial, não garantida nem pelo corpo nem pela lei, e que pode acontecer separada da função de cuidador/a, nos ajuda a entender e despatologizar os inúmeros casos nos quais as coisas não andam juntas”. Em consonância a esse pensamento, nos muitos diálogos traçados com a equipe do serviço, como nossa supervisora técnica, com meus companheiros da Coalizão e do MNPCFC vejo que ainda precisamos cuidar muito do que falamos quando nos referimos à família. Hoje compreendo família como um núcleo de sujeitos que se relacionam afetivamente, com vínculos consanguíneos ou não, os quais estabelecem entre si um vínculo de identidade e pertencimento o qual possibilita que ali possam ser constituídas também relações de filiação e parentalidade. Nem toda família escolherá ser o espaço para o exercício da parentalidade, mas o exercício da parentalidade vincular-se-á um núcleo familiar.

Acho essa uma reflexão fundamental pois um dos mitos sociais que partilhamos é que a família não é escolhida. Penso, observo e estudo que essa obrigatoriedade gera muito sofrimento, causa muita violência e é incompatível com a amorosidade que socialmente atrelamos ao sentido de família. O amor precisa advir de uma escolha. E, todavia, ainda que ele exista, não é o único fator constituinte de relações protetivas.

²⁸ Em seu manifesto Antimaternalista, Iaconelli (2023) pontua o episódio da votação do impeachment da presidente Dilma como exemplo desta apropriação, na qual diversos deputados no momento de sinalizar seu voto diziam frases como: “pelos meus filhos”, “pela honra e pela família”, entre outros.

Chegamos então ao SFA, com dois grupos a princípio distintos, que orbitam a execução do serviço em torno do sujeito principal que são as crianças: famílias acolhedoras e famílias de origem. E nesses dois grupos haverá uma tensão interessante entre escolha e compulsoriedade. Vamos iniciar pelo momento da chegada, pois é onde inicialmente se tem uma distância inequívoca: acolhedores escolheram estar no SFA, passaram por um longo investimento para estar, já as famílias de origem não possuíram essa escolha. A decisão judicial precisa ser seguida, logo sua entrada no serviço é compulsória. Isso é de uma delicadeza grande na relação com famílias extensas que não estavam envolvidas no contexto identificado como de violação, e muitas vezes precisam passar por um estudo psicossocial e uma relação com o sistema de justiça na qual se sentem destituídos de sua privacidade. A exceção são os casos de entrega voluntária em adoção.

Aqui para mim reside um primeiro ponto que atravessará toda execução do trabalho técnico: o cuidado protetivo da criança requer desejo (no sentido psicanalítico de investimento pulsional) de ocupar essa função. Mas apenas o desejo não é suficiente para exercê-la, e o esvaziamento dele não é suficiente para abandoná-la. A junção entre desejo, responsabilidade, aptidão, competências e condições sociais²⁹ amarra a possibilidade de responsabilizar-se por uma criança. Isso diz respeito aos adultos que cuidam, seja em qualquer papel, de acolhedores, de pais, de avós de tios.

Todavia, ainda vemos no DF uma maioria significativa de famílias brancas e de classe média. Enquanto as crianças e suas famílias são pretas, pardas, chefiadas por mulheres e em uma situação de fragilidade socioeconômica. Esse dado nos mostra uma reprodução das disparidades e desigualdades de nosso país. Outro ponto recorrente é que muitas famílias narram não terem sido escutadas pelos profissionais da rede de proteção. Nota-se que, conforme apontado por Brandão (2023) os profissionais do sistema de garantia de direitos apresentam dificuldades e resistências quando convocados a lidar com o fazer parental (ou mesmo com o desejo de exercer a parentalidade) de sujeitos que não estão no enquadre tradicional de cuidadores. Ou seja, famílias pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, mulheres usuárias de drogas e em situação de rua, mulheres pretas e pobres, e outros grupos. A interdição desse cuidado nem sempre se dá por razões relacionadas à sua capacidade de fornecer cuidado e afeto.

É o diálogo entre esses direitos, de cuidar e ser cuidado, que articulará um trabalho com famílias mais efetivo, aberto e alinhado às expectativas, possibilidades e desejos dos envolvidos. Isso irá se relacionar à processos decisórios mais seguros e que oportunizem o

²⁹ No sentido de manutenção de uma qualidade de vida dos adultos e das crianças, ainda que com o aporte das devidas políticas públicas.

fortalecimento nos casos de reintegração de laços de filiação e parentalidade protetivos. Compreender a criança como sujeito de direitos é compreender também os membros de sua família como sujeitos de direitos.

Outras duas cenas que aparecem é quando a equipe percebe que não há disponibilidade afetiva para cuidar. Isso ocorre com as famílias de origem e com os acolhedores. Quando ocorre na família de origem é importante acolher e escutar o que está sendo dito, de forma sensível, sem julgar e na busca por possibilitar um fechamento de ciclo com a criança. É mais delicado quando o não-desejo não é expresso de forma lúcida, mas aparece em expressões como: *se ninguém quer, eu cuido; não vou deixar ser adotado porque é sangue de cachorro; se Deus deu o fardo é porque posso carregar (retiradas das escutas registradas em meu diário de campo)*. Cabe aos acolhedores desconstruírem com as famílias esse lugar de obrigação.

Já quando se trata de um esvaziamento dessa abertura à criança por parte dos acolhedores é preciso muita cautela nessa escuta e intervenção. Compreender de onde vem essa mudança, e avaliar com os acolhedores o que está em questão ao se falar de uma transferência para outra família acolhedora. Há, claro, um cuidado com a saúde mental da FA, mas deve haver também uma demarcação de seu compromisso e responsabilidade com a criança que está ali acolhida e o que uma mudança representará para ela. Dessa forma se reitera a importância da reflexão para aceitar ou não acolher. Nem sempre há o tempo necessário, devido às urgências que instam o SFA.

Me marcou muito o caso de um acolhedor (que não era o cuidador principal) que algum tempo após o acolhimento, pouco mais de dois meses, solicitou a transferência da criança. O que me chamou a atenção é que ele era regularmente visitado e atendido pela equipe, em média uma vez por semana, sempre manifestou (juntamente à esposa) que estava tudo bem e um dia mandou uma mensagem por aplicativo solicitando a transferência o mais breve possível. No atendimento realizado, verbalizou que as muitas mudanças na rotina, como o maior tempo no trânsito devido à rotina escolar da criança, o estavam deixando muito estafado. A criança estava bem, adaptada, feliz e sentindo-se querida naquele ambiente (considerando os demais membros). A transferência, realizada mesmo que com as ponderações da equipe (afinal o acolhimento é voluntário) teve grandes impactos na adaptação em outra família acolhedora, criou-se uma desconfiança no vínculo e no afeto. Esse caso mostra o quanto é sensível a relação entre a idealização da infância, desejada, amável e dócil e a criança real que demanda espaço, atenção e investimento de diversas ordens (Iaconelli, 2023).

Rememorar os adultos de suas escolhas é um dos pontos do trabalho técnico, entendo que comparece muitas vezes na consulta da vaga a um acolhedor um possível lugar de hierarquia

ou descompasso nas relações, que pode impactar a dinâmica da escolha. Após negar uma vaga um acolhedor disse no encontro de famílias que nunca havia feito nada tão difícil como aquela negativa, que se sentia culpado e que foi dolorido pensar que se retirava do lugar de cuidar de alguém que precisava dele. Nesse momento, a equipe começou a trazer para os espaços de formação e capacitação sobre a importância em dizer não e respeitar seus próprios limites. Flamboyant (PSI 1) retoma esse ponto nas discussões em equipe, quando há famílias indisponíveis que se colocam abertas a serem consultadas. A técnica reforça que esse tipo de situação gera uma armadilha, pois sabemos que é muito mais difícil dizer não para alguém que tem nome e história e a indisponibilidade diz de um momento da família que precisa ser respeitado. Assim há esse entrecruzamento de escolhas e decisões que são por um lado pessoais (pensando nas famílias) e técnicas (pensando na equipe).

Por fim, desejei iniciar a discussão sobre família com esse ponto pois cotidianamente percebo que há lugares simbólicos que o Estado, o serviço, a equipe e outras institucionalidades não alcançam e estes são os que possibilitam estar e pertencer em algum lugar ou a alguém, o que será fundamental para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e adultos.

5.2.2 Famílias cuidado, idealização e violência: e quando a flor tem espinhos?

O SFA é uma política alicerçada na concretização do princípio da participação social e da corresponsabilidade pela infância. Para além disso na lógica de que o cuidado individualizado é um ponto que favorece o desenvolvimento, e que uma rede que partilha cuidados é ainda melhor. Para isso, propõe uma política pública executada dentro de casas de diferentes famílias, cada uma com universos de crenças e valores distintos, mas que compartilham, ao terem passado por todo processo de habilitação, de um determinado entendimento dentro do universo da proteção social. Uma vez que a assistência social atende de forma universalizada a população, haverá crianças em acolhimento com narrativas e contextos extremamente diversos (ainda que em um recorte socioeconômico mais próximo). Por essa razão, no cotidiano do SFA, teremos o encontro de mundos distintos, nos quais podem estar reproduzidas ou espelhadas questões sociais diversas, tanto potenciais quanto fragilizadas, polêmicas e controversas.

Nesse sentido um dos grandes desafios que encontramos é não gerar uma dicotomia, rivalidade ou algo parecido entre acolhedores e família de origem (Pinheiro et al., 2021; Salvagni e Pedroza, 2021). Tampouco cair em uma visão equivocada e fantasiosa de que famílias acolhedoras são perfeitas e as famílias que têm seus filhos afastados são monstruosas. Essas representações são ilusórias e reproduzem violências diversas, em especial se

considerarmos que o Estado entra quase que exclusivamente nos lares da população pobre e periférica (Rosa, Binkowski & Souza, 2019). Toda organização familiar se constitui em uma determinada narrativa, dentro de uma comunidade e desenvolverá potencialidade e fragilidades nesses entrecruzamentos. Para além disso, as famílias não sobrevivem sós. Necessitam de relações a sua volta que sejam ponto de apoio (Fonseca, 2006; Pires, 2023).

Sobre isso, a pesquisa mostra uma atenção grande na transmissão aos postulantes a acolhedores sobre os mitos da família que viola direitos e da complexidade das situações atendidas. Há uma dinâmica na capacitação realizada pelo SFA do Aconchego, durante a habilitação, na qual se escreve em um quadro "Família é..." e as pessoas presentes vão completando. As primeiras palavras que costumam ser escritas são correlatas aos significantes de amor e proteção. No decorrer da atividade, a equipe coloca palavras como crise, conflito, brigas, devido ao entendimento que *“precisamos chamar a atenção dos acolhedores para a violência que existe em todos nós (Flamboyant– PSI 1)”* e dessa maneira se faz presente em nossas relações. É preciso admitir que somos violentos conosco e com os outros. E é um desafio olhar para esse lugar.

É comum os postulantes a acolher manifestarem incomodo ou mesmo discordarem ao se deparar com tais termos no quadro, próximos ao conceito de família, mas este é um primeiro passo para que se possa retirar a concepção família de um espaço de instituição total, que de tudo dá conta. Uma das características importantes na avaliação dos acolhedores é a capacidade de pedir ajuda, pois ela previne o isolamento e a reprodução de um possível desamparo ou de uma cena de sobrecarga ou estafa. É preciso prevenir novas violências dentro de uma cultura familiar e para isso terei que trabalhar com acolhedores e famílias de origem questões que podem ser compreendidas como desagradáveis ou incomodas.

Então, é preciso falar com as famílias que atendemos (FA e FO) sobre racismo, machismo, adultização dos diálogos, tempo de tela, alimentação – questões diversas e adversas em nosso país que não são muito discutidas. Este é um desafio, entender que estou lidando com problemas sociais dentro de diversos núcleos familiares que estão, de alguma maneira, sendo colocados em um espaço que se não for cuidadosamente preparado pode parecer de disputa. Pois há uma família que tem um certificado do estado que pode cuidar, após um tempo relativamente longo de investimento (algumas formações chegam a durar dois meses), e outras que muitas vezes sem investimento ou tentativas prévias perdem, ainda que de forma inicialmente temporária, o direito de cuidar dos seus. Isso pode criar uma distância e uma hierarquia perigosa. Dessa forma, a ação na percepção desses lugares pode ser importante para esvaziar esse elemento de disputa ou competição.

“Eu achei difícil não julgar, não me preocupar. Como eu ia deixar aquele bebê ali, numa realidade totalmente fora daquilo que eu acreditava como garantidor de um futuro? Precisei olhar para o meu preconceito. Estava querendo medir com a minha régua e com a minha regra, e foi muito difícil, mas não é sobre mim, é sobre o direito que ele tem de viver a história dele, na família dele. (Gerivá FA 5, fala em seminário público)”

Quando os acolhedores conseguem realizar um processo de reflexão e autocritica e, para além disso, verbalizam e trazem suas inquietações para o debate, é possível o reconhecimento do quanto há de suas questões pessoais ao questionar ou ficar inseguro com o encaminhamento dos casos. Na fala de Gerivá (FA 5), ela diz sobre expectativas que fomentou e criou durante sua vida, com as quais criou seus filhos e que devido ao afeto pela criança que acolheu, desejava para ela. Mas se tratava de uma família que vivia em área rural, com outras posturas sobre criar crianças e com acessos diferentes à educação formal, por exemplo. O que importava era ser uma família amorosa, protetiva, desejosa e investida em ter aquela criança. Mas o caminho para essa compreensão é complexo, pois envolve admitir que não há uma via unívoca de cuidado.

Nesse ponto reside a importância de diferenciar caridade e compromisso social. A caridade remonta as nossas bases históricas, onde o cristianismo fortalecia a ideia partilhada de salvação. E para que tal conceito fosse operacionalizado, criou-se uma pirâmide cuja lógica era de que para serem salvos em morte, alguns deveriam ocupar o lugar de salvadores em vida: ricos que doam para pobres, patrões que ofertam espaço na casa para os empregados, famílias criam filhos de outrem. Essa lógica requer a manutenção de uma cena de inequidade social, se manteve (em certa medida se mantém) pela desigualdade social. Para além desse ponto, há outro recorrente no viés caritativo, a expectativa de gratidão daquele que doa algo (tempo, dinheiro, emprego, atenção) e a inalteração de um lugar despotencializado do que é tido como inferior. Não é essa a concepção do SFA, os acolhedores não fazem algo porque são bonzinhos e melhores, mas por que compreenderem o seu papel social na responsabilidade por uma sociedade mais justa e garantidora de direitos. Há, inevitavelmente, famílias que chegam por razões caritativas, é atribuição da abordar isso com delicadeza e objetividade na formação, de modo que se oportunize a reflexão e a mudança dessa motivação inicial.

“Eu pensava que eu iria dar carinho e eu e minha mãe, que acolhemos juntas, mas nos percebemos completamente diferentes. Desde nossa casa, como nossa forma de se relacionar, nossa energia e a visão de mundo. O vínculo é transformador e possibilita que façamos a diferença na vida de alguém e nos permitamos ser tocadas por esse alguém (Braúna- FA 3).”

“A gente tem muito presente a questão do servir, de que estamos no mundo para servir. Mas nossa, nunca pensei no quanto nós íamos receber, no quanto a gente ia aprender e no tanto que seria rico para os nossos filhos (Baru - FA 2).”

“Quando eu entendi o que aquela família estava vivendo, eu quis fazer algo, eu precisava estar mais junto, mais perto (Copaíba – FA 2)”.

Essas falas demonstram a mudança de perspectiva de acolhedores sobre o papel que ocupam no serviço e na sociedade, é um ponto de uma reflexão sobre a multiplicidade de realidades sociais e arranjos familiares, com os quais muitas vezes não se tinham contato. Uma ferramenta potente tanto neste ponto, como para fomentar e fortalecer espaços de troca e reflexão, são os encontros entre as famílias acolhedoras. Identificar-se enquanto parte de um grupo e ter outras experiências que validam e se entrelaçam a sua é fortalecedor.

“A gente escuta no grupo a outra família falando e pensa, ‘ufa... não sou só eu’. E também pode contar como fez em uma situação que... há não é igual, mas pode ser parecida, né? (Braúna – FA 3)”.

Após as escutas realizadas e o processo de avaliação e atualização do PPP do SFA/Aconchego, que contou com a escuta das famílias acolhedoras, vejo que há aproximações importantes entre o grupo de acolhedores e grupos baseados na metodologia Balint (Salvagni, 2014; Maia e Pedroza, 2021). Em geral, esses grupos são realizados com profissionais, de uma mesma área de atuação, na presença de um coordenador. A fala circula em um momento inicial onde cada um traz uma vivência/situação que gostaria de discutir e partilhar. Há uma votação e uma das falas é escolhida para ser trabalhada no encontro. A participação nos grupos pode constituir uma oportunidade de educação continuada que reconhece a natureza relacional e interativa de várias profissões. Para além de formação técnica, o grupo possibilita a escuta e elaboração das angústias dos envolvidos, possibilitando integrar o sujeito profissional em sua totalidade. Ainda que ser família acolhedora não seja uma atividade laboral, há um campo partilhado de atuação, de um saber fazer. De tal forma que as dinâmicas de transferência e contratransferência públicas³⁰ funcionam como uma plataforma para explorar os aspectos afetivos e inconscientes presentes na atuação no serviço e nas interações com os pares acolhedores. Ao entrar em contato com tais características durante esses momentos

³⁰ Com o propósito de distinguir o grupo de um contexto clínico terapêutico, Balint trabalha com os conceitos de transferência e contratransferência privada e pública. Sendo que a primeira se refere à experiência de atualização de afetos e objetos no lugar do analista, pensando na cena psicanalítica e segunda às interações realizadas no grupo, envolvendo conteúdos compartilhados nas experiências derivadas das atividades em comum. Essa proposta considera à ocorrência de transferência e contratransferência coletiva, permitindo discussões sobre o espaço comum de práticas em uma esfera de confiança e reflexão (Salvagni, 2014).

compartilhados, é possível estabelecer empatia entre os membros do grupo por meio da identificação com as situações narradas. Essa troca pode resultar na redução das angústias individuais, além de proporcionar ferramentas e estratégias para a modificação de situações que causam sofrimento tanto para o sujeito quanto para os outros.

Uma função dos espaços de encontro e diálogo entre as famílias acolhedoras, que pode relacionar-se a constituição desse lugar com efeitos terapêuticos, é renovação do compromisso com os acordos estabelecidos ao decidirem participar do serviço, ainda que não estejam acolhendo. Ao se encontrarem, tangenciam o que as conecta e com os efeitos e potencialidades do serviço. É essencial monitorar a frequência desses encontros, pois, ao observar um esvaziamento, surge a necessidade de compreender por que algumas famílias deixaram de participar. Uma vez sendo um espaço reconhecido pelos acolhedores como de muitos ganhos, é necessário indagar-se sobre o que leva ao esvaziamento desses espaços.

Flamboyant (PSI 1) destaca sua percepção sobre o esvaziamento dos serviços, visto que inicialmente, nos anos de 2019 e 2020 (em formato online) quando agendávamos supervisões, havia uma adesão quase que da totalidade das famílias habilitadas. Contudo, agora, com uma média de pelo menos 30 famílias acolhedoras ativas e mais de 50 aptas, das quais cerca de 20 estão indisponíveis, a participação diminuiu consideravelmente, com uma média de sete a dez famílias que compareceram e isso levanta questionamentos sobre o motivo dessa redução.

E o que fazer frente a isso? Quais os meios de fortalecer e sensibilizar para o fato de ser atribuição dos acolhedores participar desses encontros. Entendo que eles não são facultativos, fazem parte dos compromissos assumidos pelas FA, compondo o rol elencado no termo assinado no ato da habilitação. Entretanto, a participação compulsória também retira o caráter de cuidado e espontaneidade que se deseja nesses momentos, para que se mantenham a vitalidade e o propósito do serviço. Uma das funções do grupo é buscar que haja a continuidade das famílias no SFA.

Após uma supervisão de família acolhedora, Flamboyant (PSI 1) expressou sua percepção, dizendo: *"Saí de lá com a sensação de quanto esse espaço, mesmo com a presença de apenas seis famílias, renova o porquê escolheram estar conosco e o quanto elas são potentes juntas"*. Em seguida narrou que uma FA que é mãe estava enfrentando problemas com o filho e compartilhou sua experiência no grupo. Lhe foi ofertado apoio e sugestões, enfatizando a importância de manter a motivação para continuar no serviço de família acolhedora, e que era possível naquele momento lidar com a crise e seguir o acolhimento que ela realizava, com o apoio daquele coletivo. Essa dinâmica evidencia que o grupo é fundamental para que as famílias acolhedoras se sintam apoiadas, identificadas uma com as outras e em comunidade.

Um aspecto relevante, que não deve ser negligenciado, é o fato de que algumas famílias acolhedoras realizam apenas um acolhimento. Infelizmente, isso não é amplamente discutido, embora seja um desafio enfrentado pelos serviços de acolhimento. O acompanhamento da equipe técnica e a dinâmica do grupo contribuem para compreender esse fenômeno, pois as famílias se sentem mais à vontade para compartilhar entre seus pares. Ao refletir sobre a experiência inicial, quando tínhamos um número menor de famílias acolhedoras, que eram assíduas às atividades e uma certa constância no número de acolhimentos, vejo a contradição com a discrepância maior entre o número de famílias aptas e famílias acolhendo.

A constância na captação auxilia no respeito ao tempo e ao funcionamento de cada núcleo acolhedor. Quando não há uma renovação perene das FAs, o número de famílias acolhendo diminui. Esse desafio é comum em serviços que, em seu princípio têm um fôlego inicial, mas enfrentam dificuldades para se manter. Mecanismos de monitoramento e avaliação são cruciais para compreender os motivos que levam algumas famílias a realizarem vários acolhimentos, enquanto outras têm experiências únicas. Como já mencionado, o espaço do grupo facilita a compreensão desses fenômenos, permitindo que as famílias se expressem livremente e compartilhem suas vivências.

A falta de um espaço de pausa, todavia, é pouco falada quando pensamos sobre famílias de origem. A compulsoriedade do cuidado com os filhos (netos, sobrinhos, primos) corresponde a um modelo de família idealizado (Pires, 2023) e que demarca uma resposta ao funcionamento do capital: dar conta de tudo sozinho, como única forma de proteção de sua propriedade (inclusive os filhos, muitas vezes compreendidos como posse). Há uma sobrecarga gerada por essa proposta, a qual precisa ser muito analisada na construção dos processos de reintegração, pois o cuidado sem rede é campo para a abertura de cenas de violação. Nos ocupamos das pausas das FA, mas quais as pausas, os respiros que podemos viabilizar para as FO?

“Eu tinha muito medo de pedir ajuda, achava que era sinal de ser fraca. Vai que eu peço e acham que eu não dou conta? Tive que aprender com as meninas a pedir, que não era ruim, não tinha problema (Ivaí – FO 2).”

“Ixi, me ajuda demais poder chamar alguém. Eu achava que precisava me virar sozinha. Isso porque tem a [conselheira] que me conhece né? Tem quantos anos ela me acompanha... nossa, desde quando eu cheguei em Brasília, já tem já uns 20 e tantos anos que eu moro aqui. É acho que isso faz toda a diferença ter alguém que conhece para pedir ajuda (Jacarandá).”

Destaco nas falas que a ideia de compartilhar cuidados ainda não chega ao discurso das famílias de origem como um direito, por exemplo. Está para elas em um espaço que ainda dialoga mais com a caridade do que com a corresponsabilização social.

Uma prática importante, referenciada pelo GAF (Pinheiro et al., 2021) são os grupos de família de origem. O SFA/Aconchego realizou ciclos de oficinas com as FO em três momentos distintos e está previsto no PPP que esta prática se torne regular. Percebemos que o grupo conduzido pela equipe técnica é impactado pela hierarquia presente na relação equipe - FO. Dessa forma as vezes ele ocupa uma função mais pedagógica e de instrumentalizar as famílias para lidar com algumas situações, mas ainda assim tem efeitos importantes no fortalecimento dos vínculos e na diminuição das angústias. E especialmente, em sedimentar a confiança no trabalho da equipe.

Foi muito bom, olhar para aquele papel e ver ali minha vida, me ajudou a entender um bocado de coisa. Coisa que tinha em mim que eu nunca tinha pensado, mas que já tava em gente que veio antes, tá nos meus irmãos... (Imbiruçu – FO 1 sobre construção de genograma em oficina com outras FO).

Essa fala marca tanto a importância das atividades em grupo, como o lugar de olhar para a própria história ao se preparar para ocupar a função de cuidador principal. Isso vale tanto para as famílias de origem como para as acolhedoras. Pois é a partir do reconhecimento de seu espaço de constituição de sujeito e de suas referências de cuidado e educação que se passa o lugar de encontro com a criança que chega (ou que retorna à família). E essa relação atualizará uma série de sentimentos, sensações e experiências, tanto boas como ruins. A medida de acolhimento organiza e desorganiza, ao mesmo tempo, os núcleos familiares com os quais se relaciona, pois, a chegada/saída de uma criança exige movimento e reajuste constante.

“Quando nosso primeiro acolhimento chegou, nossa, foi muita coisa. A gente tinha certeza de que era pra ser, que era nossa missão, mas ficamos muito cansados. A demanda dela era grande (...) a gente se revezava para acordar, adaptou a rotina dos filhos. E assim, mexeu com todo mundo a nossa volta, nossos amigos vinham dar faxina, uma coisa assim... incrível (Copaíba – FA 2).”

Há impactos físicos e emocionais em estar com uma criança. Cansaço, insegurança, ansiedade. A rotina do cuidado implica em saberes e práticas que não são automáticas ou pré-concebidas, requerem atenção e investimento. Isso de forma transversal quando tratamos de adultos que cuidam, não apenas de acolhedores ou de família de origem, mas também por famílias que se constituem pela via adotiva, babás, professoras. Cuidar tem impacto emocional e requer investimento em formação, preparação e dos afetos.

“no início eu era muito ansiosa, hoje eu já ajo mais tranquilamente, tenho mais segurança em termos de cuidar. Porque quando veio o primeiro... meu Deus, eu já tinha esquecido como que era ser mãe de criança, porque os meus filhos já estão tudo velho, né?”

Então ficava com muito medo até dar um banho. Hoje não, hoje já parece que já estou sendo mãe há muito tempo ... já deu para entender bem (Aroeira – FA 1).”

“eu nunca tinha cuidado de um bebê, para além dessa insegurança, houve o cansaço, que nunca imaginei que seria tanto. Por outro lado, ter um bebê em casa trouxe vida, alegria e movimento na nossa rotina (Braúna – FA 3).”

“Deu até frio na barriga, quando ela veio dormir aqui a primeira vez... depois [do acolhimento], né? Tinha que dar tudo certo e eu não podia fazer do meu jeito, era do jeito que ensinaram (Jacarandá – FO 3)”.

Falar sobre as dificuldades, desafios e sobrecargas nas ações relacionadas a ser o cuidador principal de alguém é parte de criar uma cultura de enfrentamento ao esgotamento e sobrecarga desses cuidadores, que são em nossa sociedade majoritariamente femininos. O SFA como um recorte de representação da sociedade na qual se insere reproduz esse sistema assim como as famílias de origem. Um exemplo marcante é que das 74 famílias acolhedoras que estavam cadastradas neste serviço em janeiro de 2024, há três cuidadores do sexo feminino como referência principal, sendo que todos eles com rede de apoio estabelecida (paga ou afetiva) e composta por mulheres. Outras 14 famílias possuíam uma participação ampla e efetiva dos homens no cuidado com as crianças e no diálogo com o serviço. Nas demais a mulher é cuidadora mais atuante e que centralizou os diálogos com a equipe técnica. Nas famílias de origem o movimento é parecido. Segundo levantamento dos casos atendidos pelo Aconchego até março de 2023, apenas quatro homens foram autores de pedido de guarda de seus filhos, em um universo de 81 pedidos de reintegração familiar. Um deles renunciou à guarda do filho poucos meses após a reintegração.

Outro dado importante é que há na rede de acolhedores casais homoafetivos femininos e não há casais masculinos. Durante um dos cursos de formação, um homem solo que participava, dizia-se receoso do preconceito que poderia enfrentar por ser um homem cuidando de uma criança pequena, que ele estava muito desejoso em acolher, mas possuía esse receio, pois percebe o quanto nossa sociedade ainda é rígida em manter padrões e expectativas culturais. Isso enfraquece a manutenção de uma rede que se responsabiliza pelo cuidado. A manutenção de algumas idealizações equivocadas e representações preconceituosas são facilitadoras da existência de contextos de adoecimento psíquico, sobrecarga e/ou violação de direitos.

Cabe neste cenário a questão: quando estar em SFA se torna desprotetivo ou violador? É uma realidade a equipe compreender que há em uma família acolhedora ações, rotinas, falas que não são alinhadas à ética do serviço e que estão tendo efeitos negativos para a criança. Não

é estar em família que garante um bom atendimento no acolhimento, se a premissa fosse essa, nem haveria acolhimento. Quando uma situação assim é identificada é necessário intervir de forma ágil e respeitosa, comunicando para a família as percepções. Entendo que o SFA estudado tem se debruçado muito sobre compreender os fenômenos envolvidos quando a família pede a transferência, mas vejo que é igualmente importante perceber quando é necessário que essa decisão seja tomada pela equipe. Algumas formas de violação são normalizadas e normatizadas por discursos sociais que podem fazer parte de algumas famílias que se vinculam ao serviço e isso por vezes não é percebido na capacitação.

Recentemente escutei em um evento que ainda que já estejamos há três décadas na doutrina da proteção integral, e tenhamos a disposição uma vasta gama de materiais sobre parentalidade, respeito às crianças, educação amorosa, ainda temos adultos cuidadores que foram educados por preceitos menoristas e, dessa forma, carregam em sua bagagem e em suas estratégias essas práticas, e esse é um cenário que precisa de muito investimento pessoal para ser alterado. Nesse sentido, não podemos nos silenciar frente a famílias (acolhedoras e de origem) que usam estratégias coercitivas de educação, por exemplo. Ou que em suas falas reproduzem preconceitos, ou façam manifestações que sejam depreciativas com a criança.

Nosso trabalho é de fortalecer a autoestima, a segurança e o autoconceito e não o contrário. Frases como ‘que feio fazer isso’, ‘aqui em casa a gente não gosta de criança que se comporta assim’, entre outras podem ferir uma criança, reviver a experiência do trauma, avivar um medo de abandono ou uma sensação de não pertencimento. A equipe precisa estar atenta para orientar as famílias e acolher as crianças. Há outras maneiras de educar, com limites, com diálogo e sobretudo com respeito. Não podemos tomar isso como óbvio, precisamos dizer, e retomar em todas as oportunidades. Escutar de alguém em quem confia, ou que reconhece como autoridade, muitas vezes é a única forma que uma família terá de reconhecer as próprias violências, tanto as que vivenciou, como as que, muitas vezes sem saber, reproduz.

Estamos lidando com a ambivalência dos lugares esperados de uma família, desafiando o discurso comum da sociedade sobre o amor como posse, ao propormos amar uma criança que invariavelmente irá embora. Isso fala da nossa necessidade enquanto sociedade de discutir temas como a separação e, por que não, a nossa própria condição de finitude. O SFA traz a condição humana à tona convocando os adultos que cuidam a olhar para os seus limites e potencialidades. Irão se deparar no cuidado de outrem com os próprios abandonos e desamparos (hooks, 2021). Como colocado por Flor-de-pequi (PSI 3):

“Acho que o serviço traz o dilema atual sobre amar e suas formas. O jeito que aprendemos o amor... a receita de amar as pessoas certas, do jeito certo, para um fim específico. E todas as angústias e cobranças que surgem quando esse encaixe não é perfeito.”

5.2.3 As famílias e o processo de elaboração de luto: a polissemia das partidas e partilhas.

O SFA anuncia desde o início que um dos temas inevitáveis para quem participa dele é o trabalho com separações. Seu objeto de atuação, por assim dizer, é a criança separada de sua família. E a proposta básica da política é a provisoriidade do acolhimento, seja em qualquer uma das modalidades previstas no ECA. Assim, outra separação já está de antemão prevista, pois o tempo do SFA é circunscrito ao tempo do processo judicial da criança. E não há garantias, ainda que seja uma possibilidade da continuidade de contato com a criança. Dependerá do desejo das duas famílias envolvidas, bem como da avaliação da equipe técnica sobre qual é o melhor momento para aquele encontro ocorrer.

Entretanto, há um descompasso entre os tempos de separação. O da FO está pareado com o tempo de encontro com a FA, e o tempo de separação da FA é o de encontro com a FO (nos casos de reintegração). E há em todos esses momentos uma criança que está em meio às emoções dos adultos que a rodeiam, e precisando de recursos para lidar com suas próprias questões no que concerne chegadas e partidas. Assim, a questão do luto, que aparece com vários nomes (desapego, despedida, separação) é muito presente quando se fala sobre SFA e foi assim na construção desta pesquisa.

Há um forte contraste entre os lugares que a chegada no acolhimento tem para FA e FO. É como se essas famílias estivessem em lados opostos do vetor da separação. E o desafio é encontrar equilíbrio no processo de construção de uma ponta a outra.

Quadro 4 - Chegadas e partidas para as famílias acolhedoras.

Chegadas e partidas nas palavras das FA	
<i>Embaúba – FA 4</i>	<i>Eu não imaginava que eu ia me envolver tanto, né? Não pensava que eu ia me envolver tanto, igual eu já me envolvi. Assim, tem aquele apego. A gente se apega muito, muito, muito. Quando eles vão embora, a gente fica de luto, né? Mas, assim, nós somos seres humanos, né? A gente se apega, mas aprende-se a desapegar também, né? Devagarinho, no dia a dia. Vai trabalhando no meio disso, enfim. ‘Ele não é meu, não veio pra ficar’. Então, ele veio passar tempo. Então, assim, a gente sente falta quando vai embora, mas faz parte do projeto, né? Criança vem, fica, depois vai embora. A chegada é ótima, mas que o dia que vai não é muito legal. A chegada, a gente está emocionado demais, a gente fica ansioso, né? Para a chegada. Aí, quando vai embora, a gente fica um coração balançado, mas faz parte, né?</i>
<i>Aroeira – FA 1.</i>	<i>Eu não tinha pensado muito sobre a questão do desapego, porque quando a gente entra para fazer o trabalho e a gente não pensa muito</i>

	<i>nisso, pelo menos eu né? Não pensei muito na questão, 'e quando vai embora?'. Eu queria que a criança viesse quando vai embora... não preocupei muito na época, então foi o que acabou mexendo mais comigo na formação. Mas foi o que me fortaleceu também para saber que não era motivo nenhum para eu desistir do que eu queria, né? Que tudo bem vai chorar... até hoje choro..., mas eu continuo naquela mesma questão do desapego, se eu for pensar nisso, em sofrimento que eu vou passar quando elas forem embora, eu não vou pensar nelas. Eu estaria sendo muito egoísta e eu não gosto de ser egoísta</i>
<i>Braúna – FA 3</i>	<i>A chegada é boa demais, sempre fica um frio na barriga esperando para ver o rostinho, para saber a rotina, como será aquela criança e o que ela irá proporcionar para a casa e o que a nossa família poderá proporcionar para ela. Confesso que me surpreendi com as despedidas... não esperava que ia me sentir tão bem em ver essas famílias completas. Sinto que meu papel foi cumprido</i>
<i>Copaíba – FA 2</i>	<i>Olha, foi uma saída tão abençoada... nem deu para sentir, porque ela está sempre por aqui..., mas esse acolhimento agora. Mais complicado. Só que o combinado não sai caro. A gente sabe qual o nosso compromisso</i>

Quadro 5 - Chegadas e partidas para as famílias de origem.

Chegadas e partidas nas palavras das FO	
<i>Imbiruçu FO 1</i>	<i>Aquele dia, que levaram ele. Foi o pior dia da minha vida. e era meu aniversário (...) eu senti muitas coisas, senti medo, achei que nunca mais ia ver ele. Depois disso, acalmou, entendi que eu tinha ajuda. Mas o final de cada visita, depois cada vez que ele tinha que voltar, o coração ficava só os pedacinhos.</i>
<i>Jacarandá FO 3</i>	<i>Eu não entendi nada. Ninguém me explicou. A gente nunca passou por aqui, leva a menina embora, eu pensei que tinha acabado tudo. Depois que eu entendi. Aí fui vendo-a sempre arrumada, todo limpinha, emperiquitada. Dava gosto, sabia que ela tava bem.</i>
<i>Ivaí FO 2</i>	<i>Não era para ter sido daquele jeito, eu tinha falado que queria ficar com ela. Foi muito difícil o dia que levaram ela. Eu pensei em desistir... pensei 'meu deus... de novo'. Mas a menina [assistente social do hospital] conversou muito comigo, e eu pus na cabeça que ia conseguir.</i>

Percebo que esse contraste precisa ser expresso de uma maneira muito direta e clara para os acolhedores, inclusive para que eles possam refletir sobre como se endereçar às crianças no momento de sua chegada, evitando expressar que estavam “esperando”, ou “que bom que você chegou”, frases como essa podem se chocar com uma criança que passa pela elaboração de um luto. Assim há uma certa ambivalência a respeito do que se espera de uma família que acolhe, pois há a proposta de um exercício amoroso, de entrega e ao mesmo tempo uma autoconsciência que foge ao discurso comum da nossa sociedade que é o discurso da posse.

Aqui precisamos que o acolhedor esteja disponível a amar o que não lhe pertence, sair da monocultura dos afetos, adentrar a floresta dos vínculos que geram vínculos. Essa é a máxima do SFA. Quanto mais uma criança é amada, maior potencial terá para amar. Da mesma forma, caso a FO consiga se abrir para essa relação, há um ganho interessante de rede de apoio.

De forma semelhante tratar isso com a FO é uma maneira de trabalhar a importância de um cuidado em rede, bem como a percepção que olhar para aquela criança e protegê-la é sim tarefa da família, e de todos nós. Esse processo de reflexão é início da possibilidade de abertura para outras formas de exercer a parentalidade, inclusive sobre maneiras diferentes de cuidar, dando espaço para uma possível relação, quando é o caso, com a família acolhedora.

“Quando eu tive que me mudar, alguém precisava ficar com a minha filha. Não tinha como carregar tudo, fazer faxina e dar conta da neném. Eu só confiei na [família acolhedora]. Porque eu já sabia que ela ia olhar direitinho, não ia judiar. Eu sei que ela ama minha filha.”

“Hoje a gente é até comadre. No começo eu não queria não... ficar perto dela. Falei para minha filha ‘esta doida, abrir nossa casa pra essa mulher, depois ela vai ficar aqui criando caso’. Mas não, foi bom demais. A gente se ajuda, porque ela está com ele as vezes, mata a saudade e me desafoga.”

A abertura de uma FO para a relação com a FA parece estar relacionada a sentir-se segura em seu papel de referência parental, bem como a confiar nos cuidados dedicados à criança ou ao bebê pela outra família. Isso requer a construção de uma confiança na equipe técnica e a partir desta ponte, confiança na família acolhedora.

“Às vezes a gente percebe, por exemplo, questões sutis nas quais família acolhedora e família de origem falam do seu espaço pela via de uma mediação com a criança. As vezes tem essa questão de sentir que tá perdendo espaço, né? Talvez no caso da família de origem por se sentir violada no seu lugar, e a acolhedora por esperar um certo reconhecimento, não sei. Aí eu acho que às vezes a criança entra nesse meio. Falar que a criança chegou de tal ou tal forma para a visita, tipo descabelada, sei lá... e a família acolhedora também vai falar. ‘Nossa, fala para a família dele fazer de tal forma, né?’ Cuidar de tal forma’. Então tipo, acho que vem essas falas às vezes sutis; E a gente vai pontuando, essa é a importância do lugar atento do técnico para que essa seja uma relação que se fortaleça e não o contrário (Flamboyant – PSI 1)”

A equipe técnica estará nessa relação entre as famílias (porque ainda que elas não se conheçam pessoalmente, se relacionam através da criança) buscando diminuir possíveis ruídos dessa comunicação. Essa escuta deve ser sensível e com intervenções delicadas e atentas, para que se possível uma relação posterior ao acolhimento ocorra.

“Quando falou ‘está com uma família’... pensei que não tinha mais jeito. Quem vai devolver um menino lindo daquele? (Imbiruçu FO 1)”

“eu não queria conhecer no começo não... sei lá que que ela queria ... (Ivaí FO 2)”

Nota-se nessas falas, mais uma vez, a posição relacionada à compreensão da sociedade e da família como instituições que atuam em uma lógica do individual e da propriedade. A princípio as famílias têm dificuldades em compreender ou acreditar que outra família cuidaria de suas crianças por cuidar, por ser importante, por um compromisso social. Uma de minhas hipóteses é que essa desconfiança se exacerba porque a própria experiência da retirada dos filhos foi uma experiência de não-cuidado.

Nos casos de Ivaí (FO 2), Imbiruçu (FO 1) e Jacarandá (FO 3) essa cena do isolamento da cuidadora principal relaciona-se intimamente às motivações descritas na decisão judicial de retirada das crianças. São contextos distintos, com histórias diferentes, mas que perpassam por mulheres que são cuidadoras principais, com pouca rede de apoio e questões pessoais que perpassam o protagonismo do cuidado. Sobre o caso de Jacarandá (FO – 3), Caliandra (AS 1) coloca:

Foi um caso que me marcou muito, tanto pela motivação do acolhimento ...não que não precisasse, só que como foi feito. Mas quando eu li o relatório me chocou muito. Primeiro que veio com relatório, foi um caso que veio com bastante relatório. Divergindo da maioria dos outros, né? E que a motivação era a dificuldade da avó em lidar com a saúde da neta, né? Por conta de ela não ser alfabetizada ... como ia lidar com as especialidades de saúde da criança, né? E para mim chocou muito essa motivação. Quando eu fui verificar, vários serviços atuaram, foram oficiados, mas que não havia tido diálogo de fato entre esses serviços. E ela ficou perdida entre muitas orientações diversas. Que muitas, ela nem entendia. Depois do acolhimento, e ajudou muito a acolhedora ter uma formação na área de saúde, a criança nunca mais teve nenhum quadro de internação. E como a vinculação dessa avó com a família acolhedora fez, e com a equipe também, toda a diferença no processo. E isso foi possível porque a família acolhedora tem clareza, muita clareza do seu papel. Respeitou o espaço da família, mas de também disponibilizar o que ela tinha aprendido. Ir até a casa da Jacarandá, ensinar tanto os técnicos, que a gente também não sabia, quanto para vó, né? Essa avó tá com essa criança, tá caminhando bem, né? Uma criança que tinha várias internações não teve mais? E de como esse diálogo, essa relação, permanece assim.”

Esse caso mostra como ampliar a prática do cuidado ao invés de circunscrevê-la e restringi-la a uma pessoa (ou a um núcleo familiar) traz potência e aumenta a possibilidade de criar crianças de forma amorosa e protetiva. No caso de Jacarandá, a rede considerou a hipótese

de um diagnóstico psiquiátrico da avó, antes de viabilizar um trabalho articulado e pedagógico sobre os cuidados que a bebê precisava.

“A gente precisou de uma rede pra acolher ela. Eu e Copaíba ficávamos exaustos. Nossos amigos vinham fazer faxina para a gente. Sem a gente pedir, mais de uma vez teve mutirão para ajudar a limpar a casa... porque era impossível. Se a gente precisou de toda essa ajuda, desse suporte, ela também merece ter, precisa ter (Baru – FA 2).”

“Acompanhar e ver que estão bem, faz toda a diferença. E hoje, com muito jeitinho, eu já sei quando preciso dar um toque nela de alguma coisa. Avisar que tem algo precisando de atenção, ela é humana também, tem um monte de defeito, igual a mim, a você (Copaíba- FA 2).”

A reintegração da neta de Jacarandá exigiu diálogos intensos e constantes com a rede, inclusive com pedido de estudo complementar do juízo. Equipe, família acolhedora, família de origem, conselho tutelar e rede de saúde do território fizeram um amplo trabalho de afinar o diálogo. Rememorando que isso não é fácil, ou natural, exige ajustes e esforços, como a maioria das relações humanas.

Partilhar é um verbo importante no SFA. Partilhar responsabilidades, dores, afetos, memórias e histórias. Afetos e vínculos não se diminuem para que possamos nos relacionar com outras pessoas, se amplia. Ter notícias, receber visitas, ser rede de apoio são maneiras de fortalecer a atuação das famílias acolhedoras. Ainda que de forma esporádica, esse retorno soa como uma demonstração de reconhecimento de que se é parte de uma história.

“Eu gosto muito do contato depois que eles vão embora. É uma coisa que me acalenta, que eu vejo, eu sei que tá bem. Dos meninos todos que passaram por mim, teve só uma avó que eu senti que não deu abertura. E aí eu não vou forçar. Mas eu sinto falta, morro de vontade de ver a carinha deles, saber como estão.”

Na casa de Aroeira (FA 1) em uma visita próxima ao Natal me deparei com uma árvore que tinha bolas com fotos de cada uma das crianças que tinha acolhido. Achei um gesto tão delicado e tão íntimo. Para ela, aquelas crianças se fazem presente. Sempre no cotidiano. Há um processo de aprendizagem e desenvolvimento que se dá de forma articulada. Para a criança e para o adulto. Isso é importante pois, há lutos que não são socialmente autorizados, como por exemplo os que são fruto de uma escolha pessoal.

“Cansei de escutar, ‘tá sofrendo porque quis’. E por outro lado tem tanta gente que diz que admira e apoia. O problema é o medo de sofrer, e aí eu não canso de falar. Bom mesmo é sofrer de amor (Aroeira – FA 1).”

Os respingos culturais de amor e separação são muito presentes na vivência das famílias (fora e dentro do acolhimento, ousou pontuar). Noções de amor idealizadas, que tudo suporta e que por nada se abala. E que é para sempre. Essas são imagens que não contemplam o real da vida cotidiana, onde o amor é uma vivência que não é isolada, é atravessada por tantas outras: sofrimento, alegria, frustração e sempre por inúmeras separações. O processo de capacitação irá trabalhar com esse tema, bem como irá tentar antecipar e instrumentalizar para lidar com essas questões, mas os efeitos do acolhimento para os adultos são, de certo modo, imprevisíveis. Por essa razão, é interessante incentivar e sugerir pausas entre acolhimentos para preservar a saúde mental dos acolhedores.

“é preciso estar muito próximo né? Não de uma forma invasiva, né, mas estar próximo. Ter um diálogo fluido com essas famílias acolhedoras que estão cuidando, exercendo os cuidados dessa criança. Porque mesmo temporariamente há um olhar sensível. Por isso precisamos estar atentas a qualquer dito e ao que não é dito (Caliandra – AS 1).”

E em consonância, realizar um processo de acompanhamento próximo no período de pós reintegração:

“Isso [o acompanhamento] é essencial, né? A compreensão do contexto, a compreensão da questão da questão social, inclusive que a acolhedora se mantiver a relação, também entenda, mesmo que não de forma aprofundada, né? Mas assim de entender que existem outras realidades, que divergem da maioria que elas conhecem. E preparar a rede que acompanha pra entender outras possibilidades de relação das famílias, pensar sobre afeto, sobre compreensão de realidade (Caliandra – AS 1).”

Por fim, ao falar sobre esta florada longa e perene no serviço, que são as famílias, quero trazer o imprevisível da relação com a criança. A criança que convoca as questões dos adultos e nos põe frente ao imprevisível. Quando traçamos o perfil das famílias acolhedoras, ou quando falamos sobre histórias de vida na capacitação há sempre o convite para que os postulantes em acolher falem sobre os lugares que não os cabem, ou nos quais eles entendem ser insustentáveis se colocar, ou pela atualização de suas próprias dores ou por entender que não desenvolveu ainda recursos suficientes. Ouvi algumas vezes famílias que não gostariam de acolher casos de violência sexual, outras que gostariam de atender crianças mais velhas pela sua relação com bebês, algumas com dificuldades para se relacionar com contextos de drogadição crônica. O problema é que há coisas que só tomamos conhecimento durante o acolhimento.

Lembro sempre daquele caso da [nome da criança]. No primeiro dia que ela chegou, contou pra acolhedora sobre o abuso, que não era a motivação do acolhimento, a gente não tinha essa informação, e era um limite grande pra acolhedora. Mas aí foi aquele corre, pra

viabilizar outra FA. No meio disso ela [FA]deu banho de assento nela e passou gel nos grandes lábios da criança que estavam feridos. Para mim é tipo assim, a bomba atômica... Eu falei cara, não é não é todo mundo que aguenta isso. E ela não deu conta do acolhimento entre aspas, porque ela deu muita conta naquele tempo primeiro. Mas nisso tudo, fazia muito tempo que eu não via um adulto com um choro assim igual criança...Porque é isso, né? Criança chora, a depender do choro... adulto fica louco, né?

O adulto em contato com dores que se relacionam às suas, temas que entram em transferência com os seus precisam também ser acolhidos, para viabilizar (ou não) uma relação afetiva e cuidadora com a criança.

“Recursos emocionais e adaptativos das famílias, que em alguns momentos vão ser insuficientes para lidar com algumas crianças e suficientes para lidar com outras (ou em momentos de vida distintos). Enfim, situações de saúde mental (não como sinônimo de adoecimento) que todas as pessoas estão sujeitas e que acho que incluir como parte da natureza do serviço pode trazer soluções, não para diminuir o número de transferências, mas, para quando essas acontecerem, a gente estar mais preparado para lidar com a situação. (Flor de Pequi – PSI 3)”

Famílias acolhedoras e famílias de origem tem diferenças quanto ao seu vínculo com o serviço e a maneira como se configura sua relação com as crianças, em especial devido a esse mesmo vínculo. Mas são instâncias sociais complexas, que irão sofrer modificações, reestruturações, adoecimentos, amadurecimentos e outros processos diversos que podem impactar a relação de cuidado que tem com a criança, e conseqüentemente com a política pública que as atende. O SFA ao trabalhar com famílias precisa debruçar-se sobre essa sua característica ambivalente de ter processos e procedimentos bem definidos, e ao mesmo tempo assumir que lida cotidianamente com o inapreensível que é a imprevisibilidade do humano e seus afetos.

“É porque se não trabalhar com o apego saudável, a gente vai se deparar com adultos com posse mesmo. E é delicado trabalhar com humanos, e seus afetos e suas histórias, e seus gatilhos e suas memórias. E isso fica maior quando envolve uma criança, especificamente uma criança com violação, que toca num lugar sensível. Então é um trabalho para mim que é muito artesanal, mesmo. É necessário, que seja feito da forma de cada um, afinal somos muitas, né? Mas que essa forma olhar seja delicada, seja verdadeira, seja respeitosa (Lobeira– PSI 2)”

Cabe pontuar que quando o SFA está funcionando em uma relação de pressão com o Estado, e não de parceria, esse descompasso pode levar a situações que não são tecnicamente orientadas. Uma delas é quando a equipe assume atribuições dos acolhedores. Houve um caso

importante, no qual frente a uma desistência de acolhimento por parte dos acolhedores, uma dupla de irmãos teve que ser transferida para um SAICA. Todo esse processo dependia de uma autorização judicial que não saiu de imediato. Nesse interim as crianças ficaram por cerca de uma semana na casa de Candombá³¹ – AS 4 (assistente social do serviço, que não era técnica de referência do caso em questão. Sobre esse período ela pontua que:

“Sobre a questão dos meninos, foi muito rico pra mim. Porque hoje eu entendo um pouco mais de como sentem os acolhedores. Eu sei melhor do que se trata apego e esse luto e do quanto mexe mesmo com a dinâmica da família. É impressionante como aquilo tá guardado em mim. Talvez se eles tivessem ido para uma família acolhedora seria mais fácil, mas mesmo sabendo e mesmo sendo pouco tempo, eu sofri.”

Ainda que haja um ganho pontual nessa imersão, que é a vivência de um outro tipo de compreensão do papel de acolhedor, fica nítido que não são lugares compatíveis. Que ainda que a equipe técnica tenha vínculo e afeto com as crianças e com os acolhedores, é importante que esse espaço de atuação esteja bem delimitado, pois é ele que permite um processo de tomada de decisão bem-feito.

Neste lugar do mapa encerro tendo aprendido que é importante celebrar as chegadas e partilhar as partidas, em um movimento contínuo de abraço e acolhimento, tanto das dores, como das alegrias. Isso talvez seja um bom meio de pensar boas formas de se constituir família.

5.3 Ipê Amarelo – Crianças: diversidades, exuberância e densidade.

Cheguei ao tempo espaço dos ipês amarelos, que são (re)conhecidos por sua beleza e exuberância. Marcam a cidade com sua cor, com sua vida e criam uma cena fantástica, que dificilmente passa despercebida por qualquer observador. Suas raízes são profundas e não possuem muita exigência de nutrientes, mas preferem solos úmidos com drenagem lenta, profundos e não muito ondulados. Como de praxe até aqui, faço o paralelo com os sujeitos dos quais falo agora. As estrelas dessa festa, as crianças. Que nos marcam em sua chegada, que fazem de alguma forma com que a gente vire nossos pescoços para vê-las, ouvi-las, senti-las. Crianças, na verdade, também precisam de pouco para se nutrir, quando há uma presença autêntica isso se torna evidente. Não se faz necessário rebuscar o que se oferta, mas sim escutar o que realmente ela pede. Será muito melhor se o solo que as nutre respeite seu tempo e seu espaço, as acolha sem apertar suas raízes, e provenha ininterruptamente a seiva necessária, sem lhes afogar ou deixar em inanição. Seja de comida, seja de afeto.

³¹ Destaco que esse não é um procedimento padrão, que ocorreu neste caso em regime de excepcionalidade.

Atendemos crianças e adolescentes em um momento difícil, no avesso daquilo que se desenha no ideal de infância: protegida, pueril, inocente. Atendemos aquilo que a lei reitera como exceção, pois compõe o espectro do indizível social que é a violação de direitos dentro do seio protetor dessa mesma infância. Lidamos com o que temos receio que produza marcas, ainda que saibamos que não há controle sobre como alguém registra uma experiência. Saberemos só depois seus efeitos ou não efeitos.

O que essa pesquisa diz sobre infância, desenvolvimento e vínculo em contexto de acolhimento? Talvez nada de inovador, mas certamente a reafirmação do lugar do vínculo afetivo na construção da narrativa da criança. E a importância de escutar a criança, respeitar sua história e entrelaçar-se em suas brincadeiras. Nesse sentido, enquanto participes de uma história de vida, vejo a importância de se construir boas memórias, ainda que sejam desenhadas para serem esquecidas, pois como pontua Benjamin (1994), *“um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (p.37).”*

A maneira como uma infância é narrada e percebida afeta todo processo de constituição subjetiva do humano. E é no investimento de boas vivências que o SFA faz a aposta de seu trabalho, (re)conhecendo cada criança no seu hoje e olhando-a com atenção. Assim, desde a chegada a criança mobiliza a todos, começando pela equipe que a recebe, conforme demonstram as palavras de Mimosa, coordenadora financeira do serviço:

“Hoje com chegada da nossa estrelinha, chegou um sentimento que me fez lembrar o quanto meu coração faz tum tum por este serviço. Trabalhar no acolhimento familiar é todos os dias poder olhar com sabedoria por cada criança que chega ou que já passou pelo nosso Aconchego. É respeitar histórias de dias de vida, até a uma adolescência com muita admiração e saber que faço parte deste viver. Ser gestora financeira de um serviço, que cuida de histórias, vai além de um planejamento financeiro, vai além de uma planilha de Excel, vai além dos custos que uma criança gera. É saber que de alguma forma cuido de um futuro no qual nem consigo imaginar. Gratidão, estrelinha, pela sua força de viver e por me ensinar o quanto fazer parte deste serviço fortalece o meu cuidar para quem chega no acolhimento familiar”.

Até o dia 26 de fevereiro de 2023, 181 acolhimentos haviam sido realizados no SFA Aconchego. Algumas crianças ficaram poucas horas, outras um pouco mais de dois anos. Cada uma transformou um tanto uma equipe, algumas famílias e o Aconchego e da mesma maneira saiu transformada por essa experiência. A experiência da infância é uma experiência constituidora, da nossa subjetividade, de nossos desejos, e de nossas memórias. Ainda que não saibamos como essa experiência se concretizará em vinte anos, porque em alguma medida, a

ausência de lembrança pode também ser ausência de trauma, mas conseguimos observar no tempo de acompanhamento os efeitos e desdobramentos de um olhar investido sobre cada sujeito acolhido.

5.3.1 Vínculo, desenvolvimento e histórias de vida.

Os três elementos nomeados acima constituem temas recorrentes no SFA, atravessam a execução técnica, o olhar cotidiano nas famílias acolhedoras e a rememoração afetuosa das crianças que já foram atendidas.

“Na condição de assistente social nesse serviço, facilito o acesso das crianças em acolhimento e suas famílias aos seus direitos, oferecendo uma escuta atenta e respeitosa a todos os envolvidos em suas vidas. A dinâmica do trabalho me permite registrar suas narrativas e garantir seu direito de pertencer à sua história, mesmo na impossibilidade de retorno à família e na colocação para adoção. Enquanto profissional, permito que, em algum momento da vida desses sujeitos, tenham acesso à sua história pelos registros expostos no processo (Colestênia - AS 3).”

Na fala de Colestênia (AS 3) se evidencia o lugar da atuação técnica enquanto consolidação de um papel de operadoras de direito. Para além disso, muitas vezes quem lida com a criança se redescobre nela, percebe neste contato como as palavras, gestos e afetos da própria infância ainda habitam o adulto. Muitas vezes, essa criança anterior e interior entra em cena para possibilitar a relação do técnico ou dos acolhedores com a criança que chega (Pitliuk, 2021). Há um exercício importante de escuta a ser feito, como em um trabalho artesanal de tradução para desvendar um enigma. Em um mundo adultocentrado, é usual que não forneçamos (enquanto sociedade) informações às crianças sobre o que está acontecendo em suas próprias vidas. O não dizer é uma maneira de privar e segregar. A verdade é necessária para contextos de elaboração (Teperman, 2020).

“eu lembro muito de uma fala de vocês no curso... sobre conversar com bebês. E eu pensava que era uma maluquice. Até que teve uma vez que a neném tava chorando muito, foi depois de uma visita e mãe a amamentava no peito. Ela tinha mamado a mamadeira depois que chegou, mas nossa... chorava até. Aí eu lembrei de vocês e dei toda uma explicação e ela parada me ouvindo, ela ameaçou um chorinho, como que em protesto, eu repeti e ela parou. Pronto, virei doida igual... conversando com todos os bebês. Não fazia ideia o tanto que eles entendem... parece que entende, sei lá. Só sei que deu certo várias vezes (Braúna- FA 3).

Criar o hábito de se endereçar à criança é indispensável, é o primeiro gesto de seu reconhecimento enquanto sujeito e enquanto protagonista de sua história. Nem sempre iremos

fazer o que a criança quer, mas sempre seremos (no Aconchego, pelo menos) verdadeiros em relação ao que estamos fazendo. É o primeiro passo para que a criança reconheça o outro como alguém que assume uma postura autêntica e em quem ela pode confiar. Essa verdade vem com elementos de antecipação, que auxiliam a criar recursos para situações difíceis como separações (Jerusalinsky, 2019).

Há um caso muito emblemático na história do SFA Aconchego. Durante a pandemia, a equipe estava em reunião e foi solicitada uma vaga. Mas tratava-se de um pedido muito especial. Uma criança havia passado por um evento de grande potencial traumático. O assassinato de sua mãe. Seus familiares estavam a caminho de outra unidade da federação e era necessário que ele fosse acolhido por pouco mais de horas. O pedido específico era que fosse de forma a levar junto seu cachorro, que no momento era uma figura importante para seu processo de luto e para a manutenção de sua organização psíquica. Ao chegar para buscá-lo a equipe descobriu que ele não sabia do falecimento de sua mãe. Acreditava que ela havia sido encaminhada para o hospital com vida. As técnicas então foram atendê-lo e a primeira pergunta que ele fez foi: ‘como está a minha mãe’.

Nesse momento o acolheram e contaram a verdade. Ele chorou muito, fez algumas perguntas e seguiram respondendo de acordo com as informações que tinham disponíveis. Como ficou bastante tarde e ele ficaria poucas horas no SFA, ele acabou ficando com a técnica que o atendeu. Fizeram um bom vínculo e ela sempre com uma postura de responder às suas questões de forma simples, objetiva e muito acolhedora. E ele muito junto de seu cachorro. Quando a família chegou para buscá-lo perceberam que não havia espaço para levar o cachorro. Ele perguntou se a técnica poderia providenciar uma família para adotá-lo que fosse cuidar bem do animal. Ela disse que sim, e ele sem pensar duas vezes confiou nela.

Esse caso mostra como à medida que o adulto confia que a criança terá os recursos para lidar com uma determinada situação, a resposta é a recíproca dessa confiança. Aquele menino não possuía razões para desconfiar da técnica, ela a todo momento pactuou com ele sobre o que fazer, que caminho seguir, bem como respeitou seu tempo e suas questões; mais de dois anos depois ela ainda recebe notícias dele. Ficaram juntos menos de 24 horas. O tempo de vínculo é sempre único (Sei 2008; Pitliuk, 2020). Tal qual propusemos na discussão do primeiro capítulo, fica demonstrado o lugar da relação como elemento importante de constituição e significação das experiências, sejam elas constituidoras, ou com potencial traumático, como a narrada neste caso.

Assim, o estabelecimento e fortalecimento do vínculo nas relações infantis desempenham um papel crucial no contexto do SFA, especialmente durante transições que

idealmente são sensíveis. E a chegada no SFA é a primeira transição, mas que possui um caráter disruptivo, como no exemplo citado. O vínculo afetivo proporciona uma base sólida para o processo de adaptação ao novo ambiente, lembrando que ele se constrói a partir de uma postura de cautela e respeito por parte do adulto. O que irá contribuir para a mitigação de possíveis impactos das mudanças drástica de ambiente devido ao contexto de violação.

A forma como os acolhedores colocam-se nesse cenário é essencial, pois pode repercutir como facilitador na construção e manutenção da nova relação, promovendo a estabilidade emocional das crianças. Além disso, tanto os acolhedores como a equipe possuem um papel importante no estabelecimento de um diálogo ético, proporcionando um ambiente seguro para que as crianças expressem suas emoções, preocupações e necessidades. A compreensão sensível por parte dos acolhedores, com a devida mediação da equipe, é fundamental para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento das crianças acolhidas, consolidando-se como um agente-chave na construção de relações afetivas e na promoção de um ambiente amoroso e com possíveis efeitos terapêuticos no contexto do acolhimento.

Tem mais gente junto que olha aquela criança e isso é um ganho maior assim que eu acho que que cada criança que entra ela já tem com ela junto uma tribo, né? Que cuida dela que é a colhedora que a equipe técnica e em menor grau toda a rede todo mundo que vem junto (Lobeira– PSI 2).

A fala de Lobeira (PSI 2) reforça a perspectiva proposta por Pires (2023) de que é necessário investirmos nas construções de outros modelos de cuidado, que sejam mais amplos. Pois isso terá importantes impactos na constituição do sujeito e na saúde mental dos adultos cuidadores.

Um dos exercícios que perpassa o SFA é sermos os contadores/narradores das histórias das crianças para elas no dia a dia, e para elas no futuro, através das escritas dos relatórios e PIAS, no campo da equipe, e da confecção dos álbuns³² no caso das famílias acolhedoras. Um dos grandes desafios é relatar as motivações do acolhimento de forma clara, objetiva e muito respeitosa, desprovida de juízos de valor. Não utilizar termos que depreciem figuras de referência importantes ou que imputem significados pressupostos sobre a relação com a criança. As crianças e as famílias têm direito a acessar seu processo e as palavras de um especialista causam um impacto considerável. Isso não significa omitir informações, ou amenizar fatos. É

³² A confecção dos álbuns diz respeito a uma metodologia do Instituto Fazendo minha história, no qual são confeccionados álbuns com fotos e narrativas sobre o período vivido pelas crianças durante seu processo de acolhimento. Para saber mais acessar: <https://www.fazendohistoria.org.br/fazendo-minha-historia>

apenas descrevê-los de forma respeitosa, ainda que sejam de difícil significação (como nos casos de abuso sexual e violência física).

“Prover segurança ofertando para a criança aquilo que a gente sabe, né? Claro que com a linguagem para criança, né? E de diferentes formas, em diferentes etapas..., mas assim falar e trazer sobre a situação a gente traz desde recém-nascido até para uma criança mais velha (Lobeira– PSI 2).”

Em um dos primeiros exercícios com as famílias acolhedoras, em meados de 2019, pedi que escrevessem carta direcionadas às crianças contando as motivações do acolhimento, como uma forma de sensibilizar para a escrita do álbum, bem como para que refletissem quais os seus entraves, opiniões de dores sobre aquelas histórias. A partir do momento que conseguiram separar as suas questões, conseguiram olhar com mais facilidade para o que era das crianças e isso teve implicações importantes na relação e com a própria abertura para as famílias de origem.

“Essa questão de entender a importância da história para a criança... é das que mais me impactou. No meu primeiro e no segundo acolhimento isso foi nítido. O quanto a primeira era mais pronta, com poucos dias ela queria sorrir já, vê se pode... mamava numa calma, olhando para a gente. A segunda chegou, pouco tempo depois. E eu estranhava tanto. Ela só dormir. E mamava, e era assim, parece que ia engolir a mamadeira, em cinco segundos já era e dormia de novo. Lembro de ligar para você e falar: ‘Julia, isso não ta certo, tem alguma coisa’. E você falava pra eu esperar, para conversar com ela, pensar no que ela tinha vivido. E era isso né? Ela foi escondida, a gravidez toda, depois ficou no hospital. Ela precisava de um tempo pra nascer de verdade... a outra não, já tinha sido. Ela nasceu depois de três meses, depois que deu conta dessa história toda (Braúna – FA 3).”

Narrativas incompletas, permeadas por lacunas, perpetuam o anonimato das crianças inseridas em contexto de acolhimento. Não ter acesso às suas histórias gera um anonimato e uma certa uniformização em um papel de vítima (Winicott, 2019/1971, Sei, 2008). No SFA é possível garantir esse espaço de protagonista de um enredo, e mais importante ainda, de um que está em constante construção com inúmeras possibilidades de devir. O acolhimento não pode entrar em uma posição de apagamento do passado, pois esse é muitas vezes o elo de reconhecimento de uma identidade familiar. Sem o acesso ao passado pode-se perder uma parte da singularidade identitária.

O olhar de um adulto é um lugar de sustentação importante para um bebê, é o início de um longo processo de diferenciação e autorreconhecimento. Toda chegada de bebê que eu acompanhei no Aconchego trazia a cena de vários adultos preparados para receber uma

criança. O enxoval pronto, a banheira montada, o leite separado e um colo disponível. Sempre um colo disponível e um olhar atento (Jerusalinsky, 2019; Garrafa, 2020). Incontáveis vezes ouvi as variações da frase: ‘Seja bem-vinda, aqui é o Aconchego. Você vai ficar um pouco aqui e já vamos para a casa de fulano de tal que vai cuidar muito bem de você’. É um mantra, respeitoso, simbólico e que anuncia um tempo de vida que será de cuidado. Cada uma ganha um fofuxo, naninha de retalhos de malha que acompanhará durante o acolhimento e após, representando a continuidade.

A criança é a senhora dos tempos no SFA, os adultos se desdobram e se redobram por essa equação do menor tempo possível. Pois, ainda que o vínculo com a FA seja ótimo, há o direito de estar em seu lugar, de usufruir do pertencer, do ser nomeado enquanto parte. Dessa forma, se coloca a atenção para que o tempo do acolhimento seja um tempo de ação e construção, que possa construir efeitos e novas possibilidades a curto, médio e longo prazo.

O olhar para a criança permite que sejam vistos detalhes que muitas vezes ficam invisíveis em ambientes de cuidado coletivo, que se tornam aparentes apenas numa relação cotidiana e individualizada: problemas de vista e audição que demandam avaliação, tremores decorrentes de crise de abstinência em bebês cujas genitoras fizeram uso abusivo de drogas na gestação, posicionamentos de pé e joelhos assimétricos ao engatinhar. Detalhes que aparecem na relação com o bebê e com a criança, que demandam intervenções pequenas, mas tem repercussões imensas pensando em desenvolvimento global. Conforme propõe Jerusalinsky (2019) a intervenção neste tempo primeiro de vida, que só ocorre quando há esse investimento em olhar, é decisiva para que haja a possibilidade de atuação em uma estrutura psíquica que ainda não está decidida, não está fechada.

“Ela era um bebê com muitas questões de saúde. Falaram no hospital que ela talvez nunca fosse nem se sentar. Chegou aqui toda molinha. Mas a gente sempre acreditou nela, sempre. Estimulava, brincava, chamava. A gente via ela atenta, sorridente querendo brincar. Hoje ela corre para todo lado. É isso, a gente ganha muito mais do que tem para oferecer (Copaíba – FA 2).”

“Nossa acontece muito rápido. Esse último bebê que eu acolhi, nossa. Ele chegou eu juro que fiquei em dúvida, ele estava muito fraco. Entrei na missão. Acordava de duas em duas horas pra ver se ele estava bem, pra dar a mamadeira, porque ele ainda mamava de pouquinho e precisa ficar forte. De uma hora para outra era outro bebê. Forte, atento, risonho. A mudança é muito rápida (Gerivá- FA 5).”

“A primeira bebê que eu acolhi, chegou assim magrinha. Poucas semanas depois teve visita pro avô. Quando eu o conheci, no final de tudo, ele me disse: eu não achei que fosse

minha neta, achei que era outra criança. E ele me agradeceu muito por ter cuidado dela. E eu cuidei, como cuido de todos, com muito amor (Aroeira- FA 1)''.

Confirma-se até aqui que uma política pública que favorece vinculações afetivas, provendo subsídios para os adultos que cuidam sobre aspectos relevantes do cuidado, bem como um cenário de apoio e disponibilidade bem estabelecidos para esses cuidadores, investe de forma consistente no desenvolvimento integral das crianças atendidas.

As diferentes fases do desenvolvimento também têm diferença significativa em seu processo de acolhimento e um marco importante em relação a isso é a entrada da fala. O acolhimento de crianças que falam envolve os recursos que o adulto tem para fazer essa escuta.

“Eu acho que tem um espaço, tipo assim, maior para a romantização bebê. Porque o adulto pode imaginar mil coisas, né? Criar, sei lá. A criança muitas vezes não... não dá pra falar sempre também..., mas muitas vezes ela vai lá e faz uma cena. E não é um tipo Disney, é olha aqui o que aconteceu comigo. E eu vejo que isso impacta muito. À equipe e a acolhedora (Lobeira– PSI 2).”

Quando começa a andar e a falar aí é outra história. Eu tive na primeira semana com a fofura [primeira criança maior de dois anos que acolheu] muita dificuldade, meu Deus do céu! Pensava, o que que eu vou responder? Porque ela veio com a bagagem muito, muito grande, né? Ela era uma criança que eu falaria que ela tinha cinco anos de idade, e ela não tinha nem três. Ela veio com os assuntos que às vezes nem adultos conversam comigo. E eu... ‘e agora o que que eu falo? Eu posso falar isso?’ Então eu sei eu tive muita dificuldade, fiquei com medo de errar, de orientar errado (Aroeira- FA 1).

Essas narrativas proporcionam tanto que o adulto que cuida compreenda mais sobre a criança e as percepções que ela tem de como era sua vida antes do acolhimento. Bem como que o cuidador de referência inicie, de forma partilhada com a criança, a construção de novos contornos, de novos parâmetros para se relacionar com as pessoas e a comunidade. Uma vez que essas outras formas de vivência do dia a dia fazem sentido para a criança e são internalizadas por ela, poderão acompanhá-la em qualquer que seja seu contexto de saída.

“A gente foi ao mercado e ela pegou as coisinhas dela e falou: ‘corre tia, rápido, corre’. Aquilo nossa, me pegou. E eu tive que parar, abaixar, explicar. Tive que falar que não precisava, que a gente ia no caixa e ia pagar. Sem falar de como era antes. De porque a mãe fazia. Disse só que a gente não podia roubar, que nem sempre dava pra comprar, mas aquele dia dava (Aroeira- FA 1).”

Essa cena demonstra a forma como a criança que fala nos conta, à sua forma, sobre importância de notarmos a centralidade de uma perspectiva interseccional de atuação (Macedo,

de Miranda & Cavalcante, 2024). Não é ético, e muito menos efetivo, pensar apenas que a genitora das crianças roubava. Há mais nessa história, e isso faz diferença para ela e sobretudo para as crianças. Nesse sentido, a postura da acolhedora de não julgar ou depreciar a atitude da mãe, é fundamental.

“A gente tem muito compartilhamento, no cotidiano mesmo com os acolhedores. E depois vai ser com as de origem...aí, a gente fala muito também é que as famílias acolhedoras no dia a dia são os nossos olhos, os braços, ouvidos e nariz em relação a criança, né? Pelo zap ou diretamente quando tem mais esse momento de visitas ou de alguns atendimentos as famílias ou diretos as crianças. E assim, acho que quanto menos tem visita, quanto mais demorada a coisa anda nesses casos, sei lá, as vezes de ir para outro estado, menor é nossa relação com a criança. E a gente precisa ficar esperta e dar conta disso. Estar perto, a criança precisa conhecer a gente (Lobeira– PSI 2).”

Ainda que as famílias venham a se conhecer, a equipe técnica do serviço que será a ponte maior no acompanhamento pós acolhimento, bem como representa o lugar da institucionalidade que iniciou o vínculo e que irá operar a separação ao final da medida. Assim, sua presença constante e de construir uma relação com a criança é primordial, pois a criança precisa reconhecer como mais um do cuidado, como pessoas cuja presença também oferta segurança afetiva. Esse é um elemento de extrema importância, que nos reafirma que a questão central não diz respeito ao que prove uma estrutura familiar ou o mito de uma família estruturada, mas o quanto relações afetivas, autênticas e protetivas são estruturantes para o sujeito. Isso é muito maior que um determinado enquadramento de família, é um enlaçamento de afetos.

5.3.2 A criança e a relação na família e na comunidade

A questão é que toda e qualquer infância se realiza na experiência política da ocupação das cidades. O lugar atribuído à alteridade e os tratamentos que imprimimos na lida com o outro são, necessariamente, decisões políticas que afetam as infâncias, e que decidem a vida das crianças. De todas as crianças, e de cada uma que pretendemos escutar. Katz, 2019

Pode viajar com a criança? É fácil matricular ela na escola perto de casa? Se eu quiser eu posso levar ela no pediatra dos meus filhos? Das perguntas práticas que surgem em uma palestra de divulgação sobre o SFA, talvez essas sejam as mais comuns. Elas dizem, na minha avaliação, sobre a possibilidade de concretizar o pertencimento (ainda que temporário) de uma criança nas relações de uma família acolhedora. E isso acontece pela análise da possibilidade de verdadeira inserção na rotina, que por sua vez fala da entrada cotidiana na comunidade da família.

“Tem coisas parecidas e diferentes em todos os que passaram por aqui. Mas sempre tem umas historinhas que são de cada um, que tem a ver com o que eles viviam antes né? O homem aranha [nomeei a partir do super-herói favorito] tinha uma coisa, assim, com polícia, não podia ver, se escondia, ficava com medo. À medida que a gente foi passeando, foi indo junto nos lugares, aquilo foi passando. Saiu daqui querendo ser policial pra proteger a gente (Embaúba – FA 4)”

Viver a rotina, a vizinhança e a cidade são aspectos importantes de uma vivência de cidadania. A criança que é vista, que participa, desenvolve relações diferentes com o social e a percebemos mais segura para estabelecer relações com pares e com pessoas da comunidade que vê regularmente, ou que identifica em um determinado papel social.

“As crianças que passaram por aqui entram no nosso esquema, fazem tudo que a gente faz com os nossos. Ai todo mundo já conhece, o porteiro, o professor da escolinha de futebol, os vizinhos. Vai no clube, nas festas de aniversário. Aqui é bagunça boa (Baru – FA 2)”.

“Ter criança aqui é sinal de casa cheia, de almoço no domingo. Meu sobrinho vem visitar, minha irmã volta a vir sempre. A criança é a vida da casa. Renova todo mundo (Braúna- FA 3).”

Os acolhedores nas reuniões mensais, ou quando participam de cursos de formação de novas famílias, contam com frequência o quanto a chegada da criança altera a maneira como eles se relacionam com a comunidade. Muitas vezes pessoas com as quais não se relacionavam de forma cotidiana, ou apenas cumprimentavam em uma situação cotidiana, de compartilhamento de espaços (elevador, padaria, academia) se interessam pela presença da criança, interrogam sobre sua identidade e a partir daí se constituem novas relações. Isso é ampliado quando há outras crianças envolvidas. Como se a presença da criança tivesse um potencial para a formação de redes, a questão é sobre os adultos acompanharem essa abertura.

Uma sociedade desigual como a que vivemos implica em vivências comunitárias e culturais muito distintas entre as famílias. As crianças muitas vezes são as narradoras dessa realidade aos acolhedores e à comunidade na qual eles vivem.

“Abre os nossos olhos para a vida do outro, né? Porque na verdade a gente não tem muita noção. Não sabemos realmente como está a nossa sociedade. Então depois que você começa a acolher e ver que realmente há muito a ser feito. Muitas crianças que estão precisando, e muitas famílias também (Aroeira- FA 1).”

O acesso à cultura, ao esporte à atividade de lazer, também é marcado por essas disparidades. Essas experiências, ainda são bastante diversas, tanto devido à dificuldade de acesso, como a das escolhas e costumes de cada família. Nesse sentido, é interessante notar que

ainda que Brasília tenha muitos espaços públicos, eles são pouco ocupados e esse é um ganho interessante no SFA. Crianças que não conheciam e frequentavam alguns espaços, ou não tinham algumas experiências passam a ter e levam isso consigo, fazendo uma certa ampliação de repertório da própria família de origem, a partir da possibilidade de frequentar, parques, peças de teatro, realizar novas brincadeiras, aderir a novas tradições.

“Eu acho muito massa quando a família viaja com a criança que ta acolhendo. É uma experiência muito legal, que talvez ela não fosse ter. E aquilo passa a fazer parte dela, é uma coisa que ninguém vai tirar (Lobeira– PSI 2).”

“Eu adoro viajar com eles, vou para a roça, vou lá para minha mãe. É uma delícia. E eu gosto muito que todos possam conhecer as minhas coisas, o que eu gosto, então sempre dou um jeitinho de levar.”

Registro de crianças na praia, na fazenda, andando a cavalo e tendo experiências que reconhecem que elas estão participantes das relações e espaços daquela família, as insere no tão importante campo de pertencimento. Ainda que ele venha a mudar com a saída do serviço, os efeitos dessas vivências possuem inscrições importantes na subjetividade da criança.

Um outro ponto de destaque é que ao passo que a institucionalização cria uma rotina que de certa forma é ficcional, que não condiz ao cotidiano de uma casa, de uma família, e muitas vezes retira da criança a oportunidade de vivências sociais interessantes. Nesses cinco anos de serviço chamam minha atenção, no grupo de *WhatsApp* de famílias acolhedoras e equipe, os registros fotográficos de crianças em situações de celebração de momentos culturais específicos: carnaval, festa junina, natal.

A *Copa do Mundo de 2022* é um exemplo interessante pois, havia muitas crianças acolhidas que não tinham passado por essa vivência devido à sua idade, ou não possuíam registros e memórias da última copa. Foi bastante marcante as acolhedoras partilhando fotografias e relatos sobre como foi assistir os jogos com as crianças, fotos de bebês com roupas com frases como ‘minha primeira copa’, bem como as narrativas de como as crianças estavam lidando com as vitórias e derrotas da seleção brasileira. Junto com os registros, uma preocupação de que fossem partilhados com as famílias de origem, em um reconhecimento da partilha do significado social daquele momento. Hábitos alimentares, canções de ninar, rituais familiares passam a compor o mosaico de experiências dessas crianças de tal maneira que conforme se desenvolvem terão um repertório maior para escolherem e criarem seus costumes, suas rotinas e suas celebrações.

Ir até a padaria, escolher as compras no mercado, jogar futebol com o filho da vizinha, ir ao aniversário do colega da escola, essas experiências seriam interditas na

institucionalização e compõe de forma orgânica e fluida a experiência do SFA. Estar em comunidade, contribui com o fortalecimento da identidade. As crianças em situação de violação de direito precisam ser vistas, ocupar os espaços, serem nomeadas, isso é um posicionamento político central na defesa das diversas infâncias. Conforme aponta Katz (2019):

As experiências não estão isoladas, e por isso cabe considerar que as crianças matáveis e as crianças superprotegidas (trancafiadas nos ambientes com sistemas de segurança) explicitam, na oposição de atribuição de valor a suas vidas, o adoecimento e as formas de laço da atualidade, a que todos estamos submetidos. A questão é que toda e qualquer infância se realiza na experiência política da ocupação das cidades. O lugar atribuído à alteridade e os tratamentos que imprimimos na lida com o outro são, necessariamente, decisões políticas que afetam as infâncias, e que decidem a vida das crianças (p. 90)

Devido a esse entremeado de relações e ao convívio cotidiano, há uma riqueza de informações sobre a criança. Sua personalidade, como ela se coloca no mundo, como são suas alterações de humor. De que maneira ela se expressa quando está contrariada, o que ocorre quando ela está com medo, quais os sinais de seu corpo quando ela vai adoecer. Todas essas informações são parte constituinte do estudo que a equipe técnica realiza. Inclusive como os acolhedores percebem a criança após as visitas, videochamadas e outros contatos com a família de origem. Tudo isso consta nas comunicações com o sistema de justiça, através dos relatórios e do PIA. Mas algo que se evidencia na pesquisa é a necessidade de o sistema de justiça compor de maneira mais cotidiana a comunidade da criança. Há questões práticas e de operacionalização, pois os processos são inúmeros e há uma escassez de equipe, porém pensar em dispositivos para isso seria de suma importância para dirimir as distâncias entre o procedimento judicial e a realidade da criança.

A ideia desses personagens comporem de forma mais cotidiana a rede da criança pode gerar um certo estranhamento e talvez uma sensação de ingenuidade, em especial por estarmos adaptados a uma ideia hegemônica de um direito que é processual e engravatado e de processos judiciais ásperos e áridos, que pouco se relacionam a quem são seus sujeitos protagonistas. Quando MP, VIJ e Defensoria Pública saem de seus prédios e veem as crianças reais ou pelo menos quando a leem de fato em suas ações isso deverá impactar no teor de suas decisões e sugestões. É, portanto, um exercício importante que os PIAS e relatórios sejam compostos por vídeos, fotos, desenhos, depoimento e informações cotidianas. De tal maneira que aprendamos a escutar a relevância do que é importante para as crianças. Entendo não ser tarefa fácil, uma vez que eu tive dificuldade em realizar essa escuta nesse trabalho, mas me vejo cotidianamente (co) movida por ela. Porém é preciso que um juiz, um promotor ou um defensor se interessem se a criança chora muito ou pouco, se o bebê dorme bem, se ele estranha desconhecidos. Esses são elementos que nos dão pistas sobre o tempo dos bebês e seu desenvolvimento, por exemplo.

5.3.3 Identidade e dignidade: ciclos que se iniciam e se fecham

Para conhecer a criança acolhida é necessária uma abertura. Pode ser que se entre em contato com a vulnerabilidade, com a violência, mas também com o potencial e a transformação. É no reconhecimento da identidade do outro que podemos garantir, ou tentar garantir seu acesso a uma vida digna e a afetos constituidores.

As crianças acolhidas possuem cor e classe social, como já pontuei algumas vezes. Majoritariamente crianças pretas e pardas, filhas de famílias pobres. Há poucos dados sobre o padrão socioeconômico das famílias (acolhedoras e de origem). Esse levantamento começou a ser feito em relação às acolhedoras de forma sistemática no SFA Aconchego em dezembro de 2023, de forma que não foram analisados nesta tese. Esse processo ocorreu a partir da equipe identificar a demanda de diversificar seu perfil de captação de acolhedores. Essa discussão se iniciou pela temática racial, ao compreendermos que ao passo que atendíamos crianças e famílias de origem naquele recorte, nossa equipe era majoritariamente formada por mulheres brancas (fator para o qual o processo seletivo de 2023 teve maior compromisso e atenção) e as famílias acolhedoras também se enquadravam nesse perfil.

Isso preocupou a equipe em diversos pontos, destaco dois: o primeiro de reprodução de um modelo de exclusão social e o segundo sobre os efeitos disso na percepção identitária das crianças em sua relação com as acolhedoras. Faz-se mister que as acolhedoras possuam repertório para saberem lidar com temas correlatos à racialidade e ao enfrentamento do racismo. De forma a nem reproduzirem práticas racistas, como estarem fortalecidas a combatê-las.

Me marcou muito escutar de uma criança preta ‘tia, eu sou loiro do olho azul e eu vou ser policial’. Me fez refletir qual representatividade estávamos oportunizando a ele e qual a construção de imagem de si que ele estava fazendo. Da mesma maneira quando observei mães reclamando que as acolhedoras não sabiam cuidar do cabelo de suas filhas e eu possuía pouco, ou nenhum recurso para incidir nessa questão. Hoje caminhei e busquei compreender melhor esses atravessamentos em minha formação pessoal e profissional. E busquei, no papel de coordenação, instrumentalizar a equipe para isso. Mas entendo ser fundamental demarcar em uma tese que defende os vínculos e o compartilhamento de cuidados, a importância da representatividade e da diversidade na construção dessa comunidade que cuida.

Um ponto importante é que as formações de famílias acolhedoras contemplem a questão racial (assim como outras questões interseccionais). Há ampla literatura infantil sobre essa

temática que pode ser ponte para essa reflexão, convocando os adultos cuidadores a refletirem sobre a perspectiva da criança.³³

Tiramos fotos, fazemos álbuns, comemoramos aniversários. A celebração da vida e da existência das crianças que passam pelo SFA no Aconchego é uma regra. Brincamos com elas, colorimos, cantamos. Sabemos quem são. Marcamos em seus processos as histórias de seus nomes, qual é o histórico de sua família. O que elas gostam de comer e como costumam dormir. Vemos a impressão deste investimento quando temos a oportunidade de vê-las e acompanhá-las anos depois.

“Aconteceu uma coisa que eu achei muito bonita esses dias. Eu canto a mesma música para as crianças que passam por aqui, assim, na hora de fazer dormir. O príncipe [criança que acolheu por mais tempo] veio passar o final de semana. Já tá moço ele, grande. E eu já estava com o neném aqui em casa. E estava na sala fazendo o neném dormir e cantando aquela música e ele veio pra perto e começou a cantarolar comigo. Depois conversando com a avó, comentei que legal que você canta a música pra ele ainda. E ela me disse que não, que não cantava não. E eu fiquei impressionada. Anos depois e ele se lembrou (Aroeira – FA 1)”

A inscrição dos vínculos se estende, ela não é circunscrita à experiência do acolhimento, a criança leva com ela o acolhimento, e isso pode ser por meio de representações, lembranças, hábitos. Há muitas formas de ser presente na e pela criança. Nesse sentido, reside a importância de se marcar as passagens e transformações com rituais simbólicos, tanto quando a criança chega, como quando ela sai do serviço. Simbolizar e celebrar a relevância de cada momento é muito importante.

Quando celebramos o encontro entre família acolhedora e família de origem é muito interessante observar a criança em meio aos adultos de referência. Em geral notamos a criança muito a vontade, como se as famílias no mesmo espaço representassem uma autorização simbólica para o vínculo com os adultos ocorrer (Valente, 2013).

O acolhimento é um dos tantos ciclos que se abrem e serão encerrados na vida de uma criança. Um aspecto que se destaca nas escutas realizadas e na observação do cotidiano do serviço é a implicação para este seja um ciclo de respeito e amorosidade, através do compromisso reiterado dos adultos com um cuidado que é particularizado. Em todas as escutas feitas apareceu algo que remetesse ao fato de cada acolhimento ser único. De não haver duas experiências remotamente parecidas, ainda que com similaridades de história, idades ou outros componentes. Reiterando que o SFA se dá no reconhecimento das singularidades.

³³ Algumas sugestões são o livro *Amoras*, de Emicida; *Um amor de Cabelo*, de Matthew A. Cherry; *Meu Crespo é de Rainha*, de bell hooks; *O caderno sem rimas da Maria*, de Lázaro Ramos.

5.4 Ipê Branco – As institucionalidades: rigidez, exigências e potencial de reparação

O Ipê de flores brancas é bastante utilizado em processos de reflorestamento, para a recuperação de áreas que foram degradadas. É uma planta conhecida por ser fértil sem muitas exigências e cresce bem inclusive em solos pobres e pedregosos. É forte e pesada, e tem boa durabilidade inclusive em ambientes internos, o que lhe confere bastante versatilidade. O Estado e as institucionalidades relacionadas possuem essa força, mas que para produzir efeitos análogos aos de reparação que possui o ipê branco precisam associar-se a uma flexibilidade e atenção as demandas das populações do território. Para florescer em sua beleza, as relações institucionais que atravessam a relação com o SFA precisam tornar-se de colaboração e parceria, do contrário enfraquecem e interditam a potência de uma política pautada na participação social e no relacionamento direto com a sociedade civil.

Já transitei em diversas posições a respeito da execução de políticas públicas através das parcerias com instituições do Terceiro Setor. Atualmente, após analisar os discursos das equipes técnicas e administrativas, avaliar os diversos momentos da relação do SFA com o executor da política, revisar os planos e documentações que versam sobre essa execução no âmbito do DF entendo que a execução indireta viabilizou uma implementação de fato do SFA no DF e isso se deu por diversos fatores, os quais irei pontuar.

A desinstitucionalização é um processo que requer vontade política e investimento contínuo para acontecer. Ainda que ela esteja respaldada em diversas áreas, em especial se pensarmos todo histórico da luta antimanicomial, as respostas rápidas do Estado são de caráter institucional, em especial quando correlatas ao tema da infância. Entendo que isso ocorre, pois, as estratégias de atendimento que dão alternativas a essas respostas demandam que se incida no modelo de trabalho e produção (capitalista), para que se tenham cuidadora(e)s com horários mais flexíveis para estar junto com as crianças em espaços comunitários de cuidado (Caps, comunidades de ensino, entre outros).

O DF apresenta uma rede de acolhimento com instituições com muitas similaridades em seu modelo de atuação, a maioria delas foram fundadas ainda no período da ditadura militar (com exceção de duas) e tem histórico de filiação religiosa. Essas instituições executaram de forma quase que exclusiva a oferta de acolhimento no DF nas últimas décadas e possuem representação e força política em seus territórios (IPE-DF, 2022). Essa intimidade com o modelo instituído enrijece o executar da política, bem como o sistema de justiça, que de alguma forma já conhece e tem segurança na forma de atuação, ainda que em muitos pontos ela não

estivesse de acordo com as diretrizes colocadas nacionalmente, conforme aponta pesquisa realizada pelo IPE-DF (2023).

Nesse sentido houve uma janela de oportunidade, na qual um cargo da gestão da pasta executora da política de assistência social era ocupado por alguém que compreendia a necessidade de ampliação da rede, bem como de formalizar a demanda por esta mudança e assegurá-la pela via do registro, da burocracia, de forma a garantir a sua legitimidade e continuidade. Como resultado dessa atuação, o Aconchego por meio de um edital celebrou em 2018 a parceria para executar o SFA. Mesmo com todo esse caminho pavimentado, um detalhe escapou, uma rede tão antiga e consolidada não se abriria facilmente para mudanças.

“Precisa de um investimento do próprio Estado, um conhecimento maior para mudar, né? Antes disso acho que não vai ... Porque há muitos ganhos em deixar como a rede está. Inclusive, muitas vezes há um ganho econômico, né? Afinal, super passa, aliás tudo perpassa, muito sobre uma questão econômica. Há um ganho financeiro e manter o sistema acolhimento e não transicionar o modelo. Pois há uma questão cultural da sociedade. Alterar isso precisa de muito incentivo. Eu vejo as vezes, aqui no nosso serviço, as pessoas entram em contato querendo doar ou auxiliar de alguma forma, quando se diz que não tem criança, as pessoas se frustram, desistem... Não tem criança fisicamente no Aconchego. Por que eu teria que expor essa criança? Para ganhar alguma coisa? Deixar pessoas irem visitar para entregar doações e ver e tirar foto das crianças? Não dá..., mas as pessoas querem ver lá o concreto, o bonitinho (Caliandra – AS I).

Após a assinatura do termo de parceria houve um trabalho de seis meses para sensibilizar tanto a rede do SGD, como para realizar a divulgação com a sociedade civil e a partir dessa etapa, a capacitação com as famílias acolhedoras. A equipe técnica buscou fazer contato e visitar instituições de acolhimento para se apresentar e aprender com suas metodologias. Foi recebida em algumas pelas equipes técnicas, mas era verbalizado um incomodo das instancias diretivas com o início dos trabalhos do SFA. Houve um dirigente que chegou a falar em uma reportagem em TV aberta que o SFA aumentaria os riscos de abuso sexual dentro da rede de acolhimento. Ele nunca se retratou publicamente e em diversos outros momentos fez falas vexatórias em eventos oficiais e nunca foi repreendido por órgãos do Estado, o que representa um pacto de silenciamento do sistema em relação às críticas ao que já está instituído. Entendo que isso impacta negativamente a execução das políticas públicas pois gera um entrave no crescimento e amadurecimento cooperativo da rede, que acaba por não se consolidar.

Se tivéssemos uma rede de acolhimento que partilhasse metodologias, saberes, impressões, instrumentais e práticas teríamos processos mais fluidos, uma menor rotatividade profissional e uma efetividade maior nos encaminhamentos. Poder-se-ia se pensar em espaços concatenados de atuação. Entretanto, o que em geral ocorre é que quando há a necessidade de uma transferência entre instituições o trabalho é rompido (assim como os vínculos com o serviço) e recomeçado. De forma que ainda há palco para muitas disputas e competições.

O primeiro acolhimento que o SFA realizou foi em modalidade emergencial, sem a prévia decisão judicial, por encaminhamento direto de um Conselho Tutelar para a Central de Vagas. Isso gerou um grande movimento pois, ainda que os procedimentos e fluxos com o sistema de justiça também tivessem precisado de uma extensa pactuação, houve empecilhos, pois, internamente o cadastro da OSC na VIJ não havia sido realizado, só foi visto isso com a chegada da criança. O que reitera que a criança faz denúncias importantes, precisamos aprender a escutar. Dessa forma, percebemos enquanto serviço a necessidade de sensibilizar para o fato de que propor mudanças não significava desqualificar o trabalho da rede, ou desvalorizar a importância das demais OSC, ou mesmo do sistema de justiça. O SFA não vinha substituir, vinha ampliar. E, além disso, buscar agregar com novas metodologias dos próprios SAICAs caso se identificasse uma postura aberta e dialógica para trocas.

Em diversas ocasiões fomos questionadas (eu e outras representantes da OSC) sobre porque executar um serviço. Afinal já possuímos outros projetos, já éramos uma referência importante em adoção e apadrinhamento afetivo. A ética que conduziu a resposta para essa pergunta tantas vezes foi a da escuta sensível das crianças e doas adolescentes. Escutávamos enquanto instituição que atuava próxima a rede de acolhimento a necessidade de aproximadas, de particularizar, de aconchegar. E ficava a provocação (e ainda fica): se não investimos no que há de mais moderno e adequado em tecnologia social para a alta complexidade da assistência, em que estamos investindo? Que resposta estamos construindo para os cuidados dos que apresentam as situações consideradas as mais graves pelo SGDCA?

Mais uma vez observamos aqui repercussões de uma sociedade que pela reprodução da lógica da exclusividade (monogamia, monocultura, monoteísmo) rechaça a possibilidade de respostas e relações múltiplas com um determinado tema, fazendo leituras que se edificam em um argumento de exclusão. Ou SAICA ou SFA. Nunca foi essa a proposta, inclusive pois essa postura não condiz com a realidade que temos hoje no nosso país, precisamos de modelos diversos, pois o público que atendemos é assim.

O SFA opera uma mudança de paradigma por meio das relações humanas. Transversalmente altera as relações tradicionalmente instauradas na execução de uma política

pública. Com a consolidação da nossa chegada e com nossa busca em pertencer e ocupar os espaços que nos eram de direito (reuniões de rede, CDCA, Grupos de Estudo, encontros de rede) evidenciava-se que estar em uma família impactava para além no desenvolvimento da criança, mas também na execução técnica. Desde a articulação de rede até a escrita de um relatório. E conforme essas mudanças começam a se evidenciar houve respostas distintas. Por um lado, alguns atores, em especial os que atuam na ponta, aderiram as propostas e aceitaram a proposta dessa fazer mais transversal, mais próximo. O MP se coloca em um lugar de parceria e fortalecimento do SFA, por exemplo. Por outro houve um estranhamento de alguns pontos da rede. Isso foi sentido muito na relação com o tribunal de justiça.

“Agora até para conseguir traduzir o que a gente tá vivendo, estamos tendo que procurar um termo que possa ser escutado, né? Porque não adianta eu gritar ou falar mansamente aqui até a minha língua cair, porque às vezes [o juízo] já tá com uma posição de não acreditar muito no que é nosso. E aí, talvez tenha uma escuta até menor sobre uma situação, que é importante para mim, para a criança, para a família. Aí eu acho que tentar traduzir [para a linguagem jurídica] é uma via. Acho que é ter mais apropriação dessa linguagem para tanto tentar traduzir, quanto também para poder pensar em caminhos. A gente já faz uma reflexão muito grande do nosso papel profissional. E eu acho que essa renovação, essa sugestão, é importante para que a gente também possa fazer uma transformação e não ficar sendo atacada. É isso, traduzir para esse outro mundo de linguagem e propor caminhos com a família de origem e com a criança, acho que é importante (Flamboyant – PSI 1).”

“Eu fico muito preocupada com a escrita, odeio tomar bronca em decisão, é muito ruim (Sempre-viva – AS2)”.

Tais falas referem-se a como a equipe percebeu que a VIJ respondia à sua linguagem e à sua forma de escrever. Nos primeiros dois anos de serviço houve um volume grande de decisões nos processos de crianças do SFA com ressalvas sobre aspectos do relatório técnico que levavam em consideração o estado físico e afetivo dos bebês e crianças na tomada de decisão da equipe. Todos os PIA são escritos de acordo com as orientações do MDS e há o cuidado em usar uma linguagem bastante descritiva em relação à criança e os diversos aspectos de seus comportamentos, buscando mencionar elementos que possam dar pistas para uma compreensão de seu estado psíquico e de seu desenvolvimento no processo de acolhimento. Para além disso, há nos estudos sociais realizados um compromisso em registrar a história da família, suas falas, suas potências e suas limitações. O preceito é que haja transparência das ações e que não se crie uma imagem de perfeição que subsidie reintegrações. É necessário

pensar o processo de reintegração com base na realidade de um núcleo familiar e não em uma perspectiva intangível.

“Já vi citarem nosso relatório para subsidiar estudo complementar. Eu estou colocando a realidade daquela família, acompanhei ela meses, mas fui ética, pontuei o que ainda precisa de atenção. E aí citam o que eu escrevo para fragilizar ainda mais aquelas pessoas, e deixar aquela criança mais dois meses no acolhimento? Não faz sentido (Caliandra – AS 1).”

Um serviço que se constitui e fortalece dentro da ética da proteção integral e que compreende que as ações compartilhadas e em rede trazem maior efetividade para a proteção e a garantia de direitos pode apresentar dificuldades ao se inserir em um contexto que é historicamente mais antigo e, portanto, ainda tem reflexos de uma institucionalidade menorista e de uma estrutura bastante hierarquizada como o sistema de justiça.

Por outro lado, foi importante compreender que todo o processo que a OSC vivenciou para inserir-se na temática não foi partilhado e vivenciado com esses atores. A vivência de uma imersão no tema do SFA ficou circunscrita ao Aconchego. Nossa proposta, nossa linguagem, nossa postura eram novidades. E geravam insegurança nos diversos atores. Uma promotora ao escutar as angústias que eu partilhava a ela durante um evento me respondeu com muita tranquilidade: *“essa é uma mudança de paradigma, é um processo histórico. Não o apreendemos quando estávamos vivendo ele. É preciso calma, o momento de olhar para trás irá chegar, e o serviço terá experimento esse tempo de outra maneira.”*

Foi importante essa postura acolhedora para que enquanto coordenadora pudesse propor uma reflexão à equipe, que estava fragilizada, sobre fortalecer-se e seguir ocupando espaços de discussão. E ainda mais importante, continuar fazendo o registro de tudo que é pertinente à criança, pois isso é seu direito, como já discuti nesta tese, e é um dos diferenciais do SFA. Ouvir cotidianamente dos acolhedores as minúcias da criança, para que a conheçamos mais, nos vinculemos mais, para que por ela tenhamos ações amorosas, como propõe bel hooks (2021).

Passando do sistema de justiça para a gestão da assistência social, ficou evidente que a compreensão dos gestores públicos sobre a dinâmica das famílias acolhedoras e a diferenciação de investimentos em relação à modalidade institucional é um desafio. Primeiro no que concerne a equação dinheiro x tempo x disponibilidade de vagas. Tratei sobre isso e seus impactos na equipe e na relação com as famílias, mas é necessário falar que esse processo, que é completamente distinto da disponibilidade de vagas em SAICAS, tem implicações no âmbito do planejamento da administração pública e irá impactar o relacionamento com os executores do SFA.

Isso ocorre pois quando se estabelece uma parceria com um equipamento institucional, as vagas são prontamente disponibilizadas, demandando apenas questões prévias de cunho estrutural: contratação de funcionários, locação do espaço, entre outros aspectos. Em contraste, a implementação de um serviço de família acolhedora é um processo contínuo de construção de vagas. Isso envolve uma série de atividades de manutenção relacionadas à constante captação de famílias acolhedoras (que está intrinsecamente ligada à divulgação que deve ser realizada pelo Estado, em parceria com o serviço). Além disso, a manutenção requer um compromisso contínuo com a formação das famílias acolhedoras e a qualidade de sua relação com a equipe técnica, conforme delineado nos Cadernos 2 e 4 do Guia de Acolhimento Familiar (Pinheiro et al., 2021).

É recorrente escutar, no âmbito da gestão, preocupações com fiscalizações da ordem do tribunal de contas, por exemplo, devido à ociosidade de vagas. Todavia, do ponto de vista técnico essa é uma justificativa simples de ser realizada, uma vez que se compreendem as dinâmicas dentro de um SFA. E o quanto as oscilações podem ser devidamente trabalhadas no acompanhamento por parte da gestão, em especial para compreender se as demais ações dentro do serviço, como a mobilização dessas famílias e o acompanhamento pós acolhimento, seguem sendo realizadas em conformidade com as OT. As atribuições de uma equipe extrapolam o acompanhamento psicossocial e isso precisa ser muito bem esclarecido junto à gestão. Todavia, a pesquisa, em especial no que concerne as reuniões, demandas de vagas e ofícios ao Aconchego, mostra que a pressão pela disponibilidade das rápidas é constante, com consultas sobre prazo de retorno das FA e duração do período de indisponibilidade.

Entretanto, para que uma família esteja apta a acolher uma criança, não é suficiente apenas estar habilitada. É necessário que ela esteja verdadeiramente disponível para isso, tanto em sua própria avaliação quanto na avaliação da equipe técnica, uma vez que esse serviço lida com a dinâmica cotidiana de arranjos familiares diversos. Por exemplo, algumas famílias necessitam de um tempo de elaboração ao lidar com a saída da criança. Esse período não pode ser determinado cronologicamente, sendo subjetivo, e a equipe psicossocial também tem a responsabilidade de acompanhar essa família, colocando-se à disposição para discutir sobre esse retorno. Ou, de maneira semelhante, situações como doenças familiares ou grandes reconfigurações, como divórcios ou gestações (chegada de um filho), são constantemente avaliadas, considerando a disponibilidade ou indisponibilidade das famílias. O Estado de alguma forma é convocado a ver em sua atuação as repercussões da vida cotidiana. E não é usual para a administração pública lidar e respeitar afetos.

A equipe do serviço irá realizar essa mediação entre família e Estado. Logo, deve ter cuidado, dentro de seus parâmetros de funcionamento e em sua relação com a Secretaria, para garantir que, ao lidar com demandas de natureza burocrática (que têm sua importância), não seja invasivo e não cause desconforto na relação com a família, que pode se sentir cobrada, desrespeitada ou invadida. Um dos requisitos cruciais para assegurar a continuidade do papel de família acolhedora é que a equipe técnica respeite a família, especialmente considerando que no Distrito Federal há poucos mecanismos institucionais para reconhecer o trabalho dessas famílias acolhedoras, dedicadas aos bebês, crianças e adolescentes que chegam com diversas demandas e, por vezes, múltiplos traumas.

Embora seja um trabalho voluntário, ele demanda engajamento e esforço, e a atual legislação do DF, Lei nº 6.794 (Distrito Federal, 2021), não oferece nenhum benefício formal, como isenção de impostos, por exemplo, nem mesmo versa sobre o pagamento de subsídio, este é regulamentado por uma portaria. Dado as condições socioeconômicas da população do Distrito Federal, o valor pago pela bolsa é considerado irrisório, estando, de acordo com o Censo SUAS (Brasil, 2022), entre os 10% que possuem o menor valor de subsídio. Ou seja, há poucos mecanismos formais de reconhecimento e valorização da disponibilidade e do trabalho realizado pelas famílias acolhedoras. O referido subsídio corresponde ao montante de R\$ 456,55, e é regulamentado pela Portaria 162 de 07/12/2010 (SEDEST, 2010).

Essas delicadezas precisam compor o entendimento do gestor, pois ainda que seja executada pela via da parceria, de acordo com o estabelecido no MROSC, a responsabilidade pela boa execução não é transferida (Spink & Ramos, 2016), o SFA segue sendo uma política de Estado, que precisa apropriar-se de suas particularidades, em especial das que concernem essa relação íntima com a sociedade civil. Durante períodos de expansão, como vivenciado em 2023 pelo SFA/Aconchego, é essencial não perder de vista a proteção das crianças, evitando violar seus direitos, e manter a qualidade do processo de formação das famílias acolhedoras. Em meio a pressões políticas, é preciso garantir a continuidade do compromisso ético e social do serviço. Entendo que, nessa esfera, o argumento amplamente difundido sobre o menor custo de execução ser um dos benefícios do SFA (Pinheiro et al., 2021), nem sempre é bem-vindo, pois ele pode gerar falsas expectativas e métricas irreais, em especial em um cenário de execução indireta. Não se deve pautar o cuidado da infância pelo seu custo, mas pela sua eficácia e qualidade.

A recomendação Conjunta (Conselho Nacional de Justiça et al., 2024) traz a importância de propostas intersetoriais e coordenadas para enfrentar esses desafios. Algumas das atividades previstas dizem respeito a iniciativas de disseminação de informações e divulgação do SFA em

diferentes níveis (executivo, legislativo e judiciário) e ações específicas da pasta de assistência social:

- b) promovam, periodicamente, eventos voltados à sensibilização quanto à importância da proteção integral de crianças e adolescentes e da garantia ao direito à convivência familiar e comunitária, e à divulgação de informações sobre o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- c) promovam campanhas de divulgação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, de modo a difundir o conhecimento sobre o Serviço junto à população.

O Reconhecimento formal da necessidade da atuação do órgão gestor nessas ações é essencial, pois reconhece o papel político e a capilaridade do Estado nas ações de divulgação.

Outro ponto é que, por ser uma política intersetorial, articulada e em rede, o SFA tem uma comunicação e intersecção ampla com outras pastas. E a transversalidade de uma boa formação sobre seu funcionamento impacta diversas questões.

“Agora o pessoal do posto aqui perto me conhece, então quando eu chego já é uma comoção. Mas a primeira vez não foi fácil não. Não recomendo ir sozinha de primeira, as pessoas não conhecem o serviço, fazem milhares de perguntas... (Braúna – FA 3)”

“Levei foi bronca por conta das vacinas atrasadas... até entenderem que não era para mim aquela bronca... demorou (Aroeira – FA 2)”

“Ir acompanhada da equipe, ter esse suporte. Nossa é outra relação, outro atendimento. (Copaíba – FA 2)”

Esses depoimentos dizem respeito a rede de saúde, em especial à saúde básica. É praxe levar bebês à UBS logo em seguida à chegada no acolhimento e muitas vezes o Termo de Guarda Provisório ainda não foi expedido. Ainda que as famílias estejam dotadas de guia de acolhimento e termo de acolhimento do Aconchego, já ocorreram diversas situações de constrangimento e/ou negativa de atendimento. Nota-se que dentro dos próprios equipamentos públicos há pouco conhecimento sobre o SFA. Isso fragiliza, tanto por demonstrar que ainda há muito a ser feito em termos de formação do SGD, como de divulgação, mas também porque gera interferência direta na garantia de direitos da criança e do adolescente em situação de acolhimento.

Foram observadas situações semelhantes na educação e na própria política de assistência social. Um exemplo que atravessa todas essas instancias é a falta de orientação sobre o endereço a ser registrado na ficha de atendimento da criança ser o do SFA, como forma de prover resguardo à família acolhedora. Essa prática tem dependido do profissional que está à frente do atendimento no equipamento público, não havendo um direcionamento específico sobre casos de crianças em SFA. No que concerne à pasta da educação, fica explicitado o desconhecimento do qual estou tratando quando um dos documentos norteadores do processo

de matrícula nas escolas públicas, a chamada *Estratégia de Matrícula*, não comporta em seu texto orientações acerca de crianças em acolhimento familiar, apenas na modalidade institucional (Distrito Federal, 2023). Ainda que na prática a equipe técnica e as FA possam garantir os direitos das crianças fazendo o paralelo das diretrizes aos SAICAs, devido às naturezas jurídicas próximas, há uma importância em inserir o SFA no léxico de uma comunidade e nas diretrizes dos serviços que ela utiliza.

Essas questões passam pela necessidade de se discutir a capilaridade do serviço, uma vez que estou pontuado a centralidade de disseminar informações sobre famílias acolhedoras em vários equipamentos, como postos de saúde, escolas, CRAS, SCFV, entre outros. Isso contribui para criar um conhecimento popular sobre o serviço e possibilitaria tornar a prática de ser uma família acolhedora algo mais comum no cotidiano. Entretanto, o desafio está na resistência ao trabalho árduo de articulação política por parte do Estado para implementar essa capilaridade. Estabelecer uma rede que compreenda e reconheça a importância do SFA e que crie mecanismos que coadunem sua boa execução é de suma importância, em especial associando ao espaço de valorização e reconhecimento da atuação das FA. Um SGD que conhece amplamente suas políticas incentiva e provê segurança para a devida participação social.

Os efeitos diretos na criança desse desconhecimento da rede ficam evidenciados nas palavras de Colestênia (AS 3) sobre os desafios da execução:

Ao longo dos últimos 5 anos como técnica, tenho observado que uma das principais dificuldades enfrentadas pelas famílias acolhedoras está na fragilidade da rede de proteção. Esta nem sempre oferece o suporte necessário para garantir os direitos fundamentais desses acolhidos e tampouco prioridade por estarem em medida protetiva. Essa carência de suporte se manifesta em obstáculos no acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Por exemplo, a falta de vagas em creches dificulta a conciliação entre o cuidado da criança acolhida e as atividades laborais dos acolhedores. Além disso, problemas para agendar consultas e exames comprometem a saúde dos acolhidos, e a escassez de vagas em atividades extracurriculares impacta seu desenvolvimento educacional e social. Percebo que quando essas dificuldades se acumulam ao longo do tempo e se juntam com as demandas que a criança ou o adolescente trazem, podem sobrecarregar os acolhedores, levando ao cansaço e à exaustão. Em alguns casos, essa sobrecarga pode ser tão intensa que os acolhedores chegam a solicitar a transferência da criança, muitas vezes sem conseguir avaliar exatamente os motivos, dada a complexidade das dificuldades.

As entrevistas, falas em estudos de caso, debates em reuniões de rede demonstram a crença e o interesse da equipe técnica em compor o sistema de acolhimento de uma forma mais integrada, inclusive para pensar em um processo gradativo de transição do modelo do DF, para majoritariamente de SFA, mas com outras instituições fazendo essa oferta, possivelmente com concomitância das duas modalidades – institucional e familiar. Isso requer, segundo o que aponto o caminho traçado até aqui, uma maior proximidade entre SFA, SAICAS e SGDA para que as diversas vantagens da execução sejam vivenciadas pelas outras equipes.

Eu entendo que dá para mudar o cenário daqui, sei que é uma possibilidade ... e que é necessário ser gradual essa mudança. Que pode acontecer por ver essas questões do que é uma criança que está no serviço de acolhimento familiar, que pode tá tendo essa vivência. Porque é muito bom (...) acredito muito no serviço de família acolhedora quando ele funciona articulado, com outras políticas públicas, com o sistema de justiça. Quando vierem outros, que sejam serviços que mantêm a sua qualidade... no caso de outras instituições implementarem. Minha preocupação é essa também, né? Que ele [SFA] também pode se tornar, entre aspas, um abrigo. Se você não capacita os profissionais, se não capacita as famílias acolhedoras e a rede de serviço, então é preciso estar muito empenhado (Caliandra – AS 1).

O SFA é uma instituição, possui equipe, CNPJ, processos, procedimentos, regras. E suas características de institucionalidade lhe proveem o terreno para uma execução de qualidade quando está ligada à humanização de seus processos e ao reconhecimento dos que a compõem e de quem ela atende. Em especial articulação com os demais serviços que compõem o rol de equipamentos que fazem esse atendimento. O sujeito não é repartido, ele é o mesmo, visto em sua complexidade. A criança e a família da creche, do hospital, do CRAS são as mesmas. Costurar essas linhas congregando as ações confere segurança, e torna o planejamento de um retorno protetivo à família, por exemplo, mais tranquilo e seguro para todos envolvidos.

Há uma atenção (e uma tensão) no campo da execução indireta do SFA para que não reproduzamos na relação OSC-Estado o que socialmente ocorre com as mulheres em relação ao cuidado das crianças. No sentido de que, ao se criar e fortalecer um discurso sobre a capacidade de execução de qualidade por parte do Terceiro Setor assim como os discursos patriarcal, capitalista e maternalista fez com as mulheres, conforme apontam Badinter (2006), Frederici (2017) e Iaconelli (2023), o Estado não deve se colocar em um papel exclusivo de provedor financeiro e fiscalizador. Isso sobrecarrega as OSC e enfraquece a política pública, bem como reproduz uma lógica social excludente e adoecedora do machismo e do patriarcado. Especialmente ao se considerar que majoritariamente quem está na ponta dessa execução,

enquanto equipe e enquanto cuidadoras são mulheres. Ao se retirar de seu papel de parceiro o Estado se torna um violador de direitos. De forma análoga a um relacionamento abusivo.

Para mim este é um ponto central da pesquisa. Em todos os caminhos que tracejo neste mapa há uma placa escrito: comunidade de cuidados! Me mostra que compartilhar a responsabilidade tem comparecido como uma via ética, justa, equinome e sobretudo, de maior qualidade para a infância. Seja discutindo em termos de equipe, uma equipe que se corresponsabiliza trabalha melhor; na cena da família, uma família que divide as responsabilidades cuida com menos sobrecarga de seus membros; no espaço da comunidade, onde reconhecer as crianças como suas fortalece os vínculos entre os diversos membros e o cuidado com o território; e no campo da execução de política pública, no qual trabalhar em rede é constrói eficácia e excelência.

5.5 Ipê verde – Florescer e se reconhecer enquanto agente de transformação.

O Ipê verde é uma espécie que tem aumentado no DF, e como suas folhas e flores se misturam, muitas vezes é difícil distinguir uma das outras. Além disso, essa é uma característica que o deixa mais escondido no meio das árvores, não sendo tão simples identificá-lo, o que gera uma falsa informação sobre sua raridade. Assim me identifico nessa pesquisa, misturada entre as demais árvores e pouco a pouco me sentindo confortável para me deixar identificar na academia enquanto alguém que é ao mesmo tempo pesquisadora e pesquisa, estudiosa e agente, leitora e texto. Quando eu tomo a cena da pesquisa pelo avesso, eu me surpreendo, estou lá. E assim, me autorizo a falar um pouco sobre qual o efeito dessa pesquisa em mim e vice-versa. Afinal há lugares que só conhecemos a partir da escrita.

Eu me tornei mãe, duas vezes, no processo de implementação do SFA e da produção deste doutorado. Entendo que este é um ponto de extrema relevância sobre o que pesquisei. Não pelo impacto objetivo em minha produção, mas pela transformação da minha relação com o tema do cuidado e do tempo da infância. Como migrei para Brasília há vinte anos, as minhas redes sempre foram exclusivamente afetivas, exceto por um curto período no qual minha irmã morou aqui (o afeto seguiu e se somou a consanguinidade). E muito rapidamente eu compreendi que a díade mãe-bebê não se sustenta de forma saudável se estiver isolada. Ela não se basta.

Minha filha aprendeu a engatinhar, a andar e a comer nas paredes do Aconchego. Reconhecia as minhas parceiras como figuras de afeto e proteção, deu os primeiros passos em direção a elas. Eu compareci a reuniões, dei entrevistas, proferi palestras, pois o SFA acolheu a minha família. Foram disponíveis, afetivas e compreenderam todas as transformações que eu

passava. Isso mudou radicalmente a minha postura ao escutar famílias, em quaisquer papéis que elas estivessem ao chegar ao serviço.

Esta atenção me possibilitou reconhecer e transpor alguns preconceitos, bem como posturas que eram agressivas e excludentes. Isso foi muito marcante no momento que eu entrevistei Imbiruçu (FO 1). Pois naquela época eu já havia passado por um processo de reflexão, mas eu havia sido muito dura com ela e ela me ensinou muito ao me questionar. Quando o neto dela ia para as visitas domiciliares voltava com os bicos da mamadeira furados, pois ela engrossava o leite como se fosse um mingau. E eu sempre a questionava, brigava na verdade, pois ele era um bebê pequeno e deveria estar tomando fórmula.

Ela negou algumas vezes que engrossava o leite, dizia que ele (que não tinha nem dentes) rasgava o bico. Até que um dia quando eu perguntei de uma forma mais ríspida, ela me perguntou se eu sabia quanto custava uma lata de leite. Naquele momento, ela me mostrou que eu estava medindo o mundo a partir da minha própria experiência. E que não estava aberta a refletir sobre os limites da minha escuta. E a atuação no SFA convoca para isso, o concreto do cotidiano, precisamos pensar em quais são os instrumentos que uma família possui para estar fortalecida em suas potencialidades e, dessa forma, exercer cuidados protetivos. Caso contrário, eu torno a criança um elemento que desorganiza e despotencializa a família. Seja acolhedora, de origem ou mesmo por adoção.

Ainda nesse ponto, foi um segundo aprendizado manejar a minha frustração com a rede do SGDA. Eu tinha a expectativa, criada com base nas minhas crenças pessoais, que o projeto de implementar o SFA seria recebido com entusiasmo e apoio, que essa grande novidade era desejada pela rede, como uma forma de melhorar a cena do acolhimento. Não foi isso que aconteceu, o serviço encontrou desconfiança, dúvidas e resistências, de forma que para além do trabalho de implementar, teve que se investir em um processo de articulação política e convencimento da rede para garantir o espaço da execução.

Me questionei muito as razões do muro que tão rapidamente subiu. Percebi que ele já estava lá, mas à medida que o SFA olhava de uma forma tão ampla e para tantos aspectos da vida e da história das crianças, evidenciava que o papel do muro era justamente deixá-las invisíveis. Quando eu vejo as crianças, eu conto que elas têm famílias, afetos, história e que para respeitar tudo isso há um trabalho psicossocial a ser feito. A realização desse trabalho se relaciona intimamente com uma ética democrática e de justiça social. As famílias têm direito a seus filhos e eles a suas famílias. Cabe ao Estado dispor das melhores políticas públicas para garantir a viabilidade desse encontro. Um trabalho bem articulado pode mostrar as falhas existentes e isso pode incomodar.

Conforme eu pesquisava novas perguntas apareciam. Conforme novas situações surgiam na coordenação do SFA outras questões de pesquisa também. Questões sobre o vínculo afetivo estavam postas, mas não eram as únicas. Havia muito sobre a posse e imaturidade dos adultos que cuidam quando convocados a sair da sua zona de conforto, quando despertados a pensar sobre a possibilidade de partilhar, tanto as responsabilidades como as próprias fragilidades. E, claro, havia a questão da falta de controle. Por mais que investíssemos nos processos, nos planos de atendimento, no planejamento das ações, tudo poderia mudar. Seja porque a família mudou, ou porque a rede (em especial o sistema de justiça) compreendeu a situação de outra forma e solicitou, por exemplo, um estudo complementar. A mudança dos tempos, dos contextos, tudo isso tem repercussões no processo de acolhimento.

Em diversos momentos tive dificuldades de me perceber no processo de doutoramento, até que fui apurando meu olhar e compreendi o quanto ele foi privilegiado, pois pude observar e analisar “de dentro” o processo de implementação da política, tanto no âmbito do território, como da gestão. O olhar teórico e histórico, o qual eu aprofundei em razão desse espaço acadêmico, me possibilitou uma perspectiva diferente sobre a importância da Coalizão e do MPNFC, entendendo que as grandes transformações nessa área de atuação estão atreladas à uma mobilização da sociedade civil. Há uma aproximação importante entre o campo da ação e o campo da militância. Outro marco foi poder utilizar a pesquisa para contribuir com a escrita do Guia de Acolhimento Familiar. Foi através do meu processo de doutoramento que pude me autorizar a compor junto com grandes nomes da área esse material que atualmente é fundamental para a orientação da execução da política em território nacional.

Quando o SFA Aconchego estava no auge de seu êxito, operando de forma exitosa e eficiente, escolhemos investir em um processo de ampliação da meta. Assinando uma nova parceria com a SEDES para mais 45 vagas, o que na prática significava triplicar a nossa capacidade de atendimento. Houve uma atualização das diversas crises vividas no início do processo. A diferença é que agora eu conseguia ter uma postura crítica acerca dos fatores que levavam a esse cenário. E o ponto principal para mim foi entender que a OSC não pode fazer uma execução solitária da política. Tanto pois o Estado não pode se isentar de sua responsabilidade, como porque isso acarreta uma sobrecarga do serviço, que impacta na execução de qualidade do trabalho técnico. Para que o SFA seja uma política efetiva, é necessário que ele esteja em rede, que seja cuidado compartilhadamente, da mesma forma que as crianças.

Realizar as entrevistas, propor debates e discussões sobre pontos incômodos, perceber nos diálogos e espaços partilhados de que forma as técnicas se sentiam na relação com as

famílias e vice-versa foram pontos que reiteravam o quanto trabalhar com crianças e famílias mobiliza os sujeitos pessoalmente, ainda que em seus espaços profissionais. Eu mesma me vi tomada por questões íntimas em diversos momentos. O SFA ocupava um lugar misto de emprego e projeto de vida, e isso mobilizou diversas angústias. De que maneira a minha ansiedade em ampliar, acolher e atender o maior número de crianças estava esgarçando os limites das equipes e das famílias acolhedoras. E os meus próprios, que me culpava por não atingir prontamente uma meta que na realidade está sendo cumprida, mas dentro do devido funcionamento de um serviço e no seu tempo de crescimento. Escutar e analisar os resultados desta tese me possibilitou compreender isso.

Para além dessas questões, notei, em especial no processo de escrita, o quanto algumas decisões que tomei foram impactadas pelo que aprendi com o SFA e que algumas escolhas profissionais eram muito alicerçadas nas minhas experiências de vida. Quando me mudei para Brasília, eu havia recém completado dezoito anos e vinha de um contexto de uma família nuclear bastante protetiva e muito presente. A minha adaptação e meu vínculo com a cidade se consolidou porque eu fui acolhida afetivamente (e no cotidiano) por uma família. Foi possível fazer moradia autônoma aqui, porque houve quem me fizesse sentir segura. Uma rede, que também deixava a minha família nuclear segura. Hoje entendo que desejo ser agente de promoção desse acolhimento que eu senti.

Por outro lado, ver na prática o quanto ter essa comunidade que compartilha responsabilidades impacta no cuidado e na saúde mental, me fez escolher para minhas filhas uma escola associativa, na qual as famílias e os educadores são corresponsáveis pela gestão e onde todos estão comprometidos com o bem-estar das crianças. Há um enorme ganho de saúde dos adultos ao se perceberem amparados no ato de cuidar dos seus e isso reflete em crianças mais seguras em diversos âmbitos: para explorar os espaços, expressar seus limites, falar sobre seus sentimentos. Sabem que são conhecidas pelos seus nomes, suas identidades e seu lugar de pertencimento.

Além de tudo isso, as reflexões sobre amor e amorosidade tornaram-se centrais. Em tudo. Ao pensar a gestão dos processos, a relação com o sistema de justiça, a escrita dos relatórios. Sigo pensando sobre como podemos, enquanto sociedade, ser éticos e amorosos (no sentido de compromissados) com as crianças e suas histórias. E decidi encerrar essa parte do texto com um relato de caso que me marcou, pois para mim demonstra como precisamos ser éticos, compromissados e afetivos com as crianças e com os adultos (por que não?) na totalidade de seus ciclos, abertura e fechamento. Vida e morte. Contarei então o caso da bebê que irei chamar de andorinha.

Quando as águas de março já haviam passado por Brasília, foi solicitado que eu avaliasse a possibilidade de o SFA receber de transferência bebês e crianças que estavam acolhidos em um SAICA. Houve um surto de um vírus respiratório, e alguns bebês fizeram um caso crônico e estavam internados. Conseguimos absorver toda a demanda dos bebês que estavam na instituição e acordamos de avaliar a vinda progressiva dos que tivessem alta.

Andorinha ficou em estado bastante grave no hospital. Foi entubada mais de uma vez, era pequena e frágil. Toda sua vida, que naquele momento era de dois meses, havia sido institucionalizada, entre o SAICA e o hospital. Pele de oliva, olhos doces de brigadeiro e uma farta cabeleira, fios grossos e negros. Foi acolhida por Embaúba (FA 4), que lhe deu colo, afeto e especialmente, um olhar muito atento. O caso da bebê havia sido repassado para nós pela equipe anterior como de entrega voluntária e o acesso ao processo judicial ainda não estava disponível. Havia poucas, pouquíssimas informações no PIA da instituição anterior.

Diariamente a acolhedora mandava vídeos da bebê, sorrindo, escutando-a cantar. Em poucos dias notava-se seus olhos mais abertos e que ela começava a reconhecer a voz de seus cuidadores de referência. Infelizmente, conforme fomos informadas, é comum quadros de reincidência viral em casos como de andorinha. Embaúba (FA 4) notou sua respiração cansada e foi com ela para uma avaliação na UBS. A bebê ficou internada e a gravidade de seu quadro clínico foi agravada.

A acolhedora ficou com ela na internação todos os dias, só aceitando revezar dois turnos com a técnica de referência, Caliandra (AS 1)³⁴. A equipe do hospital ficou muito mobilizada com a presença e com o vínculo entre elas. Mas comentou que é comum vermos bebês que ficaram muito tempo sem contato físico ficarem mais fraquinhos, em uma situação parecida com o transtorno de hospitalismo. Mesmo com muitos esforços Andorinha voou. Faleceu após uma semana de internação. A autópsia mostrou que ela havia tido sequelas da internação anterior, que impediram o processo de uma nova entubação.

Eu estava viajando nessa ocasião. Lembro da minha dor por uma criança que eu nunca tinha segurado no colo, lembro do vídeo dela olhando atenta para Caliandra (AS 1) enquanto ela cantava, lembrei dos outros óbitos que acompanhei quando trabalhava no abrigo. Sofri por eles. Pedi que Andorinha tivesse um velório, um funeral, um jazigo. Pedi que ela fosse celebrada, que houvesse um cortejo. Não precisaria ter pedido, já havia sido feito. A equipe sabia o que Andorinha merecia e precisava. Houve um cortejo, as acolhedoras foram. Houve

³⁴ Cabe pontuar que essa não é uma atribuição da equipe, todavia, foi realizado devido à excepcionalidade da situação.

abraços e lágrimas, e um fofuxo junto a seu caixão, para que ela não estivesse só. Andorinha foi honrada.

Alguns dias depois chegou o processo. Não era uma entrega. Havia uma família a sua espera. Uma família que a tinha nomeado, uma família que se organizava para seu retorno ao lar. Uma família que não foi escutada, não foi respeitada, não foi escrita. Fizemos tudo isso, imprimimos fotos, levamos as roupinhas, comunicamos pessoalmente o que ocorreu. Tudo no tempo que foi possível, que foi o de depois. Por mais que a nossa conduta tenha sido a possível, nada pode devolver à Andorinha o direito roubado de seu nome e da sua história.

Embaúba (FA 4) ficou em pedaços, perguntou muitas vezes porque aquilo aconteceu. Não posso dar essa resposta, mas entendo que o SFA, representado por ela, deu a Andorinha a experiência humana mais potente e que desperta a possibilidade outras: ser reconhecido por outro humano e afetado por ele, através da prática do amor.

E com o caso de Andorinha fecho o maior atravessamento desta tese que é o da importância de políticas públicas afetivas e afetadas, como muito bem nos ensina bel hooks. Não estou falando sobre idealização e romantização do vínculo e do afeto, mas estou propondo que estes são elementos da experiência humana que impactam nosso compromisso para a transformação da realidade.

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS OU “DESAFIOS DO SFA E A IMPORTÂNCIA DA CONTINUIDADE COMPARTILHAMENTO DE CUIDADOS DA INFÂNCIA E DE QUEM CUIDA DELA”

Em um seminário no qual participei no final de 2023, a psicóloga Michele Mansor pontuou que o cerne de nossos problemas não está nas grandes coisas, está nas pequenas coisas. E a fala dela ressoou em mim no sentido que a construção de soluções também está. Quando na trajetória desta tese rememorei o processo de construção do SFA Aconchego, bem como a consolidação das ações propostas no âmbito da Coalisão Nacional pelo Acolhimento em Família Acolhedora e do próprio Movimento Nacional Pró Convivência familiar e Comunitária, percebi que para a edificação desses universos de extrema relevância em contextos macros de atuação, havia uma importante interlocução com a temática dos vínculos afetivos. Para além de mobilização política, captação de recursos e sistematização de políticas públicas e tecnologias sociais, houve em todos esses processos profissionais e estudiosos da área, que se vincularam e formaram uma rede, horizontalizada e cooperativa. A construção do Guia de Acolhimento de Familiar é a demonstração de como um trabalho profissional que também se alicerça em vínculos e não apenas em métricas e prazos consegue de forma eficaz ser realizado com qualidade. Isso ocorre pois na organização e manutenção de espaços nos quais se pode dialogar e trocar a partir de leituras e vivências práticas, estamos mais atentas às distâncias e desproporções entre teoria e cotidiano, pois é nesse espaço que as violências são reproduzidas.

Nesses últimos anos eu me aproximei de forma muito íntima da temática do SFA, foram extensas as oportunidades de se falar dos benefícios, das experiências exitosas. Percebo, inclusive com os resultados desta pesquisa, que assim como as pessoas, as políticas públicas só se desenvolvem quando consideramos os espaços de crise como promotores do desenvolvimento. Ou seja, uma das conclusões às quais chego com essa tese é que precisamos debater mais nossos problemas. E um deles é que temos um campo de atuação altamente invisibilizado ao longo de nossa história, o do acolhimento. E que desejo, não sozinha, operar transformações a partir de uma mudança social ampla e agregadora, que é a instituição de comunidades de cuidado, com a consolidação a redes de cuidado compartilhado.

Todavia, ao buscar compreender o impacto da medida protetiva de acolhimento em família acolhedora nos diferentes atores envolvidos, ficou estampado que mesmo com diretrizes bem desenhadas, devidamente qualificadas, material técnico de qualidade enfrentamos ainda um crescimento bastante tímido dos números da oferta nacional. Grandes teóricos do desenvolvimento, unidos a tecnologia social de ponta e ainda assim não se chegou a 10% da oferta total em território nacional. Pode ser desanimador, todavia há de se reconhecer o que já

foi alcançado à medida que cada vez mais discutimos a complexidade desse modelo. De tal forma que hoje vemos serviços que estão implantados e que não estão implementados. Números de famílias acolhedoras aquém das expectativas dos municípios, circulação de crianças e adolescentes entre famílias acolhedoras, demarcando cenários de não adaptação e rotatividade de crianças. Elementos que se relacionam ao estranhamento social e desconfiança em relação à proposta do que é o serviço de acolhimento em família acolhedora.

Quando as pessoas veem notícias de violência contra crianças, ou de abandono, por exemplo, nota-se um choque: ‘o que aconteceu’, ‘como essa pessoa fez isso’. Todavia é menos comum que as pessoas se indaguem para onde essa criança vai. Não se estranha (pensando em representações e estereótipos sociais) que ela seja institucionalizada. Porém, se eu disser que ela será cuidada em outra família que não a sua, e que não será por ela adotada, isso sim gera uma certa comoção e uma série de dúvidas. Ou seja, observa-se que é estranho, enquanto sociedade, pensar sobre uma criança em uma casa que não é sua. Não se tem cultura de pensar na corresponsabilização dentro de nossos lares como política pública, afinal como misturar público com privado? Ainda que a circulação de crianças faça parte da história do nosso país, e seja usual em nossos laços sociais alguém que recebeu um parente ou um afilhado em casa para terminar os estudos, uma avó que cuida de uma neta, uma tia que cuida de uma sobrinha. Se pensa sobre isso dentro da relação de vinculação com a família ou de uma afinidade afetiva muito grande.

Ao buscar compreender as transformações nas famílias que tiveram crianças retiradas e nas que acolhem, bem como analisar o processo de acolhimento e reintegração familiar, tive que me debruçar sobre a pergunta, mas afinal o que é cuidado? Quando se pensa em cuidado, do que se está falando? Quando discutimos a política de acolhimento estamos tratando de crianças que precisam ser cuidadas, e de família que em algum momento, por alguma razão não conseguiram proporcionar esse cuidado. E o que é esse não conseguir? O que é não ter a disponibilidade, a disposição para esse ato? Como instrumentalizar para isso se o cuidado não é uma técnica, não é uma metodologia e não é um plano modelo.

Percebo o cuidado sempre ligado a uma particularidade. Cuidar significa olhar para o que é necessário. É uma palavra que é tão difundida na nossa cultura, que se pode pensar em diversos usos. É simples, é corriqueiro, é cotidiano. Me recordei de quando fui fazer a pesquisa bibliográfica para o mestrado e percebi que havia muitos artigos sobre cuidado na área da saúde. O que me demonstrou na época, de forma articulada à pesquisa uma representação do cuidado relacionado a uma fragilidade (Salvagni, 2014). Mas eu proponho aqui a compreensão do cuidado como uma experiência humana. De forma que seria impossível pensar a nossa

existência, o nosso ser, o nosso cotidiano sem pensar em cuidado. Desde as coisas mais simples até as mais complexas.

Por exemplo, ser recebido em um lugar com uma xícara de café, chá. Ser chamado, chamado pelo primeiro nome. Receber um bom dia na rua. São pequenas atitudes que dissolvidas no cotidiano. De forma que não remetem a uma técnica, mas de uma disposição a estar com outro, de forma afetiva, e ao pensar nas crianças de maneira protetiva. E por que é extremamente relevante falar disso quando estou trazendo as considerações finais de uma pesquisa sobre contexto de acolhimento? Porque é contexto evidencia que em algum momento a proposta de cuidar falhou. O processo dessas crianças demonstra isso. E não apenas de uma falha dos pais, da família ou do Estado. Mas um ponto falho no aparato de cuidado que tecemos (ou não tecemos) enquanto sociedade. Então, ao reconhecer esse buraco, e que ele está inserido no contexto das relações, é necessário que se invista nas formas de construir esses recursos de cuidado.

Nesse sentido, há uma consideração importante sobre esse processo de pesquisa. Não consegui fazer a escuta das crianças. Pelo menos não da forma direta como eu compreendo ser importante. As escutei pois as conheço, e me orgulho muito de conhecer cada uma e por estarem extremamente presentes no cotidiano do SFA e na fala de seus cuidadores, antes e depois da medida protetiva. A própria trajetória deste doutorado me deu diversos caminhos para realizar essa escuta: pela observação em contextos diversos, por meio do brincar, analisando seu protagonismo nos relatórios. Todas essas vias exigiam um delineamento metodológico importante, bem como um tempo e uma proximidade física que foram embargados pelo período de pandemia. Compreendo que como uma possível continuidade dessa pesquisa está justamente essa questão: de que maneira podemos de forma autêntica e ética escutar as crianças acolhidas?

Aqui se evidencia a importância de tratarmos de uma comunidade de cuidados, de compartilhar esses esforços e ações. Pois essa partilha dilui o peso, a responsabilidade, os afeitos que isso tem na sobrecarga de quem cuida. Mas o modelo vigente de amar, de cuidar, de se relacionar ainda é pensando a partir da posse, de uma monocultura de afetos e não de um jardim, de uma floresta e isso tem impactos grandes em nossa organização social, bem como na difusão de políticas públicas que se alicerçam na participação social. Nesse ponto eu retorno para a discussão da invisibilidade. Quem são essas crianças que estão chegando no acolhimento e de que forma elas atravessam esse tempo que é temporário?

Nesse sentido, um ponto importante demonstrado neste trabalho é de que o tempo de acolhimento seja um tempo ativo, um tempo de afetos, um tempo de escuta. Porque ele constitui a história da criança. Não pode ser um hiato, um entremeio, uma vez que não existe pausa no

desenvolvimento humano. Fica nítido que debatemos de forma perenemente enquanto sociedade questões correlatas à educação e à saúde das crianças. As crianças e famílias atendidas no âmbito da assistencial social precisam ganhar esse espaço de debate, e o investimento no SFA é uma das vias para isso, pois possibilita que a sociedade civil se envolva ativamente na execução da política pública, tendo um importante papel inclusive em seu processo de monitoramento.

Defendo o SFA nesta perspectiva de que os equipamentos de acolhimento não sejam só de morada, que não sejam só de alimentação. Precisam ser mais que abrigos, transmutar-se em espaços de efetivo acolhimento e cuidado. Isso requer investimento em capacitação tanto dos acolhedores como da equipe técnica. Esse olhar ampliado sobre a formação reverbera na relação com a criança, na construção de uma responsabilidade pela escolha de acolher, por exemplo, e isso é essencial para uma cena de cuidados continuados. Essa questão é importante pois há uma subjetivação das experiências e relações experimentadas, em especial no tempo da infância, ainda que muitas vezes não se tenham lembranças concretas ou imagéticas, há a significação desses afetos. Logo um bom começo é importante, pois ele tem efeitos, deixa marcas constituintes. E quando não há um bom começo, a partir do momento que isso é visto e reconhecido precisa também ser cuidado, pois somos seres com um grande potencial de ressignificação. O SFA pode ser tanto o espaço para esse começo, como palco para possíveis reparações simbólicas de criança e adolescentes.

Um processo fundamental na construção desse espaço é viabilizar a garantia de fala e escuta, de quem acolhe, de quem trabalha e sobretudo de quem é acolhido, por que quando a gente não permite o ser sujeito, quando a gente não permite falar, quando a gente não possibilita a escuta, é como se não houvesse outro ali, alimentamos um espaço de invisibilidade. É necessário escutar na integralidade, tanto os dizeres, como o corpo e as ações. Isso significa também nos percebermos afetados pela presença do outro, colocando na gaveta (ou jogando fora mesmo) uma perspectiva de neutralidade. A equipe técnica não é neutra, a família não é distante a criança não é alheia.

Quando conseguimos assumir esse importante ponto sobre a execução da política do SFA, podemos andar em direção a uma outra questão, quando cuidamos do outro estamos abertos à possibilidade de nos identificar com ele, e dessa maneira entrar em contato com nossas fragilidades. E, além disso, nesse espaço de proximidade podemos (e vamos) nos vincular afetivamente. E quem sabe, amar o outro. Nossa educação, nossa cultura faz uma associação equivocada entre amor, posse, separação e sofrimento. E essa correlação nos priva de muito enquanto sociedade. Especialmente nos priva de compreender o amor como uma ação, como

um compromisso, como uma possibilidade de transformação. O quão potencial é poder ao invés de sublinhar a separação, destacássemos o afeto, o olhar e pensar o que esse outro precisa para constituir-se de uma maneira saudável, sabendo que isso vai ficar marcado, ele estando aqui amanhã ou não. Os relatos das famílias acolhedoras e de origem demonstram a potencialidade em assumir a importância do afeto no trabalho psicossocial com famílias.

Ademais, a construção de um trabalho a partir do diálogo, da verdade e da construção de narrativas com as crianças e famílias acolhidas também foi percebida nesta pesquisa. Contar o que está acontecendo, garantir o acesso à própria história são maneiras de consolidar confiança e segurança na relação de crianças e adultos. Verbalizar sobre os momentos de presença e de ausência e localizar no tempo a existência das mudanças e transições. De forma que progressivamente as crianças possam criar estratégias para aprender a lidar com a falta. E isso vai estar presente na forma com a qual ela poderá vincular-se a outrem, de forma segura e respeitosa.

A perspectiva da participação social também é importante para um maior conhecimento da sociedade civil acerca de realidades sociais distintas das suas, bem como do combate de estereótipos da violência e da vulnerabilidade social. Esse desafio começa já na chamada pública, ao extrapolarmos o discurso da caridade e irá perpassar os espaços de capacitação e formação continuada, ao falar das violências invisíveis no cotidiano familiar e das responsabilidades afetivas dos adultos, inclusive em uma perspectiva de assumir os aprendizados e transgeracionalidades da própria história.

Considero que há um campo grande de pesquisa na realização da escuta das crianças acolhidas, e crianças e adolescentes que são egressos de SFA, para compreender quais são suas memórias e afetos sobre esse período e de que maneira se recordam do período de acolhimento. Além disso, entendo que um campo pouco explorado na academia é acerca dos impactos do SFA nos processos de adoção.

Esta pesquisa me mostrou que a implantação de serviços é um desafio complexo que exige uma compreensão política, técnica e social, especialmente ao abordarmos a representação social de cuidado, ainda bastante circunscritos nos moldes da individualidade. Assim, é crucial reconhecer as famílias acolhedoras e as famílias de origem como parte integrante de uma comunidade de cuidados. Isso implica entender quem são os cuidadores de referência e como eles contribuem para o bem-estar das crianças de nossa sociedade. Além disso, é necessário ampliar essa discussão para outros âmbitos. Ir para além desse espaço de família e de cotidiano. A equipe precisa compreender sua atuação nessa via, e sobretudo o Estado. Quando o Estado se insere na perspectiva de compartilhar cuidados e opera em uma

lógica de maior recíproca e corresponsabilização, passamos a efetivar a construção de uma sociedade com mais amor e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. de., Lima, M. L. L. T. de., & Assis, S. G. de. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 529–542.
- Aguiar, G. M. R. D., Martins, K. P. H., & Rosa, M. D. (2019). Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição psíquica. Configurações. *Revista Ciências Sociais*, (23), 90-104.
- Aguiar, R. J. R. C. (2020). A criança na educação infantil: a roda de conversa como espaço/tempo de infância, criação e experiência.
- Akotirene, C. (2018). O que é interseccionalidade? Belo Horizonte: Letramento, Justificando.
- Albuquerque, L. A. F. P. de., & Alberto, M. de F. P. (2023). Rede de proteção e política de convivência: reflexões sobre a práxis. *Sociedade E Estado*, 38(3), e45314. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202338030001>
- Alves, C. B. (2017). Divisão sexual do trabalho e inconsciente político: histórias de mulheres em formação profissional.
- Arantes, E. M. D. M. (2012). Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicologia Clínica*, 24(1), 45-56.
- Andrade, C. D. J., Baccelli, M. S., & Benincasa, M. (2017). O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. *Vínculo*, 14(1), 1-13.
- Andrade, Cristiano de Jesus, Baccelli, Marcela Silva, & Benincasa, Miria. (2017). O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. *Vínculo*, 14(1), 1-13.
- Arantes, E. M. D. M. (2009). Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia? *Psicologia Clínica*, 21(2), 431-450.
- Arantes, E. M. D. M. (2012). Direitos da criança e do adolescente: um debate necessário. *Psicologia Clínica*, 24(1), 45-56.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Ltc.
- Assis, S. D., & Farias, L. O. P. (2013). Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. *São Paulo: Hucitec*.
- Associação Brasileira Terra dos Homens (2015). Família acolhedora: Perfil da implementação do serviço de família acolhedora no Brasil. Rio de Janeiro. ABTH

- Baptista, M. V. (2012). Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, (109), 179–199. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100010>
- Baptista, R. F., Darós, L., & Zamora, M. H. (2019). Reintegração no contexto do Acolhimento Familiar: um estudo de caso. /Reintegration in the context of Foster Family: a case study. *Brazilian Journal of Health Review*, 2(3), 1788-1814.
- Baptista, R., & Zamora, M. H. (2016). É possível profissionalizar as famílias acolhedoras no Brasil? *Polêmica*, 16(2), 014-028.
- Baptista, R., Zamora, M.H., & Bittencourt, M.I. (2017). Deixando de ser o Menino do Lixão: cuidados em família acolhedora. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 9(1), 62-73
- Benjamin, W. (1994). *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política* (7a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Bernardi, D. C. F. (2010). Cada caso é um caso—A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional. *Brasil: Coleção Abrigos em Movimento*.
- Bernardino, L. M. F. (2006). O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição. São Paulo: Escuta.
- Biondi, P. (2018). Sexualidade e disciplina do trabalho na ordem social burguesa. *Cadernos Cemarx*, (10), 131–149. <https://doi.org/10.20396/cemarx.v0i10.10924>
- Bogado, I. I. B., & Cambuí, H. A. (2023). Transicionalidade e criatividade: rabiscos sobre o viver criativo na educação com crianças com tendência antissocial. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, 39(76), e2650-e2650.
- Bogado, I. I. B., & Cambuí, H. A. (2023). Transicionalidade e criatividade: rabiscos sobre o viver criativo na educação com crianças com tendência antissocial. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, 39(76), e2650-e2650.
- Bourdieu, P. (1996). Apêndice: O espírito da família. *Bourdieu P. Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papyrus, 125-129.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Fundação Oswaldo Cruz. (2012). Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Brasília: SNAS/MDS; FIOCRUZ/CLAVES. Recuperado de

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf

- Brites, J. (2007). Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, 91-109.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed Editora.
- Buber, M. (2001). *Eu e tu* (8a. ed.). São Paulo: Centauro. (Originalmente publicado em 1923)
- Cabral, C. (2004). Perspectivas do acolhimento familiar no Brasil. *Acolhimento familiar: Experiências e perspectivas*, 10-17.
- Cabral, C., Reason, P., Martins, F. F. S., (2023). O Direito à Convivência Familiar e Comunitária e o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária. In J. Valente, L. Cassarino-Perez, & A. Pinheiro (Eds.), *Família Acolhedora - Teoria, Pesquisa e Prática*. Curitiba, Paraná: Juruá.
- Calegare, M. G. A., & da Silva Junior, N. (2009). A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. *Revista Psicologia Política*, 9(17), 129-148.
- Campelo, A. A. (2023, 15 de agosto). Apresentação Oral no 2º Encontro do Sistema de Justiça: a prioridade do acolhimento familiar. Evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Brasília, DF
- Carloto, C. M., & Mariano, S. A. (2010). No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 451-471.
- Cassarino-Perez, L., & Anjos, C. O. dos. (2023). Da Implantação à Execução de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora: Principais Entraves Enfrentados por Gestores e Técnicos e Como Superá-los. In J. Valente, L. Cassarino-Perez, & A. Pinheiro (Eds.), *Família Acolhedora - Teoria, Pesquisa e Prática*. Curitiba, Paraná: Juruá.
- Cavalcante, E. B. T. (2018). *Das ruas para as aulas de História: infâncias, cidadania e direitos humanos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).
- Cerqueira, A. C. (2017). Assistência, pobreza e institucionalização infantil: usos estratégicos da roda dos expostos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, século XIX). *História e Cultura*, 6(2), 81-100.

- Chagas, J. C., Pedroza, R. L. S., & Branco, A. U. (2012). Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo escolar em uma associação pró-educação. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(1), 73-81.
- Cifali, A. C. (2022). As disputas em torno da definição do modelo de justiça juvenil do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Sociologias*, 23, 138-167.
- Cintra, A. M. S., Mesquita, L. P. D., Matumoto, S., & Fortuna, C. M. (2017). Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29, 45-53.
- Cintra, A. M. S., Mesquita, L. P. D., Matumoto, S., & Fortuna, C. M. (2017). Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. *Fractal: Revista de Psicologia*, 29, 45-53.
- Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora. (s.d.). <https://familiaacolhedora.org.br/>
- Cohn, C. (2013). Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 13(2), 221–244. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15478>
- Cohn, C. (2020). Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 13, 221-244.
- Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério de Estado do Planejamento e Orçamento, Conselho Nacional de Assistência Social, & Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2024, 17 de janeiro). Recomendação Conjunta nº 2: Disposições sobre a integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Brasília, DF.
- Conselho Nacional de Justiça. (2022). Diagnóstico Nacional da Primeira Infância: Destituição do poder familiar e adoção de crianças. Brasília.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Conselho Nacional de Assistência Social. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: Autor.
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2009). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- Costa Moreira, M. I., & Gomes Sousa, S. M. (2012). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. *O Social em Questão*, (28), 13-25.
- Costa, Jurandir Freire (1983). "Da cor ao corpo: a violência do racismo" (Prefácio). In N. S. Santos (Ed.), *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro* (pp. 01-16). Graal.
- da Costa, P. H. A., & Lordello, S. R. (2019). Psicologia e realidade brasileira: Notas preliminares para uma práxis psicossocial. *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* 4, 37.
- da Costa, P. H. A., & Lordello, S. R. (2019). Psicologia e realidade brasileira: Notas preliminares para uma práxis psicossocial. *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* 4, 37.
- Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2009). Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118.
- Couto, B. R. (2009). O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*, 205-217.
- Couto, B. R., Yazbek, M. C., & Raichelis, R. (2010). A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 32-65.
- Cunha, B. O. (2023). O brincar na fase adulta: percepções a partir da vivência no projeto de extensão "pintando e bordando".
- da Penha Nery, M., & Gisler, J. V. T. (2019). Sociodrama: método ativo na pesquisa, no ensino e na intervenção educacional. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 27(1), 11-19.
- Darcanchy, A. (2022). Famílias acolhedoras: uma revisão crítica da literatura científica sobre acolhimento familiar de crianças e adolescentes. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

- de Jesus Andrade, C., Baccelli, M. S., & Benincasa, M. (2017). O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. *Vínculo-Revista do NESME*, 14(1), 1-13.
- de Souza, A. P. H. (2022) *Acolhimento de crianças e adolescentes:(ir) responsabilidade de quem?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Paulo.
- de Souza, L. A., & Costa, L. F. (2015). Liberdade Assistida no Distrito Federal: impasses políticos na implementação das normativas do SINASE e do SUAS. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (4).
- Decreto no 17.943. (12 de outubro de 1927). *Código de Menores*. Consolida as leis de assistência e proteção à menores. Recuperado http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-929/d17943a.htm
- Del Priore, M. (2001). *História das crianças no Brasil*. Editora Contexto.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1996). *Mil platôs* Vol. 3. São Paulo: Ed. 34.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). (2023). Boletim Especial de 8 de março: As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho. Brasília, DF: IBGE.
- Dias, T. B. (2017). A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. *Mandrágora*, 23(1), 49-70.
- Didonet, V. (2011). A Pré-escola como Escola. *Em Aberto*, 1(4).
- Digiácomo, M. J. (2022). O Conselho Tutelar e a medida de acolhimento institucional. *Paraná*. Disponível em: <https://mppr.mp.br/arquivos/File/OConselhoTutelareamedidadeabrigamento.pdf>. Acesso em, 15.
- Digiácomo, M. J., & Digiácomo, I. D. A. (2011). ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente anotado e interpretado. *Murillo José Digiácomo, Ideara de Amorim Digiácomo*.
- Diniz, I. A., Assis, M. O., & de Souza, M. F. S. (2018). Crianças institucionalizadas: um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(5), 261-285.
- Distrito Federal. Câmara Legislativa. (2021). Lei nº 6.794, de 25 de janeiro de 2021, que institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências.
- Distrito Federal. Secretaria de Educação. (2023). Portaria nº 1.305, de 21 de dezembro de 2023, que institui a Estratégia de Matrícula de 2024. Disponível em:

<https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/estrategia-de-matriculas-seedf-2024-17jan24.pdf>

- Dourado, M. P. B. (2019). Na América decolonial: crianças ou infâncias?. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 50(3), 249-266.
- Dutra, A. S., Ribeiro, E., & da Silva, R. (2020). A intersectorialidade em pauta: uma breve análise das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil. *Revista Vértices*, 22(1), 123-135.
- Elesbão, J. C. D. (2014). A Violação de Direitos de crianças e adolescentes e a Política de
- Embaúba, A., de Oliveira, G., & Milnitsky-Sapiro, C. (2007). Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4), 622-635.
- Engle, P. & Lucas, J. E. (2012). Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC): Manual de orientação às famílias. Tradução Instituto Alfa e Beto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.
- Fachini da Silva, J. (2021). Exposição De Crianças E Travessias Atlânticas: O Trânsito De Práticas E Pessoas Para O Extremo Sul Da América Portuguesa (1750-1810). *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 28(48).
- Faleiros, E. T. S. (2011). A criança e o adolescente. Objetos sem valor no Brasil Colônia e Império. In I. Rizzini, & F. Pilotti (Org.), *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 203-222). São Paulo: Cortez.
- Faraj, S. P.; Siqueira, A. C.; & Arpini, D. M. Rede de proteção: O olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. *Temas em Psicologia*, v. 24, n. 2, p. 727-741, 2016.
- Federici, S. (2021). O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (Vol. 1). Boitempo Editorial.
- Fernandes, E. R., & Gontijo, F. (2019). Como ser um queer não enquadrado: axialidades radicais para tempos obscurantistas. *Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp*, 13(1), 66-84.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia Us*, 13, 49-68.
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e sociedade*, 14, 50-59.

- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos Pagu*, 11-43.
- Fonseca, C. (2007). Apresentação-de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *cadernos Pagu*, 9-35.
- Franco, R. (2016). Discriminação e abandono de recém-nascidos mestiços na América Portuguesa: Os exemplos de Mariana, Vila Rica e Recife. *Varia História*, 32, 437-469.
- Franco, R. (2020). Riqueza, pobreza e infância: o reformismo ilustrado português e a utilidade dos expostos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 26, 109-127.
- Franco, R. (2020). Riqueza, pobreza e infância: o reformismo ilustrado português e a utilidade dos expostos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 26, 109-127.
- Freud, S. (1917/2016). Luto e melancolia. In: S. Freud. *Neurose, psicose, perversão (Obras Incompletas de Sigmund Freud)*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 7(1), 147-160.
- Fuchs, A. M. S. L., Coppini, N., & Willwock, G. J. M. (2021). Acolhimento institucional, judicialização de direitos e a convivência familiar e comunitária. *Colloquium Socialis. ISSN: 2526-7035* (Vol. 5, No. 2, pp. 11-25).
- Garrafa, T. (2020) Os primeiros tempos da parentalidade. In Teperman, D., Garrafa, Teperman. D., & Iaconelli, V. (Org.). *Parentalidade*. Autêntica Editora.
- Gentili, A., & Fonseca, C. (2020). Adoção e circulação de crianças na atualidade. *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, (26), 85-96.
- Gomes, J. D. G., Salatino, L. C., & Reyna, M. N. (2018). Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: Reflexões acerca do Direito à Convivência Familiar a partir da pesquisa 'Infância e Maternidades nas Ruas de São Paulo'. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 5(3).
- Gomes, M. D. F. C. M. (2015). Serviço social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. *Libertas*, 15(2).
- Gomes, O. G. F., & Lima, M. M. B. (2024). A educação e a crise do constitucionalismo dirigente. *Revista Da Faculdade De Direito Da UFG*, 47(2).

- de Góis Pereira, L. A., Galoni, L. L., & Ribas, G. (2023). O impacto do racismo na saúde mental da infância preta no cenário brasileiro. *O Social em Questão*, 26(56), 159-176.
- González-Rey, F. (2002). *Pesquisa qualitativa: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Grupo Interagência de Reintegração Infantil Diretrizes Internacionais para a reintegração familiar de crianças e adolescentes. Brasília, 2016.
- Guedes, C. F. (2013). *Acolhimento institucional na assistência à infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo).
- Guedes, C. F., & Scarcelli, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. *Revista Psicologia & Sociedade*, 26(Sep).
- hooks, B. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas Perspectivas* (S. Borges, Trad.). Elefante.
- Iamamoto, M. V. (2001). *Trabalho e indivíduo social*. Cortez Editora.
- Instituto Fazendo História. (2019). *Famílias Acolhedoras. Acolhendo a primeira Infância*. São Paulo, SP: Instituto Fazendo História.
- Jacobina, L. F., & Paiva, I. L. (2020). Aconchego do Lar: Discutindo o Serviço de Acolhimento Familiar. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 18(1), 1-23.
- Jerusalinsky, J. (2008). Angústia na pós-maternidade. *Revista da Associação Psicanalítica*, 35, 9-20.
- Jerusalinsky, J. (2011). Jogos de litoral na direção do tratamento de crianças em estados autísticos. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, 22, 77-89.
- Jerusalinsky, J. (2014). Pais, filhos e monitores: uma nova configuração familiar. *Revista A Família Contemporânea*.
- Jerusalinsky, J. (2019). O Sujeito Wireless e a inscrição da borda entre a realidade e a fantasia na era das relações virtuais. In C. Z. Freire & R. Chiaradia (Orgs.), *Psicanálise e Contemporaneidade*, *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba (APC)*, Nº 35. Curitiba: Ed. Juruá.
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde E Sociedade*, 13(1), 25–36. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>
- Junqueira, L. A. P. (2004). A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde E Sociedade*, 13(1), 25–36.

- Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. *Estilos da clínica*, 11(21), 108-125.
- Katz, I. (2019). Infâncias: uma questão para a psicanálise. In: SURJUS, Luciana Togni.; MOYSÉS, Maria Aparecida. Saúde mental Infantojuvenil – Territórios, Políticas e Clínicas de Resistência. Santos: Unifesp/Abrasme, 2019. p. 77-89. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/campus/san7/images/pdfs/Saude%20Mental%20Infantojuvenil.pdf>>.
- Katz, Ilana (2021) O recurso à criança para dizer o indizível. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -11, p. 5, 2021. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2021/07/20/n-11-05>>.
- Kohan, W. O. (2010). Vida e Morte da Infância, entre o Humano e o Inumano. *Educação & Realidade*, 35(3), 125-138.
- Kramer, S. (1986). O papel social da pré-escola. *Cadernos de pesquisa*, (58), 77-81.
- Kuabara, C. Y. S., Klipan, M. L., & Abrão, J. L. F. (2016). Família acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. *Estilos da Clínica*, 21(2), 346-365.
- Kurelo, F. S., & Saukoski, S. (2021). Família acolhedora uma estratégia de proteção em construção. *Revista de Direito da FAE*, 3(1), 163-195.
- Lacan, J. (1985). *Os complexos familiares*. (M. A. Coutinho Jorge & P. M. da Silveira Júnior, trad.). Rio de Janeiro: Zahar
- Lacan, J. (1998). O seminário sobre a carta roubada. In *Escritos* (pp. 17-67). São Paulo: Perspectiva. (Publicação original em 1978)
- Lacan, J. (1998). O Seminário: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (Vol. 11). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão Brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança (1969). In: Lacan, J. *Outros Escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lara, M. F. A. (2020). *A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) na assistência social do município de São Paulo: uma análise dos discursos de profissionais do SUAS* (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo).
- Larrosa, J. (2004). *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Autêntica.

- Lei n° 8.742. (1993, 7 de dezembro). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm
- Lei n. 8.069. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.
- Lei n° 2551 (2018, 07 de dezembro). Dispõe sobre o serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias previamente cadastradas e aptas, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante medida protetiva, denominado: "Família Acolhedora". Porto Velho, RO: Câmara Municipal. Acesso em 21 de outubro, 2020 em <https://leismunicipais.com.br/a1/ro/p/porto-velho/lei-ordinaria/2018/256/2551/lei-ordinaria-n-2551-2018-dispoe-sobre-o-servico-que-organiza-o-acolhimento-em-residencias-de-familias-previamente-cadastradas-e-aptas-de-criancas-e-adolescentes-afastados-da-familia-de-origem-mediante-medida-protetiva-denominado-familia-acolhedora>
- Lei no 6.697 (10 de outubro de 1979). Institui o Código de menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm#art123
- Leite, M. P. (2020). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 1-16.
- Libardi, S. S., & de Castro, L. R. (2017). A proteção da infância no Brasil: uma visão crítica das relações intergeracionais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 895-914.
- Lisbôa, C. O. K., de Aguiar, L. J. P., & Bellini, M. I. B. (2022). Família, familismo e a (des) responsabilização do Estado. *Anais...*, 2022, Brasil.
- Lisbôa, C. O. K., de Aguiar, L. J. P., & Bellini, M. I. B. (2022). Família, familismo e (des) responsabilização do Estado. *Anais...*, 2022, Brasil.
- Lockmann, K., & Mota, M. R. A. (2013). Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. *Revista Linhas*, 14(26), 76-111.
- Luczinski, G. F., & Ancona-Lopez, M. (2010). A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(1), 75-82.
- Macêdo, M., de Miranda, M. F. S., & Cavalcante, J. P. R. (2024). Intersectionality in childhood: examining the complexities. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, 16(1), 1939–1959.

- Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2020). Redes Pessoais Significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 25(4), 399-411
- de Magalhães Arantes, E. M. (2020). A reinvenção da roda dos expostos: Arquivo, memória e subjetividade. *Mnemósine*, 16(2).
- Maia, J. N. (2012). Concepções de criança, infância e educação dos professores de educação infantil. *Universidade Católica Dom Bosco Campo Grande*. Available in <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/11459-janaina-nogueira-maia.pdf>. Access in Sep, 21, 2016.
- Malaquias, J. V. (2013). Conselho tutelar e abuso sexual: intervenções de rede em contexto psicossocial.
- Marcílio, M. L. (2006). *História Social da criança abandonada*. São Paulo: editora Hucitec.
- Marques, E. S., Moraes, C. L. de Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. E. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(4), e00074420. Epub April 30, 2020.
- Martins, Lara Barros, Costa, Nina Rosa do Amaral, & Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde. (2010). Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(47), 359-370.
- Mata, N. T., Silveira, L. M. B. D., & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2881-2888.
- Ministério do Desenvolvimento Social (2023). Censo SUAS 2022 – Família Acolhedora. Brasília, DF: Autor. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2004). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Autor
- Mioto, R. C. T. (2004). Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*, 2, 43-59. de Magalhães Arantes, E. M. (2020). A reinvenção da roda dos expostos: Arquivo, memória e subjetividade. *Mnemósine*, 16(2).

- de Miranda, A. A. B., Aginsky, B. G., da Costa, C., de Freitas Avila, L., da Silva, M. J. J. C., & Marques, S. M. M. (2014). Adolescentes em Conflito com a Lei e Direitos Humanos: desafios para implementação do Sinase. *Revista Políticas Públicas*, 18.
- de Miranda, M. F. S., Macêdo, M., & Cavalcante, J. P. R. (2023). O direito à identidade no acolhimento familiar. *Revista Contemporânea*, 3(12), 28537-28559.
- Miranda, G. L. de. (2017). Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista De Administração Pública*, 51, 201–218.
- de Moraes Holanda, B., & de Mendonça, M. E. P. (2022). A implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: dinâmicas entre as lógicas institucionais do Estado e da sociedade e sua implicação na coprodução: dinâmica organizativa Estado-sociedad y coproducción. *Administração Pública E Gestão Social*, 14(3). <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i3.13495>
- Monteiro, E. C., & Costa, L. F. (2018). Doutrina da Proteção Integral e Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. *Avances en psicología latinoamericana*, 36(3), 477-491
- Monteiro, J. M., Sousa, H. M. de, & Cruz, V. C. de A. (2012). Conselhos de direitos e direitos nos conselhos: O papel dos conselhos de direitos no processo de democratização. In J. I. A. O. Silva et al. (Eds.), *Cidadania, educação e direitos humanos no Semiárido* (pp. [páginas]). Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande.
- Montserrat, C., & Sitjes-Figueras, R. (2023). Fatores que Influenciam a Tomada de Decisão no Acolhimento Familiar. In J. Valente, L. Cassarino-Perez, & A. Pinheiro (Orgs.), *Família Acolhedora - Teoria, Pesquisa e Prática* (pp. [páginas do capítulo]). Juruá: Curitiba, PR.
- Moreira, M. I. C., Bedran, P. M., Carellos, S. D., & Passos, A. P. C. P. (2013). As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. *Psicologia em Revista*, 19(1), 59-73.
- Moreira, N. C. (2008). Constitucionalismo dirigente no Brasil: em busca das promessas descumpridas. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*.
- Moreira, T. A. S., & de Paiva, I. L. (2015). Atuação do psicólogo nos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 507-517.
- Moschkovich, M. (2023). “Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro:(2019-2021). Maria Sibylla Merian International Centre

- for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila).
- Moschkovich, M. (2023). *“Família” e a nova gramática dos Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro:(2019-2021)*. Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila).
- Moura, Luchi & Ferreira (2023). Afetividade e desenvolvimento socioemocional de bebês em acolhimento familiar. In J. Valente, L. Cassarino-Perez, & A. Pinheiro (Eds.), *Família Acolhedora - Teoria, Pesquisa e Prática*. Curitiba, Paraná: Juruá.
- Nakamura, C. R. (2019). Criança e adolescente: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. *Serviço Social & Sociedade*, (134), 179-197.
- Nascimento, A. B., & de Almeida, E. T. V. (2023). Política nacional de assistência social, território e territorialidade: revisitando os conceitos. *Revista Goitacá*, 2(1), 1-19.
- Nascimento, M. L. D. (2012). Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, 24(SPE), 39-44.
- Nascimento, M. L. D., Cunha, F. L. D., & Vicente, L. M. D. (2007). A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista Psicologia política*, 7(14), 0-0.
- Nascimento, S. do. (2010). Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. *Serviço Social & Sociedade*, (101), 95–120. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100006>
- Navasconi, P. V. P., & Moscheta, M. dos S. (2023). Contribuições de Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza para uma psicologia brasileira antirracista. *Psicologia & Sociedade*, 35, e276753. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e276753>
- Nery, M. A. (2010). A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. *Cadernos Cedes*, 30, 189-207.
- Nery, M. A. (2010). A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. *Cadernos CEDES*, 30(81), 189–207.
- Núñez, G. (2021). Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *Revista ClimaCom: Diante dos negacionismos*, Campinas, ano, 8, 1-8.
- Núñez, G. (2021). Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. *Revista ClimaCom: Diante dos negacionismos*, Campinas, ano, 8, 1-8.

- de Oliveira Costa, F. Á., & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156.
- Oliveira, E. A., & Godói-de-Sousa, E. (2016). O Terceiro Setor no Brasil: Avanços, Retrocessos e Desafios para as Organizações Sociais. *Revista Interdisciplinar De Gestão Social*, 4(3). Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10976>
- de Oliveira, M. C. R. (2002). *O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- Paiva, I. L. de., Moreira, T. A. S., & Lima, A. de M. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito E Práxis*, 10(2), 1405–1429. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40414>
- Paiva, Ilana Lemos de, Moreira, Tabita Aija Silva, & Lima, Amanda de Medeiros. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, 10(2), 1405-1429. Junho, 2019.
- Palácios, J. (2016). A Importância das Transições no Acolhimento Familiar. In P. Delgado (Coord.), *Acolhimento Familiar de Crianças: Pelo Direito de Crescer em Família* (pp. 36–40). Porto: Mundos de Vida.
- Parra, A.C.O., Oliveira, J. A. de, & Maturana, A. P. M. (2019). O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? *Psicologia em Revista*, 25(1), 155-175.
- Pedroza, R. L. S. (2003). *A psicologia na formação do professor: uma pesquisa sobre o desenvolvimento pessoal de professores do ensino fundamental*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Pedroza, R. L. S., & Maia, C. M.F. (2021). Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. *Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia*, 1, 91-117.
- Pelissa, F. B., & de Barcellos, D. S. F. (2022). A remanescência do pátrio poder na família: um estudo a partir dos papéis de gênero no código civil de 2022. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, 8(1).
- Pelissa, M. D., de Moraes Silveira, D., & Murara, M. A. (2017). O serviço de acolhimento familiar em São Bento do Sul e o processo de desligamento das crianças: o desafio da desvinculação afetiva. *Novos Saberes (ISSN: 2359-1986)*, 4(1).

- Pereira, S. K. R. (2021). Tornar-se família: o processo de filiação na adoção tardia. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília
- Piedras, R. C. (2023). Igualdade aos iguais, equidade aos diferentes: o que possibilita o atendimento equânime de grupos culturalmente diferenciados pela Política Nacional de Assistência Social?
- Pilotti, F. J., & Rizzini, I. (Eds.). (2009). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Instituto Interamericano del Niño.
- Pinheiro, A., Campelo, A. A., & Valente, J. (Orgs.). (2021). Guia de Acolhimento Familiar - orientações para implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora. São Paulo: Instituto Fazendo História.
- Pinheiro, L. D. A. (2014). *O magistrado paternal: o Juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933)*.
- Pinto, M.; Sarmiento, M.J. (Coord.). As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997.
- Pires, L. (2023) Muito além da família: somos filhos de mil homens. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. -15, p. 3, 2023. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2023/12/22/n-15-03/>>.
- Pitliuk, L. (2020) Winnicott e os desafios da parentalidade. Teperman, D., Garrafa, Teperman, D., & Iaconelli, V. (Org.). *Laço*. Autêntica Editora.
- Pitliuk, L. (2021). Sabemos/podemos/queremos ser sós? Subjetivação e análise em tempos digitais. *SIG revista de psicanálise*, 10(2).
- Ponce, A. (2010). Educação e luta de classes. Tradução de José Severo de Camargo Pereira.
- Pulino, L. H. C. Z. (2003). A prática de filosofia na escola como oportunidade de redefinição mútua de crianças e adultos. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, (1).
- Quagliatto, T. M. (2017). A genealogia da infância marginal no Brasil: o governo do impossível.
- Rifiotis, T. (1999). Violência policial e imprensa: o caso da Favela Naval. *São Paulo em perspectiva*, 13, 28-41.
- Rifiotis, T. (2006). Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 37(2), 27-33.

- Rifiotis, T. (2008). Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a 'violência conjugal' e a 'violência intrafamiliar'.
- Rinaldi, A. de A., Escuri, G., Vicente, A. L. C., (Claudia Cabral, 2023) (Claudia Cabral, 2023), J. N. da. (2023). O fazer da “entrega voluntária”: moralidades, acusações e biopolítica sobre corpos que gestam. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*. <https://doi.org/10.22409/antropolitica.i.a56464>
- Rinaldi, R. A. (2020). Ações de destituição do poder familiar em processos de adoção no rio de janeiro: valores morais e práticas legais. *Revista Sociais e Humanas*, 33(2).
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. *PUC-Rio*.
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. D.O. (2015). Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(1), 99-114.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia & sociedade*, 21, 166-173.
- Rosa, E. B. P. R. (2020). Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos PET-Filosofia*, 18(2), 59-103.
- Rosa, G. M. D. O. (2015). No descomeço era o verbo: um convite a Manoel de Barros para a roda de conversa na educação infantil.
- Rosa, M. D., Binkowski, G. I., & de Souza, P. S. (2019). Tornar-se mulher negra. *Clínica & Cultura*, 8(1), 86-100.
- Rosa, M. D., Binkowski, G. I., & de Souza, P. S. (2019). Tornar-se mulher negra. *Clínica & Cultura*, 8(1), 86-100.
- Salutto, N. (2022). Martin Buber e Donald Wood Winnicott: limiaries e deslocamentos conceituais como aposta da pesquisa com bebês. *Childhood & philosophy*, 18.
- Salvagni, J. M. (2014). A formação de cuidadores de uma instituição de acolhimento de pessoas com deficiência: o cuidado enquanto meio de transformação social.
- Salvagni, J. M., & Pedroza, R. L. S. (2021). Acolhimento familiar, articulação de rede e reintegração familiar: Reflexões a partir da prática: Foster care, social networks and family reintegration: Reflecting through practices. *Revista Desenvolvimento Social*, 27(2), 170-196.
- Salvagni, J., & Pedroza, R. L. S. (2023). Formação On-line de Famílias Acolhedoras: Desafios na Pandemia da COVID-19. In K. C. L. Sonoda, M. do S. S. Mariano, & D. F. L. de Moraes (Orgs.), *Luta, Labuta e Luto na Pandemia COVID-19*:

Interpretações, Experiências e Inquietações (pp. 147-163). Editora CRV: Curitiba, PR.

- Salvagni, J., & Pereira, S. K. R. (2023, março). Trabalho técnico e vinculação afetiva: reflexões acerca da atuação da equipe técnica do SFA. Apresentação oral realizada no IV Simpósio Internacional de Acolhimento Familiar, Instituto Geração do Amanhã, Campinas, São Paulo.
- Salvagni, J; Naddeo, L. e Brandão, S. Famílias de Origem, Profissionais e Famílias Acolhedoras. O que Transmitem na Relação com os Bebês? In: Marlene Iucksch e Jean-Marc Bouville (Coords). O Desafio do Acolhimento Familiar: Propor um Lugar para Criar um Futuro. Revista Vesta - Nº05. Curitiba: Juruá, 2023, pp. 107-120.
- Sandrini, P. R. (2012). O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Sanicola L. As dinâmicas de rede e o trabalho social. 2ª ed. ampliada. São Paulo: Veras Editora; 2015
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sarmiento, M. J. (2015). Uma agenda crítica para os estudos da criança.
- Schach, V. (2015). Roda dos expostos: do abandono social histórico à vulnerabilidade afetiva de crianças na atualidade. Revista Batista Pioneira, 4(1), 75-89
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal (SEDEST). (2010). Portaria nº 162, de 07 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o funcionamento e a organização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes, no âmbito do Distrito Federal.
- Sei, M. B. "Abrindo espaço para o ser: Winnicott e a ludoterapia no contexto da violência familiar." *Psychê* 12.22 (2008): 199-214.
- Silva, E. R. A. D. C. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.
- Silva, E. R. A. D., & Aquino, L. M. C. D. (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. IPEA
- Silva, J. F. (2014). Os criadores de expostos nas hierarquias sociais do Antigo Regime: Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). *Revista Latino-Americana de História*, 3(11), 22-37.
- Silva, J. F. (2021). Exposição de crianças e travessias atlânticas: o trânsito de práticas e pessoas para o extremo sul da América portuguesa (1750-1810). *Esboços: histórias*

- em contextos globais, 28(48), 509-530. da Silva Miranda, H., & Cavalcante, E. B. T. (2023). Garantia e proteção dos direitos as crianças e adolescentes: as diretrizes nacionais da educação em direitos humanos como perspectivas ético-política para ação socio pedagógica. *Humanidades & Inovação*, 10(5), 285-295.
- da Silva, M. J. C. J., de Jesus, M. A., Silva, R. V., & de Sousa Barros, L. C. M. (2019). A política de assistência social e o discurso da centralidade na família: expressões do pluralismo de bem-estar e do familismo. In *Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019* (Vol. 16, No. 1).
- da Silva, M. R. (2021). Eu e Tu como proposta dialógica em Martin Buber. *Prometheus-Journal of Philosophy*, (35).
- Silva, J. F. D. (2014). Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837).
- Silva, M. J. A. D. (2018). O Desenvolvimento da concepção de infância na perspectiva de Ariès, Khulmann e Kramer.
- Silveira Barbosa, M. C., Delgado, A. C. C., & Tomás, C. (2016). Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? quais teorias? quais questões? quais métodos? *Revista Inter Ação*, 41(1), 103-12.
- Sluzki, C. E., & Berliner, C. (1997). *Rede Social Na Prática Sistêmica*, a. Casa do Psicólogo.
- Souza, C. (2007). Estado da arte da pesquisa em Políticas Públicas. In G. Hochman, M. Arretche, & E. Marques (Orgs.), *Políticas públicas no Brasil* (pp. [páginas]). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Souza, Neusa Santos (1983). *Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social* Graal.
- Spink, P., & Ramos, A. M. F. (2016). Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. *O Social em Questão*, 11(26), 285-310.
- Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2006). Juventude e políticas públicas no Brasil.
- Stocco, E. L., Moura, B. A., Tanizaka, H., & Laurindo, J. U. B. (2021). Medidas protetivas: uma análise crítica do acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento institucional. *Revista ciências jurídicas e sociais-ung-ser*, 10(2), 16-29.
- Teixeira, S. M. (2009). Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista de Políticas Públicas*, 13(2), 255-264.

- Teperman, D. (2020) Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In Teperman, D., Garrafa, Teperman. D., & Iaconelli, V. (Org.). Parentalidade. Autêntica Editora.
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 28(4), 427–434. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>
- Trindade, A. de A., & Hohendorff, J. V. (2020). Efetivação da *Lei Menino Bernardo* pelas redes de proteção e de atendimento a crianças e adolescentes. *Cadernos De Saúde Pública*, 36(10).
- Valente, J. (2013). *Família Acolhedora. As relações de cuidado e proteção no serviço de acolhimento*. Ed Paulus. São Paulo.
- Valente, J. (2020). O direito de crianças e de adolescentes à convivência familiar e comunitária: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Humanidades em Perspectivas*, 2(4).
- Valente, J., & Sobral, S. (2023). Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Histórico de Eventos que Estão Pavimentando a Construção Dessa Política Pública no Brasil. In J. Valente, L. Cassarino-Perez, & A. Pinheiro (Eds.), *Família Acolhedora - Teoria, Pesquisa e Prática*. Curitiba, Paraná: Juruá.
- Veiga, C. G. (2019). Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). *Perspectiva*, 37(3), 767-790
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador: Séculos XVIII e XIX*. Papyrus Editora.
- Veronese, J. R. P., & da Fonseca, M. L. (2020). Pensando a reintegração familiar e a adoção: a criança e ao adolescente como reais sujeitos de proteção. *Revista FIDES*, 11(2), 15-37.
- Vigotski, L. S. (2000). *Obras Escogidas*. Madrid: Visor. Volume III. (Trabalho original publicado em 1931).
- Vigotski, L. S. (1996). O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. Em L. S. Vigotski, *Teoria e Método em Psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1927).
- Wallon, H. (1953). As etapas da socialização da criança. Em: H. Wallon, (1979). *Psicologia e Educação da criança*. (pp. 183-197). Lisboa: Editorial Veja.

- Werle, K., & Bellochio, C. R. (2017). Protagonismo infantil, desafios éticos e metodológicos na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 23, 227-242.
- Winnicott, D. (2005). Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. In Winnicott, D. Privação e delinquência. (p.59- 80) São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1947).
- Winnicott, D. (2019). O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Ubu Editora. (Original Publicado em 1971)
- Winnicott, D. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In Winnicott, D. W. [Autor], *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1945)
- Winnicott, D. (2005). Tratamento em regime residencial para crianças difíceis (1947). In Winnicott, D. Privação e delinquência. (p.59- 80) São Paulo: Martins Fontes.
- Yokoy, T., & Lopes de Oliveira, M. C. S. (2008). Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 3(1), 85-95.
- Yokoy, T., & Pedroza, R.L.S. (2005). Psicologia Escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 95-104.
- Zanella, M. N., & de Barros Lara, A. M. (2015). A ONU, suas normativas e o ordenamento jurídico para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei no Brasil: as políticas de socioeducação. *ETD: Educação Temática Digital*, 17(1), 176-192.

ANEXO A

Roteiro semiestruturado

Entrevista – Família Acolhedora.

1. Quais as motivações te levaram a participar do serviço de família acolhedora?
2. Em que consiste a formação para ser família acolhedora?
3. O que mais te marcou na formação?
4. Há quanto tempo é família acolhedora?
5. Quantas crianças acolheu?
6. Se acolheu mais de uma, como percebe as proximidades e diferenças entre os acolhimentos?
7. Conte um pouco sobre suas percepções sobre a criança no acolhimento.
8. O acolhimento mudou alguma coisa na sua rotina? E depois?
9. O que você imaginava que era um acolhimento antes de ser família acolhedora?
10. O que você pensa sobre isso hoje?
11. Como é sua relação com a equipe do serviço?
12. Você ainda tem contato com a criança que acolheu? Como é sua relação com a família dela?

ANEXO B

Roteiro Semiestruturado

Entrevista família de origem

1. O que é o uma medida de acolhimento?
2. E o serviço de família acolhedora?
3. Como foi ter para você uma criança da sua família acolhida no Família Acolhedora.
4. Por que a criança foi acolhida? Você concordou com o acolhimento?
5. Vocês já eram acompanhados por algum serviço da rede socioassistencial antes?
6. Houve visitação? Como era?
7. Como a criança estava no acolhimento e como ela está hoje?
8. Qual era a sua relação com a equipe técnica do serviço?
9. Como você se sentia em relação à família que acolheu a criança?
10. Vocês ainda mantêm contato?
11. Quais mudanças ou impacto o acolhimento teve na sua vida?
12. Quais mudanças ou impacto a reintegração teve na sua vida?

ANEXO C

Roteiro Semiestruturado

Entrevista equipe técnica

1. O que é para você o SFA?
2. Porque você escolheu trabalhar em um SFA?
3. Já tinha experiência com a rede de acolhimento?
4. Você considera o SFA e o SAICA diferentes? Por quê?
5. O que é importante no processo de formação das famílias acolhedoras?
6. Quais são os pontos mais sensíveis ou difíceis do trabalho?
7. Como é sua relação com as famílias acolhedoras?
8. Como é sua relação com as famílias que acompanha?
9. Já houve conflitos com alguma dessas partes que impactaram o andamento dos casos?
10. Qual a relação que mantém com as crianças acolhidas?

ANEXO D

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada (o),

Você sendo convidada (o) a participar desta pesquisa de doutorado, chamada: **FAMÍLIA ACOLHEDORA: VÍNCULO E DESENVOLVIMENTO DURANTE PROCESSOS DE AFASTAMENTO FAMILIAR**, cuja pesquisadora responsável é Julia Matinato Salvagni. A pesquisa está sendo desenvolvida dentro do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar da Universidade de Brasília. Os objetivos do projeto são compreender os impactos do acolhimento familiar para as crianças, famílias acolhedoras e famílias de origem, ampliar a discussão sobre ampliação do serviço de família acolhedora e escutar as percepções dos diversos participantes do acolhimento sobre suas vivências. Convido você pelas suas experiências no contexto pesquisado que podem contribuir com os objetivos delineados.

Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização ou mesmo prejuízo na relação que tem com o serviço.

Caso aceite participar, sua participação consiste em ser entrevistado pela pesquisadora e participar de observações. A pesquisa será realizada a partir das seguintes etapas: levantamento bibliográfico; realização das entrevistas, observações, análise de relatórios e diários de campo. As entrevistas serão gravadas e transcritas, para posterior análise do conteúdo e escrita da tese de doutorado.

Destacamos, que a pesquisa com seres humanos sempre envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa consideramos que os riscos envolvem a delicadeza dos temas tratados, por serem relacionados a vivências anteriores que podem gerar algum desconforto emocional, ou desencadear memórias sensíveis aos participantes.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa:

- Gerar dados e informações a respeito das especificidades do serviço de família acolhedora;
- Sensibilizar o meio acadêmico a respeito da importância de iniciativas de desinstitucionalização, em especial da primeira infância.

- Fomentar a discussão a respeito de cuidados de qualidade e seus impactos, em especial na primeira infância.

Se julgar necessário, você dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Além disso, é garantido a você, e seu acompanhante quando for o caso, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente.

Também estão assegurados o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Qualquer dúvida entre em contato com a pesquisadora responsável, Julia Matinato Salvagni, a qualquer tempo para informação adicional pelo telefone 61 981575200 ou pelo e-mail jusalvagni@gmail.com, ou com o Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Sociais (CEP/CHS) pelo telefone 61 3107-1592 , ou pelo e-mail cep_chs@unb.br .

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término por você e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Frente ao exposto, declaro que concordo em participar da pesquisa.

Brasília, ____/____/____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO E

Termo de Autorização para uso de documentação.

Eu, _____, presidente da Organização da Sociedade Civil Aconchego – Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária, declaro estar informada da metodologia que será desenvolvida na pesquisa FAMÍLIA ACOLHEDORA: VÍNCULO E DESENVOLVIMENTO DURANTE PROCESSOS DE AFASTAMENTO FAMILIAR., coordenada por Julia Matinato Salvagni.

Assim, afirmo estar ciente de que sua metodologia será desenvolvida conforme a resolução CNS N°466/2012 e das demais resoluções complementares. Desta forma, autorizo a consulta dos relatórios psicossociais da equipe do serviço de Família Acolhedora, executado pelo Aconchego, e que estão sob minha responsabilidade.

Brasília, 18 de maio de 2021.